



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Cristiano Afonso da Mota Gonçalves Pereira

**As chegadas de bois em Montalegre:
etnografia, memória e intervenção
museológica.**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professor Doutor Jean-Yves Durand
Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

DECLARAÇÃO

Nome: Cristiano Afonso da Mota Gonçalves Pereira

Endereço eletrónico: camgp91@hotmail.com

Telefone: 968504638

Número do Bilhete de Identidade: 13900455 6 ZY9

Título dissertação:

As chegadas de bois em Montalegre: etnografia, memória e intervenção museológica.

Orientadores:

Professor Doutor Jean-Yves Durand

Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Património e Turismo Cultural

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de manifestar o meu profundo agradecimento ao meu orientador, o Professor Doutor Jean-Yves Durand, pela sua excelente orientação, ou seja, pela constante disponibilidade, prontidão para ajudar, dando sugestões e fazendo correções, e, ainda, pela sua sabedoria e pela oportunidade de poder realizar uma dissertação sobre as chegas de bois em Montalegre, conselho tão acarinhado por mim. Ao Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro agradeço a disponibilidade para coorientar esta dissertação.

Em seguida agradeço às seguintes pessoas pela sua disponibilidade para serem entrevistadas por mim e por me fornecerem diversos documentos, materiais e outras informações sobre as chegas de bois, tornando assim possível a realização desta dissertação: Ana Chaves; António Martins; Maria Alice Bermudes; Artur Barroso; Manuel Magalhães; Silvino Poças (Maria do Pranto); António Teixeira; João Campos; Pedro; Horácio dos Santos; Nuno Duarte; Armando; António Costa; António; José; Júlio de Barros; Pedro Morais; Jorge Ribeiro; Otelio Nuno Rodrigues; David Teixeira; João Xavier; e Ricardo Moura.

Não posso esquecer de agradecer ao Dr. João Azenha, responsável pelo polo Casa do Capitão do Ecomuseu de Barroso, pelo material bibliográfico fornecido e pelas informações de suma importância para esta dissertação.

Pretendo ainda agradecer aos meus amigos Emanuel Ramos e Maria João Pereira pelo apoio e pelos momentos de conversa que em parte ajudaram a tornar esta dissertação possível.

Agradeço também aos meus padrinhos, Jorge Silva e Maria Mota, e à minha prima Sara Silva, pela preocupação, carinho e disponibilidade. Agradeço ao meu pai, Francisco Pereira, pelo apoio e incentivo dados ao longo da realização desta dissertação. Também por estas razões agradeço à minha avó, Eufrásia de Cima, à qual agradeço algumas informações sobre o assunto tratado nesta dissertação e por ser uma ponte entre mim e alguns dos entrevistados. Agradeço ainda à minha namorada e melhor amiga, Ana Pereira, pela paciência e apoio constante ao longo do meu percurso universitário. Por fim, agradeço à minha mãe, Adelaide Mota, pela disponibilidade, pela paciência, pelo apoio incondicional, pelo incentivo e pelo papel crucial durante todo o meu percurso académico.

Gostaria, ainda, de dedicar esta dissertação ao meu avô Henrique Mota.

Resumo

As chegas de bois em Montalegre: etnografia, memória e intervenção museológica.

Nas últimas décadas, o mundo rural português conheceu acentuadas alterações económicas, sociais e demográficas. No caso do concelho de Montalegre (Vila Real; Norte de Portugal), estas alterações contribuíram para o fim do comunitarismo, e assim, para o fim do boi povo, peça fulcral nas *chegas de bois*, ou seja, nos combates de touros que simbolizavam o combate entre duas aldeias contudentes, levando a que também esta manifestação conhecesse, com o passar dos anos, algumas alterações. Assim e também, porque esta tradição é desconhecida da generalidade dos portugueses, procura-se aqui dar a conhecer a investigadores e curiosos, contextualizar e estudar vários aspetos relacionados com as chegas de bois e comparar a forma como estas decorriam antigamente, ou seja, aquando da existência de bois do povo, e como decorrem atualmente. Para atingir estes objetivos, são apresentadas respostas a um leque de questões, das quais se destacam as seguintes: como surgiram as chegas de bois?; o que era o *boi do povo*?; como se organizavam e ocorriam as chegas de bois antigamente?; qual o atual estado das chegas de bois e quais as principais alterações que esta manifestação conheceu com o passar dos anos?; quais as críticas apontadas a estes combates?; têm sido tomadas medidas para promover as chegas de bois turisticamente, bem como para salvaguardar as chegas de bois em Montalegre?

De forma a responder a estas questões foram analisadas notícias de jornais locais e nacionais, bem como bibliografia sobre o tema, e recorreu-se à observação participante e a entrevistas. É ainda apresentada uma proposta de exposição relacionada com as chegas de bois. Para concluir, parece claro que atualmente as chegas de bois têm a sua continuidade assegurada, quer pelo crescente número de proprietários de touros de combates, quer pela existência de campeonatos. No entanto há aspetos, como a existência de um grande número de combates e de organizadores de chegas de bois, que devem ser tidos em consideração e melhorados. São ainda apresentadas outras medidas que podem ser tomadas para salvaguardar as chegas de bois.

Palavras-chave: chegas de bois; Montalegre; património cultural imaterial; tauromaquia; combates de animais.

Abstract

The chegas de bois in Montalegre: ethnography, memory and museological intervention.

In the past decades, the Portuguese rural world met accentuated economic, social and demographic alterations. In the case of the municipality of Montalegre (Vila Real; North of Portugal), these alterations contributed to the end of communitarianism, and then, to the end of the “people’s bull” (*boi do povo*), a core piece in *chegas de bois* (bull wrestling). As a consequence, the bull combats that symbolized the rivalry between contending villages, also evolved through the years. Therefore, and also because this tradition is unknown to most Portuguese people, we aim at making information about it available for researchers and the general public. The contextualization and analysis of several aspects related to *chegas de bois* include a comparison between their present and past forms. How did the *chegas de bois* appear?; what was the people’s bull?; how were the *chegas de bois* organized and how did they occur in the old days?; what is their actual state and what have been their main evolutions ?; who criticizes these practices, and why?; have measures been taken in order to safeguard them and also to foster their touristic potential?

Elements of answers to these questions come from an analysis of news from local and national papers, general bibliography about the theme, participant observation and interviews. A proposal of exhibition about the *chegas de bois* is also presented. The increasing number of combat bulls’ owners and the existence of championships seems to be a guarantee for the *chegas*’ future, even if some aspects, such as the high number of organizers of *chegas de bois* and a possible excess of events, that need to be taken in consideration and improved. A few other measures can also be taken in order to safeguard the *chegas de bois*.

Keywords: *chegas de bois* (bull wrestling); Montalegre; intangible cultural heritage; tauromachy; animal combats.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice	vii
Lista de abreviaturas e siglas	xi
Índice de Figuras	xiii
Capítulo 1: Introdução e métodos	1
1. Introdução e métodos	3
Parte I: Contextualização: património cultural imaterial, caracterização de Montalegre e combates de animais	11
Capítulo 2: Património cultural imaterial: conceito, salvaguarda e o papel dos museus ...	13
2. Património cultural imaterial: conceito, salvaguarda e o papel dos museus	15
2.1. Património cultural	15
2.2. Património cultural imaterial	17
2.2.1. Património cultural imaterial: conceito e salvaguarda	19
2.2.2. Património cultural imaterial e o turismo cultural	21
2.2.3. A salvaguarda do património cultural imaterial em Portugal	22
2.2.4. O papel dos museus na salvaguarda do património cultural imaterial	27
2.3. Ecomuseu de Barroso	31
Capítulo 3: O concelho de Montalegre e o Barroso: caracterização, comunitarismo e gado bovino	37
3. O concelho de Montalegre e o Barroso: caracterização, comunitarismo e gado bovino	39
3.1 Caracterização do concelho de Montalegre	39
3.2. O comunitarismo no concelho de Montalegre	42
3.3. O gado bovino em Montalegre e no Barroso: a raça Barrosã	44
3.3.1. O gado bovino e o comunitarismo: a vezeira	53
Capítulo 4: Os combates de touros: combates de animais e tauromaquia	55
4. Os combates de touros: combates de animais e tauromaquia	57
4.1. Combates de animais	57
4.1.1. Combates de galos	59
4.1.2. Combates de cães	63
4.2. O touro e a tauromaquia	67

4.3. Os combates de animais e a tauromaquia: os direitos e a dignidade dos animais não-humanos	70
4.4. Os combates de touros	74
Parte II: As chegas de bois em Montalegre: etnografia, memória e intervenção museológica	85
Capítulo 5: As chegas de bois em Montalegre: do boi do povo até à atualidade	87
5. As chegas de bois em Montalegre: do boi do povo até à atualidade	89
5.1. O boi do povo	89
5.2. O boi do povo e as chegas de bois: breve história das chegas de bois	103
5.3. As chegas de bois na atualidade: etnografia	129
5.3.1. A organização e os organizadores de chegas de bois	139
5.3.2. Os proprietários de touros de chegas de bois	143
5.3.3. As raças, seleção e preparação dos touros de chegas de bois	147
5.3.4. A relação entre proprietários e os touros de chegas de bois	155
5.3.5. As ameaças e críticas às chegas de bois	156
5.3.6. O Campeonato de Chegas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre	167
5.4. Os direitos e a dignidade dos animais: o caso das chegas de bois	176
5.5. Os combates de galos e os combates de carneiros em Montalegre	186
Capítulo 6: A salvaguarda das chegas de bois	191
6. A salvaguarda das chegas de bois	193
6.1. As chegas de bois nas diversas formas de arte	193
6.2. O papel do Ecomuseu de Barroso e da Câmara Municipal de Montalegre na salvaguarda das chegas de bois	207
6.3. A Associação Etnográfica O Boi do Povo	210
6.4. As chegas de bois e o turismo	211
6.5. As chegas de bois na comunicação social	212
Capítulo 7: Intervenção museológica: Exposição – É boi, é bozinho: as chegas de bois no Barroso	217
7. Intervenção museológica: Exposição – É boi, é bozinho: as chegas de bois no Barroso.	219
Capítulo 8: Conclusão	235
8. Conclusão	237
Bibliografia e fontes	243
Bibliografia	245
Fontes escritas	253

Páginas da Internet	261
Filmes.....	261
Anexos	263
Anexo I: Guiões de entrevistas.....	265
Guião de entrevista: Ana Chaves; António Martins; Maria Alice Bermudes.....	265
Guião entrevista: Artur Barroso; Manuel Magalhães; Silvino Poças.....	265
Guião de entrevista: António Teixeira; João Campos.....	265
Guião de entrevista: Horácio de Medeiros	267
Guião de entrevista: Armando, António Costa, António, José, Júlio de Barros.....	268
Guião de entrevista: Pedro	268
Guião entrevista: Nuno Duarte	269
Parte I:.....	269
Parte II:.....	271
Guião de entrevista: Otelu Nuno Rodrigues	272
Guião de entrevista: David Teixeira	272
Guião de entrevista: Pedro Martins e Jorge Ribeiro	274
Guião de entrevista: Ricardo Moura.....	274
Guião entrevista: João Xavier	275
Anexo II: Júlio de Barros, «Opinião sobre as chegadas de bois», 2009	276
Anexo III: Associação Etnográfica o Boi do Povo, «Regulamento do torneio de chegadas de bois barrosos», 2014	277
Anexo IV: Cartaz e programa do Os combates de animais – História e etnografia de uma “tradição”, antropologia da constituição do “intolerável”	279

Lista de abreviaturas e siglas

AMIBA	Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã
AVA	Associação Vida Animal
Campeonato	Campeonato de Chegas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre
CMM	Câmara Municipal de Montalegre
CMS	Câmara Municipal do Sabugal
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGV	Direção-Geral de Veterinária
DOP	Designação de Origem Protegida
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IMC	Instituto dos Museus e da Conservação
Inventário	Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial
ICOM	Conselho Internacional de Museus
OMT	Organização Mundial de Turismo
PAN	Pessoas Animais Natureza
PCI	Património cultural imaterial
PNPG	Parque Nacional da Peneda Gerês
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Índice de Figuras

Figura 1 – Capeia arraiana: lide de touro com forcão.....	27
Figura 2 – Distribuição geográfica dos polos do Ecomuseu de Barroso nos concelhos de Montalegre (a cinzento) e de Boticas (a laranja).	34
Figura 3 – Mapa de Portugal: a vermelho está assinalado o concelho de Montalegre.	41
Figura 4 – Organização administrativa (por freguesias) do concelho de Montalegre.	41
Figura 5 – Concelhos com maior número de exemplares de gado de raça Barrosã (2011).	46
Figura 6 – À esquerda: vaca de raça Barrosã; à direita: touro de raça Barrosã.	47
Figura 7 – Participação de gado bovino de raça Barrosã num concurso pecuário (Salto).	51
Figura 8 – Combate de galos em Martinica, onde esta tradição se mantém viva.	63
Figura 9 – Representação de um combate entre um touro e vários cães.	64
Figura 10 – Iluminura de um combate entre um urso e vários cães.	64
Figura 11 – Taurocatapsia: famoso fresco minoico onde está representado o salto do touro.	69
Figura 12 – Oquinava, Japão: na arena dois touros, acompanhados dos seus proprietários, enfrentam-se.....	75
Figura 13 – Haiphong, Vietname: transporte de um búfalo para a arena de combate.	77
Figura 14 – Combate de touros no Quénia.	80
Figura 15 – Vale de Aosta, Alpes italianos: duas vacas Hérens enfrentam-se.....	83
Figura 16 – Identificação dos vários países onde se pode assistir a combates entre gado bovino.	84
Figura 17 – Corte do boi de Padornelos.	93
Figura 18 – Parte lateral da corte do boi em Padornelos.....	93
Figura 19 – Torre do Boi do Povo em Travassos do Rio.....	94
Figura 20 – Pormenor de cabeça de touro esculpida na Torre do Boi do Povo em Travassos do Rio.....	94
Figura 21 – Lama do boi em Covelães.	95
Figura 22 – Boi do povo a caminho de uma chega de bois, entre Montalegre e Sabuzedo, provavelmente em 1960.	120
Figura 23 – Touro vencedor de regresso à sua aldeia.	124
Figura 24 – Fernando Moura com o seu touro de raça Barrosã em 1990.....	128
Figura 25 – Alberto de Sendim com o seu touro de raça Barrosã em 1990.	129
Figura 26 – Carrinha de transporte de animais a chegar ao local onde se vai realizar uma chega de bois em Salto, 2016.	130
Figura 27 – Touro a sair da carrinha antes de um combate, em Salto, 2016.	130
Figura 28 – Touro no chegódromo do Senhor da Piedade, na vila de Montalegre.....	132
Figura 29 – Chega de bois Barrosões (touro de António Teixeira de Bagulhão, Salto, e touro de José Surreira), em 2004, no chegódromo do Senhor da Piedade.	132
Figura 30 – Chega de bois no antigo campo do Rolo, Montalegre, 2016.	133
Figura 31 – Chega de bois em Penedones, 2015.	133
Figura 32 - Bilhetes de chegadas de bois.	134
Figura 33 – Cartaz das chegadas de bois entre os touros de António Teixeira de Bagulhão (Salto) e Carlos de Eiró, 2016.....	141
Figura 34 – Cartaz de uma chega de bois.	141
Figura 35 – Cartaz das meias finais do Campeonato de Chegas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre, 2016.	175
Figura 36 – Cartaz referente ao Campeonato Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, 2015.....	175
Figura 37 – Cartaz referente ao Campeonato de Chegas de Touros de Bragança, 2016.....	176

Figura 38 – Escultura em bronze de Laureano Ribatua, inaugurada em 1999 em Montalegre.	194
Figura 39 – Mural de Laureano Ribatua com um alto-relevo de uma vaca de raça Barrosã, em Salto e placa em homenagem aos agricultores pela sua contribuição para a conservação da raça Barrosã.	195
Figura 40 – Escultura em cerâmica de um chega de bois de José Teixeira, do atelier Arte da Terra.	195
Figura 41 – <i>A Chega dos Bois</i> , pintura a óleo de Maria Amélia Rodrigues dos Santos.	197
Figura 42 – Brasão do município de Montalegre.	203
Figura 43 – Brasão da freguesia de Montalegre.	203
Figura 44 – Calendário de parede referente às chegas de bois.	204
Figura 45 – Caneca referente às chegas de bois.	205
Figura 46 – Suporte de guardanapos referente às chegas de bois.	205
Figura 47 – Ímanes referentes às chegas de bois.	205
Figura 48 – Paliteiro referente às chegas de bois.	206
Figura 49 – Bilhete postal referente às chegas de bois.	206
Figura 50 – Meia caneca referente às chegas de bois.	207
Figura 51 – Base de copos referente às chegas de bois.	207
Figura 52 – Fernando Moura enquanto relata uma chega de bois.	214
Figura 53 – Cartaz da Exposição – É boi, é boizinho: as chegas de bois no Barroso.	233

Capítulo 1

Introdução e métodos

1. Introdução e métodos

Nos locais onde se realizam *chegas de bois* é, por vezes, possível encontrar entre os seus espetadores alguns curiosos que, mesmo tendo-se dirigido ao concelho de Montalegre por outros motivos, acabam por decidir assistir a estes combates após serem convencidos por um agente turístico, por um amigo conhecedor desta tradição, por se depararem com um cartaz a anunciar chegadas de bois, ou por estas fazerem parte do programa de um evento maior – isto se a presença destes turistas e visitantes no espaço onde decorrem as chegadas de bois não se tratar de um mero acaso. Desta forma, se alguns desses turistas e visitantes aparentam ter uma vaga ideia do que se trata uma chegada de bois, outros, enquanto aguardam que os touros cheguem ao local e os combates tenham início mostram ter dúvidas: “o que vai mesmo acontecer aqui?”; “afinal, o que é uma chegada de bois?”; “vai haver aqui uma tourada?”; “e como se sabe quem ganha?”. Perguntas às quais os restantes presentes procuram responder de forma breve e clara: uma chegada de bois “são os bois a lutar, a turrar um com o outro”, sendo que “perde o boi que desiste”, ou seja, “o primeiro que foge, e foge bem, que elas doem”. Saliente-se ainda que este desconhecimento sobre aquilo que é uma chegada de bois parece ser generalizado, tornando estes combates, que são comuns e bem conhecidos no concelho de Montalegre e noutras áreas, sobretudo rurais, do Norte de Portugal, numa manifestação exótica, apesar de geograficamente próxima, pois “na cidade não há disto, é coisa que só se deve ver no monte”.

Por esta razão, é nossa intenção contextualizar, entender e, conseqüentemente, permitir aos mais curiosos, bem como a investigadores, conhecer e estudar vários aspetos, nem sempre visíveis ao mero espetador, relacionados com as chegadas de bois, apresentando-lhes repostas mais aprofundadas, que vão para lá do simples, mas correto, comentário que nos diz que as chegadas de bois “são os bois a turrar”. Importa acrescentar, que nas últimas décadas, o mundo rural em Portugal conheceu diversas alterações a nível social, económico e demográfico, que se fizeram também sentir em Montalegre, e que aí contribuíram para o fim do *comunitarismo* e, assim, para o desaparecimento do *boi do povo*, aspeto que levou a mudanças nas chegadas de bois.

Assim, colocam-se e procura-se responder a diversas questões: como surgiram as chegadas de bois?; estes combates são exclusivos de Montalegre?; as chegadas de bois contribuíram para a seleção e para a melhoria do gado bovino no concelho de Montalegre?; o que era, ao certo, o boi do povo?; a que se deve o desaparecimento deste?;

como se organizavam e ocorriam as chegadas de bois antigamente?; qual o atual estado das chegadas de bois e quais as principais alterações que esta manifestação conheceu com o passar dos anos?; quais as críticas apontadas a estes combates, tanto pelos seus aficionados como pelos seus críticos (atribuindo destaque a um tema atual, discutido em diversos espaços e abordado por diversos pensadores, os direitos e a dignidade dos animais não-humanos), bem como as ameaças que conhece?; têm sido tomadas medidas para promover as chegadas de bois turisticamente?; e existe uma relação entre esta atividade económica e as alterações que estes combates conheceram?; o que tem sido feito, no concelho de Montalegre, para salvaguardar as chegadas de bois, a sua memória coletiva, e património material a estas associado? e, nesse sentido, que mais pode ser feito?

Por fim, e porque também aqui é apresentada uma proposta de intervenção museológica relacionada com as chegadas de bois, pretende-se, assim, que este documento seja uma ferramenta de divulgação e valorização, portanto, de salvaguarda, das chegadas de bois em Montalegre e, ainda, contribuir para a transmissão da memória coletiva associada a esta tradição.

Logo, de forma a atingir estes objetivos, responder às questões apresentadas e tratar outros assuntos pertinentes, este documento está, então, dividido em duas partes: a primeira parte, onde se encontra também esta introdução e a metodologia, tem, sobretudo, uma função contextualizante, e intitula-se *Parte I – Contextualização: património cultural imaterial, caracterização de Montalegre e combates de animais*, que está dividida em três capítulos (do *Capítulo 2* ao *Capítulo 4*) – sendo que, muitos destes temas, mesmo que nem sempre relacionados diretamente com as chegadas de bois, são importantes para a compreensão desta tradição; a segunda parte desta dissertação, que conta com três capítulos (do *Capítulo 5* ao *Capítulo 7*), intitula-se, tal como esta dissertação, *Parte II – As chegadas de bois em Montalegre: etnografia, memória e intervenção museológica*, e dedica-se inteiramente às chegadas de bois.

Antes da *Parte I*, encontra-se o *Capítulo 1: Introdução e métodos*, onde é explicado de que trata esta dissertação, quais os seus objetivos e qual a sua organização, referindo, ainda, os aspetos metodológicos da investigação realizada ao longo deste projeto.

A *Parte I* inicia com o *Capítulo 2: Património cultural imaterial: conceito, salvaguarda e o papel dos museus*, aborda: os conceitos de *património cultural* e de *património cultural imaterial* (PCI), bem como a sua evolução histórica e as convenções com estes relacionados; os principais instrumentos e formas de salvaguarda do PCI; a

relação entre PCI e o turismo cultural; as ferramentas de salvaguarda do PCI em Portugal, com destaque para o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*; a presença da tauromaquia, mais concretamente da *capeia arraiana*, nesse inventário; o papel dos museus na salvaguarda do PCI; e a importância do Ecomuseu de Barroso para a salvaguarda do património cultural de Montalegre.

O *Capítulo 3: O concelho de Montalegre e o Barroso: caracterização, comunitarismo e gado bovino* trata da caracterização geográfica, social, económica e demográfica do concelho de Montalegre e da região de Barroso, com destaque para o comunitarismo, a criação de gado bovino, particularmente de raça Barrosã, e a *vezeira*.

A *Parte I* termina no *Capítulo 4: Os combates de touros: combates de animais e tauromaquia*, que aborda os combates de animais em vários países, com destaque para os combates de galos e cães e, claro está, os combates de touros, sem esquecer de referir a tauromaquia e a relação entre o touro e o Homem. Este capítulo trata ainda da tauromaquia e dos combates de animais na perspetiva dos direitos e da dignidade dos animais não-humanos.

A segunda parte tem início no *Capítulo 5: As chegas de bois em Montalegre: do boi do povo até à atualidade*, e procura: dar a conhecer o conceito de boi do povo – presente, mesmo que com outras designações, tanto no concelho de Montalegre como noutros locais do Norte de Portugal – e outras questões relacionados com este animal, como as suas regalias, onde se inclui, por exemplo, a *corte do boi*, ou aspetos simbólicos, como a sua divinização; recordar aspetos das chegas de bois quando estas se tratavam de combates simbólicos entre duas aldeias, como o roubo do boi, a combinação das chegas de bois, a preparação dos touros para o combate, quem estava presente a assistir às chegas de bois, a reação das aldeias adversárias à vitória ou à derrota do seu touro, e, ainda, referir as possíveis causas do surgimento destes combates bem como a existência de um contributo ou não das chegas de bois para a seleção e melhoramento do gado bovino; identificar o surgimento, aparentemente progressivo, dos touros de proprietários particulares nas chegas de bois, bem como outras alterações que as chegas de bois conheceram nas últimas décadas; compreender como são atualmente organizadas as chegas de bois, quem são os proprietários de touros, como se relacionam entre si e com os seus animais e, também, como selecionam e preparam estes para as chegas de bois; abordar a existência de campeonatos de chegas de bois no concelho de Montalegre e, ainda, em Bragança e Vinhais. Não esquecendo de analisar as várias perspetivas relacionadas com a questão dos direitos e dignidade dos animais não-humanos no que ao

caso concreto das chegas de bois diz respeito e, por fim, de referir a existência de outros combates de animais, como combates com galos ou carneiros, no concelho de Montalegre.

O *Capítulo 6: A salvaguarda das chegas de bois* refere: vários exemplos da presença das chegas de bois nas mais diversas formas de arte; o contributo do Ecomuseu de Barroso, da Câmara Municipal de Montalegre (CMM) e da Associação Etnográfica O Boi do Povo na salvaguarda das chegas de bois; a relação entre as chegas de bois e o turismo; a presença das chegas de bois na comunicação social.

A *Parte II* termina no *Capítulo 7: Intervenção museológica: Exposição – É boi, é boizinho: as chegas de bois no Barroso*, que apresenta uma proposta de intervenção museológica relacionada com as chegas de bois.

Segue-se o *Capítulo 8: Conclusão*, que, de forma mais sucinta, responde às diversas questões anteriormente feitas, e apresenta, ainda, algumas medidas que poderiam ser realizadas com o objetivo de salvaguardar as chegas de bois.

Quanto aos métodos utilizados durante a investigação é de salientar o recurso exclusivo a métodos qualitativos, ou seja, a métodos que permitem analisar o comportamento humano, orientados para o descobrimento, exploratórios, descritivos, que assumem uma realidade dinâmica e não são generalizáveis¹, e onde os significados assumem grande importância², assim, os mais indicados para uma pesquisa etnográfica; ou seja, uma pesquisa onde se pretende realizar o estudo e a descrição de um contexto cultural ou, neste caso, de uma manifestação cultural ou segmento de uma cultura³. Dentro destes métodos, a etnografia dá primazia à observação participante e às entrevistas; mas não exclui outros métodos, também utilizados nesta dissertação, como a análise de bibliografia, e de outras fontes impressas ou presentes na *Internet*.

Assim, a observação participante, onde existe um contacto direto do investigador com os atores sociais nos seus contextos culturais e onde o próprio investigador é o instrumento de pesquisa⁴, no entanto, neste caso uma observação participante “moderada”, ou seja, na qual o investigador não participa no objeto investigado e não interage ativamente com os seus atores⁵, serviu para tomar notas dos mais diversos

¹ Mauro Serapioni, «Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração», *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 5, n.º 1 (2000), http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123200000100016, consultado no dia 17 de outubro de 2016.

² Robert C. Bogdan e Sari Knopp Biklen, *Investigação Qualitativa em Educação* (Porto: Porto Editora, 1994).

³ Francisco Martins Ramos, *Etnografia Geral Portuguesa* (Lisboa: Universidade Aberta, 2004), 17 – 20.

⁴ Maria Correia, «A observação participante enquanto técnica de investigação», *Pensar Enfermagem*, vol. 13, n.º 2 (2009): 31.

⁵ Ramos, *Etnografia...*, 27.

aspectos relacionados com as chegadas de bois, sejam estes mais complexos ou mais simples, bem como mais raros ou mais habituais. Estas notas dizem principalmente respeito ao comportamento dos touros, dos seus proprietários e dos espetadores de chegadas de bois, aficionados ou não destes combates, e também dos seus organizadores. Este método permitiu ainda conhecer e descrever, entre outros aspectos, os espaços onde decorrem as chegadas de bois, a existência de bilhetes, a forma dos animais chegarem aos locais onde se realizam os combates, as formas de divulgação destas lutas e a reação e comentários não só dos espetadores, mas também dos proprietários e dos organizadores nos diversos momentos de uma chegada de bois.

Estas notas foram tomadas em diversas chegadas de bois no concelho de Montalegre, entre 2015 e 2016, mais concretamente: nos dias 24 e 25 de julho de 2015, no decurso da *II Semana do Barrosão*, em Salto, onde em cada dia ocorreram duas chegadas de bois, todas com touros de raça Barrosã; no dia 13 de agosto de 2015, no *chegódromo* do Senhor da Piedade, na vila de Montalegre, onde se disputaram a final e a chegada de bois pelo terceiro e quarto lugar do *Campeonato de Chegadas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre*; nos dias 14 de agosto de 2015 e de 2016, em Salto, no decorrer das Festas em Honra de Nossa Senhora do Pranto, onde, em cada ano, se realizaram três chegadas de bois, todas com bois de raça Barrosã; no dia 22 de agosto de 2015, durante o *XXVII Concurso Pecuário de Raça Barrosã de Salto*, onde foram realizadas três chegadas de bois com touros de raça Barrosã; no campo de chegadas de Penedones, no dia 26 de dezembro de 2015, onde se realizaram duas chegadas de bois com touros de outras raças que não a Barrosã; no dia 24 de janeiro de 2016, no antigo campo de futebol do Rolo, onde ocorreram duas chegadas de bois com touros que não de raça Barrosã; nos dias 25 de abril, 12 e 19 de junho de 2016, onde, em cada dia, se realizaram duas chegadas de bois a contar para o *Campeonato*.

De forma a completar os dados assim recolhidos, foram realizadas entrevistas de caráter semiestruturado, isto é, entrevistas nas quais, tal como nas de caráter estruturado, é construído um guião⁶ com a formulação e a ordem das questões previamente fixadas, mas que pode, no momento da entrevista, ser complementado por outras questões que surjam consoante as respostas dos entrevistados, possibilitando a melhor compreensão das respostas anteriores⁷. Refira-se ainda que as respostas a estas entrevistas têm um caráter aberto, ou seja, o entrevistado pode dar uma resposta tão longa quanto quiser e,

⁶ Os guiões das entrevistas estão disponíveis no: Anexo I.

⁷ Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma, «Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais», *Em Tese*, vol. 2, nº. 1 (2005): 75, <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>, consultado no dia 19 de outubro de 2016.

também, discorrer sobre o tema proposto e introduzir nas suas respostas as mais diversas informações - este tipo de entrevistas permite, assim, dar liberdade ao entrevistado para falar sobre o que é de importância central para ele, garantindo, ao mesmo tempo, que todos os tópicos cruciais para o investigador são abordados⁸.

Ana Chaves, com noventa e quatro anos, António Martins, com sessenta anos, e Maria Alice Bermudes, com oitenta e seis anos⁹, todos de Vilar de Perdizes, no Alto Barroso, foram entrevistados no dia 26 de novembro de 2015, abordaram e recordaram aspetos e pormenores relacionados com as chegadas de bois e o boi do povo. Artur Barroso, com noventa e dois anos, da aldeia de Pereira, na freguesia de Salto, e outrora responsável por gado bovino numa “casa de lavrador” em Pomar de Rainha, também na freguesia de Salto, Manuel Magalhães, com oitenta e seis anos, da aldeia de Beçós, na freguesia de Salto, Silvino Poças, com noventa e seis anos, nascido em Carvalho, igualmente na freguesia de Salto, foram entrevistados no dia 25 de novembro de 2015, falando os três sobre a realização de chegadas de bois e a presença do boi do povo no Baixo Barroso.

António Teixeira, com trinta e quatro anos, de Bagulhão, na freguesia de Salto, foi entrevistado no dia 9 de março de 2015, João Campos, também com trinta e quatro anos, da Borda d'Água, em Salto, foi entrevistado no dia 11 de março de 2015, Pedro, com trinta e cinco anos, de Mourilhe, foi entrevistado, no final de uma chegada de bois na qual participou com o seu touro, no dia 26 de dezembro de 2015, e, por fim, Horácio dos Santos, aproximadamente da mesma idade, de Medeiros, foi entrevistado no dia 19 de junho de 2016, também no fim de uma chegada de bois. Todos estes foram escolhidos para as entrevistas por serem proprietários de touros que participam em chegadas de bois. A estes foram-lhes colocadas questões relacionadas com diversos aspetos respeitantes às chegadas de bois, particularmente, sobre: a sua ligação com as chegadas de bois e também com os seus touros; as críticas e ameaças às chegadas de bois; os vários tipos de criadores de touros de chegadas de bois; as formas de seleção e preparação dos seus touros; a relação entre proprietários; a organização de combates; a importância da *Campeonato*. A António Teixeira e João Campos foram ainda feitas questões relacionadas com a presença das chegadas de bois em freguesias do Baixo Barroso, como Salto.

Este tipo de questões, dando, no entanto, um maior destaque para perguntas sobre o *Campeonato*, na sua edição de 2016, sobre a Associação Etnográfica O Boi do Povo e sobre o que tem sido feito em Montalegre e outros concelhos pela salvaguarda das chegadas

⁸ Judith Bell, *Como Realizar um Projeto de Investigação* (Lisboa: Gradiva, 2004), 140 – 141.

⁹ A idade aqui indicada é referente à idade dos entrevistados no período em que as entrevistas foram realizadas.

de bois, foram também colocadas, no dia 23 de novembro de 2015 e no dia 8 de agosto de 2016, a Nuno Duarte, com trinta e nove anos, da vila de Montalegre. Este foi escolhido por já ter participado em chegadas de bois e, sobretudo, por ser, desde 2013, presidente da Associação Etnográfica O Boi do Povo.

No dia 25 de abril de 2016 foram entrevistados em Montalegre, junto ao chegódromo ou recinto do Senhor do Piedade, Armando, com cinquenta e sete anos, da vila de Montalegre, e António Costa, com quarenta e cinco anos, da Aldeia Nova do Barroso; no mesmo local, no dia 19 de junho de 2016, foram entrevistados António e José, ambos com sessenta e seis anos e de Cambeses do Rio, mas que atualmente residem no estrangeiro; no dia 24 de junho de 2016, foi entrevistado Júlio de Barros, com 75 anos, da aldeia de Linharelhos, em Salto. Todos eles, aficionados das chegadas de bois, responderam a questões acerca da sua relação pessoal com estes combates, do atual estado das chegadas de bois e dos seus aspetos mais criticados. Júlio de Barros, por ter sido entre 1984 e 1990, proprietário de vários touros por si utilizados em chegadas de bois em festas e feiras, deu ainda informações sobre a preparação necessária para estes animais participarem em chegadas de bois, fornecendo, igualmente, textos de opinião de sua autoria, sobre este tema.

Pedro Morais, especialista em ecoturismo e antigo membro da comissão política do partido PAN (Pessoas Animais Natureza) foi entrevistado no dia 12 de novembro de 2015, respondendo a questões sobre as chegadas de bois, a sua salvaguarda e transformação em produto turístico, tendo sempre em conta a perspetiva dos direitos e da dignidade dos animais não-humanos. Após sugestão deste, no dia 20 de novembro de 2015, foi entrevistado Jorge Ribeiro, em representação da Associação Vida Animal (AVA), associação que preside e que tem como fim a defesa dos direitos dos animais; a este foram colocadas as mesmas questões que a Pedro Morais. Os representantes da BASTA, ou Plataforma Nacional para a Abolição das Touradas, não concordaram ser entrevistados, justificando que a sua ação se resume à abolição das touradas, no entanto, prestaram esclarecimentos legais sobre as chegadas de bois.

No dia 15 de março de 2016, foi entrevistado Otelo Nuno Rodrigues, responsável do Ecomuseu de Barroso, que respondeu a questões sobre as ações do município de Montalegre e mais concretamente do Ecomuseu de Barroso na salvaguarda das chegadas de bois. Também David Teixeira, vice-presidente da CMM, antigo responsável do Ecomuseu de Barroso e mestre em Património e Turismo Cultural pela Universidade do

Minh, respondeu a perguntas sobre este tema e ainda sobre as críticas e ameaças que as chegas de bois enfrentam atualmente, bem como a relação entre chegas de bois e turismo.

No dia 21 de novembro de 2015, foram entrevistados João Xavier, diretor da *TvBarroso*, e o coordenador da *Rádio Montalegre*, Ricardo Moura, respondendo a questões sobre a forma como estes meios locais de comunicação social abordam e transmitem à restante comunidade as chegas de bois.

No que diz respeito às fontes escritas, merecem destaque, pela sua grande quantidade de informação: *As Chegas de Bois: Uma Antologia*¹⁰; *Barroso e as Chegas de Bois*¹¹; o jornal local *O Povo de Barroso*, mais concretamente, os números editados entre 1990 e 2012; o jornal local *Notícias de Barroso*, mais propriamente, os números editados entre 2006 e 2015. As restantes fontes escritas estão indicadas na bibliografia e em nota de rodapé ao longo deste documento.

¹⁰ VVAA, *As chegas de Bois: Uma Antologia* (Lisboa: Editora Âncora, 2005).

¹¹ Fernando Moura, *Barroso e as Chegas de Bois* (Braga: Editora Correio do Minho, 1995).

Parte I

**Contextualização: património cultural imaterial,
caracterização de Montalegre e combates de animais**

Capítulo 2

Património cultural imaterial: conceito, salvaguarda e o papel dos museus

2. Património cultural imaterial: conceito, salvaguarda e o papel dos museus

A ideia de *património cultural*, apesar de recente, tem conhecido uma profunda evolução, à qual se associa um processo de alargamento. É neste contexto que surge o conceito de *património cultural imaterial* (PCI), onde se podem incluir as práticas sociais, os rituais e os eventos festivos, e que, assim, abarca eventos tauromáquicos, como a capeia arraiana ou as chegadas de bois. Este conceito generalizou-se, sobretudo, a partir de 2003, ano no qual a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) adotou a *Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.

Na salvaguarda do PCI, que se faz, entre outros passos, através da inventariação, investigação, promoção e transmissão destas manifestações, é inegável a crescente importância dos museus. Apesar de nem todos os museus estarem preparados e interessados nesta tarefa, os ecomuseus (ou projetos idênticos, mesmo que com outra designação), como o Ecomuseu de Barroso (museu instalado em diversos pontos do concelho de Montalegre) deve ser vista como uma possível forma de salvaguarda e valorização do PCI.

2.1. Património cultural

A palavra *património* conheceu ao longo do tempo vários significados e conceitos, servindo para expressar um número considerável de fenómenos. Se inicialmente o conceito de património estava associado aos “bens de família” e à “herança paterna e materna”¹², este é hoje um conceito nómada, como refere Françoise Choay¹³, requalificado por diversos adjetivos: genético, natural, histórico ou cultural.

Na sua forma moderna, o património cultural aparece nos finais do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa (1789). Durante um longo período de tempo, a ideia de património cultural apenas remetia para o património edificado, e, dentro deste,

¹² Françoise Choay, *A Alegoria do Património* (Lisboa: Edições 70, 1999), 11.

¹³ *Ibidem*.

somente para obras monumentais, os “monumentos históricos”, onde se incluíam apenas vestígios da Antiguidade Clássica, edifícios religiosos da Idade Média e castelos¹⁴.

Desde os finais do século XIX, com a *Convenção de Haia (II) Relativa às Leis e Costumes das Guerras Terrestres* assinada em 1899, são várias as convenções, recomendações, declarações ou cartas que abordam o património cultural e a sua proteção. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1964, a *Carta de Veneza Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios* do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), no seu artigo 1.º, inclui na definição de património histórico ou cultural “todas as formas de edificar, eruditas e populares, urbanas e rurais e todas as categorias de edifícios, públicos e privados, sumptuários e utilitários”, “os conjuntos edificados e o tecido urbano” e as paisagens naturais¹⁵. Passando ainda esta noção a aplicar-se “não só às grandes criações, mas também a obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural”¹⁶. Em 1972 é lavrada pela UNESCO a *Convenção Para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Esta *Convenção*, no artigo 1.º, definia como património cultural

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

*Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.*¹⁷

¹⁴ Choay, *A Alegoria...*, 12.

¹⁵ Choay, *A Alegoria...*, 12 - 13.

¹⁶ ICOMOS, «Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios», (1964), em *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*, org. Flávio Lopes e Miguel Correia (Lisboa: Caleidoscópio, 2014), 122.

¹⁷ UNESCO, «Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural», (1972), <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, consultado no dia 10 de fevereiro de 2016.

No caso de Portugal, a *Lei n.º 107/2001*, isto é a *Lei de Bases do Património Cultural*¹⁸ de 2001, refere, no artigo 2.º, que integram o património cultural todos os bens “com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante” e que refletem “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”, devendo por isso “ser objecto de especial protecção e valorização”. Sendo que podem integrar o património cultural “não só o conjunto de bens materiais e imateriais mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.”

Para Choay¹⁹, a expressão património cultural “designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias”, sendo este fundo constituído “pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado”, como, por exemplo, saberes e conhecimentos humanos. O património cultural é, portanto, “a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras”²⁰. Por sua vez, Margarida Faria²¹ afirma que através da preservação do património cultural consegue-se sobrepor a esperança de permanência inter-geracional ao inevitável perecimento individual. Assim, em determinados casos, o património cultural é um património coletivo, não só por pertencer a grupos e comunidades, mas por ser também pertença de diversas gerações.

Segundo Joaquim Pais de Brito²², o conceito de património cultural não é estável, pois este conceito tem na sua base a perceção do tempo. Da mesma forma, é possível afirmar que a perceção deste conceito não é sincrónica, pois nem todos os indivíduos, grupos e comunidades que coincidem no tempo atribuem idêntico valor à ideia de património cultural ou a determinado monumento ou manifestação cultural.

2.2. Património cultural imaterial

¹⁸«Lei de bases do património cultural, Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro», (2001), http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra Estrutura.php?tabela=leis&artigo_id=844A0018&nid=844&nversao=&tabela=leis&so_mio_lo, consultado no dia 10 de fevereiro de 2016.

¹⁹ Choay, *A Alegoria...*, 11.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Margarida Lima de Faria, «Trajectórias sociais e representações de “património”», em *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, org. Elsa Peralta e Marta Anico (Oeiras: Celta Editora, 2006), 55 - 59.

²² Joaquim Pais de Brito, «Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente», em *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, org. Elsa Peralta e Marta Anico (Oeiras: Celta Editora, 2006), 43.

Ao longo dos anos o conceito de património cultural conheceu uma profunda evolução: se inicialmente apenas incluía os monumentos históricos, passou mais tarde a abarcar, entre outros exemplos, a arquitetura vernacular, a paisagem, e, assim, a relacionar-se intimamente com o património natural. É também neste contexto de alargamento da noção de património cultural e numa tentativa de distinguir o património que não estava contemplado na *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* que surge o termo património cultural imaterial. Porém, o processo que levou ao aparecimento deste conceito (e inclusivamente do termo património cultural imaterial, em substituição de designações como *folclore, tradições populares* ou *cultura popular*) e que culminou em 2003 com a *Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* foi o resultado de uma discussão de várias décadas e diversas iniciativas promovidas pela UNESCO²³.

Aquando da discussão da *Convenção* de 1972, diversos Estados-membros referiram a necessidade da criação de medidas com vista à salvaguarda do que mais tarde viria a ser apontado como PCI. Em 1973, foi proposto pela Bolívia a adição de um protocolo à *Convenção Universal Sobre o Direito de Autor* (aprovada em 1952) que visava a proteção das tradições populares, contudo, esta sugestão não foi adotada²⁴.

Na década de 1970, a UNESCO foi responsável por outras iniciativas que, segundo Ana Carvalho²⁵, demonstram que a atividade desta organização não se limitava ao património cultural na sua aceção material, como: a apresentação de um documento intitulado *Possibility of Establishing an International Instrument for the Protection of Folklore*, elaborado em 1971, proposta que acabou por não ser bem-sucedida; a implementação de um plano dirigido ao estudo e promoção das línguas e tradições orais africanas; a realização de uma série de estudos sobre as culturas da América Latina; e a organização do primeiro festival dedicado às artes do Pacífico.

Na década de 1980, a UNESCO criou um comité para debater a salvaguarda do folclore bem como uma secção cujos trabalhos se relacionavam com o património não material. No México, em 1982, realizou-se a *Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais*, onde se reconheceu e importância do PCI e que passou a integrar a definição

²³ Ana Carvalho, *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas* (Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS - Universidade de Évora, 2011), 28.

²⁴ Clara Cabral, «A convenção da UNESCO: inventários e salvaguarda», em *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*, org. Paulo Costa (s. l.: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009), 128, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=4>, consultado no dia 10 de fevereiro de 2016.

²⁵ Carvalho, *Os Museus...*, 30 - 31.

de património cultural. Em 1989, a UNESCO adota a *Recomendação Para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore*²⁶.

Na década seguinte foram estabelecidos dois programas com a intenção de salvaguardar o PCI. Em 1994 é iniciado o programa *Tesouros Humanos Vivos* que pretendia reconhecer as excepcionais qualidades artísticas, conhecimentos e saberes-fazer tradicionais que determinados indivíduos possuíam, bem como promover a transmissão desses conhecimentos às gerações vindouras. Entre 1997 e 1998 dá-se a criação do programa *Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, projeto que tinha como objetivos: sensibilizar para a salvaguarda do património oral e imaterial; realizar o registo deste património; estimular os Estados-membros a estabelecer inventários nacionais e a introduzir medidas administrativas para a proteção do seu património oral e intangível; promover a participação de artistas locais na revitalização do património cultural imaterial. Este programa contou com três proclamações, em 2001, 2003 e 2005, e atribuiu a distinção internacional de *Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade* a noventa obras²⁷.

2.2.1. Património cultural imaterial: conceito e salvaguarda

Por fim, em 2003, no decorrer da 32.^a sessão da Conferência Geral da UNESCO, foi adotada a *Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, que entrou em vigor a 20 de abril de 2006. Nesta *Convenção*, no artigo 2.º, a UNESCO considera que o PCI se manifesta nos seguintes domínios: tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e acontecimentos festivos; conhecimentos e práticas que dizem respeito à natureza e ao universo; saberes fazer ligados ao artesanato²⁸. No mesmo artigo, a UNESCO refere ainda que o PCI “é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história”, conferindo aos grupos e comunidades um “sentido de identidade e de continuidade”, o que contribui “para promover o respeito da diversidade cultural e a

²⁶ Cabral, «A convenção...», 128.

²⁷ Maria Cardeira da Silva, «Introdução: imaterialidade e imaginação – novos mapas das culturas como recurso e como poder», em *Museus e Património Imaterial...*

²⁸ UNESCO, «Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial», (2003), <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

criatividade humana”²⁹. Esta *Convenção* exclui, portanto, as expressões que não sejam compatíveis com os instrumentos internacionais de direitos humanos; o mesmo sucede com as manifestações, práticas e saberes abandonados pelas comunidades – cuja memória se deve procurar documentar, mas que não integram o objeto deste documento³⁰.

A UNESCO não esquece os aspetos materiais ou a materialização do PCI, considerando também como património imaterial “os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados”³¹. Efetivamente, e como refere Mary Weinstein³², o património imaterial e o património material (móvel ou imóvel) - tal como o habitat onde as ações decorrem, seja este, por exemplo, uma oficina ou uma cidade - são categorias indissociáveis. Desta forma, aparenta ser impossível traçar uma fronteira entre o património imaterial e o património material: não existe separação entre um artefacto e o seu contexto de produção, tal como sem o fabrico de um objeto o saber fazer não se manifesta.

Assim, como sintetizado por Carvalho³³, o PCI trata-se de um património vivo, expresso através da música, da dança, da oralidade, do teatro e de objetos, e que as comunidades e grupos procuram passar de geração em geração e é recriado ao sabor dos tempos. Este património é, portanto, um pilar fundamental da diversidade cultural e que esta na base da identidade das comunidades. Porém, culpa dos efeitos homogeneizadores da globalização, este património corre o risco de desaparecer, sendo por isso necessário salvaguardar estas manifestações para que continuem a ser praticadas e transmitidas pelas comunidades onde se inserem.

Neste sentido, a *Convenção* de 2003, ainda no artigo 2.º, afirma que no que respeita à salvaguarda do PCI, isto é “as medidas que visam assegurar a viabilidade do património cultural imaterial”, é necessário realizar a: identificação; documentação; investigação; preservação; proteção; promoção; valorização; transmissão, essencialmente pela educação formal e não formal; e revitalização dos diversos aspetos deste património³⁴. Mais adiante, no artigo 12.º, a UNESCO opta por destacar a necessidade de realização de inventários, o que implica coleção, catalogação e sistematização³⁵. Ao

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Carvalho, *Os Museus...*, 54.

³¹ UNESCO, «Convenção para a salvaguarda...

³² Mary Weinstein, «A indissociabilidade do património material e imaterial e o transporte no espaço e no tempo dentro de uma perspectiva também etnocenológica», (2009), <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19391.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

³³ Carvalho, *Os Museus...*, 21 - 22.

³⁴ UNESCO, «Convenção para a salvaguarda...

³⁵ UNESCO, «Convenção para a salvaguarda...

conjunto de medidas atrás referidas, quando realizadas com o fim de atribuir a alguma coisa o estatuto de património cultural, seja no contexto da cultura local, nacional ou mundial, como por exemplo, o *de Património Cultural Imaterial da Humanidade*, é também comum dar-se o nome de processo de *patrimonialização*.

Contudo, a salvaguarda dos elementos do PCI não é, e está longe de ser, um processo linear, sendo vários os aspetos problemáticos. Um destes aspetos relaciona-se com a forma como se deve preservar uma manifestação imaterial: se de acordo com a sua forma original (aspeto difícil de definir), procurando-se preservar a autenticidade da manifestação em questão, o que pode incorrer na sua cristalização, isto é, não permitir que uma expressão evolua ou se recrie; ou permitir que o PCI sofra alterações e se adapte ao presente. Esta questão não possui contornos nem respostas simples, gerando grande controvérsia entre os especialistas. O mesmo sucede com a identificação das pessoas que integram a comunidade, pois esta não possui carácter formal nem representantes definidos, sendo que uma comunidade se pode ainda apresentar fragmentada e divergente em vários aspetos³⁶.

2.2.2. Património cultural imaterial e o turismo cultural

Quando se aborda o conceito de património cultural e de PCI não se deve negligenciar a importância do *turismo cultural*. A Organização Mundial de Turismo (OMT) define o turismo como um fenómeno social, cultural e económico relacionado com o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, sendo, usualmente, a satisfação pessoal a principal motivação para essa deslocação³⁷. Se inicialmente diversos países fundamentaram a sua oferta no turismo de sol e praia, com o tempo anexaram a esta oferta diversos bens culturais e patrimoniais. Neste contexto, desenhou-se um novo conceito de turismo que combina lazer e cultura, o turismo cultural³⁸. Em 1976, o ICOMOS, na *Carta Sobre o Turismo Cultural*, definiu o turismo cultural como “aquele que tem por finalidade principal, entre outros objetivos, o conhecimento dos sítios e dos monumentos”, podendo o turismo contribuir para a

³⁶ Carvalho, *Os Museus...*, 55 - 56.

³⁷ OMT, *International Recommendations for Tourism Statistics: 2008* (Nova Iorque: Nações Unidas, 2010), 1, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/seriesm_83rev1e.pdf, consultado no dia 11 de fevereiro de 2015.

³⁸ Maria Roque, «As humanidades digitais no cruzamento entre museus e turismo», https://www.academia.edu/18079184/As_humanidades_digitais_no_cruzamento_entre_museus_e_turismo, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

manutenção e proteção destes bens³⁹. Porém, alguns autores consideram que o turismo cultural não se relaciona apenas com a procura do conhecimento de sítios e monumentos, e acrescentam a este conceito a procura de festivais e espetáculos de artes, de artesanato, de lugares de memória (que podem remeter, por exemplo, para passado de artistas e intelectuais, ou locais de batalhas), de gastronomia, do espaço rural, de manifestações imateriais e de museus⁴⁰.

Sobre a relação entre o PCI e o turismo, diversos especialistas concluíram, no decorrer de uma reunião organizada pela UNESCO em 2007, que esta indústria pode garantir o desenvolvimento sustentável e substanciar diversos benefícios a nível nacional e local ao permitir, por exemplo: criar emprego, reduzindo, assim, a pobreza e a emigração; gerar receitas, que poderão ser investidas na salvaguarda e revitalização do PCI; fortalecer a autoestima, valores e identidade das populações. Porém, estes mesmos especialistas consideram que estratégias de turismo mal concebidas podem ter um impacto negativo sobre o PCI. O turismo pode levar a que determinadas comunidades queiram adaptar as manifestações imateriais que detêm a formas mais atrativas para o turismo. Assim, o PCI corre risco de ser retirado do seu contexto, ser distorcido, simplificado e padronizado, criando-se uma versão oficial e estática dos seus elementos, de forma a ser mais facilmente comunicado a grupos alargados de turistas⁴¹. Se por um lado o turismo cultural permite “conservar e compatibilizar o património cultural com um uso recreacional”⁴², por outro lado, leva ao aparecimento de “pálidas e desajeitadas”⁴³ representações de antigas tradições ou de formas de trabalho rural hoje em desuso, devido a transformações do mundo rural, como o fim do comunitarismo, a diminuição dos pastores ou o advento da maquinaria agrícola. Sendo que este processo de mercantilização do património cultural é por vezes apelidado de *turistificação*⁴⁴.

2.2.3. A salvaguarda do património cultural imaterial em Portugal

³⁹ ICOMOS, «Carta sobre o turismo cultural», (1976), em *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*, org. Flávio Lopes e Miguel Correia (Lisboa: Caleidoscópio, 2014), 204.

⁴⁰ Xerardo Pereiro, *Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica* (s. l.: Pasos, 2009), 120 - 122, <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoeedita/PSEedita2.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

⁴¹ Carvalho, *Os Museus...*, 58 - 59.

⁴² Xerardo Pereiro, «Património cultural: o casamento entre património e cultura», *ADRA: Revista de los Socios y Socias del Museo del Pueblo Gallego*, n.º 1 (2006): 37, <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/4698/1/ARTIGO%206.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

⁴³ Jean-Yves Durand, «O antigo e o novo», (2004), 11, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5352/3/O%20antigo%20e%20o%20novo.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

⁴⁴ Como ocorre, por exemplo, em: João Leal, «O património imaterial e a Antropologia portuguesa: uma perspectiva histórica», em *Museus e Património Imaterial...*

Em Portugal, nos últimos anos, o património imaterial tem sido notícia devido à classificação pela UNESCO do fado (2011), da dieta mediterrânica (2013), do cante alentejano (2014) como *Património Cultural Imaterial da Humanidade*, e da arte chocalheira (2015) como *Património Cultural Imaterial da Humanidade com Necessidade de Salvaguarda Urgente*. Décadas antes, mais concretamente a partir da década de 1940, Jorge Dias e a sua equipa, constituída, entre outros, por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, realizaram diversas pesquisas sobretudo vocacionadas para a cultura material, em particular para as tecnologias tradicionais do mundo rural português.⁴⁵ No entanto, estes tiveram já em atenção “o registo de informação associada aos objectos em vários suportes, que visavam reter aspectos do domínio do imaterial” e manifestações imateriais como práticas pastoris, festividades e cerimónias cíclicas e o culto dos mortos⁴⁶.

Contudo, e apesar da *Lei de Bases do Património Cultural* de 1985 referir já o património imaterial bem como a sua salvaguarda, após a extinção do Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural, em 1989, Portugal conheceu um vazio de quase duas décadas de políticas públicas de valorização da cultura popular ou tradicional portuguesa. Até que em 2007 foi criado o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), organismo com funções no setor museológico e no setor do PCI, e ao qual viria a suceder, em 2012, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Por fim, em 2008 dá-se a vinculação do Estado Português à *Convenção* de 2003⁴⁷.

O IMC procurou assim ancorar as suas ações nos conceitos e nos mecanismos fundamentais de salvaguarda do PCI instituídos por esta *Convenção*, de forma conjugada com o anteriormente previsto na *Lei de Bases do Património Cultural* de 2001. Segundo esta *Lei*, mais propriamente segundo o seu artigo 91.º, deve “promover-se o respectivo registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de colectâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição” dos bens imateriais. Sendo que, “especial protecção devem

⁴⁵ João Leal, «O povo no museu», *Museologia.pt*, n.º 5 (2011): 92, <http://run.unl.pt/handle/10362/9756>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

⁴⁶ Cláudia Freire, «Museus e património imaterial: práticas em museus da RPM», em *Museus e Património...*

⁴⁷ Paulo Costa, «O «Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial»: da prática etnográfica à voz das comunidades», (comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: Percursos, Concretizações, Perspetivas*, Lisboa, Institut Français du Portugal, 28 e 29 de novembro, 2012), 93 - 94, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=4>, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer”, com destaque para técnicas de construção, de fabrico e de preparação de alimentos⁴⁸.

No ano de 2009 é publicado o *Decreto-Lei n.º 139/2009* que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do PCI. Este *Decreto-Lei*⁴⁹, como dito no seu artigo 1.º, abrange, tal como a *Convenção* de 2003, os seguintes domínios: tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial⁵⁰; expressões artísticas e manifestações de carácter performativo⁵¹; práticas sociais, rituais e eventos festivos⁵²; conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo⁵³; competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais⁵⁴.

Como medida para a salvaguarda do PCI, e seguindo os pressupostos da *Convenção* de 2003, este documento instituiu o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, também conhecido como MatrizPCI; o *Decreto-Lei n.º 139/2009* afirma, no artigo 6.º, que a inventariação consiste no “levantamento participado, sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo das manifestações do património cultural imaterial” e que esta se realiza “através de uma base de dados em linha de acesso público”⁵⁵, disponível *online*⁵⁶ desde 2011 e gerida atualmente pela DGPC. Em Portugal, o registo de uma manifestação de PCI no *Inventário Nacional* é a única forma de protecção do PCI juridicamente válida à escala nacional⁵⁷, e o regime jurídico reconhece dois tipos de registo neste *Inventário*: o registo de inventariação propriamente dito, que se destina a salvaguardar a continuidade futura do PCI que não esteja sujeito a riscos ou ameaças expressivas; e o registo de salvaguarda, reservado à protecção de manifestações do PCI em risco de extinção a curto ou médio prazo⁵⁸. Os pedidos de inventariação de PCI submetidos à DGPC precisam conter informação de carácter etnográfico e histórico sobre

⁴⁸ «Lei de bases do património cultural...»

⁴⁹ «Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho», (2009), http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_lei139_2009_pororof.pdf, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

⁵⁰ Englobam este domínio, entre outros exemplos o romanceiro, o cancionero, contos, lendas e mitos, adivinhas e provérbios, e formulas mágico-rituais: Paulo Costa, *MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: Manual de Utilização*, (s. l.: Direção-Geral do Património Cultural, 2014), 7, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=4>, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

⁵¹ Englobam este domínio, entre outros exemplos a música, a dança e o teatro popular: *Ibidem*

⁵² Englobam este domínio, entre outros exemplos as festividades cíclicas, os ritos de passagem do indivíduo, práticas religiosas: *Ibidem*.

⁵³ Englobam este domínio, entre outros exemplos conhecimentos e práticas nas áreas da etnobotânica, como a farmacopeia ou a medicina tradicional, ou conhecimentos associados à meteorologia popular e rituais agrários: *Ibidem*.

⁵⁴ Englobam este domínio, entre outros exemplos, conhecimentos e saberes associados à caça, à pesca, à agricultura, à criação de animais, à arquitetura popular e aos ofícios tradicionais: *Ibidem*.

⁵⁵ «Decreto-Lei n.º 139/2009...»

⁵⁶ O *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* pode ser consultado *online* em: <http://matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/home.aspx>.

⁵⁷ Costa, «O «Inventário...», 93 - 94.

⁵⁸ Costa, *MatrizPCI...*, 6.

a manifestação em questão e ainda o conjunto de medidas de salvaguarda a aplicar, e devem ser desenvolvidos pelas seguintes entidades: comunidades, grupos ou indivíduos detentores do PCI: organizações não-governamentais; autarquias; regiões autónomas; e pelo Estado⁵⁹. Desta forma, o *Inventário* assenta sobre uma estratégia de salvaguarda de tipo *bottom-up*, onde se estimula a participação e envolvimento das comunidades, grupos ou indivíduos detentores do PCI no processo de inventariação, que não pode ser conduzido exclusivamente por organizações governamentais ou não governamentais e sem o consentimento dos detentores⁶⁰.

Paulo Costa⁶¹ salienta ainda que o regime jurídico “estipula a obrigatoriedade de ser efetuada a respetiva revisão ordinária, com uma regularidade de pelo menos 10 anos”, para assim se verificarem as alterações conhecidas nas manifestações do PCI inventariadas, bem como a possibilidade de ser efetuada uma atualização em qualquer momento que essas alterações ocorram. Este mesmo autor observa que “este diploma preconiza uma abordagem integrada ao património, material e imaterial, prevendo”, por exemplo, “a proteção legal dos bens materiais – móveis e imóveis – que se encontrem associados a uma manifestação imaterial inventariada”⁶².

Por fim, o crescente interesse do poder político e das comunidades pelo PCI poderá também estar relacionado com a existência deste *Inventário*, o que permite destacar determinadas manifestações imateriais e, assim, conseguir o reforço da atividade económica e o crescimento da dinâmica cultural num determinado território. Outro aspeto que reforça a importância do *Inventário Nacional* é o facto de não se dever procurar incluir uma manifestação na lista de *Património Cultural Imaterial da Humanidade* da UNESCO sem que primeiro tenha sido feito o pedido inventariação a nível nacional⁶³. No entanto, estes, apesar de por vezes poderem ser confundidos, são dois processos e dois inventários diferentes.

2.2.3.1. A tauromaquia no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial: a capeia arraiana

⁵⁹ Costa, *MatrizPCI...*, 8 - 9.

⁶⁰ MatrizPCI, «Inventário Nacional», Direção-Geral do Património Cultural, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioFiltrar.aspx>, s. d., consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

⁶¹ Costa, «O «Inventário...», 95 - 96.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ Direção Regional de Cultura do Norte, «Conclusões do Encontro sobre Inventariação de Património Cultural Imaterial», (2016), http://www.culturalnorte.pt/fotos/editor2/conclusoes_encontro_festas_e_rituais_2016.pdf, consultado no dia 30 de março de 2016.

Existe, para já e desde 2011, neste *Inventário*, incluída no domínio das práticas sociais, rituais e eventos festivos, uma prática tauromáquica: a *capeia arraiana* (Figura 1). Esta é uma manifestação específica de algumas freguesias do concelho do Sabugal, “que se caracteriza e singulariza das demais formas populares de manifestações tauromáquicas, pelo facto de a lide do touro bravo ser efectuada colectivamente, com o recurso do Forcão”, descrito simplesmente como uma estrutura de madeira⁶⁴.

A entidade responsável pelo pedido de inventariação foi a Câmara Municipal do Sabugal (CMS), enquanto instituição representante da população do concelho do Sabugal e “que tem como missão a melhoria dos índices de desenvolvimento do concelho e de qualidade de vida dos seus munícipes”⁶⁵. A CMS realizou este pedido com a intenção de responder à aspiração das comunidades das freguesias onde decorre a *capeia arraiana* que pretendiam ver salvaguardada esta tradição popular profundamente enraizada na sua memória coletiva e na sua cultura.

Mesmo esta manifestação não conhecendo riscos de extinção significativos, a CMS pretendia a partir de 2011 criar outras medidas de salvaguarda e valorização da *capeia arraiana*, como: “continuar o aprofundamento do estudo da *Capeia*, nas perspectivas histórica, sociológica, antropológica e turística”; ou realizar “uma exposição temporária sobre a *Capeia* que inclua bibliografia, iconografia (fotos e cartazes) e objectos associados à *Capeia*”⁶⁶.

⁶⁴MatrizPCI, «Ficha de património imaterial: *capeia arraiana*», Direção-Geral do Património Cultural, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=284>, 2011, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

⁶⁵ MatrizPCI, «Ficha de património....»

⁶⁶ MatrizPCI, «Ficha de património....»



Figura 1 – Capeia arraiana: lide de touro com forcão.

Fonte: MatrizPCI,

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=284>, 2011, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

2.2.4. O papel dos museus na salvaguarda do património cultural imaterial

Apesar de em Portugal a proteção legal dos bens culturais imateriais assentar unicamente no inventário nacional, é inegável a importância dos museus no cumprimento do proposto pela *Convenção* de 2003 e, assim, na valorização e salvaguarda do PCI. Inclusivamente, as últimas décadas de trabalho e reflexão da ICOM apontam para uma ampliação do campo de atuação dos museus que vá para lá dos aspetos materiais do património cultural e integre uma visão mais completa deste, abrindo espaço para o património imaterial⁶⁷. Esta instituição promoveu, em 2002, um debate sobre a futura *Convenção* de 2003 e a capacidade dos museus para dar resposta a esta visão do PCI. Deste encontro resultou a *Carta de Shangai*, que no seu preâmbulo destacava a importância do reconhecimento e promoção das vozes, valores, tradições, línguas, história oral, e vida popular através de diversas práticas museológicas. Esta *Carta* recomendava ainda que, entre outros aspetos, os museus: estabelecessem metodologias e critérios, com enfoque na interdisciplinaridade e práticas holísticas, para a abordagem do património material e imaterial, mas também natural; desenvolvessem projetos de

⁶⁷ Carvalho, *Os Museus...*, 101.

inventário assentes na participação das comunidades; realizassem esforços para conservar, apresentar e interpretar o PCI, e aí recorressem às novas tecnologias e aos mais diversos formatos⁶⁸.

Cláudia Freire⁶⁹ é da opinião de que, no que respeita às práticas tradicionais, os museus devem alertar para as ameaças, ou para a eventual extinção que estas podem enfrentar. Desta forma, os museus devem estudar o PCI, juntamente aproveitar para dar a conhecer as realidades de diversos pontos de vista, lançar debates e suscitar a reflexão, contribuindo para a valorização das manifestações imateriais “enquanto sinais de memória e identidade e para a tomada de consciência das mudanças que se vão operando nas sociedades”. Também João Leal⁷⁰ considera que o PCI não se deve pautar pela imobilização, mas ser um lugar de uma dupla mobilização: o PCI deve ser feito a partir “de mobilizações de pessoas reais” e deve partir de “uma conceção da cultura como algo que se move, que transita, que circula, feita de fluxos, de transformações”. Contudo, nem sempre é isto que sucede, pois existe a tendência de se incluir apenas no PCI as “formas supostamente puras e autênticas” e excluir “expressões que não nos habituámos a categorizar como cultura”, como, e pegando no exemplo de Leal⁷¹, “os bailes de terceira idade que se realizam em coletividades populares em Lisboa” – que, segundo este autor, “são tão Património Cultural Imaterial como as Festas do Espírito Santo”.

2.2.4.1. *Exposições e novas tecnológicas*

São diversas as formas dos museus fazerem cumprir os objetivos expressos no parágrafo anterior, como: tornar acessíveis os fundos de arquivos, através de consulta local ou *online*; editar meios fonográficos, audiovisuais e de livros; organizar atividades educativas; realizar colóquios, visitas orientadas e exposições.

No que diz respeito às exposições, e apesar de estas serem um dos meios de comunicação privilegiados, o PCI aparenta estar pouco presente nestas, mesmo como complemento ao discurso expositivo⁷². Regra geral, como afirma Jorge Freitas Branco⁷³,

⁶⁸ICOM, «Carta de Shanghai», (2002), http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statements/SPA/shanghai2002_spa.pdf, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

⁶⁹Freire, «Museus...», 220 – 221.

⁷⁰João Leal, «Agitar antes de usar: a Antropologia e o património cultural imaterial», *Memória em Rede*, vol. 3, n.º 9 (Julho/Dezembro 2003): 13, <http://run.unl.pt/bitstream/10362/11215/1/Agitar%20antes%20de%20usar.pdf>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

⁷¹Leal, «Agitar...», 14.

⁷²Carvalho, *Os Museus...*, 151.

⁷³Jorge Freitas Branco, «Significados esgotados: sobre museus e coleções etnográficas», (2008), <http://www.ankulegi.org/wp-content/uploads/2012/03/0303Freitas-Branco.pdf>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

nos museus de etnografia, de cultura popular, nos ecomuseus e museus locais “repetem-se os artefactos expostos, os processos para que remetem são os mesmos, coincidem ainda memórias invocadas”. Em resposta a esta situação, Carvalho⁷⁴ sublinha a necessidade de no discurso expositivo serem exploradas novas perspetivas, incorporando-se o ponto de vista das comunidades representadas. Freire⁷⁵ declara que os museus e o PCI podem dar relevo a práticas, conhecimentos e saberes-fazer relacionados com o património na sua vertente material, contribuindo para “os tornar mais ricos à luz desse contexto intangível” tal como para “dar a compreender o Homem na sua plenitude e na sua diversidade cultural”.

Numa exposição associada a uma manifestação imaterial, para além dos elementos tradicionais, como os painéis, deve-se recorrer à imagem, ao som e ao vídeo. Estes meios permitem enriquecer a interpretação do tema, ao contribuírem para a sua contextualização e ainda para suscitarem emoções⁷⁶.

Também a *Internet* disponibiliza diversas ferramentas para a comunicação das coleções e do PCI, inclusivamente a novos públicos, como blogues, *wikis*, páginas de armazenamento de vídeos e de partilha de fotografias, redes sociais, ou aplicações vocacionadas para a cultura e património cultural, como o *Google Cultural Institute*⁷⁷. Em Portugal, um bom exemplo de como as novas tecnologias e os meios audiovisuais podem servir os museus e o PCI é o projeto *Memoriamedia: e-Museu do Património Cultural Imaterial*⁷⁸, iniciado em 2006. Este projeto assume-se como um “museu virtual total”, isto é, um museu criado “digitalmente, sem espaço físico, mas também sem restrições de horários, com arquivos disponíveis em qualquer parte do mundo (desde que se tenha acesso à *Internet*)” e “onde quem visita o museu pode retirar, partilhar, sugerir e acrescentar informação”⁷⁹. O *e-museu* em questão investiga, inventaria, salvaguarda e divulga diversas manifestações imateriais, através da realização e publicação de registos videográficos e fonográficos, ou da organização de eventos dedicados à divulgação do PCI português e internacional, como exposições⁸⁰.

⁷⁴ Carvalho, *Os Museus...*, 152 – 153.

⁷⁵ Freire, «Museus...», 216.

⁷⁶ Carvalho, *Os Museus...*, 154.

⁷⁷ O projeto *Google Cultural Institute* e as suas diversas galerias podem ser consultados em: <https://www.google.com/culturalinstitute/home?hl=pt-PT>.

⁷⁸ O projeto *Memoriamedia: e-Museu do Património Cultural Imaterial* pode ser consultado em: <http://www.memoriamedia.net/>.

⁷⁹ Filomena Sousa, *Património Cultural Imaterial – Memoriamedia e-Museu: Métodos, Técnicas E Práticas*, (s. l.: Memória Imaterial CRL, 2015), http://www.memoriamedia.net/pci_docs/PCI-MEMORIAMEDIA_METODOS_PRATICAS_web.pdf, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

⁸⁰ *Ibidem*.

2.2.4.2. *Investigação*

No entanto, para intervir e divulgar é necessário conhecer, objetivo que se atinge através da investigação. A investigação é o suporte de muitas outras atividades museológicas: a execução de estudos mais aprofundados sobre o património cultural de cada território garante um melhor conhecimento e divulgação do património; assim, sem a realização de projetos de investigação poderá também não haver forma de garantir a implementação de projetos de salvaguarda e de apoio a revitalização de tradições⁸¹.

Contudo, nem sempre os museus têm os meios financeiros e/ou humanos necessários para a realização de investigações, devendo nestes casos procurar parceiros, nomeadamente as universidades e os centros de investigação, e também outros museus com afinidades temáticas e interesses comuns, garantindo-se, assim, uma forma de otimizar recursos. Por vezes, o papel dos museus poderá também ser o de mediador e garante de cooperação entre a comunidade e investigadores⁸².

As ciências sociais, em particular a antropologia, são o principal suporte de investigação realizada pelas instituições com competências na salvaguarda do PCI. A investigação etnográfica, que tem origem na Antropologia, baseia-se no trabalho de campo e pode recorrer a diversas ferramentas para a recolha de informações, como à observação, à entrevista, ao diário de campo, à investigação documental, entre outras. As evidências assim recolhidas, após reunidas, permitem criar uma narrativa, através da qual se comunica o conhecimento⁸³.

2.2.4.3. *O museu enquanto lugar de memória*

A investigação, a realização de exposições e restantes funções do museu, permitem transformar este espaço num lugar de memória, mais concretamente de memória social. Para Maurice Halbwachs⁸⁴, a memória é um fenómeno social, construído e reproduzido coletivamente ao longo do tempo. Desta forma, “tal como o património cultural (ou como um património cultural), a memória social é dinâmica, mutável e

⁸¹ Carvalho, *Os Museus...*, 149 – 150.

⁸² Carvalho, *Os Museus...*, 150 – 151.

⁸³ Luz Ochoa, «Investigación etnográfica en el museo», em *Tendencias de la Museología en América Latina: Articulaciones, horizontes, diseminaciones*, org. Luis Moreno, (s. l.: ENCRYM – INAH, 2015), 182, <http://www.todopatrimonio.com/otras-publicaciones/518-tendencias-de-la-museologia-en-america-latina-articulaciones-horizontes-diseminaciones>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

⁸⁴ Maurice Halbwachs, *La Mémoire Collective* (Paris: Albin Michel, 1997).

seletiva”⁸⁵ - pois, nem todas as práticas e conhecimentos de um grupo ficam registados para as gerações futuras.

No museu as histórias de vida individual ou de grupos restritos associam-se às narrativas de grupos mais abrangentes, e ambas podem, neste espaço, serem apresentadas a novos grupos e adquirir novos significados. Mas mais do que isto, o museu permite: recordar lugares, práticas ou objetos que podem ser fragmentos de um *puzzle* identitário, desta forma mais fácil de construir; transmitir os sentimentos, as emoções, os valores e as ideias associadas a esses lugares, práticas e objetos; descodificar o passado e a identidade de um grupo social, familiar, profissional ou geracional⁸⁶.

2.3. Ecomuseu de Barroso

Na opinião de Carvalho⁸⁷, muito provavelmente “nem todos os museus estão em posição de desenvolver estratégias direcionadas para o PCI”. Porém, esta autora considera que o movimento designado como nova museologia possui “argumentos passíveis de se coadunarem com as exigências que o paradigma atual da salvaguarda do PCI representa para os museus”⁸⁸.

O conceito de *nova museologia* começou a ser delineado nas décadas de 1960 e 1970, mas sobretudo a partir da *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, realizada em 1972 no âmbito de um encontro do Conselho Internacional de Museus (ICOM).⁸⁹ Esta “filosofia” pode ser definida como uma forma de renovação da museologia tradicional, sendo que procura manter

[...] *uma relação de oposição a tudo o que é velho, baseando-se no princípio de que os detentores de uma identidade cultural e de um saber deverão ser os protagonistas dessa mesma cultura. Isto é, em vez de consumidores de um certo produto cultural que lhe é estranho e integrador, deverão ser os indivíduos e as comunidades a criar a sua própria cultura,*

⁸⁵ Donizete Rodrigues, *Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma Abordagem Antropológica*, <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

⁸⁶ Ochoa, «Investigación...», 188 – 189.

⁸⁷ Carvalho, *Os Museus...*, 118.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ David Teixeira, *O Ecomuseu de Barroso: A Nova Museologia ao Serviço do Desenvolvimento Local* (dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2005), 1.

*o seu próprio desenvolvimento, a serem os actores da mudança, utilizando o seu património como um instrumento útil a estes objectivos.*⁹⁰

Assim, a ideia base implícita na nova museologia é a trilogia: território (em vez de um edifício); património local, seja ele material, móvel, imóvel, imaterial ou natural (em vez de uma coleção); comunidade (em vez de um público consumidor)⁹¹.

É neste contexto que se insere o *ecomuseu*, conceito desenvolvido em França a partir da segunda metade do século XX, por Georges Henri Rivière e Hughes de Varine e “um dos campos de experimentação por excelência da nova museologia”⁹². Elisa Babo e Paula Guerra⁹³ consideram que o conceito de ecomuseu deve constituir-se como um espaço onde: se valorizem recursos e o património; onde se reforce a representação de identidade territorial e cultural; onde se promova formação, investigação e experimentação; se procure a cooperação interinstitucional; se estimule a participação e a cidadania; e como um espaço de mobilização e inovação. Outra ideia associada à ecomuseologia é que o museu deve estar atento e aberto às mudanças que se processam na sociedade⁹⁴. Por tudo isto, um museu que adote esta perspetiva, mesmo que com outra designação, deve ser visto como um possível modelo para uma aproximação ao PCI.

A ideia de criar um museu no concelho de Montalegre remonta à década de 1980. Contudo, só em 2000 a Câmara Municipal de Montalegre, que pretendia criar um ecomuseu extensível a todo o Barroso, contrata a empresa *Quaternaire Portugal* que, com a colaboração de Hugues de Varine, realiza um estudo prévio para a caracterização da região e para a concretização de um plano de trabalhos, cujo relatório final foi apresentado em Maio de 2001. Ao longo da primeira metade da década de 2000, e após a criação de uma equipa de trabalho, deu-se a implementação do projeto e a criação dos primeiros polos do Ecomuseu de Barroso, em Montalegre, Pitões das Júnias, Tourém e Salto⁹⁵. Em 2015, sinal de reconhecimento do trabalho realizado por este museu, o Ecomuseu de Barroso passou a integrar a Rede Portuguesa de Museus⁹⁶.

⁹⁰ Cesar Lopes, «História e ideias da nova museologia», *Textos de Museologia - Cadernos do Minom*, n.º 1 (1991): 53.

⁹¹ Carvalho, *Os Museus...*, 120; Teixeira, *O Ecomuseu...*, 1.

⁹² Carvalho, *Os Museus...*, 119.

⁹³ Elisa Babo e Paula Guerra, «As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso», (2005), 1, <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53702/2/67261.pdf>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

⁹⁴ Carvalho, *Os Museus...*, 120.

⁹⁵ Odete Laja, *Proposta Para o Ecomuseu do Barroso em Fafião* (dissertação de Mestrado, Viana do Castelo, IPVC, 2013), 10, <http://repositorio.ipvc.pt/handle/123456789/1118>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

⁹⁶ Correio do Minho, «Montalegre: Ecomuseu de Barroso integra Rede Nacional de Museus», 12 de setembro, 2015, <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=89193>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

São vários os objetivos deste museu, dos quais se destacam: proteger os sistemas ecológicos; valorizar o património cultura e natural nas suas várias vertentes; promover e rentabilizar os recursos naturais numa vertente lúdica e desportiva, mantendo sempre uma ideia de respeito, conservação e sustentabilidade; recuperar o saber fazer e o saber tradicional; reforçar a identidade de cada comunidade local; promover a valorização das práticas do mundo rural de Barroso, como atividades económicas artesanais, sistemas agrícolas e rituais; mobilizar a comunidade para novas atividades, promovendo a cidadania, a cooperação e a inovação⁹⁷. Assim, o Ecomuseu de Barroso procura representar “uma âncora no processo de desenvolvimento sustentável do município”⁹⁸ e servir “de janela para os visitantes e espelho para os locais”⁹⁹.

Atualmente, o Ecomuseu de Barroso possui a sua sede na vila de Montalegre, no Espaço Padre Fontes, onde é “possível assistir a dezenas de documentários sobre a etnografia local, encontrar mais de mil pontos de interesse numa maquete tridimensional, visitar salas sobre o território, gentes, quotidiano e os ciclos vitais”¹⁰⁰, e vários polos museológicos dispersos pelo concelho (Figura 2). O Ecomuseu de Barroso - Corte do Boi está alojado, como o nome indica, na antiga corte do boi de Pitões das Júnias, e nele estão “patentes temáticas como a pastorícia em regime extensivo, a vezeira, a tecelagem, a agricultura de montanha, os modos de produção local, as alfaias agrícolas, o património etnográfico, o ‘boi do povo’, o lobo ibérico”¹⁰¹. Em Salto podemos encontrar o Ecomuseu de Barroso - Casa do Capitão, espaço instalado “numa antiga casa senhorial, que pertenceu ao Capitão da aldeia, representante da autoridade e do poder, a nível local” e no qual estão representadas a “raça barrosã, que é autóctone, as alfaias agrícolas manuais e de tração animal, o ciclo do pão, a cozinha de Barroso, o ciclo da lã e do linho”¹⁰². O Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo das Minas da Borralha insere-se na requalificação do espaço mineiro¹⁰³. A Aldeia Ecomuseu de Paredes do Rio “oferece uma visita ao passado, com a rota dos artesãos que, nas suas casas, mostram os seus locais de

⁹⁷ Laja, *Proposta Para...*, 10 - 11.

⁹⁸ Laja, *Proposta Para...*, 10.

⁹⁹ Laja, *Proposta Para...*, 12.

¹⁰⁰ Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso - Espaço Padre Fontes», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-espaco-padre-fontes>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

¹⁰¹ Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso - Corte do Boi», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-corte-boi>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

¹⁰² Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso – Casa do Capitão», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-casa-capitao>, s. d., consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

¹⁰³ Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo das Minas da Borralha», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-centro-interpretativo-das-minas-da-borralha>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

trabalho e os saberes muitas vezes já esquecidos”¹⁰⁴. Em Tourém existe o Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo da Avifauna da Região, construído na antiga corte do boi e que tem como missão a “preservação e manutenção do património natural e paisagístico”¹⁰⁵. Por sua vez, o Ecomuseu de Barroso - Casa do Lavrador, em Vilar de Perdizes, é “reflexo de uma casa tradicional, habitada por um barrosão que trabalhava de dia e de noite”¹⁰⁶. Já o Ecomuseu de Barroso - Vezeira e a Serra, situado em Fafião, é um centro interpretativo que visa promover o território inserido no Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), e onde é “possível que os turistas tenham contacto com as cabanas dos pastores, as lagoas, os currais, os lagares e os moinhos”¹⁰⁷. O Ecomuseu de Barroso possui ainda três polos no concelho de Boticas: o Museu Etnográfico, nas Alturas do Barroso; o Museu Rural, na vila de Boticas; e a Casa Museu Quinta do Cruzeiro, em Covas do Barroso.



Figura 2 – Distribuição geográfica dos polos do Ecomuseu de Barroso nos concelhos de Montalegre (a cinzento) e de Boticas (a laranja).

Adaptado de: Câmara Municipal de Montalegre, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=2958>, 2015, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016

¹⁰⁴ Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso - Aldeia Ecomuseu», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-aldeia-ecomuseu>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

¹⁰⁵ Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo da Avifauna da Região», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-centro-interpretativo-da-avifauna-da-regiao>, s. d., consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

¹⁰⁶ Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso - Casa do Lavrador», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-casa-lavrador>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

¹⁰⁷ Ecomuseu de Barroso, «Ecomuseu de Barroso - Vezeira e a Serra», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-vezeira-serra>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

No que respeita ao PCI é importante referir que, nas suas investigações, exposições e restantes iniciativas, o Ecomuseu de Barroso não esquece as tradições, as práticas sociais e económicas, os rituais, os acontecimentos festivos, o saber fazer e o artesanato desta região. Inclusivamente, o Ecomuseu de Barroso apoiou um trabalho de investigação para intervenção museológica, intitulado *As Culturas do Trabalho no Barroso*, onde são abordados, entre outros temas, o trabalho de metais, a confeção de alheiras, presunto, manteiga e filhós, a produção de mel e de sabão, o quotidiano alimentar nas Minas da Borralha, tal como a *vezeira* de Fafião, onde o gado barrosão está ainda presente¹⁰⁸. O Ecomuseu de Barroso, em parceria com a Universidade Fernando Pessoa, desenvolveu também um sistema de inventário que responde às especificidades da sua coleção, composta por elementos materiais e imateriais do património¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Os textos do projeto de investigação para intervenção museológica *As Culturas do Trabalho no Barroso* podem ser consultados em: http://static.cm-montalegre.pt/culturas_trabalho/artigos.html.

¹⁰⁹ Carvalho, *Os Museus...*, 131 – 132.

Capítulo 3

**O concelho de Montalegre e o Barroso: caracterização,
comunitarismo e gado bovino**

3. O concelho de Montalegre e o Barroso: caracterização, comunitarismo e gado bovino

É no Noroeste Transmontano que podemos encontrar o concelho de Montalegre. No passado imperou neste concelho, bem como em terras vizinhas, o regime comunitário agro-pastoril e mereceu destaque a criação de gado bovino, regra geral, de raça Barrosã. O gado bovino alcançou, assim, entre as populações do concelho de Montalegre, uma inegável importância social e económica.

Foi neste contexto que, muito provavelmente, surgiram o boi do povo e as chegas de bois, sendo, por esta razão, necessário acompanhar as mudanças que esta realidade conheceu ao longo dos anos. Sobretudo, quando estas mudanças têm, possivelmente, influência no estado atual das chegas de bois.

3.1 Caracterização do concelho de Montalegre

O concelho de Montalegre, integrado no distrito de Vila Real, é um dos mais extensos do país. Com uma área de cerca oitocentos km², conta com duas vilas, Montalegre, sede de concelho, e Salto, e cento e trinta e duas aldeias, tudo isto agrupado em vinte e cinco freguesias¹¹⁰ (Figura 3 e Figura 4).

Montalegre situa-se no Planalto do Barroso¹¹¹, e aproximadamente um terço do seu território está incluído no Parque PNPG, mais propriamente na Serra do Gerês.¹¹² Integram ou rodeiam ainda este concelho o Planalto da Mourela, a Serra do Leiranco, com 1.156 metros de altitude, a Serra do Larouco, ponto mais alto de Montalegre, com 1.525 metros de altitude, a Serra da Cabreira, com 1.262 de altitude, e a Serra das Alturas ou do Barroso, com 1.279 metros de altitude. A bacia hidrográfica de Montalegre é constituída pelos rios Cávado, o seu afluente Rabagão, Terva, Cabril, Assureira, Beça e o Covas¹¹³. O clima deste território é de tipo continental, ou seja, rigoroso mas não

¹¹⁰Teixeira, *O Ecomuseu...*, 16.

¹¹¹ O Barroso é uma zona planáltica e serrana que abrange os concelhos de Montalegre e Boticas e as freguesias de Ruivães e Campos, em Vieira do Minho, e de Gondães, em Cabeceiras de Basto.

¹¹² Teixeira, *O Ecomuseu...*, ix.

¹¹³ António Lourenço Fontes, «Cultura popular da zona do barroso», *Brigantia: Revista de Cultura*, vol. II, n.º 4 (1982), separata: 3.

excessivamente, com índices pluviométricos altos, com verões de temperaturas elevadas e invernos ventosos, bastante frios e com a presença de neve¹¹⁴.

A região do Barroso está dividida em Alto Barroso e Baixo Barroso. Para os geógrafos, o Alto Barroso situa-se em cotas superiores a setecentos ou oitocentos metros e o Baixo Barroso em cotas inferiores; popularmente, esta divisão é feita através dos pontos cardeais norte e sul, estando o Alto Barroso a norte de uma linha imaginária que divide a região aproximadamente a meio, e o Baixo Barroso encontra-se a sul dessa linha¹¹⁵ - sendo a forma popular a utilizada nesta dissertação.

A sede de concelho de Montalegre situa-se a trinta e cinco quilómetros de Chaves, a setenta quilómetros de Ourense (na Galiza) e a cerca de noventa quilómetros de Braga e Vila Real, sendo estes os grandes polos urbanos mais próximos. Este concelho é limitado a norte pela Galiza, possuindo, assim, cerca de setenta e oito quilómetros de fronteira com Espanha, mais propriamente com os municípios de Lobios, Muíños, Calvos de Randín, Baltar, Cualedro e Oímbra, já a oeste Montalegre é limitado pelo município de Terras de Bouro, a sul por Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto e a este pelos municípios de Boticas, também situado no Planalto do Barroso, e Chaves¹¹⁶. Devido à sua situação geográfica, à sua extensa área territorial e à sua orografia, as acessibilidades do concelho de Montalegre foram desde sempre limitadas e difíceis.

No que respeita à organização social, este concelho assenta essencialmente em pequenos mas concentrados núcleos populacionais, sendo os maiores centros habitacionais as duas vilas anteriormente referidas, Montalegre e Salto. Este território é predominantemente rural, mas pode encontrar-se nele núcleos urbanos de pequena dimensão, como a vila de Montalegre¹¹⁷.

Economicamente, este território é marcado pela propriedade minifundiária, pela agricultura de montanha, e, mais do que por esta, pela pastorícia e pecuária, com a criação de bovídeos, porcos, coelhos, cabras, ovelhas, galinhas e outros animais de capoeira¹¹⁸. Para a dinamização económica de Montalegre é inegável a importância da aposta no turismo, boa parte das vezes associado ao património cultural e natural da região, onde se pode apresentar como exemplo o Ecomuseu de Barroso e a rede de percursos pedestres existente no concelho, e na organização de eventos como a *Sexta13* ou a *Feira do Fumeiro*

¹¹⁴ José Dias Baptista, *Montalegre* (Montalegre: Município de Montalegre, 2006), 49 - 51.

¹¹⁵ Rogério Borralheiro, «Apontamentos económicos e sociais», em *Salto: Apelos do Torrão Natal*, Maria da Conceição Pacheco (Braga: s/ed, 2008), 11.

¹¹⁶ Teixeira, *O Ecomuseu...*, 16.), 89 – 90

¹¹⁷ Teixeira, *O Ecomuseu...*, 32 e 35.

¹¹⁸ Teixeira, *O Ecomuseu...*, 17 e 32 – 34.

e do Presunto de Barroso. Outros setores de grande importância são o comércio, a restauração e a hotelaria¹¹⁹, destacando-se as unidades de turismo em espaço rural.

Demograficamente importa reter que, segundo os *Censos* de 2011, a população deste concelho é de 10.537 habitantes, sendo que entre 2001 e 2011 Montalegre conheceu um decréscimo populacional na ordem dos 17,6% - em 2001 este concelho contava com 12.792 habitantes.¹²⁰ Montalegre conhece já há vários anos uma fase de envelhecimento e de desertificação, para a qual também contribuiu a emigração, em particular de jovens, que está associada à falta de emprego na região¹²¹.

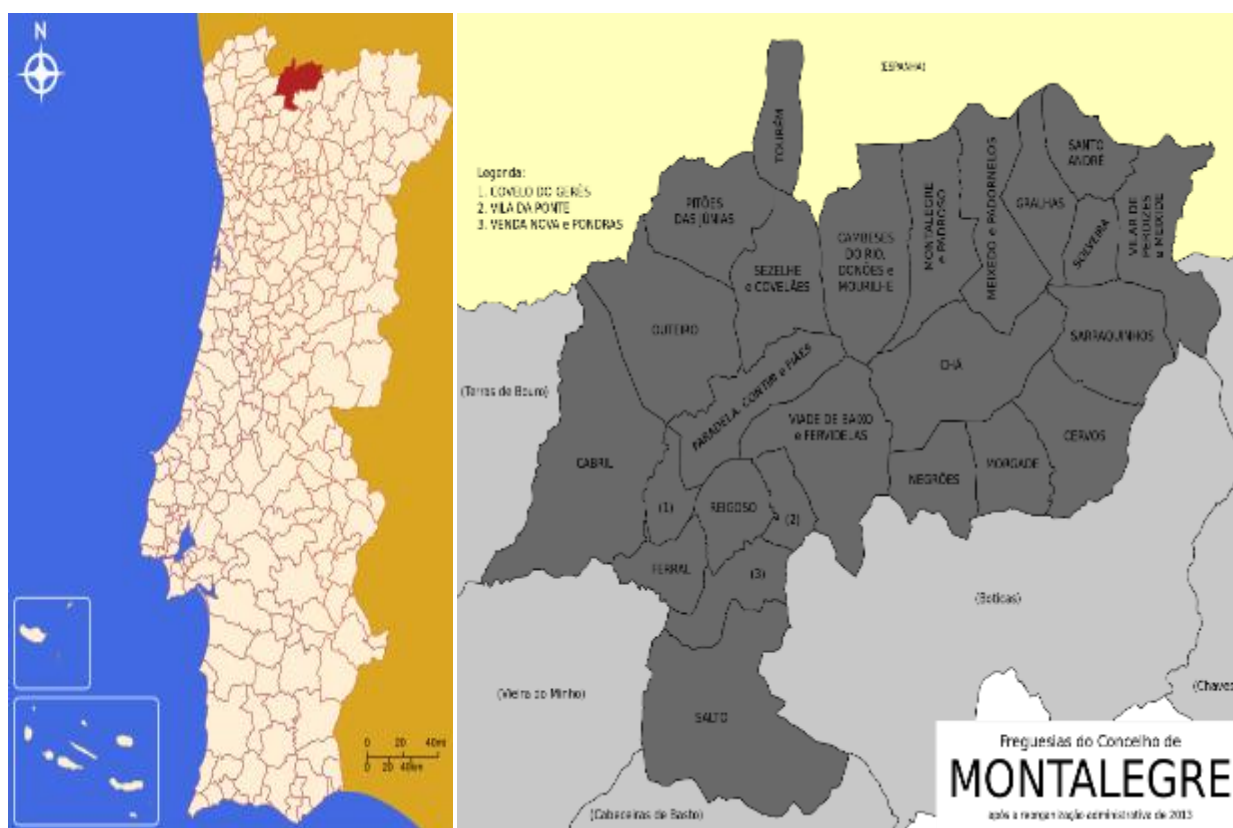


Figura 3 - Mapa de Portugal: a vermelho está assinalado o concelho de Montalegre.

Fonte: Montalegre a Desenvolver, http://montalegre_a_desenvolver.blogs.sapo.pt/718.html, 2007, consultado no dia 15 de fevereiro de 2016.

Figura 4- Organização administrativa (por freguesias) do concelho de Montalegre.

Fonte: Peirezes, <http://peirezes.skyrock.com/2826380284-Mapa-do-concelho-de-Montalegre-e-do-Barroso.html>, 2010, consultado no dia 15 de fevereiro de 2016

¹¹⁹Câmara Municipal de Montalegre, *Diagnóstico Social*, 113, http://www.cm-montalegre.pt/forceDownload.php?fich=diagnostico_certo-140106145035.pdf&hits=1&Id_dw=43456, consultado no dia 15 de fevereiro de 2016.

¹²⁰ Câmara Municipal de Montalegre, *Diagnóstico...*, 5.

¹²¹ Teixeira, *O Ecomuseu...*, 18.

3.2. O comunitarismo no concelho de Montalegre

Durante séculos, “imposto pelas condições naturais do meio montanhês, mas agravado pelo esquecimento a que as populações foram condenadas pelos centros de poder”¹²², para as populações do concelho de Montalegre, bem como para outras populações serranas do Norte de Portugal, o *comunitarismo agro-pastoril* (também referido como *comunalismo* ou *coletivismo*¹²³) “constituiu fatalmente a única saída”¹²⁴.

Tude M. de Sousa, que se dedicou ao estudo do Gerês e das suas comunidades, afirma que neste regime os

[...] povoados se integravam para a prática de serviços, reciprocamente prestados de interesse individual e colectivo, e em que reciprocamente obedeciam a regras e preceitos de longe estabelecidos, para uma vida jurídica especial criada por eles, a que todos religiosamente obedeciam.¹²⁵

Por sua vez, Jorge Dias descreve o comunitarismo, por si estudado essencialmente em Vilarinho da Furna¹²⁶ (Terras de Bouro), aldeia agora submersa, e em Rio de Onor¹²⁷ (Bragança), como

[...] um tipo de organização social em que os direitos individuais são regulados em função da propriedade colectiva tradicional que serve de base às suas economias. Esta organização complexa regula a actividade individual não só em relação à propriedade colectiva, mas também em relação à propriedade individual. A vida social é considerada como um todo no qual o bem comum é colocado acima dos interesses individuais. Embora nas sociedades comunitaristas possa cada família ter a sua propriedade, é a propriedade colectiva que predomina. Todas as famílias

¹²² Luís Polanah, *A Propósito do Comunitarismo na Serra do Gerês* (Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1992), 63.

¹²³ O recurso a diversos termos para se referir ao *comunitarismo* e a validade destes é abordado em: Luís Polanah, «Espírito do comunitarismo», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 30 (1990), separata: 64 - 67.

¹²⁴ Polanah, *A Propósito...*, 64.

¹²⁵ Tude M. de Sousa, *O Gerez: Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), 3.

¹²⁶ Jorge Dias, *Vilarinho da Furna: Uma Aldeia Comunitária* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983).

¹²⁷ Jorge Dias, *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril* (Lisboa: Editorial Presença, 1981).

*submetem-se por mútuo consentimento às condições impostas pelo conselho local.*¹²⁸

Luís Polanah faz referência ao comunitarismo como sendo o conjunto de “trabalhos colectivos que o povo camponês executa na gestão da sua aldeia e dos bens que lhe estão adstritos”¹²⁹, sendo que os trabalhos comunitários “não se destinam a ninguém em particular; revertem para o património do grupo total”¹³⁰. Este autor acrescenta que na aldeia de Tourém (Montalegre) integravam o comunitarismo: a entreatjada familiar e o recurso a amigos vizinhos, aspeto que se percebia durante as segadas e as malhadas¹³¹; a *vezeira* do gado, isto é, a constituição de um rebanho coletivo onde a “obrigação de guardar o gado corre à vez por todos os donos de rebanho”¹³², acordo que interessava sobretudo aos proprietários de gado; e os trabalhos coletivos, nos quais a população era convocada em massa. Assim, a população participava na “arroteia dum campo por desbravar e destinado a ser loteado, na limpeza de valas ou de uma fonte, no conserto de um chafariz ou na reparação da igreja local, beneficiação do cemitério”¹³³. Luís Polanah¹³⁴ indica ainda a existência de “direitos individuais e familiares sobre objetos e recursos produtivos comuns “ que se acham “regulados por forma a garantir o acesso de todos a eles, a cada qual em seu momento próprio”: o forno do povo; a água da rega; o uso das eiras.

António Lourenço Fontes¹³⁵ refere que, no concelho de Montalegre, todos se entreatjavam, sem serem remunerados, nos trabalhos pesados, como na colheita do feno para as vacas e reses, na segada do centeio e do feno, na malhada, na recolha do feno, no carro do centeio, no carro da lenha para o Inverno, na desfolhada do milho, na vindima, na pisada, no arranque das batatas. Por sua vez, na matança do porco ajudavam os amigos e os vizinhos mais próximos. Outros “cuidados que a todos tocam igualmente” eram

A composição do forno, do moinho, picar as pedras do moinho, colmá-lo, abrir a presa, abrir o rego da rega, segar o feno do boi e recolhê-lo, compor os caminhos vicinais, espadelar o linho, ir saber dum richelo

¹²⁸ Jorge Dias, *Portuguese Contribution to Cultural Anthropology* (Joanesburgo: Hitmaatersrand University Press, 1964), 79, citado em Polanah, «Espírito...», 69.

¹²⁹ Polanah, «Espírito...», 65.

¹³⁰ Luís Polanah, «Função da vizinhança entre os camponeses de Tourém», *Antropologia Portuguesa*, vol. 7 (1989): 42 - 43.

¹³¹ Polanah, «Função da...», 41 - 42

¹³² Polanah, «Função...», 42.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ Polanah, «Função...», 43.

¹³⁵ Fontes, «Cultura popular...», 8.

*perdido no monte, prestar serviços num mortório, velar o morto, ser sacristão ou procurador na igreja, zelador dos baldios e veigas e das coutadas [...].*¹³⁶

Este autor acrescenta que, a par do forno do povo, o *boi do povo*¹³⁷ era o símbolo do comunitarismo em Montalegre: em grande parte das aldeias da região Barrosã era comum os habitantes associarem-se para a compra e sustento de pelo menos um touro, que tinha como funções a reprodução e, por vezes, a participação em chegadas de bois. Por sua vez, Polanah¹³⁸ inclui este “animal reprodutor” no “rol do equipamento coletivo de produção, ao lado do forno ou do lagar”.

Contudo, após o 25 de abril de 1974 e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, acontecimentos que permitiram às populações conquistar um maior desafio económico e, conseqüentemente, a posse individualizada de determinados bens, como fornos e moinhos elétricos, os hábitos comunitários da região entraram em declínio, apenas perdurando a ajuda mútua nas tarefas do campo¹³⁹.

3.3. O gado bovino em Montalegre e no Barroso: a raça Barrosã

O auroque (*Bos primigenius*), antepassado de várias raças atuais de bovinos, era a início, nas palavras de Paulo Caetano¹⁴⁰, uma fera, uma besta possante que investia contra aqueles que de si se aproximavam; porém, quando, no Neolítico (10.000 a.C. – 3.000 a.C.), o homem descobriu a agricultura e começou a construir povoados permanentes, foram vários os animais a serem domesticados: o auroque foi um dos primeiros. Assim, este animal, além da carne, da pele e dos ossos, obtidos anteriormente através da caça, passou a fornecer ao Homem leite e força de tração. Os seus sucessores mantiveram-se presentes em diversas atividades lúdicas e integraram os saberes, as crenças, a religiosidade popular e as festas pagãs. O tempo passou e a diversidade de ecossistemas, as particularidades do clima e as diferenças geológicas e culturais originaram um grande

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ Assunto aprofundado no ponto: 5.1. *O boi do povo*.

¹³⁸ Polanah, «Espírito...», 71.

¹³⁹ Alice Geraldês, *Brandas e Inverneiras: Particularidades do Sistema Agro-Pastoril Castrejo* (Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza e Parque Nacional da Peneda-Gerês, 1996), 40; Polanah, «A propósito...», 64.

¹⁴⁰ Paulo Caetano, *Filhos do Auroque: Viagens pelas Raças Portuguesas de Bovinos* (Lisboa: Bizâncio, 2013), 15.

número de raças bovinas autóctones e levaram ao surgimento de várias formas de manejo e exploração de gado bovino e, conseqüentemente, a tradições e costumes próprios¹⁴¹.

Em Portugal umas dessas raças autóctones é a raça Barrosã, cuja descrição foi feita pela primeira vez em 1862 por Silvestre Bernardo Lima. Foi este autor que, segundo Maria Radich e Fernando Baptista¹⁴², “lhe fixou o nome e forjou um modo de ver que lhe permitiu, e a outros depois dele, identificar e distinguir a raça barrosã”. Silvestre Bernardo Lima¹⁴³ reconhece como solar da raça Barrosã “o país conhecido de há muito tempo pelo nome de Barroso”, acrescentando que estes animais se difundiram pela Galiza confinante com o Barroso, pela Serra do Gerês, essencialmente na sua vertente Sul, e pelo Minho; Manuel Garcia, José do Rosário e Marques Antunes acrescentam à zona de expansão da raça Barrosã o Douro Litoral¹⁴⁴. Estes bovinos eram igualmente conhecidos por *maianos*, por estarem presentes em casas de lavoura da Maia; e no Minho recebiam o nome de *pisocos*¹⁴⁵. Hoje em dia, esta raça encontra-se dispersa um pouco por todo o país (Figura 5): sendo que, do seu solar resta a freguesia de Salto, e a exploração desta raça está a ser deslocizada para o Minho, onde se encontra atualmente cerca de 80% do seu efetivo¹⁴⁶.

¹⁴¹ Caetano, *Filhos...*, 47.

¹⁴² Maria Radich e Fernando Baptista, «A invenção do Barrosão», em *Raça Barrosã*, org. Adelino Gouveia, José Leite e Rui Dantas, (Braga: AMIBA, 2001), 10.

¹⁴³ Silvestre Bernardo Lima, «Estudos pecuários sobre a província de Tráz-os-Montes (Raça Vacum Barrosan)», *Archivo Rural* (1858 - 1862): 622.

¹⁴⁴ Manuel Garcia, José do Rosário e Marques Antunes, «Raça Bovina Barrosã: inquérito para a sua caracterização e seu sistema de exploração», em *Bovinos em Portugal*, dir. António Batista Rodrigues (s. l.: Direção Geral dos Serviços Veterinários, 1981), 46, <http://www.amiba.com.pt/1981%20Bovinos%20em%20PortugalRaca%20Barrosa.pdf>, consultado no dia 16 de fevereiro de 2016.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ Direção Geral de Alimentação e Veterinária, *Raças Autóctones Portuguesas* (s. l.: Direção Geral de Alimentação e Veterinária, 2013), 65.

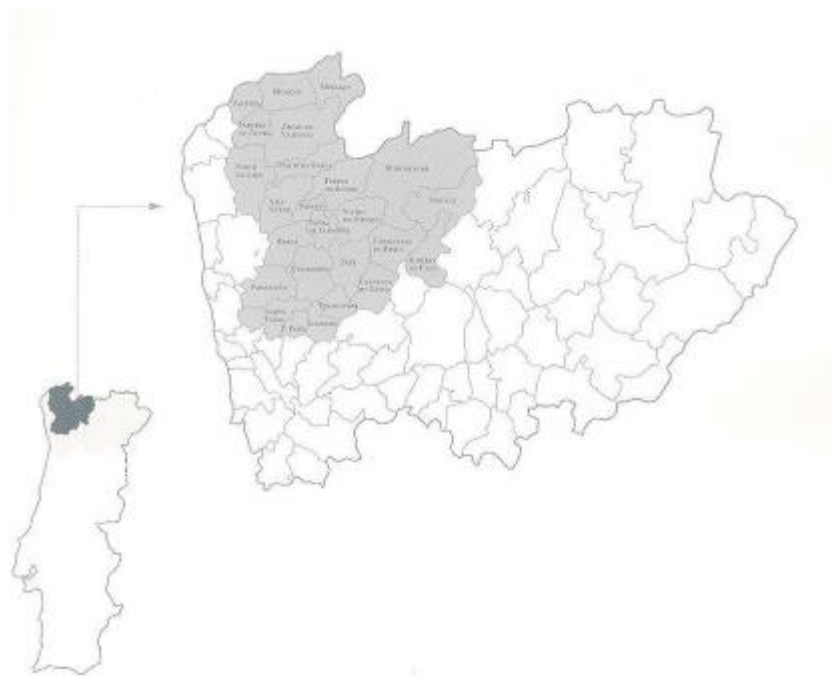


Figura 5 - Concelhos com maior número de exemplares de gado de raça Barrosã (2011).
Fonte: Adelino Gouveia, José Leite e Rui Dantas, org., *Raça Barrosã* (Braga: AMIBA, 2001), 5.

A raça Barrosã possui características que a distinguem de todas as demais, onde se destaca a forma e tamanho das armações cornoas: “galhadura ou armação dos paus considerável, projetando-se quase que verticalmente, desviando-se nessa projeção para os lados, aparentando no todo a figura de uma lyra particularmente nas vacas”, estas são igualmente descritas como “pardacentas luzidias e de ponta negra revirada de dentro para fora, não muito grossas nem muito delgadas”¹⁴⁷. No que diz respeito a outras características físicas assinala-se ainda que: as vacas possuem uma pelagem castanho claro, de cor palha ou acerejado; a cabeça é curta e larga; o focinho é negro, com uma orla de pelos claros, que se observam igualmente em torno dos olhos; o úbere é pouco desenvolvido; os membros de extremidade são livres, curtos, bem aprumados, pouco ossudos, que terminam em unhas escuras e pouco rijas; a pele é grossa, porém, macia, formando rugas, principalmente no pescoço. Os touros são mais escuros, em particular no terço anterior e a sua morfologia modifica-se no sentido de maior corpulência do que na vaca, existindo um dimorfismo sexual bastante acentuado, possuindo tronco mais robusto, barbela mais desenvolvida, pendente, que se desenvolve desde a garganta até

¹⁴⁷ Lima, «Estudos...», 623.

perto da região dos joelhos, cabeça mais curta e larga, chifres mais grossos, mas um pouco mais curtos e dirigidos para a frente e para cima¹⁴⁸ (Figura 6).



Figura 6 – À esquerda: vaca de raça Barrosã; à direita: touro de raça Barrosã.

Fonte: Autóctones, <http://autoctones.ruralbit.com/?rac=4&esp=1&pais=pt>, consultado no dia 16 de fevereiro de 2016.

Garcia, Rosário e Antunes¹⁴⁹ afirmam que antigamente esta raça possuía três finalidades: a produção de trabalho; a produção de carne; e o aproveitamento do “leite sobran­te da amamentação ou após a ablactação seria bastante corrente, como o prova o tradicional fabrico de ‘bicas’ de manteiga, vendidos nos centros populacionais da região [Barroso]”. Por sua vez, para Lima

*[...] a raça barrosã, não é uma raça decididamente leiteira, mas sim antes uma raça de dupla aptidão para o trabalho e para a ceva, uma raça a dois fins, trabalho e engorda e a nosso ver, por enquanto, muito útil e importante nestas aptidões, e principalmente na última, em que ela já prima entre todas as outras raças bovinas, sem temer talvez a confrontação com outras raças estrangeiras nas mesmas, e algumas em melhores circunstâncias de existência.*¹⁵⁰

¹⁴⁸ José Ribeiro e Roger Lopes, *Flora e Fauna do Alto Tâmega* (Mirandela: João Azevedo Editora, 2002), 45 - 46; Direção Geral de Alimentação e Veterinária, *Raçass...*, 66 - 67.

¹⁴⁹ Garcia, Rosário e Antunes, «Raça...», 71.

¹⁵⁰ Lima, «Estudos...», 625.

Sobre a produção de leite e produtos lácteos, como queijo e manteiga, Manuel Faria¹⁵¹ afirma que apesar das “modestas quantidades de leite que as vacas barrosãs sempre continuariam a produzir, o seu interesse e importância económica nunca foram desprezados, por um conjunto de razões que facilmente se identificam”: qualquer receita introduzida na descapitalizada economia rural, por mais pequena que fosse, assumia um papel relevante; tendo em conta que esta raça bovina chegou a constituir o segundo maior contingente de Portugal, a sua produção leiteira, mesmo que em pequenas prestações individuais, “representava no conjunto um recurso que não podia ser ignorado como fator macroeconómico”¹⁵².

Para este autor, das “várias funções que os bovinos desta raça executaram ao longo dos tempos, a principal foi, sem dúvida, a prestação da sua força de trabalho, função em que, por tradição, eram utilizados os bois castrados”¹⁵³. Estes animais eram comuns tanto nas lides da lavoura como nos carretos citadinos: no Porto, o gado barrosão nas cargas do cais da Ribeira, onde constituíram um motivo de atração para quem passava por esta cidade, juntamente com os barcos rabelos¹⁵⁴. Contudo, nos finais da década de 1970 o trabalho era apenas função de juntas de vacas. Para além do trabalho, também o fertilizante orgânico, isto é, o estrume, produzido por estes animais era importante para a rentabilização da produção hortícola¹⁵⁵.

Esta raça conheceu, ao logo do século XIX, um período de expansão. Uma memória de 1813 permite-nos saber que os “gados fazem o ramo mais importante do comércio d’exportação de Barroso: toda a Província do Minho prefere os novilhos de Barroso aos criados em outro qualquer terreno”¹⁵⁶; em seguida, os bois adultos, castrados e cevados, que após trabalharem alguns anos nas casas dos agricultores minhotos eram vendidos por um valor elevado no cais do Porto para serem consumidos em Inglaterra sob a designação de *portuguese beef*¹⁵⁷.

O aumento das exportações, que levou ao aparecimento do termo *bois do barco*, foi inicialmente modesto, no entanto, no melhor período foram enviados cerca de 30.000 cabeças por ano para Inglaterra e entre 1847 e 1860 o preço destes animais quase

¹⁵¹ Manuel Faria, *Os Cornos do Auroque: Raças de Bovinos no Entre Douro e Minho*, (s. l.: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2007), 46, http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/conteudos/cen_documentos/outros/OsCornosdoAuroque.pdf, consultado no dia 16 de fevereiro de 2016.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ Faria, *Os Cornos...*, 43.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ Faria, *Os Cornos...*, 44.

¹⁵⁶ Jorge Alves, *Fontes para a História do Barroso* (Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre, 1985), 22.

¹⁵⁷ Faria, *Os Cornos...*, 28.

duplicou. Esta indústria foi também responsável pelo abastecimento de carne de qualidade no Norte de Portugal, e, numa escala inferior, em diversas cidades do país, principalmente nas situadas no trajeto entre o Porto e Lisboa¹⁵⁸.

Porém, a partir do final do século XIX, o efetivo da raça conheceu, em toda a sua área de criação, um rápido declínio. O contingente de bovinos vivos que seguia do Norte de Portugal para Inglaterra foi afetado pela concorrência da carne congelada em carcaça, proveniente da América Latina e da Austrália, vendida no mercado inglês a preços mais favoráveis, e pelo regime aduaneiro protecionista estabelecido no Reino Unido em 1885.

No Barroso, o declínio da Raça Barrosã deveu-se ainda à cultura da batata de semente, que, com maior influência a partir de 1939, retirou ao gado Barrosão áreas de pastoreio, e à introdução das raças Maronesa e, mais tarde, Mirandesa, animais com maior aptidão para o trabalho.¹⁵⁹ Em 1916 Lacerda Pizzaro¹⁶⁰ escreveu que o gado barrosão, apesar de ser utilizado como animal de tração, era nesse aspeto muito inferior à raça Maronesa, “animal de unha mais rija” e que resistia melhor aos “trabalhos penosos”. Com o passar do tempo, nesta região “onde antes se podiam encontrar os barrosões considerados mais característicos da raça”¹⁶¹, começaram a surgir cruzamentos com estas “novas” raças, sobretudo com a raça Mirandesa (começou-se inclusive a utilizar touros mirandeses nos centros de reprodução), o que levou ao aparecimento de uma elevada percentagem de animais mestiços. Os animais cruzados eram mais corpulentos e, por esta razão, pagos a melhor preço no talho. Esta situação quase fez desaparecer a raça Barrosã no seu solar, tendo apenas restado um pequeno núcleo na freguesia de Salto e arredores. Na antiga província de Entre-Douro-e-Minho, com destaque para o litoral, este gado foi substituído, de forma progressiva até finais da década de 1930, por animais de aptidão leiteira, como as vacas Turinas, ou seja de raça Holstein Frísia, na área de influência da cidade do Porto, e vacas de raça Minhota ou Galega, no Alto Minho. Também a mecanização dos trabalhos agrícolas contribuiu para a regressão da raça Barrosã, tal como a florestação intensiva do território onde este gado pastava, a instalação de barragens, como a de Pisões, e o êxodo e envelhecimento da população rural¹⁶².

Assim, se, no final do século XIX, a raça Barrosã tinha atingido as 250.000 cabeças, em 1970 os exemplares desta raça tinham regredido para as 100.000 animais,

¹⁵⁸ Faria, *Os Cornos...*, 44.

¹⁵⁹ Faria, *Os Cornos do...*, 32.

¹⁶⁰ Lacerda Pizzaro, «Breves considerações sobre a raça Barrosã e sua exploração», (1916), 28.

¹⁶¹ Faria, *Os Cornos do...*, 32.

¹⁶² Faria, *Os Cornos do...*, 34.

sendo que um quarto destes eram machos castrados de trabalho. Em 2013 o gado barrosão encontrava-se classificado pela União Europeia (UE) como raça em vias de extinção, ou seja, com menos de 7.500 fêmeas reprodutivas¹⁶³.

Neste contexto surgiram diversas medidas para impedir o desaparecimento ou abastardamento da raça¹⁶⁴. A partir da década de 1980 apostou-se na criação do Registo Zootécnico da raça, sobre responsabilidade da Direção Geral de Serviços Veterinários conjuntamente com a Direção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho, onde foram inscritos os animais adultos considerados como barrosões. Posteriormente, e graças a este registo, tornou-se possível a elaboração dos Livros de Nascimento e dos Livros Genealógicos, que permitiram constituir uma população selecionada e controlada. Após estabelecidas as bases para a conservação da raça, entregou-se a sua evolução à iniciativa privada: à Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã (AMIBA), em 1993; ao Agrupamento de Produtores de Carne Barrosã, em 1994, a quem coube obter a Denominação de Origem Protegida (DOP) para a carne de gado de raça Barrosã, com a intenção de assegurar a genuinidade e qualidade do produto. Outros passos importantes para a conservação da raça foram: a escolha de touros reprodutores; o recurso à inseminação artificial; a instituição de prémios à produção; a organização de concursos pecuários de gado barrosão, como os realizados na vila de Salto, quer no mês de agosto, que conta já com vinte e oito edições¹⁶⁵ e é aberto a produtores de todo o país, quer na *Semana do Barrosão* (evento que visa a valorização do gado barrosão, bem como o reconhecimento dos seus produtores¹⁶⁶), que vai na sua terceira edição¹⁶⁷ e é limitado aos animais do concelho de Montalegre (Figura 7).

¹⁶³ Direção Geral de Alimentação e Veterinária, *Raças Autóctones...*, 63 – 64.

¹⁶⁴ Faria, *Os Cornos do...*, 34 – 35.

¹⁶⁵ Referente à edição de 2016.

¹⁶⁶ Câmara Municipal de Montalegre, «Inauguração da II "Semana do Barrosão"», 2015, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=2900>, consultado no dia 16 de fevereiro de 2016.

¹⁶⁷ Referente à edição de 2016.



Figura 7 – Participação de gado bovino de raça Barrosã num concurso pecuário (Salto).

Fonte: Autóctones, <http://autoctones.ruralbit.com/?rac=4&esp=1&pais=pt>, consultado no dia 16 de fevereiro de 2016.

Por tudo o que foi anteriormente dito, é inegável a importância social e económica que o gado bovino assumiu e assume no Barroso, especialmente em Montalegre, onde estes animais eram “objeto de mil cuidados” por serem a “fortuna, a força que puxa o carro e o arado, que dá o leite, o dinheiro e até convívio familiar”¹⁶⁸, e onde, segundo o protesto de um pároco local, “o Deus era a vaca, era a ela que se prestava culto”¹⁶⁹.

No que diz respeito à exploração da raça Barrosã, atualmente, podem-se considerar duas zonas geográficas e dois sistemas distintos: o Minho, região onde predominam os pequenos produtores, de idade avançada, que exploram uma área reduzida, de três a cinco hectares, e dispersa, e possuem poucos efetivos, isto é, duas ou três cabeças adultas por exploração, sendo os animais estabulados em cortes tradicionais, e que recorrem a um posto de cobertura para toda a freguesia ou à inseminação artificial – aspeto que contribui para a redução do efetivo de touros de raça Barrosã; e o Barroso onde os produtores, mais jovens do que no Minho, possuem em médias 6,5 cabeças adultas, e têm explorações acima dos cinco hectares, apesar de bastante dispersas, e

¹⁶⁸ Manuel Viegas Guerreiro, *Pitões das Júnias: Esboço de Monografia Etnográfica* (Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1981), 87.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

recorrem a um touro próprio para beneficiação exclusiva¹⁷⁰. Nestas duas regiões, devido ao reconhecimento da Carne Barrosã com a DOP, tem-se privilegiado, em prejuízo da função de trabalho, a função de produção de carne¹⁷¹.

Também no século XIX era possível identificar dois regimes de exploração distintos: no Barroso a exploração orientava-se para a comercialização de animais jovens; no Minho, principal e primeiro mercado destes animais, utilizavam-se as suas potencialidades: o trabalho, a carne e, com menor importância, o leite. Contudo, como Manuel Faria¹⁷² tem o cuidado de referir, estas eram “tendências globais, que não excluía o trabalho e o consumo no Barroso nem, inversamente, o nascimento de barrosões na região minhota”. Em 1965, Jorge Dias¹⁷³ refere que Entre-Douro-e-Minho e na Beira Litoral, ou seja, numa larga faixa do litoral do Norte de Portugal, não existia propriamente pastoreio, pois aí o gado vivia estabulado, e só nas regiões serranas do interior, como no Gerês, Barroso e Montemuro era possível encontrar rebanhos de gado bovino.

No caso do Barroso, que se trata, como visto anteriormente, de uma região montanhosa onde os invernos são longos e rigorosos, a agricultura limitava-se às culturas de subsistência; em contrapartida, existiam em grande quantidade prados naturais, localmente apelidados de *lamas* ou *lameiros*, e baldios, isto é, terrenos também eles geridos pela comunidade, que, durante boa parte do ano, permitiam a prática do pastoreio. Assim sendo, no Inverno e restante tempo frio, alimentavam-se os animais pela manhã e pela noite no estábulo, ou *corte*, e caso não nevasse ou chovesse (por vezes, o clima rigoroso obrigava o gado a permanecer no estábulo), estes pastavam durante o resto do dia nos lameiros e no monte. Os animais eram recolhidos à noite, e, caso fosse necessário, trabalhavam pela manhã¹⁷⁴.

Se no tempo frio o alimento podia escassear e afetar as condições físicas do gado, o verão era o período de abundância. Manuel Faria¹⁷⁵ afirma que no tempo quente o “regime generalizado era o pastoreio em rebanhos colectivos, geridos por costumes ancestrais e regras comunitárias” onde se “agrupavam os proprietários de gado de cada aldeia”: a *vezeira*.

¹⁷⁰ Direção Geral de Alimentação e Veterinária, *Raças...*, 67.

¹⁷¹ Direção Geral de Alimentação e Veterinária, *Raças...*, 68.

¹⁷² Faria, *Os Cornos do...*, 36.

¹⁷³ Jorge Dias, «Aspectos da vida pastoril em Portugal», em *Estudos de Antropologia*, vol.2, Jorge Dias (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990), 302 – 303.

¹⁷⁴ Faria, *Os Cornos...*, 36 – 37.

¹⁷⁵ Faria, *Os Cornos...*, 37.

3.3.1. O gado bovino e o comunitarismo: a vezeira

Foram vários os autores que abordaram esta prática comunitária; um dos primeiros foi Lima, quem em 1858 define a vezeira como

[...] *a reunião de cabeças de gado de uma mesma espécie, pertencentes a diversas pessoas mas de uma mesma povoação – em um rebanho comum ou adúa, que é pastoreado à vez, nas terras pastoraes sujeitas ao pasto commum, ou por pegureiros assalariados para esse serviço pelas pessoas contribuintes da vezeira: - de modo que este serviço correndo por todos, a todos fica pouco oneroso e quasi gratuito. [...] Nas partes porém onde ha vezeira do gado vacum, anda este, então, noite e dia em aspascentado na serra desde o primeiro de maio até ao dia de S.Miguel (29 de setembro). De madrugada apascha-se na baixa dos montes ou nos valles; amontam para os altos na força do calor do dia; e à noite junta-se o rebanho, ao ar livre, n'um ponto circumscripto e determinado a que chamam, se a memória não nos falha, em alguns logares a reboalal ou reboleira, e n'outros logares os curraes ou tapadas, e aqui passa o gado, amalhado, a noite inteira.*¹⁷⁶

Lima¹⁷⁷ não se esqueceu de relatar a existência do boi do povo, ou do *touro vinteneiro*, também ele, nalguns casos, sustentado “à vez” pelas diversas casas que integravam a *vintêna*, isto é, que se associavam com a finalidade de adquirir e manter este animal.

Um século mais tarde, Garcia refere-se à vezeira como uma “manada ou rebanho que se reveza no pastoreio com outros da mesma ou outra espécie”, acrescentando que

*Neste regime pastoril, as manadas de gado bovino das freguesias ou dos lugares, se estas são grandes, sobem em Maio até as zonas de pastagem alpestre próximas onde, por direito consuetudinário ou até mesmo por aforamento, as povoações podem usufruir daquele benefício, dali recolhendo o gado em Setembro, pelo S. Miguel.*¹⁷⁸

Na mesma aldeia podiam ser constituídas vezeiras para os diversos gados, isto é, para o gado caprino, ovino, suíno, equino e para os bovinos. Sendo que no caso dos bovinos era comum formar-se mais do que uma vezeira: procurava-se separar os animais

¹⁷⁶ Lima, «Estudos...», 37.

¹⁷⁷ Lima, «Estudos...», 141.

¹⁷⁸ Manuel Garcia, «A raça bovina Barrosã», *Bolétim Pecuário*, n.º 1, ano XXXII (1964): 127, <http://www.amiba.com.pt/1964%20A%20raca%20bovinaBarrosa.pdf>, consultado no dia 17 de fevereiro de 2016.

por diversas classes etárias, tal como as vacas que se encontravam em diferentes períodos do ciclo reprodutivo¹⁷⁹. Silvestre Bernardo Lima diz-nos, em 1858, que em Tourém existiam “três vezeiras armentosas: a das vacas feitas, a das bezerras de dois anos, e a das novilhas anejas até sobranço”, situação que se repetia em aldeias do concelho de Montalegre, como Pitões das Júnias e Padornelos¹⁸⁰. Em Vilarinho da Furna (Serra do Gerês/Terras de Bouro) existia ainda a vezeira dos bois, que pastavam separados das vacas por um muro, para evitar que estes, apesar de castrados, procurassem as vacas, o que podia levar o touro que as acompanhava a atacar os intrusos, provocando grande prejuízo¹⁸¹.

Porém, em 1981, Manuel Viegas Guerreiro¹⁸² afirmou que em Pitões das Júnias, aldeia onde anteriormente “havia currais na serra, onde o gado ficava de Maio a fins de Setembro, guardado à vez”, já “não se pratica a vezeira das vacas, por serem muitas e de vários vizinhos”. Paula Bordalo Lema¹⁸³, em 1978, no seu trabalho sobre a aldeia de Tourém apenas faz referência à *vezeira da rês*, ou seja, de cabras e ovelhas. Em 1964, Garcia¹⁸⁴ afirmou que no Barroso, praticamente “apenas se mantém envezeiramento de gado bovino em duas zonas: uma, na serra do Gerez próximo à fronteira, correspondendo à zona dos Carris e, outra, na serra da Cabreira, no monte da Maçã”.

Atualmente, no concelho de Montalegre existe a vezeira de Fafião, na qual em 2012 participavam os herdeiros de oito casas da aldeia com um boi e cerca de vinte vacas, animais na sua maioria de raça barrosã¹⁸⁵. Na Serra do Gerês subsistem pelo menos outras duas vezeiras, em Louredo da Ribeira (Vieira do Minho) e Vilar da Veiga (Terras de Bouro)¹⁸⁶. Noutros locais, onde antes existiam vezeiras, é agora comum os criadores mandarem os animais - somente as vacas - para a serra durante o verão, onde permanecem sem pastor¹⁸⁷.

¹⁷⁹ Faria, *Os Cornos...*, 37 – 38.

¹⁸⁰ Lima, «Estudos...», 38.

¹⁸¹ Dias, «Aspectos...», 304 - 305.

¹⁸² Guerreiro, *Pitões...*, 85.

¹⁸³ Paula Bordalo Lema, *Tourém: Uma Aldeia Raiana do Barroso* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1978), 110 – 111.

¹⁸⁴ Garcia, «A Raça...», 129.

¹⁸⁵ Daniela Araújo, «As culturas do trabalho no Barroso: a Vezeira», (2012), 9, <http://www.youblisher.com/p/347612-A-Vezeira/>, consultado no dia 17 de fevereiro de 2016.

¹⁸⁶ Caetano, *Filhos...*, 48.

¹⁸⁷ Miguel Magalhães, «As vezeiras», em *Raça Barrosã*, org., Adelino Gouveia, José Leite e Rui Dantas, (Braga: AMIBA, 2001), 63.

Capítulo 4

Os combates de touros: combates de animais e tauromaquia

4. Os combates de touros: combates de animais e tauromaquia

Como observado por John Knight¹⁸⁸, a relação entre humanos e restantes animais é complexa e contraditória: se por um lado os caçamos, matamos e comemos, por outro lado também somos capazes de os amar, respeitar e proteger. Assim sendo, as práticas e comportamentos que ligam o homem aos animais são vastos e ambivalentes.

Podemos englobar nestas práticas os *jogos e desportos*¹⁸⁹ que têm como intervenientes animais não-humanos. Estes desportos, que são dos que gozam de maior antiguidade¹⁹⁰, contam atualmente com uma grande diversidade. Entre os mais conhecidos e populares podemos encontrar a caça, a pesca, as corridas de cavalos, as corridas de cães, as corridas de pombos e, claro está, as várias práticas tauromáquicas e os combates de animais - os combates de touros¹⁹¹, como as chegadas de bois, podem ser integradas nestas duas últimas manifestações culturais. Porém, muitas destas práticas têm conhecido uma crescente oposição proveniente de vários setores da sociedade.

4.1. Combates de animais

Nos combates de animais, a agressividade natural destes é encenada e estimulada pelos humanos, levando a que dois ou mais animais lutem entre si, por vezes armados e até à morte. Estes combates são organizados nas mais diversas sociedades constituindo, provavelmente, tal como as touradas, “uma das respostas mais frequentes à monotonia da vida quotidiana”¹⁹², e neles recorre-se, sobretudo, a animais autóctones¹⁹³. As várias formas de combates de animais têm as suas próprias regras e convenções, mas é possível

¹⁸⁸ John Knight, ed., *Animals in Person: Cultural Perspectives on Animal-human Intimacy* (New York: Berg, 2005).

¹⁸⁹ Entendendo os termos *jogo* e *desporto* como uma forma de diversão e entretenimento ou um termo genérico para diversos passatempos, como indica Norbet Elias e o Oxford Dictionaries: Norbert Elias, *A Busca da Excitação* (Lisboa: Difel, 1982), 223-224; Oxford Dictionaries, «Game», <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/game>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016; Oxford Dictionaries, «Sport», <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/sport>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

¹⁹⁰ Victoria Williams, *Weird Sports and Wacky Games Around the World: From Buzkashi to Zorbing*, (Santa Barbara: Greenwood, 2015), xix, <https://books.google.pt/books?id=lpDdBwAAQBAJ&pg=PA198&lpg=PA198&dq#v=onepage&q&f=false>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

¹⁹¹ Entende-se por *toouro* (*Bos taurus*) o boi que não é castrado e que, por vezes, se utiliza como reprodutor: Dicionário Priberam, «Toouro», <http://www.priberam.pt/dlpo/toouro>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

¹⁹² Jorge Crespo, *A História do Corpo* (Lisboa: Difel, 1990), 275 - 276.

¹⁹³ David Levinson e Karen Christensen, org., *Encyclopedia of World Sport: From Ancient Times to the Present* (Londres: Oxford University Press, 1999), 10, <https://books.google.pt/books?id=Q8NMAgAAQBAJ&pg=PA10&dq#v=onepage&q&f=false>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

encontrar entre elas um traço comum: sai derrotado o primeiro animal a desistir - fugindo ou negando-se a atacar - ou a perder a vida¹⁹⁴. Os adeptos, os participantes e os organizadores destes combates são na sua maioria elementos do género masculino e associam a esta prática valores que remetem para a masculinidade, como a agressividade, a coragem, a bravura e até a potência sexual¹⁹⁵. Se outrora estes combates tiveram, como aconteceu na Inglaterra até ao século XVIII, o patrocínio da nobreza e de monarcas (apesar de contarem com espetadores de todas as franjas sociais)¹⁹⁶, hoje em dia muitas destas lutas ou são ilegais e realizam-se clandestinamente, ou perderam parte do seu público e da sua popularidade¹⁹⁷. Carl W. Bishop¹⁹⁸ refere que os combates de animais, particularmente os de touros, integravam, por vezes, cerimónias e rituais religiosos e espirituais com finalidades agrícolas. Porém, em determinados casos, estes combates transformaram-se unicamente num meio de entretenimento ou degeneraram em práticas meramente comerciais, onde a procura do lucro e a realização de apostas se tornaram nos principais motivos da sua realização.

Nestes combates enfrentam-se não só animais da mesma espécie, mas também de espécies diferentes. Para o primeiro caso temos as lutas de cães, de galos, de bodes, de carneiros, de cavalos, de camelos, de elefantes, de touros, de búfalos e até de vacas, de grilos, de escaravelhos, de tarântulas e de peixes. Quanto às lutas entre animais de espécies diferentes são exemplos as lutas onde um ou vários cães se opõem a ursos, a texugos, a porcos ou javalis, a cavalos, a ratos, a macacos, ou a touros. É igualmente comum os touros enfrentarem outros animais como elefantes, leões, tigres, texugos e ursos.

Os combates de galos realizam-se há pelo menos 2.500 anos¹⁹⁹ e atualmente são, a par das lutas de cães, os mais populares, mesmo que, por vezes, sejam realizados ilegalmente. É também sobre os combates de galos que a bibliografia de carácter etnográfico e antropológico se apresenta mais profícua. Por esta razão, os combates de galos foram os escolhidos para tentar demonstrar e explicar os vários aspetos dos combates de animais como: a relação entre os homens e os seus animais; a relação entre masculinidade e os combates de animais; a existência de diferentes formas de criação,

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ *Ibidem*; Linda Kalof e Carl Taylor, «The discourse of dog fighting», *Humanity & Society*, vol. 31 (novembro 2007): 320.

¹⁹⁶ Rhonda D. Evans e Craig J. Forsyth, «Entertainment to outrage – a social historical view of dogfighting», *International Review of Modern Sociology*, vol. 27 (outono), n. 2 (1997): 61.

¹⁹⁷ Levinson e Christensen, org., *Encyclopedia...*, 10.

¹⁹⁸ Carl W. Bishop, «The ritual bullfight», *Smithsonian Annual Report* (1926): 450.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

alimentação e treinos dos animais de combate; os aspetos simbólicos e financeiros destes combates; a presença de apostas associadas a esta prática; as formas de sobrevivência dos combates de animais.

4.1.1. Combates de galos

Em 1973, Clifford Geertz²⁰⁰ escreveu sobre os combates de galos no Bali, uma das muitas ilhas da Indonésia. Nesta época, no Bali, as lutas de galos eram ilegais e os seus organizadores punidos severamente, situação que Geertz²⁰¹ explica pela forma como as elites locais viam esta prática. Para estas, os combates de galos eram primitivos, prejudicavam a imagem da ilha perante os visitantes e em nada contribuíam para o desenvolvimento do país. Contudo, as lutas de galos continuavam a realizar-se com grande frequência, mesmo que em segredo num canto isolado de uma aldeia e, por vezes, com a intenção de recolher fundos para obras sociais.

Geertz²⁰² observou a existência de uma forte relação metafórica entre os homens e os seus galos: *sabung*, a palavra indonésia para galo, era utilizada de forma figurada para se apresentar alguém como um herói, um guerreiro ou um galã; esta palavra deu ainda origem a vários trocadilhos e piadas obscenas, tal como o termo inglês *cock*; os debates políticos, a guerra, as disputas por heranças e as discussões eram comparados a lutas de galos. Mas esta relação era mais do que metafórica. Os balineses despendiam grande parte do seu tempo com os seus galos: tratando deles, alimentando-os, treinando-os ou, apenas, contemplando-os. Por tudo isto, também os combates de galos possuíam um grande valor social e simbólico. Antes da ilegalização (que acontece após a invasão holandesa de 1908) participar numa luta importante era tido como um dever de cidadania e os impostos sobre esta atividade eram uma das principais fontes de receita pública. Os combates de galos eram também uma forma de vilas, grupos, famílias e indivíduos rivais se confrontarem sem correrem riscos maiores, sendo comum o proprietário do galo vencedor alimentar-se da carcaça do derrotado, procurando, assim, humilhar o adversário. Apesar de a estes combates estar associado um pequeno prémio monetário, a honra, a dignidade, o ego e o respeito eram mais importantes do que o ganho material. Geertz²⁰³

²⁰⁰ Clifford Geertz, «Deep play: notes on the balinese cockfight», em *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*, Clifford Geertz (Nova Iorque: Basic Books, 1973), 412 – 453.

²⁰¹ Geertz, «Deep...», 413 – 414.

²⁰² Geertz, «Deep...», 418 – 424.

²⁰³ Geertz, «Deep...», 420.

acrescenta que estes combates eram, antes de tudo, sacrifícios e oferendas com vista a pacificar a raiva e a fome canibal dos demónios, responsáveis, na visão dos balineses, por colheitas pobres, doenças e catástrofes naturais. Inclusive, nos dias antecedentes ao “Dia do Silêncio” - dia no qual os balineses permanecem imóveis e silenciosos para, dessa forma, evitarem contactar com os demónios que momentaneamente se evadem do inferno - a lei permite a realização de combates de galos, que ocorrem em grande quantidade.

Também as apostas estavam associadas aos combates de galos no Bali, sendo que Geertz²⁰⁴ descreve dois tipos de apostas aqui realizadas. As primeiras, de carácter coletivo e, por vezes, previamente discutidas, eram feitas entre os dois proprietários dos galos, contando cada um deles com o apoio de um pequeno grupo de “aliados”, onde se incluíam vizinhos ou amigos próximos. As segundas eram individuais, isto é, entre dois indivíduos do público, e realizadas de forma impulsiva.

Os combates de galos em Martinica (Figura 8), departamento francês insular localizado nas Caraíbas, foram tratados, em 1986, por Francis Affergan²⁰⁵. Nesta ilha, as lutas de galos apareceram, provavelmente, com a introdução dos primeiros galináceos nas Antilhas por parte dos Espanhóis; de seguida foram feitos cruzamentos na procura de galos com as características combativas ideais. Foram ainda desenvolvidos métodos extremamente rigorosos para treinar estes animais. Por exemplo, no treino, o galo era colocado, pelo seu tratador, num baloço onde trabalhava os músculos, e depois enfrentava um galo fictício para melhorar a sua capacidade de lutar. Já a alimentação dos galos de combate era constituída por milho, tomate, fígado, bananas, mel e, por vezes, estes animais eram injetados com vitamina C, de forma a ficarem mais fortes e agressivos²⁰⁶.

Affergan²⁰⁷ afirma que a violência e a agressividade demonstradas pelos galos na arena simbolizavam a violência “interior” e “redundante” dos homens. Alan Dundes²⁰⁸ refere-se aos combates de galos em Martinica como uma forma dos homens de grupos oprimidos expressarem a sua masculinidade e agressividade.

Era ainda comum os proprietários atribuírem aos seus galos características humanas, como qualidades morais ou a capacidade de reflexão, e nomes humanos, como

²⁰⁴ Geertz, «Deep...», 425 – 432.

²⁰⁵ Francis Affergan, «Zooanthropologie du combat de coqs a la Martinique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXX (1986): 109 – 123.

²⁰⁶ Affergan, «Zooanthropologie...», 110 – 115.

²⁰⁷ Affergan, «Zooanthropologie...», 117.

²⁰⁸ Alan Dundes, «Gallus as phallus: a psychoanalytic cross-cultural consideration of the cockfight as fowl play», em *The Cockfight: A Casebook*, Alan Dundes (Madison: University of Wisconsin Press, 1994), 249, citado em Kalof e Taylor, «The Discourse...», 321.

Pompidou ou *Pierre Messmer*²⁰⁹. Aspetos que, segundo Francis Affergan, ilustram a tese de Claude Lévi-Strauss: segundo este, os humanos encontravam no reino animal um modelo da sociedade humana²¹⁰. Mas no que diz respeito aos nomes atribuídos aos galos de combate, os mais comuns eram aqueles que homenageavam, de forma metafórica, as qualidades estéticas e combativas dos galos, como *La Guerre* ou *La Fusée*²¹¹. Affergan salienta que alguns nomes podem ser inventados exclusivamente para individualizar e identificar determinado galo²¹².

Este autor salienta ainda que apostar nestes combates era também uma prática presente em Martinica²¹³.

Por sua vez, em 1988, Marie Cegarra²¹⁴ abordou os combates de galos e os *coqueleurs*²¹⁵ em Douai, no norte de França. Esta autora evidencia que neste território as lutas de galos estavam intimamente ligadas à criação e seleção de galos de combate. Assim, aqueles que compravam animais já criados e, posteriormente, participavam com eles em combates eram apontados como falsos *coqueleurs*.²¹⁶ Os *coqueleurs* procuravam preservar nos seus animais o instinto agressivo e belicoso e a capacidade de luta, sendo que os novos galos eram, regra geral, filhos de antigos vencedores. Mas, como destaca Cegarra²¹⁷, para atingir a vitória não bastava confiar na genética; por esta razão, os *coqueleurs*, para além de alimentarem os seus galos com os tradicionais pão e arroz e com farinhas adaptadas à idade de cada animal, criavam as suas próprias “receitas”, por vezes inspiradas na medicina popular e na farmacopeia. Outro passo importante para a preparação dos galos era a simulação de combates. Este processo, no qual os galos participavam desarmados, servia para observar a técnica e o comportamento destes, importante para a colocação correta das armas mortíferas que eram utilizadas nas lutas²¹⁸.

Regra geral, os *coqueleurs* iniciavam-se nesta atividade ainda na infância, observando e imitando os pais. Porém, Cegarra²¹⁹ afirma que para alguém se tornar

²⁰⁹ Georges Pompidou foi Presidente de França entre 1969 e 1974 e Pierre Messmer ocupou o cargo de Primeiro-ministro deste país entre 1972 e 1974. Atribuir os seus nomes a galos serviu para os homenagear e para comemorar a passagem destes por Martinica: Affergan, «Zooanthropologie...», 120.

²¹⁰ Claude Lévi-Strauss, *La Pensée Sauvage* (Paris: Plon, 1962), 271, citado em Affergan, «Zooanthropologie...», 110.

²¹¹ *La Fusée* remete para a grande velocidade do galo em questão; *La Guerre* evidencia as capacidades combativas e o gosto do animal pela luta: Affergan, «Zooanthropologie...», 120.

²¹² Affergan, «Zooanthropologie...», 123.

²¹³ Affergan, «Zooanthropologie...», 115 – 116.

²¹⁴ Marie Cegarra, «Les coqs combattants», *Terrain*, n.º 10 (abril 1998): 51-62.

²¹⁵ Termo que designa os criadores de galos de combate no norte de França, mas também os amantes, espetadores e apostadores desta prática: Cegarra, «Les coqs...», 57.

²¹⁶ Cegarra, «Les coqs...», 57 – 58.

²¹⁷ Cegarra, «Les coqs...», 52 – 53.

²¹⁸ Cegarra, «Les coqs...», 54.

²¹⁹ Cegarra, «Les coqs...», 56 – 57.

coqueleur não bastava estar desde cedo ligado ao mundo das lutas de galos, era necessário aceitar uma terrível contradição: que os animais que criam e tanto estimam vão inevitavelmente morrer no galódromo²²⁰.

Cegarra²²¹ afirma que os cuidados que estes criadores tinham com os seus galos levava a que fosse estabelecida uma relação privilegiada entre homens e animais. Os *coqueleurs* consideravam os galos de combate superiores ao restante mundo animal e atribuíam-lhes nomes de figuras históricas e heroicas, como D'Artagnan. Outros nomes remetiam para as características físicas dos animais, como *Gris* (Cinzento) e *Rouge* (Vermelho).

Para a sobrevivência desta prática, Cegarra²²² aponta como fulcral a criação de um regulamento para as lutas, a organização de uma federação, a criação de um órgão de comunicação social, *Le Coq Gaulois*, a solidariedade entre os vários membros da comunidade de *coqueleurs* e a organização de eventos nos quais a entrada era paga e onde eram feitas apostas, umas dirigidas aos *coqueleurs* e aos organizadores das lutas, que eram obrigatórias, e outras ao público.

Em 1964 foi introduzida uma lei que proibia os combates de galos em toda a França, exceto nos departamentos ultramarinos, como Martinica, e nos departamentos de Norte (onde se situa a cidade de Douai) e de Pas-de-Calais, por aí estas se tratarem de uma “tradição local ininterrupta”²²³. Porém, hoje em dia, mesmo nestes territórios as lutas de galos estão em decadência e é agora proibido construir novos *galódromos*²²⁴. Contrariamente, nas Filipinas, onde as lutas de galos existem, pelo menos, desde o século XVI, é organizado anualmente um campeonato mundial de combates de galos, o *World Slasher Cup*, que conta com um grande número de adeptos e um prémio superior a 50.000 dólares. Neste país os combates de galos são ainda transmitidos televisivamente²²⁵.

²²⁰ Tradução do termo *gallodrome*, ou seja, e neste caso, um espaço fechado onde se realizam combates de galos. Este espaço possui uma pequena arena no centro, que se encontra rodeada por uma bancada para espetadores.

²²¹ Cegarra, «Les coqs...», 54.

²²² Cegarra, «Les coqs...», 59 – 62.

²²³ Cegarra, «Les coqs...», 61; Affergan, «Zooanthropologie...», 112.

²²⁴ Le Monde, «Combats de coqs: l'interdiction de construire de nouveaux gallodromes confirmée», 31 de julho, 2015, http://www.lemonde.fr/societe/article/2015/07/31/combats-de-coqs-le-conseil-constitutionnel-confirme-l-interdiction-de-construire-de-nouveaux-gallodromes_4706185_3224.html, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

²²⁵ Paul Watson, «Galos de Combate», *Pública*, 24 de junho, 2007, 73 - 76.



Figura 8 - Combate de galos em Martinica, onde esta tradição se mantém viva.

Fonte: Le Figaro, <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2013/06/14/01016-20130614ARTFIG00474-une-salle-de-combats-de-coqs-demantelee-a-toulouse.php>, 2013, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

4.1.2. Combates de cães

Os combates de cães foram durante muitos anos um desporto popular no Reino Unido. Inicialmente, neste território, pelo menos desde o século XIV, era comum os cães enfrentarem ratos, ursos ou touros (Figura 9 e Figura 10). No entanto, estes combates surgiram por razões utilitárias, ou seja, os combates de cães com ratos serviam para reduzir a população destes roedores nas cidades do interior e os combates que opunham cães a touros eram uma forma de dar à carne deste bovino uma textura mais tenra – inclusivamente, no século XVII era proibido abater um touro sem que este tivesse combatido com um cão²²⁶. Por sua vez, associava-se ao treino de cães de guarda, como o Mastiff, que se pretendia que fossem capazes de matar para protegerem o seu dono e a propriedade deste, a realização de combates com ursos, devido à semelhança destes com os seres humanos. Contudo, mais tarde, estas práticas foram substituídas por métodos mais efetivos e, assim, perderam o seu carácter utilitário e assumiram-se como atividades exclusivamente lúdicas²²⁷.

²²⁶ Kalof e Taylor, «The Discourse...», 322.

²²⁷ Evans e Forsyth, «Entertainment...», 61.



Figura 9 – Representação de um combate entre um touro e vários cães.

Fonte: Dog Law Reporter, <http://doglawreporter.blogspot.pt/2012/06/sordid-history-of-pit-bull-fighting-in.html>, 2012, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.



Figura 10 – Iluminura de um combate entre um urso e vários cães.

Fonte: Early British & American Public Gardens & Grounds, <http://publicpleasuregarden.blogspot.pt/2013/06/american-commercial-gardens-bear-baiting.html>, 2013, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

Estes combates, que contavam com aficionados em todos os estratos sociais, do povo aos monarcas (certas propriedades reais, como palácios, possuíam espaços para a realização de combates de animais), são considerados os antecessores dos combates de cães, que apenas se generalizaram a partir do século XVIII. Porém, a partir deste período, a nobreza (ordem social onde, até então, vários elementos se dedicavam à criação e venda de cães, ursos e touros de combate) orientou a sua atenção para os combates de galos, prática presente no território do Reino Unido pelo menos desde o século IX. Assim, os

combates de cães popularizam-se sobretudo entre os estratos sociais mais baixos, e quando elementos da nobreza assistiam a estes combates, faziam-no secretamente²²⁸. Após a perda da proteção da nobreza e da realeza, rapidamente a oposição aos combates de animais (existente sensivelmente desde o século XVI, e nesse período, essencialmente expressa pelos Puritanos) aumentou, e, a partir de 1802, foram várias as tentativas de proibição dos combates de animais. Contudo, apenas em 1835 os combates de animais são ilegalizados²²⁹.

Após esta proibição, os combates de cães foram levados por emigrantes das ilhas britânicas para os EUA, onde, inicialmente decorriam, predominantemente, nos bares de cidades costeiras, como Nova Iorque, Nova Orleães ou Boston²³⁰. Nos EUA, estes combates conheceram o seu primeiro grande opositor em 1866: Henry Bergh²³¹. Porém, paradoxalmente, os esforços deste contribuíram para difundir os combates de cães. Assim, no decorrer dos séculos XIX e XX, os combates de cães conseguiram o apoio de indivíduos com grande influência política. Sendo que, em 2009, ainda existiam aproximadamente 40.000 adeptos de combates de cães nos EUA e cerca de 250.000 cães participaram nestes combates, apesar de aí serem proibidos²³².

Rhond D. Evans, Craig J. Forsyth e DeAnn K. Gauthier²³³ investigaram, nos últimos anos da década de 1990, os combates de cães no estado norte-americano de Luisiana. Este estado é apontado, quer por opositores e ativistas dos direitos animais quer por adeptos, como aquele onde estes combates gozam de maior popularidade, seguido do Texas e Mississípi²³⁴.

Um dos pormenores salientado por Evans e Forsyth²³⁵ é o recurso a apenas uma raça de cães de combate: o famoso American Pit Bull Terrier, ou simplesmente Pit Bull. Os animais desta raça, ou os seus antecessores, como o Bulldog e o Rat Terrier, foram criados e reproduziram-se, durante décadas, segundo métodos seletivos de forma a ser produzido um animal com características e capacidades inatas para a luta. Inclusivamente,

²²⁸ Evans e Forsyth, «Entertainment...», 62 - 63.

²²⁹ Levinson e Christensen, org., *Encyclopedia...*, 11.

²³⁰ Evans e Forsyth, «Entertainment...», 64 - 65.

²³¹ Kalof e Taylor, «The Discourse...», 324.

²³² Ian Werkheiser, «Fighting nature: an analysis and critique of breed-specific flourishing arguments for dog fights», *Society & Animals* (2015): 5, https://www.academia.edu/4827580/Fighting_Nature_An_Analysis_and_Critique_of_Breed-Specific_Flourishing_Arguments_for_Dog_Fights, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

²³³ Evans e Forsyth, «Entertainment...», 59 - 71; Rhonda D. Evans e Craig J. Forsyth, «The social milieu of dogmen and dogfights», *Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal*, n.º 19 (1998): 51 - 71; Rhonda D. Evan, DeAnn K. Gauthier e Craig J. Forsyth, «Dogfighting: symbolic expression and validation of masculinity», *Sex Roles*, vol. 39 (1998): 825 - 838.

²³⁴ Evans e Forsyth, «Entertainment...», 66.

²³⁵ Evans e Forsyth, «The social...», 53 -56.

os *dogmen's*²³⁶ responsáveis pela criação e reprodução de Pit Bull's são dos que gozam de maior prestígio entre os amantes de combates de cães.

Estes autores referem também que o treino destes animais é outro aspeto de grande importância. Quando os cães de combate atingem um ano de idade, e antes de completarem os dezoito meses, realizam o seu primeiro combate, que não é mais do que um teste às suas capacidades. Caso o proprietário acredite que o animal já está pronto para combater, lança o desafio aos restantes *dogmen* e a este associa um conjunto de condições, como o peso dos animais e o valor da aposta a realizar, que pode ir dos duzentos dólares aos 100.000 dólares. A partir do momento em que o desafio é aceite, os proprietários têm entre três a seis meses para prepararem os seus cães para combater. Com o treino, que inclui, por exemplo, a prática de natação, pretende-se que os animais adquiram sobretudo força e resistência, pois, por vezes, os combates duram mais de quatro horas²³⁷.

Os combates de cães, normalmente planeados ao longo de meses, são realizados num local mantido em segredo até à véspera do evento e têm um funcionamento simples: dois cães encontram-se num “ringue”, acompanhados de um árbitro e dos seus proprietários, sendo que o combate, que termina, normalmente, com a morte ou fuga/desistência de um dos cães, se inicia após o árbitro ordenar que os animais sejam soltos. Enquanto o combate decorre, os espetadores (na maioria das vezes, também eles proprietários de cães de combate) apostam no seu favorito para a vitória. No final do combate, o proprietário do animal vencedor é, regra geral, imediatamente desafiado por outros *dogmen's* que se encontram na plateia. Quantos aos cães de combate, estes têm uma carreira curta: um bom cão pode apenas vencer uma luta, e são raros os cães que chegam a realizar o seu terceiro ou quarto combate²³⁸.

Por fim, os *dogmen's*, como afirmam Evans, Forsyth e Gauthier²³⁹, procuram através dos combates de cães validar o seu carácter e a sua masculinidade, demonstrando coragem, bravura, integridade e compostura. Características que os cães também devem possuir, pois, estes são vistos como o reflexo e um símbolo dos seus respetivos donos: se uma característica é atribuída a um cão, também é atribuída ao homem que este representa. Por esta razão, os cães que demonstrem ser cobardes, podendo pôr em risco a

²³⁶ Termo que se refere a todos os homens que de alguma forma participam (criando ou possuindo cães de combate, arbitrando combates, integrando uma rede que facilita a organização e realização destes combates) nos combates de cães.

²³⁷ Evans e Forsyth, «The social...», 56 - 59.

²³⁸ Evans e Forsyth, «The social...», 59 - 66.

²³⁹ Evans, Gauthier e Forsyth, «Dogfighting...», 832 - 833.

reputação do seu dono, são abatidos. Estes autores acrescentam que os *dogmen's* que expressam uma maior entrega e participação nos combates de cães são os provenientes de estratos sociais mais baixos, pois encontram nestes uma das poucas formas de validar a sua masculinidade. Assim, se estes consideram que os combates de cães têm um papel fulcral na sua vida, os *dogmen's* de estratos sociais mais elevados consideram os combates de cães um mero passatempo²⁴⁰.

4.2. O touro e a tauromaquia

Como visto anteriormente, a relação entre o Homem e o touro, ou o seu antecessor, o auroque, é antiga, remontando à Pré-História. Por toda a Europa são várias as pinturas e gravuras em grutas, abrigos, rochas, como no Vale do Côa, e utensílios de uso diário onde a importância do auroque para as comunidades pré-históricas está representada²⁴¹. Luís Capucha refere que o auroque era “alvo de rituais propiciatórios antes das grandes, e perigosas, caçadas”²⁴². Segundo Ángel Alvarez²⁴³, estas representações estavam associadas à reprodução, ou seja, à capacidade que o touro tinha em transmitir a “sua virtude fecundante aos humanos”²⁴⁴. Caetano²⁴⁵ escreve que, ainda antes da sua domesticação, estes eram animais “adorados e temidos” e que “muitos acreditavam que a sua força descomunal só podia ter uma origem divina e que, se fosse vencido, os seus poderes eram transmitidos a quem o consumisse”. Posteriormente, este animal integrou várias mitologias. Recordem-se aqui os mitos greco-romanos em torno do touro, como o mito de Europa e Zeus, os trabalhos de Hércules, ou Hércules, onde se destacam a luta contra o touro de Creta e a demanda dos bois de Gérion, e a lenda de Teseu e o Minotauro²⁴⁶. Mircea Eliade²⁴⁷ observou que os deuses a quem se atribuía uma capacidade fecundadora, não só de mulheres, mas igualmente de animais e da terra, como Ba'al, na Fenícia e Síria, Indra, no Hinduísmo, Verethagna, no Irão, Zeus, na Grécia, e a divindade itifálica Min no Egito, eram representados por touros e bovídeos, ou

²⁴⁰ Evans, Gauthier e Forsyth, «Dogfighting...», 834.

²⁴¹ Isabel Pinto, «Festas bravas: a anatomia do outro golpe», *Krypton*, n.º 3 (2014): 29

²⁴² Luís Capucha, «Festas de touros», *Anthropológicas*, v. 24, n.1 (2013): 146.

²⁴³ Ángel Alvarez, *Ritos y Juegos del Toro* (Madrid: Biblioteca Nueva, 1998).

²⁴⁴ Luís Pereira, *Tauromaquia: Identidade Cultural, Enquadramento Legal e Desenvolvimento* (dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Economia Política, 2010), 14.

²⁴⁵ Paulo Caetano, *Filhos...*, 15.

²⁴⁶ Pinto, «Festas...», 29.

²⁴⁷ Mircea Eliade, *Tratado de História das Religiões* (Porto: Edições Asa, 1994), 125 – 130.

assumiam a forma destes animais. Os cornos dos touros foram também, desde muito cedo, relacionados com o crescente lunar e com a Lua que “distribui a fecundidade universal”²⁴⁸. Antonieta Costa²⁴⁹ refere que os deuses relacionados com o “Espírito da vegetação”, como Dionísio, e que “personificavam a proteção esperada para os cereais, árvores de fruto e outras culturas”, possuíam, por vezes, a forma de um touro, de uma vaca, de um bezerro, de homens e mulheres com chifres ou corpo de boi e cabeça humana ou vice-versa. Este simbolismo manteve-se perceptível durante séculos em provérbios e ditados: era comum na Prússia afirmar-se que o “touro desceu à ceara” quando o trigo se apresentava mais forte²⁵⁰. Eliade²⁵¹ acrescenta que o touro, para além da sua capacidade genésica e de proteção de culturas, simbolizava a força, o poder e a coragem. Por esta razão, em acádio “partir os chifres” era equivalente a “perder o poder”.

Capucha aponta ainda outros valores universais associados a touro e a sua lide:

*O touro é sem exceção símbolo de força, de poder, de ferocidade, de coragem, de potencial genésico que transporta e renova a vida e simultaneamente ameaça de morte; é símbolo de bravura, insubmissão, capacidade de sofrimento sem rendição a não ser ao destino derradeiro, o momento em que, nos rituais sacrificiais, incluindo as corridas de touros, o animal “pede a morte”, conforme contam aqueles que têm de o entender e com ele comunicar para o poder lidar, os toureiros. É, por isso também, símbolo de generosidade e entrega radical para o bem comum.*²⁵²

Bishop²⁵³ afirma que a lide de touros surge no Mediterrâneo o mais tardar no Neolítico. Posteriormente, este tipo de prática popularizou-se entre a civilização Minoica em Creta (Figura 11), na Ásia Menor, no Antigo Egito e no Norte de África Bérber. Na Índia, na Pérsia e, mais tarde, no Império Romano, o recurso a touros em rituais tornou-se popular com o Mitraísmo. No caso de Roma, o *ritual mitraico*, no qual os touros eram sacrificados por soldados romanos, desenvolve-se sobretudo a partir do século II e é, inclusive, apontado como “percursor das corridas de touros que durante a Idade Média se

²⁴⁸ Eliade, *Tratado...*, 126.

²⁴⁹ Antonieta Costa, *As Festas Sanjoaninas e Suas Origens Mais Remotas - Estudo Comparativo Documental* (Guimarães: NEPS, Universidade do Minho, 2002)

²⁵⁰ James George Frazer, «The corn-spirit as a bull, cow, or ox», em *The Golden Bough*, James George Frazer, (1890), <http://www.bartleby.com/196/111.html>, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

²⁵¹ Eliade, *Tratado...*, 127 – 128.

²⁵² Capucha, «Festas...», 169.

²⁵³ Bishop, «The ritual...», 447.

foram realizando até chegar aos dias de hoje”²⁵⁴. Ao longo da Idade Média a tauromaquia tornou-se prática de nobres e suscitava interesse entre os monarcas, contudo, era praticada ocasionalmente e nas formas de: treino militar; ritual de práticas religiosas; diversão festiva; demonstração de atos heroicos²⁵⁵.



Figura 11 – Taurocatapsia: famoso fresco minoico onde está representado o salto do touro.

Fonte: Tuite Arte, <http://www.tuitearte.es/creta-toro-minoico-taurocatapsia/>, 2012, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

Porém, só em 1776 a tauromaquia surge em Portugal como produto cultural que “obedece a regras, que os especialistas devem cumprir”²⁵⁶. Com a regulamentação, ou seja, com a criação de “códigos precisos e padrões mais ou menos rígidos”²⁵⁷, aparece a tauromaquia institucional que conquista um caráter nacional, artístico e profissional, e espaços próprios para a sua realização, as praças de touros²⁵⁸. A tauromaquia institucional corresponde, essencialmente, às corridas de touros ou touradas, onde se incluem: a corrida Camarguesa, praticada, principalmente, no sul de França; a corrida Andaluza, onde o touro é lidado a pé, e que, exceto em Portugal, termina com a morte deste animal; e a

²⁵⁴ Pereira, *Tauromaquia...*, 14.

²⁵⁵ Pinto, «Festas bravas...», 30; Luís Capucha, «O campo da tauromaquia», *Sociologia*, n.º 5 (1998): 150.

²⁵⁶ Capucha, «O campo...», 151.

²⁵⁷ Capucha, «Festas de...», 167.

²⁵⁸ Filipa Pucariço, *Estudo do Impacto Socioeconómico da Capeia Arraiana* (dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária, 2015), 12.

tourada à Portuguesa, onde o touro é lidado por cavaleiros e no fim pegado por forcados²⁵⁹.

Contudo, a tauromaquia não se limita às touradas. Para além da tauromaquia institucional existe a tauromaquia popular, que diz respeito a tradições ancestrais, à identidade e costumes locais, e onde as regras são determinadas pela comunidade e participantes²⁶⁰. Mesmo não existindo em Portugal um estudo amplo que permita identificar todas as manifestações populares taurinas, que são variadas e dispersas geograficamente, é possível enumerar as seguintes: a *vaca das cordas*, em Ponte de Lima; a capeia arraiana, incluindo o toureiro com forcão, no concelho de Sabugal; as *touradas à corda*, na Ilha Terceira, Açores; as *esperas de toiros*, no Ribatejo, no Vale do Tejo e em Lisboa; as vacadas ou garraizadas, a sul da Linha do Tejo, exceto no Algarve; a *vaca de fogo*, no Douro Litoral; a *tourada à vara larga*, na Serra da Estrela e Portalegre; o *sacrifício taurino*, na margem esquerda do Guadiana; e as *chegas de bois* no Norte de Portugal²⁶¹.

São raras as tentativas de identificar e classificar as várias tradições taurinas existentes no mundo. Sendo que, das poucas tentativas existentes, merece destaque a de Jean-Pierre Fabaron²⁶² realizada em 1990, e que tem como principal critério de diferenciação a existência ou não da intenção de provocar a morte ao touro ou a outro bovino. Nas práticas tauromáquicas onde existe a intenção de tirar a vida ao animal, Fabaron inclui a corrida de touros e as lutas contra outros animais; na outra face da moeda o autor distingue as manifestações onde: o animal se encontra preso por uma corda; se procura apanhar o bovino com um laço; o animal participa com atrelagem; um humano tenta montar o bovino; o animal participa solto; e as lutas entre dois bovinos.

4.3. Os combates de animais e a tauromaquia: os direitos e a dignidade dos animais não-humanos

A proteção dos direitos e da dignidade dos animais não-humanos e a luta pela proibição de combates de animais e de práticas tauromáquicas são assuntos em voga, mas,

²⁵⁹ Capucha, «Festas...», 167.

²⁶⁰ Pucariço, *Estudo do...*, 12.

²⁶¹ Pereira, *Tauromaquia...*, 19 – 18; Capucha, «Festas de...», 168.

²⁶² Jean-Pierre Fabaron, «Répartition des jeux taurins dans le monde»; citado em Jean – Baptista Maudet, *Terres de Taureaux – Les Jeux Taurins de L'Europe à L'Amérique* (Madrid: Casa de Velázquez, 2010), 42.

ao contrário do que por vezes se possa pensar, estas são polémicas antigas. Em 1567, o Papa Pio V amaldiçoou eternamente todos os que praticavam e consentiam a tauromaquia. Em 1724, Filipe V decreta a proibição de touradas em toda a Espanha, considerando-as bárbaras e cruéis. Já em Portugal, em 1790, durante o reinado de D. Maria I, o Intendente de Polícia Pina Manique decretou penas para quem autorizasse espetáculos taurinos. Por sua vez, no reinado de D. Maria II, o Ministro Passos Manuel determinou a proibição das corridas de touros em 1836, que durou até 1837²⁶³. Em 19 de setembro de 1836 Passos Manuel afirmou que

*Considerando que as corridas de touros são um divertimento bárbaro e impróprio de Nações civilizadas, bem assim que semelhantes espetáculos servem unicamente para habituar os homens ao crime e à ferocidade, e desejando eu remover todas as causas que possam impedir ou retardar o aperfeiçoamento moral da Nação Portuguesa, hei por bem decretar que de hora em diante fiquem proibidas em todo o Reino as corridas de touros.*²⁶⁴

O marquês de Bombelles, embaixador de França em Lisboa, William Beckford, inglês que se deslocou até Portugal durante o reinado de D. Maria I, e Carl Ruders, pastor protestante sueco que habitou em Portugal de 1798 a 1800, classificaram, respetivamente, as touradas como algo “lúgubre”, “repugnante” e “cruel”²⁶⁵.

No respeitante aos combates de animais, e como afirmado anteriormente, estes foram durante vários séculos uma forma muito popular de lazer na Inglaterra. Contudo, no século XVII os combates de animais conheceram a oposição dos Puritanos, que consideravam o prazer proveniente do sofrimento animal um pecado. Estes, aproveitando o controlo que detinham sobre o Parlamento, ordenaram o fecho dos espaços onde os combates se realizavam. Já no século XVIII os combates de animais perderam a proteção da nobreza e da monarquia, e acabaram por ser proibidos em 1835.²⁶⁶ Os combates de cães chegaram aos EUA, provenientes da Grã-Bretanha, no início do século XVIII; no século XIX conheceram o seu primeiro grande opositor, Henry Bergh, que em 1866 criou

²⁶³ Pereira, *Tauromaquia...*, 16.

²⁶⁴ Bruno Goís, «Breve história do fim das touradas», *Esquerda.net*, 13 de agosto, 2013, <http://www.esquerda.net/opiniaio/breve-hist%C3%B3ria-do-fim-das-touradas/28994>, consultado no dia 14 de dezembro de 2015.

²⁶⁵ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, coord., *Animais e Companhia na História de Portugal*, (Maia: Círculo de Leitores, 2015), 231.

²⁶⁶ Evans e Forsyth, «Entertainment...», 61 – 63; John Arlott, ed., *The Oxford Companion to Sports and Games*, (Londres: Oxford University Press, 1975), 11.

a *Sociedade para a Prevenção de Crueldade contra os Animais*. Porém, as suas ações não foram suficientes para ilegalizar estes combates²⁶⁷.

Mais recentemente, sobretudo a partir da década de 1970, autores como Peter Singer²⁶⁸ ou Tom Regan²⁶⁹ deram novo ânimo à defesa dos direitos dos animais não-humanos. Estes centraram a sua argumentação no facto de alguns destes animais serem sensíveis e conscientes de si mesmos, tendo a capacidade de sofrer, e, por isso, o direito a serem respeitados e de não serem tratados como um meio para um fim, passando, assim, a estar em igualdade com os seres-humanos – opinião já apresentada por Jeremy Bentham, filósofo do século XVIII e XIX. Inclusivamente, em termos legislativos, em 2014, a França alterou o seu Código Civil de forma a reconhecer os animais não-humanos como “seres sensíveis”²⁷⁰, e em Portugal esta discussão foi já iniciada.

Em Portugal, no que concerne apenas à oposição à tauromaquia, merece destaque a *petição pela abolição das touradas e todos os espectáculos com touros* que conta já com mais de 65.000 assinaturas²⁷¹, e a luta de diversas associações de defesa dos animais, como a Associação Vida Animal (AVA), a Plataforma Nacional para a Abolição das Touradas ou do partido político Pessoas Animais e Natureza (PAN). Mundialmente são já várias as cidades em países com um grande número de aficionados como a Colômbia, Espanha, França, Venezuela e Portugal (que conta apenas com um caso: Viana do Castelo) que se proclamam como cidades anti-tourada²⁷². Refira-se também o caso da Catalunha e das Canárias, duas regiões autónomas de Espanha, onde as touradas foram proibidas em 2012 e 1991, respetivamente²⁷³. Ainda em 2015, a tourada foi retirada da lista de património cultural francês, classificação conquistada em 2011, e o Parlamento Europeu considerou que os fundos comunitários “não devem ser usados para apoiar a reprodução ou a criação de touros destinados às atividades de tauromaquia”²⁷⁴.

²⁶⁷ Rhonda D. Evans e Craig J. Forsyth, «The social milieu of dogmen and dogfights», *Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal*, n.º 19 (1998): 52.

²⁶⁸ Peter Singer, *Ética Prática* (Lisboa: Gradiva, 2002).

²⁶⁹ Tom Regan, *The Case for Animal Rights* (Berkeley: University of California Press, 2004).

²⁷⁰ RFI, «Mudança no Código Civil francês considera animais "seres sensíveis», 16 de abril, 2015, <http://pt.rfi.fr/franca/20140416-mudanca-no-codigo-civil-frances-considera-animais-seres-sensiveis>, consultado no dia 10 de outubro de 2016.

²⁷¹ «Petição pela abolição das touradas e de todos os espectáculos com touros», <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=010basta>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁷² Fernando Veludo, «Viana do Castelo é a primeira “cidade anti-touradas” do país», *Público*, 27 de fevereiro, 2009, <http://www.publico.pt/local/noticia/viana-do-castelo-e-a-primeira-cidade-antitouradas-do-pais-1367028>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁷³ Nuno Ribeiro, «Catalunha repudia “fiesta nacional” e proíbe touradas», *Público*, 28 de julho, 2010, [http://www.publico.pt/mundo/noticia/catalunha-repudia-fiesta-nacional-e-proibe-touradas-1449092](http://www.publico.pt/mundo/noticia/catalunha-repudia-fiеста-nacional-e-proibe-touradas-1449092), consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁷⁴ Catarina Falcão, «Tourada deixa de ser património cultural em França», *Observador*, 7 de Junho, 2015, <http://observador.pt/2015/06/07/tourada-deixa-de-ser-patrimonio-cultural-em-franca/>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016; Andreia Miranda e Filipe Caetano, «Parlamento Europeu aprova fim dos subsídios para as touradas», *Tvi24*, 28 de Outubro, 2015,

Do outro lado da trincheira, é de assinalar a existência de um grande número de municípios portugueses que declararam a tauromaquia como *Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal*, como Vila Franca de Xira, Sabugal, Barrancos ou Reguengos de Monsaraz, com a intenção de levar a tauromaquia a ser classificada pelo Estado Português como *Património Cultural de Portugal*²⁷⁵. Foi também demonstrada a intenção, por parte da Ilha Terceira, de candidatar a tourada à corda a *Património Imaterial da Humanidade* junto da UNESCO²⁷⁶. Já entre os dias 27 de fevereiro e 1 de março de 2015 realizou-se em Albacete, Espanha, o *I Congresso Internacional de Tauromaquia como Património Cultural* que “visa a união dos países taurinos, para que os governos ponham em marcha o *Projeto Tauromaquia – UNESCO*, que pretende incluir a tauromaquia como *Património Cultural Imaterial da Humanidade* e que se mostra como um “encontro importante para os países onde a tauromaquia foi protegida com as declarações nacionais e regionais como: Espanha, México, Portugal, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador”²⁷⁷. Como apontando anteriormente, a nível nacional há ainda a registar a presença, desde 2011, da capeia arraiana no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*²⁷⁸.

Por tudo isto, torna-se óbvio que as touradas e também os combates de animais dividem comunidades, grupos e indivíduos, o que por vezes poderá dificultar, sem impossibilitar, a sua classificação. Estamos perante manifestações que podem ser denominadas como *patrimónios polémicos*, sobre os quais não há o mínimo consenso: se para uns estes eventos são cultura e tradição ou é imoral privar os animais de combater²⁷⁹, contrariando, assim, a sua natureza²⁸⁰; para outros estamos perante espetáculos violentos e uma forma de tortura animal.

<http://www.tvi24.iol.pt/internacional/tauromaquia/parlamento-europeu-aprova-fim-dos-subsidios-para-as-touradas>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁷⁵ Jornal de Notícias, «Municípios querem tauromaquia classificada como "Património Cultural"», 18 de junho, 2012, http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=2615521&page=1, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁷⁶ Açoriano Oriental, «Associação da ilha Terceira defende que a tourada à corda seja Património da Humanidade», 29 de Abril, 2015, <http://www.acorianooriental.pt/noticia/associacao-da-ilha-terceira-defende-que-a-tourada-a-corda-seja-patrimonio-da-humanidade>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁷⁷ Tauródromo, «I Congresso Internacional de Tauromaquia como Património Cultural»,

<http://www.taurodromo.com/noticia/2015-fevereiro/10535-i-congresso-internacional-de-tauromaquia-como-patrimonio-cultural>, 2015, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁷⁸ MatrizPCI, «Ficha de património....»

²⁷⁹ Evans e Forsyth, «The social...», 53.

²⁸⁰ Werkheiser, «Fighting ...», 6 - 9.

4.4. Os combates de touros

Os combates entre dois touros não são exclusivos do concelho de Montalegre e do Norte de Portugal, estando presentes em diversas regiões do mundo (Figura 16) e em várias épocas, especialmente em comunidades rurais onde os bovídeos são animais de trabalho por excelência, como refere Bishop²⁸¹. Sendo que, tal como acontece noutros casos de desportos com recurso a animais, há uma grande diversidade de reações e de comportamentos humanos associados a esta prática e são vários os pontos de convergência e de divergência entre os distintos combates de touros.

No Japão, as lutas de touros são uma tradição no distrito de Nanyo e na província de Oquina. Hirokazu Ishii²⁸² declara que em Nanyo, na cidade de Uwajima em particular, um *boom* turístico ocorrido na década de 1960 do século XX ressuscitou esta prática quase desaparecida, em grande parte devido à mecanização da agricultura. Desta forma, em 1975 foi construído, no centro da cidade, um estádio para a realização destes combates. Este autor diz-nos ainda que os combates entre touros aparecem nesta região como um simples passatempo da população local, porém, a partir da década de 1870, estes tornaram-se num espetáculo popular e lucrativo com um grande número de espetadores e entrada a pagar, cujo valor revertia para os organizadores destes eventos e para os proprietários de gado. Também em Oquina²⁸³ as lutas de touros apareceram como um passatempo dos agricultores locais, ainda antes do século XVII. Contudo, hoje em dia é possível encontrar nesta província grandes arenas, por vezes com 3.000 lugares (Figura 12), construídas com a intenção de receber estes combates de “sumo bovino”²⁸⁴.

²⁸¹ Bishop, «The ritual...», 447 e 450.

²⁸² Hirokazu Ishii, «Bull fighting: tradition and acculturation», *International Journal of Sports and Health Science*, vol. 4 (2006): 152-160.

²⁸³ Michael Lynch, «Bloodless bullfighting in Okinawa», *CNN Travel*, 14 de fevereiro, 2013, <http://travel.cnn.com/tokyo/play/bloodless-bullfighting-okinawa-369290>, consultado no dia 15 de dezembro de 2015.

²⁸⁴ Dylan Thuras, «Okinawan bullfights», *Atlas Obscura*, <http://www.atlasobscura.com/places/okinawan-bullfights>, s. d., consultado no dia 15 de dezembro de 2015.



Figura 12 – Oquinava, Japão: na arena dois touros, acompanhados dos seus proprietários, enfrentam-se. **Fonte:** CNN Travel, <http://travel.cnn.com/tokyo/play/bloodless-bullfighting-okinawa-369290>, 2013, consultado no dia 15 de dezembro de 2015.

Em Cheongdo²⁸⁵, na Coreia do Sul, realiza-se anualmente na primavera, num estádio com cerca de 10.000 lugares, um *Festival de Lutas de Touros*. Apesar deste *Festival* só existir desde 1999, esta prática é apontada como milenar e a sua origem é explicada pelos confrontos entre touros que ocorriam, sem qualquer intervenção humana, quando estes se encontravam nas pastagens. Antigamente, as lutas de touros estavam presentes em diversas aldeias da Coreia, mas a rápida industrialização do país quase levou ao desaparecimento desta prática, servindo este e outros festivais idênticos para ajudar a manter a tradição viva. Antes de participarem nas lutas, os touros são cuidadosamente selecionados, dando-se especial atenção ao tamanho da cabeça, à forma dos chifres e à força das pernas traseiras. Posteriormente, estes animais são treinados de forma a aumentar o seu tamanho e força. Um dos métodos de treino é obrigar os touros a arrastarem pneus com recurso a uma corda presa ao pescoço. O proprietário do vencedor deste torneio arrecada um prémio monetário e os espetadores são encorajados a apostar

²⁸⁵Marius Stankiewicz, «Bullfighting for buddhists: A less bloody alternative In South Korea», *NPR*, 30 de abril, 2015, <http://www.npr.org/sections/parallels/2015/04/30/402575947/bullfighting-for-buddhists-a-less-bloody-alternative-in-south-korea>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016 ; Eun Jee Park, «South Korean bullfighting is for bulls only», *Reuters*, 20 de abril, 2012, <http://uk.reuters.com/article/2012/04/20/korea-bullfight-idUKL3E8FJ1WV20120420>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

no seu animal favorito. Durante o festival os visitantes podem ainda assistir a uma recriação sobre a história das lutas de touros na Coreia do Sul e visitar um museu e parque temático inteiramente dedicado a esta tradição²⁸⁶. Bishop²⁸⁷ observou, já em 1915, a existência de combates de touros na Península da Coreia. Nesta época cada um dos touros em combate representava uma aldeia, que procurava alcançar a honra através da vitória do seu animal.

Na China, o grupo étnico Dong²⁸⁸, que ocupa essencialmente a província de Guizhou, organiza duas vezes por ano (entre os finais de janeiro e fevereiro, e entre o fim de agosto e início de setembro) um *Festival de Lutas de Touros*. A maioria das aldeias Dong possuem um animal que serve unicamente para participar nestes combates. Estes animais são alimentados e tratados por toda a comunidade de forma a ficarem fortes e ferozes, não integram os trabalhos agrícolas e têm uma dieta especial, onde entram alimentos como o mel e o vinho. É ainda permitido afiar os chifres destes animais antes de participarem nos combates.

Permanecendo na China, esta prática é também apreciada pelo grupo étnico Miao²⁸⁹ que habita, igualmente, a província de Guizhou, e que organiza todos os anos um *Festival de Lutas de Touros*. A população Miao vive essencialmente da agricultura e tem no gado bovino um importante aliado; para este grupo étnico o touro é um símbolo de bravura, alimento, trabalho e saúde. Assim, o *Festival* serve para demonstrar o apreço que os Miao tem por estes animais. Nem todos os touros que participam neste Festival são criados unicamente para lutar, no entanto, também estes recebem cuidados especiais antes das lutas, sendo alimentados com arroz glutinoso e cerveja. Tanto nas lutas organizadas pelos Dong como nas organizadas pelos Miao é habitual os animais ficarem gravemente feridos ou falecerem.

No Vietname²⁹⁰ os touros são substituídos pelo búfalo-d'água (*Bubalus bubalis*). Na cidade costeira de Haiphong é organizado anualmente, desde o século XVIII, o *Festival de Lutas de Búfalos* (Figura 13). Este festival decorre no nono dia do oitavo mês do calendário lunar vietnamita, contudo, a preparação do combate e dos seus

²⁸⁶ Jo-Anna Lynch, «Cheongdo: bullfighting, a wine and a temple», *The Korea Blog*, <http://blog.korea.net/?p=15535>, 2013, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁸⁷ Carl W. Bishop, «The ritual...», 453.

²⁸⁸ Annie Wu, «Dong Ethnic People Bull Fighting Festival», *China Highlights*, 2 de fevereiro, 2015, <http://www.chinahighlights.com/festivals/dong-ethnic-people-bull-fighting-festival.htm>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016

²⁸⁹ China Unique Tour, «Bullfight Festival of Miao - the most famous Bullfight Festival», <http://www.chinaunique.com/html/all/2009629/arts-6015.html>, s. d., consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁹⁰ Holidays Vietnam, «Do Son Buffalo Fighting Festival», <http://www.holidaysvietnam.com/travel-guide/do-son-buffalo-fighting-festival.html>, s. d., consultado no dia 15 de dezembro de 2015.

intervenientes, onde se inclui a escolha meticulosa, a compra e o treino dos animais, dura cerca de um ano. O festival e estes combates não são apenas uma forma de entretenimento ou uma mera atração turística, estando a si associados rituais espirituais, onde se inclui o sacrifício dos búfalos que participam nas lutas. Para além de um prémio monetário e segundo a crença local, a aldeia proprietária e representada pelo animal vencedor terá um ano auspicioso.



Figura 13 – Haiphong, Vietname: transporte de um búfalo para a arena de combate.

Fonte: Holidays Vietnam, <http://www.holidaysvietnam.com/travel-guide/do-son-buffalo-fighting-festival.html>, consultado no dia 15 de dezembro de 2015.

Em plena Cordilheira do Himalaia, na aldeia de Taruka no Nepal²⁹¹, ocorre todos os anos, em janeiro, o *Festival de Luta de Touros* que serve para assinalar o fim do inverno e cuja origem remonta ao século XIX. Os animais usados nas lutas não são criados com o propósito único de combater e, no final, o proprietário do vencedor leva para casa um prémio em dinheiro. Se por um lado este festival tem visto a sua popularidade aumentar e a ele assistem um grande número de espetadores (quer habitantes locais quer visitantes),

²⁹¹The Times of India, «Thousands celebrate Nepal bullfighting fiesta», 15 de janeiro, 2015, <http://timesofindia.indiatimes.com/world/south-asia/Thousands-celebrate-Nepal-bullfighting-fiesta/articleshow/45902640.cms>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

por outro lado, tem conhecido nos últimos anos protestos por parte de ativistas dos direitos animais, que procuram proibir a sua realização.

No sul do estado indiano de Goa²⁹², as lutas entre dois touros recebem o nome de *dhirio*. Esta prática foi proibida em 1998 pelo Supremo Tribunal após um espetador ter sido atacado e morto por um touro, porém, continua a realizar-se clandestinamente e com grande frequência, na sua maioria, ao fim de semana em pequenas aldeias. Com a intenção de evitar a ação da polícia e dos grupos de proteção animal, o local e dia das *dhirio* são dados a conhecer pouco antes do início do evento, e os animais transportados secretamente em carrinhas. Na luta pela legalização das *dhirio*, os seus organizadores e os criadores de gado contam com o apoio de vários políticos, pertencentes a diferentes partidos. As razões para que tal aconteça são o entusiasmo existente em torno desta tradição que conta com um grande número de espetadores, e, sobretudo, o dinheiro que estes combates geram através das apostas, da venda de bilhetes ou até de filmes gravados em DVD – aspetos que transformam as *dhirio* num negócio lucrativo. Apesar desta realidade, os criadores de gado afirmam tratar os seus animais como membros da família, sendo comum divulgar-se a morte dos touros nos obituários presentes nos jornais.

No Irão, como refere Christian Bromberger²⁹³, antigamente os combates entre touros, conhecidos localmente como *gâvbâzî*, eram um autêntico desporto nacional, porém, hoje em dia apenas se realizam, ilegalmente, em duas províncias rurais do norte, Gilan e Mazandaran - onde o touro ainda se mantém como companheiro por excelência dos agricultores. Neste país, os combates entre touros foram, por várias vezes, banidos em nome da lei e da moral islâmica que se manifestam contra a violência animal e, sobretudo, contra o sistema de apostas associado a esta tradição. Explicam também o declínio das *gâvbâzî* a modernização da agricultura e a sua substituição por outras atividades económicas. Bromberger salienta ainda que aqui os combates de touros, ao contrário do que acontece noutros locais, não foram (pelo menos até 1997) objeto de “espetacularização mercantil e de folclorização”²⁹⁴; limitando-se as *gâvbâzî* a sobreviver na clandestinidade e estando a sua realização dependente do calendário de trabalho,

²⁹²Govind Kamat Maad, «Dhirio: Bullish about a banned fight», *The Times of India*, 22 de outubro, 2008, <http://timesofindia.indiatimes.com/city/goa/Dhirio-Bullish-about-a-banned-fight/articleshow/3625723.cms>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016; Herald Goa, «Dhirio, an important part of Goan tradition say bull owners», 5 de julho, 2015, <http://www.heraldgoa.in/Review/Dhirio-an-important-part-of-Goan-tradition-say-bull-owners/90679.html>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁹³Christian Bromberger, «Gavbazi (Bull Fighting): arranged fights between bulls», *CAIS*, <http://www.cais-soas.com/CAIS/Sport/gavbazi.htm>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016; Christian Bromberger, «La guerre des taureaux n’aura pas lieu: note sur les infortunes d’un divertissement populaire dans le nord de l’Iran», em *Dire les Autres - Réflexions et pratiques ethnologiques*, org. Jacques Hainard e Roland Kaehr (s.l: Editions Payot Lausanne, 1997), 121 - 137.

²⁹⁴ Bromberger, «La guerre...», 131-132.

ocorrendo, por isso, essencialmente no fim do verão e durante o outono, e das cerimónias locais, como casamentos. Outro aspeto evidenciado por este investigador é que no Irão os touros que participam nos combates simbolizam a identidade local e representam a honra, a virilidade e a bravura da aldeia ou vila onde são criados²⁹⁵. Na Ásia, estes combates ainda ocorrem na Tailândia e no Bangladesh.

Em Omã²⁹⁶, os combates de touros realizam-se durante os meses de inverno. Nesta estação do ano, às sextas-feiras, de quinze em quinze dias, é organizado um torneio por eliminação, que conta com animais provenientes de diversas localidades. Diana Darke²⁹⁷ afirma que em jogo não estão prémios monetários, apenas “honra e prestígio”, o que torna esta tradição num “espetáculo natural” sem carácter comercial. Porém, o proprietário de um touro vitorioso pode ver o preço do seu animal aumentar exponencialmente, e é comum serem feitas apostas em torno destes combates. É também habitual atribuir aos bois nomes de figuras heroicas da literatura islâmica bem como de *wrestlers* americanos. Neste país, a origem desta tradição é associada por uns à passagem dos espanhóis por este território e por outros à influência portuguesa, havendo ainda quem defenda que estas lutas no Omã surgiram naturalmente em tempos imemoriáveis.

Continuando na Península Arábica²⁹⁸, também nos Emirados Árabes Unidos, país que faz fronteira com o Omã, os combates de touros são uma tradição, especialmente no Emirado de Fujairah. Neste país existem igualmente várias versões acerca da origem desta prática, idênticas às existentes em Omã.

Também na zona ocidental do Quênia²⁹⁹ (Figura 14) os combates de touros contam com um grande número de adeptos e são uma importante atração turística, incluída no *Circuito Turístico Obama* (em homenagem ao Presidente dos EUA, cujo pai era queniano), tendo sido construído, com o apoio monetário do Estado, um estádio, em Ikolomani, para a sua realização. Com a intenção de aumentar a ferocidade dos animais que participam nos combates, os seus criadores isolam-nos do restante gado e, na véspera da luta, é dada aos touros uma bebida alcoólica artesanal, conhecida por *bussa*. A luta é

²⁹⁵ Bromberger, «La guerre...», 129-130.

²⁹⁶ Deepak Pereira, «Spotlight on bullfighting in Oman», *Mangalorean*, 1 de maio, 2005, <http://www.mangalorean.com/browsearticles.php?arttype=Feature&articleid=284>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁹⁷ Diana Darke, *Oman* (Chalfont St Peter: Bradt Travel Guides, 2010), 29, https://books.google.pt/books?id=J6OKSXYG5tYC&pg=PA29&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁹⁸ Geoffrey R. King, «The coming of Islam and the Islamic period in the UAE», em *United Arab Emirates: a new perspective*, org. Ibrahim Al Abed e Peter Hellyer (Londres: Trident Press, 2001), 72, https://books.google.pt/books?id=Ocmz3zV0qAMC&pg=PA72&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

²⁹⁹ BBC News, «Horns locked on Kenya bull fights», 5 de dezembro, 2008, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7766987.stm>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

acompanhada por cantos e danças, que começam ainda no caminho (feito a pé) para o local do confronto e que têm como intenção motivar os touros. O proprietário do touro vencedor recebe, por vezes, um prémio monetário, e no final da luta o animal é acompanhado até à sua aldeia por alguns dos espetadores, que agora cantam e dançam em sua homenagem. Em 2012, um touro de nome Obama enfrentou outro chamado Romney, sendo o vencedor coincidente com o das eleições do mesmo ano para a presidência dos EUA³⁰⁰.



Figura 14 – Combate de touros no Quênia.

Fonte: BBC News, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7766987.stm>, 2008, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Na Turquia³⁰¹, na região montanhosa de Artvin, decorre anualmente no último fim de semana de junho o *Festival de Cultura e Artes do Cáucaso*, no qual é possível assistir às *boğa güreşleri*, como são conhecidas as lutas de touros neste país. As *boğa güreşleri* são apresentadas com uma variação das lutas de camelos e os touros que nelas participam são criados especialmente para esta prática. Estes não integram os trabalhos agrícolas e a sua alimentação é altamente calórica e rica em proteína, contando com alimentos como fruta desidratada, gema de ovo ou amido de milho. Assim, preparar estes animais para

³⁰⁰ BBC News, «Obama beats Romney in Kenyan bull fight», 4 de Novembro, 2012, <http://www.bbc.com/news/world-africa-20196270>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

³⁰¹ Diana Darke, *Eastern Turkey* (Chalfont St Peter: Bradt Travel Guide, 2011), 334, https://books.google.pt/books?id=U9WwsQE6AJ4C&pg=PA334&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016; Williams, *Weird Sports...*, 198 – 199.

combater é altamente dispendioso, e nem sempre os prémios monetários são suficientes para cobrir as despesas. Porém, possuir um touro vencedor é sinónimo de respeito e honra.

Os combates entre touros estão igualmente presentes na Croácia, mais propriamente no litoral da Dalmácia e em Lika, e em várias localidades da vizinha Bósnia³⁰², assumindo destaque no território montanhoso de Grmeč, onde esta tradição tem o nome de *Grmečka korida* (corrida de Grmeč). Se este termo, de origem espanhola, é recente, os registos escritos conhecidos referentes a esta prática remontam ao século XVIII. Atualmente, a *Grmečka korida* ocorre no primeiro domingo de agosto, na vila de Ostra Luka, e atrai um grande número de habitantes locais e também turistas. Na Bósnia, em 2005, esta tradição foi homenageada com a criação de um selo postal.

Por sua vez, nos Alpes³⁰³, na região autónoma de Vale de Aosta (Itália), no departamento francês de Alta Saboia e, particularmente, no cantão suíço de Valais, região marcadamente rural, são as vacas da raça *Hérens*, conhecidas como *Reines* (literalmente Rainhas), que se enfrentam (Figura 15). Os registos indicam que estes combates ocorreram pela primeira vez na década de 1920. Victoria Williams³⁰⁴ descreve esta prática como um “desporto dócil”, sendo que as vacas não demonstram muito interesse em lutar e, por isso, o risco de ferimentos é reduzido. Esta autora conta ainda que, em 2005, um grupo de defensores dos direitos dos animais, provenientes da Áustria, organizou um protesto contra estes combates, porém, os ativistas após assistirem a uma luta retiraram as suas objeções. Contudo, e contradizendo a opinião de Williams, os habitantes locais têm por hábito comentar que as *Reines* “são como os velhos suíços, muito combativas e muito maliciosas”³⁰⁵ – o que evidencia que na Suíça as vacas representam a identidade local. Em Valais são vários os torneios definidos como regionais de *Bataille de Reines* (Batalha de Rainhas), mas o principal evento, apresentado como um torneio nacional, realiza-se no mês de maio em Aproz, num recinto com cerca de 10.000 lugares pagos. A vaca vencedora deste torneio recebe o título de “Rainha das Rainhas”, um sino feito propositadamente para celebrar a sua vitória, e o seu proprietário arrecada um avultado prémio monetário. Esta tradição, bem como as vacas Héren’s, são hoje objeto de uma valorização patrimonial e turística. Prova disto é o documentário *Bataille de Reines*,

³⁰² Wythe Marschall e Dylan Thuras, «Bullfights of Grmec», *Atlas Obscura*, <http://www.atlasobscura.com/places/bullfights-of-grmec>, s. d., consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

³⁰³ Williams, *Weird Sports...*, 199.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ Bromberger, «La guerre...», 130.

*Passion d'Hommes*³⁰⁶, realizado, em 2007, por Christiane Dunoyer com o apoio da *Association Régionale Amis des Batailles de Reines* (Associação Regional de Amigos das Batalhas de Rainhas) e do *Conseil de La Vallée*.

Na Galiza³⁰⁷, essencialmente no sul, tal como acontecia no concelho de Montalegre, era comum existir em cada aldeia um boi cuja propriedade era partilhada pelos habitantes e que participava, habitualmente, na *louta dos bois* ou na chega de bois (expressão também utilizada em galego). Nas *loutas* enfrentavam-se, portanto, animais de aldeias vizinhas, aspeto que transformava num símbolo identitário e num campeão de “patriotismo de paróquia” o “touro de concelho” - como era apelidado em Calvos de Randém, município fronteiriço com Montalegre situado na província de Ourense, o boi tratado e alimentado pela comunidade.

Para Manuel Mandianes³⁰⁸, a forma como esta prática se processava antigamente é comparável a outros rituais de territorialidade como, por exemplo, os confrontos físicos que ocorrem nas festas entre homens de aldeias diferentes. Este autor afirma ainda que a *louta de bois*

*É uma festa, uma espécie de desordem. Serve para reforçar a coesão da aldeia, a população sente-se unida em torno do seu boi e, ao mesmo tempo, é a ocasião de encontros com pessoas de outras aldeias.*³⁰⁹

³⁰⁶ Christiane Dunoyer (realizador), *Bataille de Reines, Passion d'Hommes* (Itália: Association Régionale Amis des Batailles de Reines, Conseil de La Vallée, 2007), filme.

³⁰⁷ Carlos Varela, «Os "Cow-boys" da Galiza selvagem», *Sermos Galiza*, 25 de outubro, 2014, <http://www.sermosgaliza.gal/opinion/carlos-c-varela/cow-boys-da-galiza-selvagem/20141023131832031661.html#votar-5>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

³⁰⁸ Manuel Mandianes, *Loureses: Antropoloxía dunha Parroquia Galega* (Vigo: Galaxia, 1984), 98; citado em Varela, «Os "Cow-boys"...

³⁰⁹ Traduzido a partir de: *Ibidem*.



Figura 15 – Vale de Aosta, Alpes italianos: duas vacas Hérens enfrentam-se.

Fonte: Association Régionale Amis des Batailles de Reines, <http://www.amisdesreines.it/news/gallery/>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

No ano 2000 as autoridades proibiram a realização de uma chega de bois na *Festa das Sopas do Burro Canso e Galo Pica no Chan*, no município raiano de Muíños (Ourense), porém, a *louta* acabou por se realizar, o que resultou numa multa para os seus organizadores³¹⁰. Anos depois, em 2008, o município optou por retirar de forma definitiva (não se tendo voltado a realizar até ao presente ano, ou seja, 2016) a chega de bois do programa desta festa com a intenção de pôr fim aos protestos de diversos grupos ecologistas e às queixas apresentadas por estes nas autoridades, que resultaram em diversas multas. Apesar desta ser a última festa galega a contar com *loutas de bois* e da plataforma Galicia, Mellor Sen Touradas afirmar que as mesmas são proibidas na Galiza desde 1993, em várias aldeias continuam a realizar-se chegadas de forma espontânea e dissimulada³¹¹.

³¹⁰ Xosé Méndez Ferrín, *Un Escritor nos Xornais: Artigos Periodísticos* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2000), 131 - 132, <https://books.google.pt/books?id=1vkZpV-Vwe8C&pg=PA131&dq#v=onepage&q&f=false>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

³¹¹ La Region, «Muíños elimina la “chega de bois” de las fiestas para evitar polémicas ecologistas», 30 de junho, 2008, <http://www.laregion.es/articulo/baixa-limia/muinos-elimina-chega-bois-fiestas-evitar-polemicas-ecologistas/20080701104154057049.html>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.



Figura 16 - Identificação dos vários países onde se pode assistir a combates entre gado bovino.
Mapa editado por: Cristiano Pereira, 2016.

Parte II

**As chegas de bois em Montalegre: etnografia,
memória e intervenção museológica**

Capítulo 5

**As chegas de bois em Montalegre: do boi do povo até à
atualidade**

5. As chegadas de bois em Montalegre: do boi do povo até à atualidade

As *chegas de bois*, combates entre dois touros, são também conhecidas por *liadas*, *turras*, e, ainda, no distrito de Bragança e Planalto Mirandês, como *chegas de touros* ou *lutas de touros* – sendo que estes combates são efetivamente realizados com touros, ou seja, como dito anteriormente, com exemplares masculinos de gado bovino não castrados e, por isso, também eles, por vezes, animais reprodutores, e não com bois, ou sejam animais castrados e utilizados, por exemplo, em trabalhos agrícolas – e, também, apesar de erroneamente, pelos menos conhecedores desta prática, como touradas.

Estes combates de touros, que são, por vezes, apontados como o desporto favorito dos barrosões³¹², têm a sua história e etnografia dividida em dois grandes períodos. O primeiro período, que parece vigorar, pelo menos desde o início do século XX ou mesmo antes, até, provavelmente, às últimas duas décadas do mesmo século, ficou marcado pelos combates entre *bois do povo*. Assim, a partir da década de 1970, mas, sobretudo, ao longo da década de 1980, o boi do povo começou a ser substituído progressivamente por touros de proprietários privados, que passaram também a participar em chegadas de bois. A partir da década de 1990, onde tem início o segundo período, foram estes animais, os touros de proprietários privados, que passaram a sobressair nas chegadas de bois; situação que se mantém ainda em 2016 e que trouxe outras transformações para estes combates. Sendo que, nos dias de hoje, as chegadas de bois enfrentam algumas ameaças, das quais se destacam a crescente preocupação com a defesa dos direitos e da dignidade dos animais não-humanos.

No concelho de Montalegre existem, ainda, apesar de menos enraizados, combates de galos e combates de carneiros.

5.1. O boi do povo

António Lourenço Fontes, que se dedicou amplamente ao estudo da cultura, das tradições, do *comunitarismo* e outros aspetos do trabalho no Barroso, refere que o boi do

³¹² António Lourenço Fontes, *Etnografia Transmontana: Crenças e Tradições de Barroso*, vol. I (Lisboa: Editorial Domingos Barreira, 1992), 84.

povo era como um “símbolo da vida comunitária”³¹³, a par do *forno do povo*, e ainda a “amostra mais válida do comunitarismo barroso”³¹⁴. Este autor indica também que as localidades de Barroso, segundo as suas posses, caprichos e número de vacas podiam ter um, dois ou três ou quatro *bois comuns*. Por exemplo, como refere David Teixeira, em determinadas aldeias, como Pitões das Júnias, existiam dois bois do povo, sendo que um tinha como função garantir a descendência das *vacas limpas*, ou seja, aquelas que nunca tinham abortado, e outro a das *vacas estragadas*, aquelas que tinham já abortado ou se encontravam doentes³¹⁵.

Estes animais eram comprados pela população de determinada aldeia ou pelos seus representantes, com o dinheiro de todos, e era habitual vender-se o touro mais velho para a aquisição de um mais novo; caso sobrasse dinheiro, este era posteriormente utilizado para comprar alimentos para o novo touro ou para despesas comuns. Também o esterco deste animal era vendido, e o ganho revertia para o seu sustento³¹⁶.

Segundo Luís Polanah, a existência do boi do povo explica-se pelo facto de não ser justificável que “cada proprietário de meia dúzia de vacas, se tanto, possuísse um boi de cobrição”. Logo, na opinião deste autor, o boi do povo, por cumprir a função de “semental da freguesia”, deve

[...] *ser incluído no rol do equipamento colectivo de produção, ao lado do forno ou do lagar, visto ser, para o nível das suas economias e necessidades, incomportável para cada vizinho possuir o seu semental, o seu forno ou o seu lagar.*³¹⁷

Fontes indica, na década de 1970, que dentro do culto dos animais, o que mais sobressaía no Barroso era o do boi do povo³¹⁸; recordando, para fortalecer a sua ideia, as palavras de Miguel Torga, que após visitar a aldeia de Sarraquinhos escreveu:

Atrai-me esta amplidão pagã, sinto-me bem a pisar um chão em que o deus vivo, de ricos e pobres, de alfabetos e analfabetos é o toiro do povo. Um deus de cornos e testículos, que depois de cada vitória, a

³¹³ António Lourenço Fontes, «Cultura popular da zona do barroso», *Brigantia*, vol. II, n.º 4 (1982), separata: 8.

³¹⁴ Fontes, *Etnografia...*, 81.

³¹⁵ David Teixeira, *O Ecomuseu de Barroso: A Nova Museologia ao Serviço do Desenvolvimento Local* (dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2005), 80 e 97.

³¹⁶ Fontes, *Etnografia...*, 81 – 82.

³¹⁷ Luís Polanah, «Espírito do comunitarismo», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 30 (1990), separata: 71.

³¹⁸ Fontes, *Etnografia...*, 81.

*gratidão dos fiéis, cobre de palmas, de flores, de cordões de oiro e de ternura. Um deus que a devoção adora, sem lhe pedir outros milagres, que não sejam os da força e da fecundidade... um deus a quem se dão gemadas e cerveja para que possa inundar as vacas de sémen, as molas de esperança, os moços de certeza e a senilidade de gratas recordações. Um deus eternamente viril, num paraíso sem pecado original.*³¹⁹

Inclusivamente, em 1970, Ernesto Veiga de Oliveira³²⁰ assistiu, em São Salvador de Viveiro, em Boticas (também no Barroso), mais propriamente na capela do Salvador do Mundo, a uma romaria de gado, sobretudo bovino, cuja função era o cumprimento de promessas, sob a forma de novenas (ou seja, nove voltas à capela, também realizadas pelo gado) associadas à solicitação de proteção ou cura das doenças destes animais, e a bênção dos animais. Regra geral, a festa terminava com uma chega de bois entre um touro de São Salvador de Viveiro e um touro de uma aldeia vizinha³²¹.

José Dias Baptista afirma que no Barroso este animal era o “símbolo máximo da vida comunitária, da virilidade, da fecundidade, da força e da honra da freguesia”³²².

Fontes³²³ menciona igualmente os cuidados e formas de sustento a que o boi do povo tinha direito, comparando este animal a um “grande senhor feudal, mais rico que muitos dos habitantes das aldeias”. Assim, ao boi do povo pertenciam “boas cortes, bons palheiros e celeiros, pastos, lameiros de feno, lamas, terras de centeio, milho, poulas” e ao seu cuidado dedicava-se o *pastor do boi*.

Este pastor era pago em *alqueires*³²⁴ de centeio pelos lavradores que possuíam vacas, sendo que o contributo feito por cada um deles era proporcional ao número de cabeças de gado que cada um possuía. No entanto, com a introdução da maquinaria agrícola e com a florestação da região barrosã, o número de vacas diminuiu e o mesmo sucedeu com a remuneração dos pastores³²⁵. A esta ocupação, normalmente, concorriam os *cabaneiros*, ou seja, aqueles que não possuíam gado e necessitavam, assim, de outras formas de sustento³²⁶. A tarefa de pastorear o boi, por vezes, era também realizada pela

³¹⁹ Miguel Torga, *Diário*, vol. X (Coimbra: s/ed, 1968), citado em *Ibidem*.

³²⁰ Ernesto Veiga de Oliveira, *Festividades Cíclicas em Portugal* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995), 255 – 259.

³²¹ Oliveira, *Festividades...*, 260.

³²² José Dias Baptista, *Montalegre* (Montalegre: Município de Montalegre, 2006), 71.

³²³ Fontes, *Etnografia...*, 81

³²⁴ O termo *alqueire* refere-se a uma medida de capacidade que varia entre os treze litros e os vinte e dois litros: Dicionário Priberam, «Alqueire», <http://www.priberam.pt/dlpo/alqueire>, consultado no dia 16 de maio de 2016.

³²⁵ Fontes, *Etnografia...*, 82.

³²⁶ Bento da Cruz, *Memoriam António Jorge Dias*, vol. III (Lisboa: Instituto da Alta Cultura, 1974), em *As chegadas de Bois: Uma Antologia*, VVAA (Lisboa: Editora Âncora, 2005), 47.

mulher e filhos do pastor do boi. Este era ainda responsável pela *corte do boi* e, assim, era sua a decisão de abrir a porta da corte quando “a vaca vai ao boi” ou de o não fazer “quando a vaca anda estragada”³²⁷. Em determinadas aldeias, para além do pastor, a comunidade pagava a um *tratador do boi*, sobretudo quando se aproximava a realização de uma chega de bois. No caso de Cambeses, já no ano de 1982, o touro *andava à roda* pelos vários lavradores da aldeia, pois ninguém se disponibilizava para pastorear este animal³²⁸.

Existiam ainda as casas, palheiros ou cortes do boi, que na opinião de Fontes “são dignas de ver”, sobretudo as de Padornelos (Figura 17 e Figura 18), Meixedo e Travassos do Rio³²⁹. Tradicionalmente estas cortes possuíam um sino, sendo estes utilizados para “chamar o povo para conselhos, coutos, ajuntamentos, chegas de bois, arranjo de moinhos, caminhos, avisos de regedor, ou Junta, e ainda para botar a vezeira da rês”³³⁰. Em Travassos do Rio, no ano de 1933, foi erguida, junto à corte do boi, uma torre, na qual ainda hoje é possível observar o alto-relevo da cabeça de um boi (Figura 19 e Figura 20). Esta torre traduz a homenagem e a gratidão da população a um touro que saiu vitorioso de todas as chegadas em que participou e foi inclusivamente construída com um prémio pecuniário recebido por este animal graças à sua prestação nestes combates³³¹. Este monumento era ainda encimado por um sino, que servia também para comunicar a realização de atos de culto, pois em Travassos do Rio não existia sino na igreja³³². Por tudo isto, esta corte do boi é também descrita por Fontes³³³ como aquela que “mais celebrou o boi do povo”; por sua vez, António Cabral³³⁴, igualmente recordando as palavras de Torga, considera que com esta torre o boi do povo “ganha assim foros de símbolo divinizado”.

³²⁷ Fontes, *Etnografia...*, 83.

³²⁸ Fontes, «Cultura...», 8.

³²⁹ Fontes, *Etnografia...*, 84; António Lourenço Fontes, *Comemorações do Milenário de S. Rosendo*, em *As Chegas...*, 36.

³³⁰ Fontes, *Etnografia...*, 84

³³¹ Fontes, *Comemorações...*, 36.

³³² Fontes, *Etnografia...*, 84.

³³³ Fontes, *Comemorações...*, 36.

³³⁴ António Cabral, *Jogos Populares Portugueses de Jovens e de Adultos* (Porto: Editorial Domingos Barreira, 1986), 120.

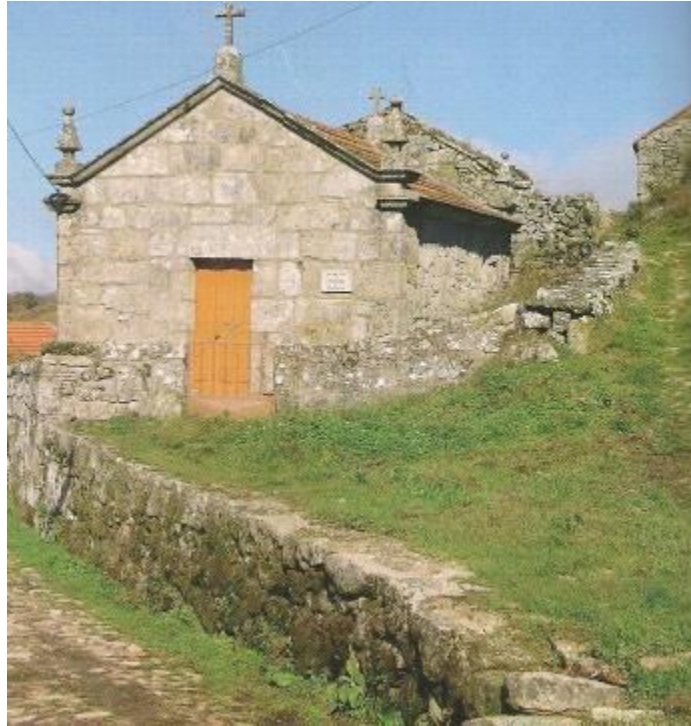


Figura 17 – Corte do boi de Padornelos.
Fotografia de: Ecomuseu de Barroso.



Figura 18 – Parte lateral da corte do boi em Padornelos.
Fotografia de: Ecomuseu de Barroso.



Figura 19 – Torre do Boi do Povo em Travassos do Rio.
Fotografia de: Ecomuseu de Barroso.

Figura 20 – Pormenor de cabeça de touro esculpida na Torre do Boi do Povo em Travassos do Rio.
Fotografia de: Ecomuseu de Barroso.

Barroso da Fonte³³⁵ indica que cada aldeia de Barroso possuía um ou dois touros, consoante as suas necessidades, que se dedicavam “ao serviço comunitário”, sendo que estes animais eram quase sempre um de raça galega e outro de raça portuguesa – outras designações para raça Minhota e raça Barrosã respetivamente. Estes animais eram alimentados em *lameiros* e *lamas* próprios (Figura 21), as *lamas dos bois*, e também através de donativos da população, sobretudo dos proprietários de gado. Ainda segundo este autor, as decisões sobre estes animais “em questões de compras, venda ou contrato de chega, é equitativa, pelo que para quaisquer dos casos se toca o sino e se ajunta o povo para decidir”³³⁶. Fonte³³⁷ informa igualmente que, regra geral, quando estes animais se mostravam velhos, ou seja, ao aproximarem-se dos seis anos, ou quando já não tinham capacidades para vencer uma chega, eram vendidos, comprando-se em seguida um novilho com cerca de um ano, revertendo a verba sobrance para o cofre da povoação.

³³⁵ Barroso da Fonte, *Usos e Costumes de Barroso* (Lisboa: Âncora Editora, 2005), em *As Chegas...*, 15.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ Fonte, *Usos...*, 16.



Figura 21 – Lama do boi em Covelães.
Fotografia de: José João Sardinha, 2004.

Por sua vez, Carvalho de Moura refere que

*[...] dos permanentes contactos com os bovinos, da sua forte dependência e sobretudo da respeitabilidade que a sua postura inspira terá resultado a admiração, o endeusamento do boi do povo. Ele era, até há bem pouco tempo, o símbolo da força e do poder, a bandeira do próprio povo. O boi era visto com admiração, tratado com respeito e carinho. O boi era como que o próprio, aqui entendido como a aldeia no seu conjunto, casas e outros bens da mesma.*³³⁸

Também Manuel Viegas Guerreiro³³⁹ aponta que um “traço característico das nossas aldeias de economia agro-pastoril e estrutura comunitária é possuírem um boi cobridor comum ou do *povo*”. Este autor, que aborda o caso de Pitões das Júnias, refere que nesta aldeia existiam, em 1981, dois bois do povo, tendo anteriormente existido três. Nesta aldeia, no mês de setembro, o *conselho de vizinhos* atribuía a um dos moradores, regra geral, àquele que possuísse condições mais vantajosas, a guarda destes animais,

³³⁸ Carvalho de Moura, *O Povo de Barroso*, n.º13, 14 de janeiro, 1991, em *As Chegas...*, 53.

³³⁹ Manuel Viegas Guerreiro, *Pitões das Júnias: Esboço de Monografia Etnográfica* (Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1981), 89.

recebendo este um pagamento em *rasas* de centeio³⁴⁰ ou em dinheiro, dando Viegas Guerreiro³⁴¹ como exemplo o valor de duzentas rasas. Por sua vez, a contribuição de cada vizinho para a alimentação do boi do povo adequava-se ao número de animais de que eram donos: em Pitões das Júnias duas vacas correspondiam a uma carrada de feno, sendo que todos ajudavam a segar o feno das lamas e a carrá-lo. No entanto, era ao conselho de vizinhos que cabia a decisão, caso fosse necessário, de comprar ou vender novos animais, função a ser desempenhada pela Junta de Freguesia. Viegas Guerreiro³⁴² refere ainda a existência de bois de particulares, dois ou três, que serviam outros vizinhos. Estas aquisições, que enfraqueciam os laços comunitários, eram permitidas pelo alto preço da carne, a venda lucrativa de batatas e pelo dinheiro conseguido com a emigração.

No caso de Tourém, como relatado por Paula Bordalo Lema³⁴³ em 1978, existiam dois touros “possantes e luzidios, cobridores das vacas da aldeia”; animais ainda descritos como “importantes e bem tratados” e que “incutem respeito a muita gente”, sobretudo às mulheres, que, apesar de habituadas à presença destes, “temem algum arrufo dos pesados animais”. Estes bois dispunham de uma corte, de uma pastagem, ou *arrendo do boi*, e de dois lameiros, também aqui conhecidos como lamas do boi. Estes lameiros situavam-se perto do povoado, pois estes animais, “pesados e lentos”³⁴⁴, dificilmente se conseguiam deslocar por longas distâncias. Nesta aldeia era nas lamas que os bois do povo geralmente pastavam, no entanto, a partir do fim do mês abril até julho estes campos encontravam-se indisponíveis, para permitir que neste período a erva crescesse e, posteriormente, o feno aí existente fosse colhido e em seguida levado para os palheiros existentes junto da corte do boi. Desta forma, neste intervalo os animais pastavam num campo baldio. Contudo, o feno colhido nos lameiros não era suficiente para sustentar os bois do povo, por isso, os vizinhos tinham de contribuir com batatas para alimentar estes animais, uma vez que destes dependiam as crias e, assim, a prosperidade dos lavradores. Quanto ao pastor ou *guardador dos bois*, esta autora adianta que também aqui este era um camponês contratado ao ano, que recebia como pagamento um determinado número de rasas de centeio, pagas por todos os vizinhos de forma proporcional ao número de vacas que possuíam, sendo que por cada vaca era pago meio alqueire – Fontes³⁴⁵ informa que em

³⁴⁰ Segundo Viegas Guerreiro, o termo *rasa* remete para uma medida de capacidade que corresponde a treze quilos: *Ibidem*.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² Guerreiro, *Pitões...*, 89 – 90.

³⁴³ Paula Bordalo Lema, *Tourém: Uma Aldeia Raiana do Barroso* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1978), 111.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ Fontes, *Etnografia...*, 83.

1973 o pastor desta aldeia auferia duzentos e cinquenta alqueires de centeio. Nesta aldeia era ainda competência deste, uma vez por ano, tratar e secar o feno que viria a ser consumido pelos bois durante o inverno. No entanto, a colheita do feno e o seu transporte para a corte do boi eram responsabilidade de toda a população. O esterco era retirado da corte do boi em abril e posteriormente vendido, pela Junta de Freguesia, aos vizinhos que não tinham gado ou àqueles que receavam a falta de estrume para a cultura da batata³⁴⁶.

Também Veiga de Oliveira³⁴⁷, aquando da sua passagem por Barroso, constatou que nesta região os touros de cobrição que asseguravam “a conservação da raça na sua pureza” eram, quase sempre “propriedade comunal, dos vizinhos de cada aldeia”. Este autor referiu ainda que o sustento deste animal “é estritamente regulado por normas costumeiras”³⁴⁸: por vezes é alimentado por cada interessado, junto com o gado deste; outras vezes tem um *pensador* único, quase sempre um membro da comunidade, que em troca desta função recebe benefícios específicos; ora por um assalariado pago por todos os interessados; ou ainda, por divisão, no período da colheita dos fenos, da forragem necessário para o inverno, posteriormente armazenada no *palheiro do touro*. Veiga de Oliveira³⁴⁹ não se esqueceu de indicar a existência, em determinadas aldeias, das lamas do touro e de um estábulo privativo, igualmente comunal, a corte do boi.

Por sua vez, Domingos Alberto Tavares da Silva³⁵⁰, em 1942, menciona o boi do povo, dizendo ser este um animal que “Era de todos e não era de ninguém”, sendo que, “Quem tinha vaca parideira, e só pobre de pedir a não tinha, contribuía para a compra e manutenção do touro que padresse o armentio feminino”. Acrescentando que “nem mesmo o senhor abade gozava regalias iguais às que disfrutava o pai de quanto almalho crescia em terras de Barroso”, pois “Bem comido e bem bebido, o touro marel não fazia nada, ali, onde todos, homens, mulheres e crianças, vacas e bois, trabalhavam”.

Em 1923, Virgílio Taborda refere que no planalto Barrosão os “toiros são quási sempre propriedade comum dos criadores de cada povoação”, sendo que

A comunidade dos armentários regula cuidadosamente o sustento do animal, sendo as práticas neste particular o mais variada possível; ora o toiro é sustentado à vez pelos estábulos dos associados, ora por criador próprio encarregado dêsse serviço ora ainda

³⁴⁶ Lema, *Tourém ...*, 111 – 112.

³⁴⁷ Oliveira, *Festividades...*, 254.

³⁴⁸ *Ibidem*.

³⁴⁹ *Ibidem*.

³⁵⁰ Domingos Alberto Tavares da Silva, *Esbôço dum Vocabulário Agrícola Regional* (Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1942), 631.

Anos antes, em 1914, aquando da realização de uma excursão técnica à região de Barroso a fim de adquirir o primeiro boi reprodutor para o novo posto zootécnico de apuramento da raça bovina Barrosã no Gerês, Tude M. de Sousa³⁵² deparou-se com uma realidade onde a “vaca tem o primeiro lugar entre quantos animais merecem os seus zelos de criação, dispensando-lhe cada qual verdadeiras atenções familiares”. Este autor referiu ainda a existência nesta região do *touro do povo*, animal para o qual “o comunalismo entra em muito para a compra e sustentação” e que tinha a “nobre função de perpetuar a raça, dando vida a novas vidas”³⁵³. Sousa constatou também que, neste período, Montalegre tinha dois *touros comuns*, havendo terras que se contentavam apenas com um animal, e outras onde, por não possuírem nenhum touro do povo, os membros da comunidade recorriam ao touro do “lavrador rico do lugar, que não o regateia aos seus vizinhos”³⁵⁴. Estes animais eram já motivo de orgulho da comunidade sua proprietária; porém, Sousa³⁵⁵ não refere a participação destes animais em chegadas de bois, ficando, segundo este, esse orgulho a dever-se à participação e prémios obtidos nos concursos regionais de pecuária.

Por sua vez, durante a década de 1910, Rocha Peixoto³⁵⁶ observou a existência do boi do povo nas diversas aldeias de Montalegre e Boticas, em São João do Campo ou Campo do Gerês, Covide, Carvalheira, ou Cutelo, aldeias do concelho de Terras de Bouro, na Serra do Gerês. Este autor refere que, apesar de este regime, por si apelidado de “barrosão”, ter anteriormente existido também em Castro Laboreiro (Melgaço) e Miranda do Douro, havia já desaparecido nessas localidades. Assim, nestas duas localidades, já na primeira década do século XX, um proprietário privado cedia o seu touro aos restantes proprietários de gado que pretendiam engravidar as suas vacas.

³⁵¹ Vergílio Taborda, *Alto Trás-os-Montes: Estudo Geográfico* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011), 141 – 142.

³⁵² Tude M. de Sousa, *O Gerês: Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), 239 – 240.

³⁵³ Sousa, *O Gerês...*, 240.

³⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ Rocha Peixoto, «Survivances du regime communautaire en Portugal», em *Obras: Estudos de Etnografia e de Arqueologia*, vol. I, Rocha Peixoto (Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim), 341 – 342.

No entanto, e dentro do que foi possível apurar, o primeiro autor a referir a existência do boi do povo na região barrosã foi Bernardo Silvestre Lima³⁵⁷, entre 1858 e 1862 – sendo já relatada por este uma situação em tudo idêntica ao anteriormente descrito. Este autor contabilizou a existência em todo o Barroso de cento e trinta e quatro touros “para servirem à cobrição” de cerca de 12.000 vacas³⁵⁸. Estes touros de reprodução, designados por Lima³⁵⁹ como *touros mareis*, eram pertença de particulares ou do povo. Os primeiros existiam em pequeno número, no máximo, entre os trinta ou quarenta animais, e eram utilizados por “criadores chãos e abonados” para fecundarem as suas próprias vacas. Os segundos existiam em maior número e pertenciam a comunidades de proprietários de gado de uma ou mais povoações, que se associavam para a aquisição, sustento e manutenção de um ou mais touros utilizados “ao serviço comum da cobrição das vacas da comunidade”³⁶⁰. Na freguesia de Salto, à época “uma das freguesias de Barroso mais populosa e armentosa e de melhor gado”, existiam sete associações deste género, conhecidas como *vintênas*³⁶¹. Assim, nesta freguesia o *touro vinteneiro* era sustentado à vez por cada criador de gado, exceto na vintena formada pelos lugares de Pomar de Rainha, Amiar e Pereira, onde cada criador, por cada vaca que possuía, dava por ano meio alqueire de pão à pessoa responsável por sustentar a tempo inteiro o *touro da comuna*. A dimensão das vintenas conhecia grande variedade, se por vezes os membros destas associações não possuíam no total mais de quarenta vacas, outras vezes estes detinham mais de cem vacas. No entanto, quando o número de vacas ia muito para lá das cem, existia na vintena mais do que um touro³⁶².

Nesta época, em determinados pontos do Barroso, no período da colheita do feno, os criadores de gado colhiam e forneciam entre si, de forma proporcional, o alimento necessário para o sustento do touro durante o inverno, pastando este animal no resto do ano, e no inverno quando o clima o permitia, nos baldios. Porém, noutras zonas desta região, o touro do povo ou *touro banal* tinha os seus próprios lameiros, designados como lamas do touro, onde pastava e onde era colhido o feno com o qual se alimentava durante o inverno. Aqueles que contribuía para o sustento destes animais eram apelidados em determinados pontos do Barroso de *quinhoeiros*, provavelmente por terem direito a um

³⁵⁷ Silvestre Bernardo Lima, «Estudos pecuários sobre a província de Tráz-os-Montes (Raça Vacum Barrosan)», *Archivo Rural* (1858): 141 – 143.

³⁵⁸ Lima, «Estudos...», 141.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² Lima, «Estudos...», 142.

quinhão ou quota-parte dos vitelos gerados pelo touro, e noutros de *herdeiros*, por “herdarem” as crias geradas por este. Os quinhoeiros ou herdeiros contribuía ainda para o *bolso* ou *cofre do touro*, um fundo destinado às despesas habituais e extraordinárias do tratamento do touro, bem como para a aquisição de um novo boi do povo, quando o antigo não fosse capaz de executar a sua função reprodutora, e a outras despesas da vintena. Uma outra forma de contribuir para este fundo era através do dinheiro obtido com a venda da colheita de uma sementeira de centeio ou de batatas, onde todos participavam e que podia ocorrer anualmente ou com uma periodicidade irregular³⁶³.

Lima³⁶⁴ relata que, dependendo da localidade, este animal era pastoreado à vez pelos vários membros da vintena, ou por um assalariado, então conhecido como o *guarda do touro*, que era também o responsável por alimentar o touro na sua corte. Em determinadas povoações era habitual o boi do povo ser pastoreado com a *vezeira*, apenas sendo pastoreado fora dela quando as vacas se encontravam no cio, porém, noutros locais este era somente pastoreado com as vacas do herdeiro ou quinhoeiro que em determinado momento se encontrava responsável pela sua guarda. Contudo, Lima refere que não se podia nem devia

[...] *consentir-se andar mais de um touro de mistura com as vaccas que tenha a cobrir, senão, trava-se, se mais andam, uma encarniçada e cruenta lucta, e o vencedor, um só, senhor da grei fica então, mas enfraquecido pela briga, não lhe sobram forças para satisfazer prolificamente ao mister de progenitor.*³⁶⁵

Quando o boi do povo se mostrava incapaz de reproduzir (algo que, regra geral, faziam desde aproximadamente os dois anos até aos oito ou dez anos, e, por vezes, até aos quinze anos) era rapidamente reformado e substituído e “não lhe vale, os títulos do que foi, por melhor que fosse, para o livrar da mão do capador”³⁶⁶. Assim, estes animais eram irremediavelmente castrados, e, daí por diante até à sua morte, passavam a dedicar-se ao trabalho no campo, do qual haviam sido poupados durante anos. Para a substituição do touro era

³⁶³ Lima, «Estudos...», 141.

³⁶⁴ Lima, «Estudos...», 141 – 142.

³⁶⁵ Lima, «Estudos...», 142.

³⁶⁶ *Ibidem*.

[...] *da praxe consuetudinária, proceder-se previamente, ou antes desse reforma, a uma exame ou vistoria dos almalhos existentes na vintena, por parte das auctóridades administrativas da parochia, regedor ou cabos da policia, e se algum dos almalhos agrada, esse fica para o povo, e o cofre o paga; se não encontra porem aqui cousa de geito, então, investem-se pessoas probas e bem entendidas, na comissão de o ir haver e comprar a outros pontos; e hoje os que mór celebridade icem a este respeito, são Salto e Solveira; e Salto principalmente, por que aqui é onde existe, como por vezes hemos dito, o melhor, mais encorpado e mais apurado gado de Barroso.*³⁶⁷

Por esta razão, Manuel Faria³⁶⁸ afirma que, ao contrário do que acontecia noutras regiões do Norte de Portugal e com outras raças, no Barroso e em relação ao gado Barrosão a seleção dos machos reprodutores era feita com grande cuidado. Favorecia-se aqui os touros mais escuros pois, segundo os seus proprietários, estes e as suas crias possuíam melhor desempenho em vários aspetos, como na fecundidade, na capacidade de trabalho e de engorda, na qualidade da carne e na resistência às adversidades climáticas. Sendo também estes animais os preferidos dos negociantes de bezerros provenientes do Minho.

Por fim, Lima³⁶⁹ considera “o touro marel uma das criaturas mais privilegiadas e felizes do Barroso, um honrado senhor destas terras, em quanto vale e pode ser touro”. Afirmção que este autor justifica com o facto destes touros não trabalharem e possuírem “n’algumas povoações casa própria e n’outras até propriedades vinculadas”, vivendo “assim então à lei da nobreza antiga, com seus privilégios de honras, coutos, albergagens e moradias”³⁷⁰. Sendo que, como anteriormente expresso, essas honras e coutos são “os lameiros próprios que passam vinculados no mesmo destino ao seu sucessor” e as moradias e albergagens a “casa dos herdeiros ou contribuintes.” Com tudo isto o touro do povo “assim se alimenta e vive regaladamente”³⁷¹.

Mas é necessário referir que a existência de um boi pertença da comunidade de uma aldeia, ou de parte desta, não era exclusivo do Barroso. Em Rio de Onor (Bragança), como informa Jorge Dias em 1953, existia a *boiada*, isto é

³⁶⁷ *Ibidem.*

³⁶⁸ Manuel Faria, *Os Cornos do Auroque: Raças de Bovinos no Entre Douro e Minho*, (s. l.: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2007), 38 - 39, http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/conteudos/cen_documentos/outros/OsCornosdoAuroque.pdf, consultado no dia 17 de maio de 2016.

³⁶⁹ Lima, «Estudos...», 143.

³⁷⁰ *Ibidem.*

³⁷¹ *Ibidem.*

[...] o rebanho de gado bovino que vai pastar aos Coutos, durante um período do ano. Antigamente a boiada tinha mais bois do que vacas, mas ultimamente dá-se o contrário. Estes animais pertencem aos membros do conselho e formam um rebanho coletivo, guardado, à vez, pelos vizinhos do lugar.³⁷²

A boiada contava também com a presença de um touro, animal que era o orgulho dos rionoreses e, por isso, selecionado cuidadosamente. No princípio do ano era comum escolher-se um membro da comunidade que viria a sustentar e abrigar o touro durante todo o ano. Os interessados na guarda do touro faziam-no em troca de benefícios na restante gestão da vida comunitária da aldeia; optando a comunidade por escolher “o que se prometer a ficar com o animal pelo menor número de regalias”³⁷³.

Também na aldeia de Vilarinho da Furna (Serra do Gerês/Terras de Bouro), na primeira metade do século XX, este autor observou a existência de um *touro de cobertura* pertencente e sustentado pela comunidade e que acompanhava a vezeira das vacas. Este autor refere ainda que nesse período os Serviços Pecuários do Estado forneciam um touro, no entanto, os habitantes desta aldeia preferiam continuar a ter um touro próprio, havendo “nisso uma espécie de orgulho, e todos os povos da serra primam em que o seu seja o mais forte”³⁷⁴.

Segundo Bertino Daciano Guimarães³⁷⁵, em 1954, na aldeia da Gralheira, no concelho de Cinfães, estavam presentes “vestígios da *vida comunitária*”, entre os quais o boi do povo, “comprado com o arrendamento dos pastos baldios, e do qual toma conta um lavrador cada mês.” Este autor associa a existência do boi do povo nesta região ao facto de aí existirem poucos “machos”, por serem vendidos ainda novos.

Apesar de tudo, este símbolo do comunitarismo antigamente presente em Trás-os-Montes, no Minho, na Galiza e noutras zonas serranas marcadas pela exploração de gado bovino “foi-se extinguindo, por todo o lado, à medida que a emigração e industrialização agrícola chegaram a estas zonas fechadas do interior galaico português”³⁷⁶.

³⁷² Jorge Dias, *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril* (Lisboa: Editorial Presença, 1981), 101.

³⁷³ Dias, *Rio...*, 102 – 103.

³⁷⁴ Jorge Dias, *Vilarinho da Furna: Uma Aldeia Comunitária* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983), 99.

³⁷⁵ Bertino Daciano Guimarães, *Cinfães: Subsídios para uma Monografia do Concelho* (Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 1954), 166.

³⁷⁶ Fontes, *Comemorações...*, 35.

Inclusivamente, Fontes³⁷⁷ referiu, em 1982, que naquele momento Tourém, Pitões e várias outras aldeias não possuíam bois do povo, pois os tinham vendido.

Na opinião de Nuno Duarte³⁷⁸, a diminuição e desaparecimento do boi do povo explica-se com o aumento da capacidade financeira das populações e com a facilidade de acesso à inseminação artificial, pois, assim, “hoje em dia os agricultores já podem ter um animal para cobrição ou pagar uma inseminação” – opinião concordante com o que anteriormente foi referido sobre as principais causas que levaram ao fim do comunitarismo nas regiões serranas do Norte de Portugal. Este indica ainda que atualmente não é possível encontrar, em Montalegre, bois do povo “a funcionar com as regras de antigamente”, porém, refere que, por vezes, determinadas juntas de freguesia são proprietárias de touros.

Por fim, em 1995, o jornal *O Povo de Barroso* escrevia que, nesse período, a maior parte dos touros era de proprietários particulares, constituindo, então “os Bois do Povo dignas e honrosas exceções: Vilar de Perdizes e Tourém são ainda freguesias que mantêm a tradição dos nossos antepassados”; afirmando ainda que “a emigração e a desertificação que se têm verificado nas nossas aldeias” foram as responsáveis pela “extinção dos costumes mais característicos da nossa região”³⁷⁹.

5.2. O boi do povo e as chegas de bois: breve história das chegas de bois

Se até às últimas décadas do século XX o boi do povo tinha direito a várias regalias, tinha também “alguns deveres imprescindíveis: por um lado, a cobrição; por outro o espetáculo das chegas”³⁸⁰. Por esta razão, como recorda Bento da Cruz³⁸¹, na região de Barroso era comum afirmar-se que “um boi, para ser boi, há-de ter duas qualidades – pintar bem e turrar melhor.” Também José Dias Baptista ilustra este aspeto, dizendo ser o

*Boi duas vezes amado: por ser um deus da fecundidade e óbvia
fonte de riqueza e por representar o vigor da comunidade na luta contra a
natureza.*

³⁷⁷ Fontes, «Cultura...», 8.

³⁷⁸ Como visto no Capítulo 1: *Introdução e métodos*, Nuno Duarte é atualmente presidente da Associação Etnográfica O Boi do Povo, tendo concedido uma entrevista no dia 23 de novembro de 2015 e outra no dia 8 de agosto de 2016.

³⁷⁹ Carvalho de Moura, «As chegas de bois: que perspectivas para o verão de 1995», *O Povo de Barroso*, 15 de julho, 1995, 4.

³⁸⁰ Maria Morais, *Entre Quem É! Tradições de Trás-os-Montes e Alto Douro no Diário de Miguel Torga* (Coimbra: Pé de Página Editores, 2007), 97.

³⁸¹ Cruz, *Memórias...*, 47.

*Tanto quanto me foi dado a averiguar as mulheres amavam o boizinho porque era símbolo de fartura: os homens amavam-no por simbolizar a valentia, a resistência e orgulho da terra em que nasceram. Por isso o submetiam às chegas com os das aldeias vizinhas.*³⁸²

Porém, consoante as aldeias e as posses económicas das mesmas, o boi do povo podia exercer as duas funções ou apenas uma delas³⁸³.

No que respeita à génese das chegas de bois, Rui Dias Guimarães³⁸⁴ indica que há quem procure fazer remontar esta aos Celtas (povos provenientes da Europa Central ainda antes do nascimento de Cristo) que terão trazido esta prática para o Norte de Portugal – contudo, os Celtas habitaram muitas outras regiões da Europa e até da Península Ibérica onde não existem registos destes combates.

No entanto, mais nenhum autor tenta em termos cronológicos enquadrar o aparecimento destes combates nesta região. Fonte³⁸⁵ apenas afirma que as chegas de bois são neste território tão antigas como a pecuária e a criação de gado bovino – que, talvez, como declarado por Manuel Garcia³⁸⁶, seja no planalto Barrosão uma atividade económica milenar. Por sua vez, Fontes conclui que

*As chegas de bois nascem nesta riqueza cultural de cada aldeia, da rivalidade existente entre vizinhos e povos, do gosto pela qualidade energética da raça barrosã, do orgulho e riqueza de cada povo e seus pastores e autarcas, da necessidade de convívio das populações sem discriminação de idades e sexos, da valorização de dias festivos, na falta de outros desportos colectivos envolventes.*³⁸⁷

Curiosamente, em relação às chegas de bois enquanto forma de convívio coletivo, foi possível ouvir o seguinte comentário: “Eu já quando era mais nova ia ver chegas, mas era para conversar e ver as pessoas. Estarem lá os bois ou não estarem...”.

Outros autores associam o surgimento das chegas de bois ao processo de seleção dos touros mareis, reproduzindo-se desta forma uma competição entre machos que ocorre em muitas espécies animais na natureza. Neste sentido, José Miranda do Vale, que

³⁸² José Dias Baptista (Vila da Ponte: 1983), em *As Chegas...*, 107.

³⁸³ Morais, *Entre...*, 97.

³⁸⁴ Rui Dias Guimarães, *O Falar de Barroso: o Homem e a Linguagem* (Mirandela: João Azevedo Editor, 2002), 16.

³⁸⁵ Fonte, *Usos...*, 15.

³⁸⁶ Manuel Garcia, «A raça bovina Barrosã», *Boletim Pecuário*, n.º 1, ano XXXII (1964): 127, <http://www.amiba.com.pt/1964%20A%20raca%20bovinaBarrosa.pdf>, consultado no dia 20 de maio de 2016.

³⁸⁷ Fontes, *Comemorações...*, 35.

responsabiliza ainda as chegas de bois por determinadas características específicas da morfologia da raça Barrosã, em 1949 defende que

O que deu aos barrosões tão portentosa e descomunal armadura, foi, a nosso ver, a forma tradicional porque, nas serranias montalegrinas, se faz a escolha do marel. Não se aparta o semental pelas suas belezas exteriores, nem pela boa produção leiteira de suas filhas, ou pela coragem trabalhadora dos seus filhos. Apartam-se os reprodutores, açulando, um contra o outro, dois candidatos à função magna da reprodução e aquele que, depois de enlaçar armas com o adversário, consegue recuá-lo, derrubá-lo ou pô-lo em fuga, esse é o touro da freguesia, o padreador das vacas da vezeira. Ora esta divertida forma de eleição dá a primazia ao touro de maior ossatura capital, mais potente musculatura céfalo-cervical, mais força no ângulo társico e, por variação correlativa, determina o grande desenvolvimento dos chifres.³⁸⁸

Anos antes, em 1932, José Pedreira salienta que

A freguesia que tem a felicidade de ter um bom marel, sente-se justamente orgulhosa. Na região barrosã, uma das formas de selecção dos maréis consiste em desafios de luta que as freguesias promovem entre os seus touros. O marel vencido vai quase sempre para o matadouro. Este espectáculo – a turra – não deixando de ser bárbaro, é todavia um meio empírico de selecção.³⁸⁹

Garcia advoga também esta teoria, apresentando uma fundamentação mais extensa que os dois anteriores autores. Este autor afirma ser possível que

[...] as «chegas» que por divertimento e selecção os barrosãos realizavam, lançando em luta os touros ou novilhos, em regras de povos diferentes, tenha condicionado as modificações ósseas apontadas, designadamente as prognáticas associadas por vezes à assimetria dos ossos supranasais e maxilares [...].

Todavia, a prática das lutas que teriam condicionado a modificação dos ossos da cabeça e o deplorável maior desenvolvimento da

³⁸⁸ José Miranda do Vale, *Gado Bissulco: Suínos, Bovinos, Arietinos, Caprinos* (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949), citado em Faria, *Os Cornos...*, 39.

³⁸⁹ José Pedreira, «Notícia acerca da bovinicultura nacional», *Boletim do Ministério da Agricultura*, n.º 4 a 6, ano XIII, 35 - 67, citado em Faria, *Os Cornos...*, 39 - 40.

cornamenta, que se dirige nos touros para a frente e para cima, por forma a constituir maior ameaça para o rival, por feliz circunstância determinou também a selecção dos touros que possuíam mais fortes membros, dotados de bons curvilhões, de garupa horizontal e larga, provida de boas massas musculares e bem ligada ao terço dianteiro através de uma região lombar larga e bem musculada. Quem tenha observado estas «chegas» no Barroso, deve reconhecer que sem requisitos somáticos não seria possível desenvolver-se o prélio a que se assiste até que, por vezes não ferido, mas convencido da sua menor potencialidade perante o adversário, uma dos rivais se acobarda e foge. E touro que foge é vexatório no Barroso ser utilizado na padreação.³⁹⁰

Assim, este autor defende que esta possível forma de selecção possa também ter intervindo para a “excitação intensa do sistema nervoso” destes animais, sendo, por isso, responsável pelo “temperamento nervoso” do gado de raça Barrosã³⁹¹. Anos mais tarde, em 1981, Garcia juntamente com José do Rosário e Marques Antunes³⁹² continuavam a defender que as chegas tinham contribuído para o apuramento e selecção da raça barrosã, apesar de se encontrarem em desuso para tal fim.

Mais recentemente, isto é, em 2013, Paulo Caetano afirmou que

Quando as tradições comunitárias ditavam a lei nestas serranias sem fim, o boi pertencia ao povo e aquele que vencía as chegas conquistava o direito de cobrição sobre as vacas da aldeia. Na sua sabedoria ancestral as gentes serranas e do planalto sempre associaram a força e a bravura do boi à sua capacidade reprodutiva. No fundo, recriavam o processo de selecção praticado na natureza entre animais selvagens, onde só o macho dominante pode criar.³⁹³

No entanto, Manuel Faria³⁹⁴ mostra ter dúvidas quanto à plausibilidade desta tese, onde se atribuía a selecção do touro reprodutor aos próprios animais, considerando que os seus defensores relegaram, assim, para o esquecimento os dados objetivos de Lima – pois, Lima, como visto anteriormente, apontou métodos e critérios de selecção rigorosos, onde

³⁹⁰ Garcia, «A raça...», 105 – 106.

³⁹¹ Garcia, «A raça...», 106.

³⁹² Manuel Garcia, José do Rosário e Marques Antunes, «Raça Bovina Barrosã: inquérito para a sua caracterização e seu sistema de exploração», em *Bovinos em Portugal*, dir. António Batista Rodrigues (s. l.: Direção Geral dos Serviços Veterinários, 1981), 46, <http://www.amiba.com.pt/1981%20Bovinos%20em%20PortugalRaca%20Barrosa.pdf>, consultado no dia 21 de maio de 2016.

³⁹³ Paulo Caetano, *Filhos do Auroque: Viagens pelas Raças Portuguesas de Bovinos* (Lisboa: Bizâncio, 2013), 63.

³⁹⁴ Faria, *Os Cornos...*, 40.

intervinham os proprietários do gado bovino e as autoridades locais. Inclusivamente, Faria³⁹⁵ afirma que as dúvidas quanto a esta teoria nascem com base nas informações do próprio Lima, que refere que tais lutas entre touros eram evitadas, pelo menos para os touros em exercício. É ainda de salientar que Lima não faz qualquer referência à existência de combates entre touros na região de Barroso enquanto prática estimulada e encenada por humanos; porém, Manuel Faria³⁹⁶ acredita na possibilidade de estas já se realizarem aquando das observações de Lima, isto é, na segunda metade do século XIX, mas não como método de seleção e apuramento da raça Barrosã nem de forma generalizada.

O relato mais antigo, pelo que foi possível apurar, de uma chega de bois realizada em Montalegre entre dois bois do povo data de 1912. Artur Maria Afonso³⁹⁷, em traços gerais, narra já uma situação em tudo idêntica àquilo que será posteriormente descrito; no entanto, em particular este faz referência a uma chega entre o touro da vila de Montalegre, mais propriamente do bairro da Portela, e o boi de Peireses. Contudo, esta chega só se realizou após a resolução de uma querela entre membros das duas comunidades, iniciada quando os provenientes de Peireses se recusaram em levar o seu touro ao local previamente combinado, “esperando manhosamente noutra ponta”. Por fim, e após de muito se ter pedido “deixem os touros, deixem os touros”, teve início a chega. Desta saiu vencedor o touro da Portela, que

[...] ao fim de quinze minutos de refrega, consegue levar diante de si uma arremetida violenta e bravia, pelo monte abaixo que descia um pouco, o seu competidor e fazendo ajoelhá-lo numa fraqueza declarada, sacudiu-o de vez num ligeiro repelão, depois de lhe ter aberto vários golpes pelo peito, e o ter quase voltado de pernas ao ar em pleno campo.³⁹⁸

Porém, Júlio Montalvão Machado, apesar de anos mais tarde, em 1927, e numa obra romanceada, refere uma chega de bois ocorrida em setembro de 1889, entre um touro de Padrões e outro de Donões³⁹⁹.

³⁹⁵ Faria, *Os Cornos...*, 39.

³⁹⁶ *Ibidem*.

³⁹⁷ Artur Maria Afonso, *O Barrosão*, n.º 18, 3 de dezembro, 1912, em *As Chegas...*, 83 – 85.

³⁹⁸ Afonso, *O Barrosão...*, 85.

³⁹⁹ Júlio Montalvão Machado, *O Arcipreste de Barroso* (Porto: 1926), em *As Chegas...*, 97 – 103.

É também comum indicar-se que as chegadas de bois são uma prática exclusiva de Barroso e de Montalegre⁴⁰⁰. No entanto, e como visto anteriormente, os combates entre touros existem em diversos países e na vizinha Galiza. No caso de Portugal, as chegadas de bois, para além de Montalegre, estão ou estiveram presentes, realizadas quer de forma mais esporádica quer de forma mais regular, noutros concelhos de Trás os Montes, como Chaves, Bragança, Vinhais, Macedo de Cavaleiros, Vila Pouca de Aguiar, Boticas, e ainda no Planalto Mirandês, em concelhos como Vimioso, Mogadouro e Mirandóia, ou do Minho, como Vieira do Minho e Cabeceiras, no Parque Nacional da Peneda e Gerês, sobretudo, na Serra do Gerês, como Terras de Bouro, e ainda na região da Serra de Montemuro, em concelhos como Viseu, Arouca, Cinfães, Castro Daire, Resende, como informa Nuno Duarte, que, apesar disto, tem a certeza ser Montalegre “a capital das chegadas de bois” – e, efetivamente, é neste concelho que as chegadas de bois aparentam atualmente ter uma maior dinâmica e onde em termos históricos, etnográficos e de sua salvaguarda mais trabalhos foram dedicados a esta tradição.

Em 1927, Sousa⁴⁰¹ escreve que, na Serra do Gerês, os membros das vezeiras de Vilar da Veiga (Terras de Bouro) e de São João do Campo ou Campo do Gerês (Terras de Bouro), que possuíam curral privativo em Leonte (Terras de Bouro), tinham o costume de “quando ali se juntam, lançarem os seus touros a *turrar*, obrigando-os à luta”, prática que contava com um grande número de admiradores. Este autor refere outros pormenores, como o facto de alguns dos touros já terem ficado feridos de morte, de existirem episódios onde “os homens de um e outro lado armam disputa, que nem sempre acaba à boa paz”, ou da necessidade de uma autorização do juiz de Vilar da Veiga e dos vezeiros para que os combates se realizassem. Mas não eram só os membros destas duas aldeias que no Gerês costumavam organizar este tipo de lutas: Sousa, recorda que

*Em 10 de Maio de 1914 foram lançados um contra o outro, a turrar, os touros de Rio Caldo e de Vilar da Veiga, com a assistência de alguns centos de pessoas, homens, mulheres e crianças. Música e grande entusiasmo, chapéus no ar e... Viva o Boi! Viva o Boi! – vencedor.*⁴⁰²

⁴⁰⁰ Fonte, *Usos...*, 15.

⁴⁰¹ Sousa, *O Gerez...*, 17 – 18.

⁴⁰² Sousa, *O Gerez...*, 18.

No entanto, Sousa⁴⁰³ refere-se aos combates de touros como uma prática “atrasadora”, pois estes eram feitos apenas com o intuito de gozar o espetáculo e de “assistir a uma briga”, sem que fossem aproveitados para realizar a seleção do melhor touro, “reconhecendo para as funções de reprodução as qualidades de superioridade manifestadas na luta pelo triunfador”. Também Jorge Dias⁴⁰⁴ afirma, no seu trabalho sobre a aldeia de Vilarinho da Furna (Terras de Bouro), que na Serra do Gerês, quando as vezeiras de dois povos vizinhos se encontravam em currais próximos, era comum “porem os touros à luta, para verem qual podia mais”. Contudo, em 1948, estes combates já aparentavam ser raros. Este autor, por sua vez, e ao contrário do afirmado por Sousa, acredita que estes combates, mesmo que de forma inconsciente, serviam para o “apuramento das qualidades da espécie, pois desse touro dependem as novas gerações dos seus rebanhos”⁴⁰⁵. No que respeita à serra de Montemuro, Jorge Dias⁴⁰⁶ refere que aí se realizavam combates entre vacas que, segundo este autor, também eram muito apreciados.

Todavia, importa salientar que antigamente as chegas de bois pareciam não ser prática recorrente ou não possuíam o mesmo significado e importância em todo o concelho de Montalegre e no Barroso. Pois, como narra Silvino Poças⁴⁰⁷, da freguesia de Salto, onde já na segunda metade do século XX, ou até mesmo antes, vários proprietários de gado possuíam bois reprodutores, “não se tratava muito das chegas”, isso “só aqui mais de Vila da Ponte para riba. Da Vila da Ponte para riba é que havia aquelas *reixas* lugar com lugar e tal, e, às vezes, havia grandes zangas”. Manuel Magalhães⁴⁰⁸, também de Salto, afirma igualmente que “aqui, em Salto, não havia muito disso” e “quando os bois e as vacas se chegavam no monte não era muito por nossa vontade”, acrescentando, contudo, que “no sábado a seguir à festa de Salto, em agosto, sempre haviam chegas de bois”. Por sua vez, Artur Barroso⁴⁰⁹, igualmente de Salto, recorda que, sensivelmente entre as décadas de 1940 e 1960, “ia com os bois da casa onde trabalhava para a Venda Nova, Ferral, ou onde calhava e fazia algumas chegas”, no entanto, sempre no contexto de feiras. Eventos estes de periodicidade mensal ou anual onde, entre outros produtos, se transacionava gado para vários mercados de abastecimento, e aos quais acorria um grande

⁴⁰³ *Ibidem*.

⁴⁰⁴ Dias, *Vilarinho...*, 99.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ Jorge Dias, «Aspectos da vida pastoril em Portugal», em *Estudos de Antropologia*, vol.2, Jorge Dias (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990), 306.

⁴⁰⁷ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Silvino Poças concedeu uma entrevista no dia 25 de novembro de 2015.

⁴⁰⁸ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Manuel Magalhães concedeu uma entrevista no dia 25 de novembro de 2015.

⁴⁰⁹ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Artur Barroso concedeu uma entrevista no dia 25 de novembro de 2015.

número de pessoas de Montalegre e concelhos vizinhos⁴¹⁰. Já António Teixeira⁴¹¹ afirma que em Salto “as chegadas eram mais nas festas e feiras, não havia chegadas com bois do povo”; no entanto, e apesar disto, este refere que hoje em dia já “há mais gosto pelas chegadas em Salto”. Também nos relatos escritos de Fernando Moura, e sobretudo antes das duas últimas décadas do século XX, a maioria das chegadas de bois ocorre em freguesias ou aldeias do Alto Barroso⁴¹².

Um outro aspeto que deve ser destacado sobre as chegadas de bois é o seu valor simbólico. Assim, Polanah⁴¹³ salienta que estes combates permitiram ao boi do povo entrar na tradição popular também como um símbolo da força e hombridade de algumas freguesias. Guimarães⁴¹⁴ indicia a existência tradicional de “uma certa individualidade” entre as várias aldeias de barroso, sendo que algumas das rivalidades entre estas eram sublinhadas de forma viril nas chegadas de bois. Desta forma, para este autor, o boi do povo era o “símbolo coletivo de força, coragem e virilidade e que o ritual da “chegada” o alimenta no imaginário popular de Barroso, individual e coletivo da aldeia.”

Segundo Veiga de Oliveira⁴¹⁵ as chegadas de bois eram o “espetáculo favorito de barrosão” e “um acto pleno de significação”. Apesar de estas serem “lutas de dois touros entre si, à marrada, extremamente violentas”, a luta só se verificava verdadeiramente e tinha um sentido empolgante pelo facto de cada touro ser de uma aldeia diferente: assim, as vitórias e as derrotas eram vividas como atos em que todos os habitantes de uma aldeia estavam comprometidos. Sintetizando, na opinião deste autor, o boi do povo era o próprio povo e a chegada era a luta de duas aldeias, que aí podiam conhecer a honra ou a vergonha.

Jorge Dias⁴¹⁶ refere que nas regiões comunitárias as aldeias vizinhas têm por hábito “deitar os touros à luta, o que pode ocasionar grandes prejuízos, mas também é um motivo de grande festa e alegria” para os vencedores. Cabral salienta também que as chegadas, pelo menos quando organizadas segundo a tradição, eram o jogo que mais entusiasmo provocava na gente de Barroso. Segundo este, as aldeias jogavam

⁴¹⁰ José Miranda Alves, *Contos das Minhas Memórias* (Montalegre: 2013), 58.

⁴¹¹ Como visto no Capítulo 1: Introdução e métodos, António Teixeira é proprietário de vários touros de chegadas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 9 de março de 2016.

⁴¹² Fernando Moura, *Barroso e as Chegadas de Bois* (Braga: Editora Correio do Minho, 1995).

⁴¹³ Polanah, «Espírito...», 71.

⁴¹⁴ Guimarães, *O Falar...*, 16.

⁴¹⁵ Oliveira, *Festividades...*, 254.

⁴¹⁶ Dias, «Aspectos...», 306.

[...] através dos seus queridos e pitorescos representantes, que são os bois do povo, sentindo-se homens e mulheres impelidos por uma força que lhes vem do fundo do tempo e do sangue.⁴¹⁷

Manuel Dias⁴¹⁸ atribui igualmente ao boi do povo uma “função especialíssima”: defender o nome e honra da aldeia em lutas singulares em campo aberto. Este autor associa ainda estes combates à “reedição, organizada, das ancestrais medições de força pelo domínio da manada e decorrente privilégio da cobrição das fêmeas”⁴¹⁹. Como foi dito anteriormente, Carvalho de Moura⁴²⁰ escreveu que o “boi do povo era como que o próprio povo”; por esta razão, para este autor nas chegadas “se o boi ganha é o povo que ganha, canta e exulta de alegria infinda, se o boi perde, é o pior de todos os males, é a desonra, a maior das humilhações”. Carvalho de Moura⁴²¹ procura comprovar esta opinião com o facto de “após os desfechos das lutas dos touros, não raro acontecia que as duas povoações se envolviam em autênticas batalhas campais”, pois era inaceitável a “humilhação do «boi ficar mal»”.

Cruz⁴²² refere-se aos animais que participavam nas chegadas, particularmente aos touros de raça Barrosã, como “uma coisa bela” e “uma coisa máscula”. João Fatela⁴²³ viu nas chegadas de bois uma “prática sacrificial e competição lúdica” que servia para expressar a rivalidade entre aldeias vizinhas, ou seja, as chegadas eram, assim, uma “transposição simbólica do combate entre aldeias”, no qual a “comunidade procura apropriar-se do território da outra” através “do que esta tem de mais prestigioso – o boi – para consolidar a sua identidade”.

Por sua vez, Torga escreve na década de 1970 que

Não é, contudo, a luta gigantesca, apesar de empolgante, o que mais diz ao espectador forasteiro. É o halo humano que a envolve, os milénios de ancestralidade que ela faz vir à tona da assistência. Símbolo de virilidade e fecundidade, o boi é na região o alfa e o ómega do quotidiano. Cada povoação revê-se nele como num deus. Vitorioso, cobrem-no de flores: derrotado, abatem-no impiedosamente. Quando há

⁴¹⁷ Cabral, *Jogos...*, 119.

⁴¹⁸ Manuel Dias, *Montalegre: Terras de Barroso* (Montalegre: Camara Municipal de Montalegre, 2002), 49.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ Moura, *O Povo...*, 53.

⁴²¹ Moura, *O Povo...*, 53 – 54.

⁴²² Cruz, *Memórias...*, 51.

⁴²³ João Fatela, *O Sangue e Rua: Elementos para uma Antropologia da Violência em Portugal* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989), 131 – 132.

*minutos a turra acabou, depois de a viver numa tensão de que a palidez de um padre a meu lado era a síntese, de toda a falange que torcia pelo vencido parecia capada.*⁴²⁴

São também vários os autores a referirem os preparativos da chega de bois e dos animais que nelas participam, bem como o seu decorrer. Pois, como salienta Fonte⁴²⁵, uma “chega não se realiza de um momento para o outro. Precisa de preparativos indispensáveis à boa ética da mesma”. Fontes⁴²⁶ começa por referir que a rivalidade entre duas aldeias e o desafio podiam surgir por diversas razões: quando um boi vencia outro numa chega; quando os touros tinham o mesmo peso; ou tinham bom lidar. Em suma, quando “os de um povo presumem ter melhor boi que o dos seus vizinhos. Para prová-lo, nada melhor que levá-los a um campo livre, pô-los um em frente ao outro, para lutar e ver quem pode”⁴²⁷. Sendo que na maioria dos casos eram os jovens de determinada aldeia, por serem, muitas das vezes, os principais responsáveis pelo animal, que começavam a pensar na realização de uma chega e em encontrar um adversário⁴²⁸.

Após o desafio ser lançado, e caso o adversário o aceitasse, como sucedia na maioria das vezes, começavam-se a preparar os animais para a chega. Mas antes, era ainda necessário obter a autorização da Junta ou do regedor de cada uma das freguesias contendentes⁴²⁹. Em 1962, em Morgade recorreu-se ao voto (participando na votação membros da comunidade pertencentes a várias gerações) para decidir, neste caso, de forma afirmativa, a participação do boi desta aldeia numa chega contra o boi de Gralhas⁴³⁰. Ana Fernandes⁴³¹, de Vilar de Perdizes, indica que “Alguns não queriam, porque achavam que o boi não *podia*, no fim da missa diziam ‘ai eu não assino, porque o boi pode não *puder* e depois nós ficamos mal””. Contudo, as regras do jogo exigiam que o desafio não fosse direto, ou seja

*Os visitantes deviam referir, de uma evasiva à juventude visitada,
a possibilidade da «Chega», ao que estes deveriam responder da mesma*

⁴²⁴ Miguel Torga, *Diário*, vol. XI (Coimbra: s/ed, 1973), em *As Chegas...*, 26.

⁴²⁵ Fonte, *Usos...*, 16.

⁴²⁶ Fontes, *Emografia...*, 84.

⁴²⁷ Frei Damian E. Neira, citado em VVAA, *As Chegas...*, 23.

⁴²⁸ Fontes, *Emografia...*, 84.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ Fonte, *Usos...*, 19.

⁴³¹ Como visto no *Capítulo I: Introdução e métodos*, Ana Fernandes concedeu uma entrevista no dia 26 de novembro de 2015.

*forma, mesmo que o seu «boi do povo» fosse o campeão coroado em outros confrontos.*⁴³²

Em seguida, como refere Fonte⁴³³, os representantes das duas aldeias deslocavam-se à vila de Montalegre, para aí, junto das autoridades, pagarem a licença, requisitarem a presença da GNR, e combinarem o local e hora certa da chega, que se realizava quase sempre ao ar livre, em baldios planos (apesar de Fernando Moura⁴³⁴ referir que mesmo antigamente estas já decorriam, apesar de raramente, em campos de futebol, como o campo do Rolo [1950] ou de Meixedo [1960]) e a uma distância sensivelmente igual entre as duas aldeias. Contudo, em 1950 ainda não era necessário pagar a licença nem solicitar a presença da GNR, pois “quem mantinha a ordem era o próprio povo, que tinha de mostrar o seu «pau» e se preciso, puxar por ele”⁴³⁵. Neste momento, os representantes de cada aldeia depositavam ainda uma determinada quantia em dinheiro que perderiam em caso de falta de comparência ou não cumprissem com o combinado. Por exemplo, em 1962, os representantes da junta de Morgade e da junta de Gralhas depositaram, cada um, aproximadamente dois mil escudos⁴³⁶.

Cerca de um mês antes da realização da chega o tratador aumentava a quantidade de ração diária do boi. Era comum os jovens, bem como outros habitantes da aldeia, pedirem de porta em porta grão, milho, farinha, farelo, batatas, feno; sendo que, por vezes, estes roubavam ainda espigas de milho, caixas de centeio das suas famílias, de estranhos e de localidades vizinhas. Maria Alice Bermudes⁴³⁷, de Vilar de Perdizes, lembra que “andavam de porta em porta, a perguntar ‘Não dás nada pro boi? Não dás nada pro boi?’ E olha, nos dávamos o que tínhamos”. A população chegava a “tirar à boca para não faltar ao boi, que é preciso engordar para ganhar”⁴³⁸; pois, como acrescenta Mário Henriques⁴³⁹, “o volume do corpo traduz-se para a gente de Barroso, em força bruta, em poder irresistível”. Cruz salienta ainda que

⁴³² Domingos Chaves, *Gralhas: Minha Terra Minha Gente* (Guimarães: Editora Cidade Berço, 2015), 66.

⁴³³ Fonte, *Usos...*, 17.

⁴³⁴ Fernando Moura, *Barroso e as Chegas de Bois* (Braga: Editora Correio do Minho, 1995), 30 – 31 e 52 – 53.

⁴³⁵ Moura, *Barroso...*, 17.

⁴³⁶ Fonte, *Usos...*, 19.

⁴³⁷ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Maria Alice Bermudes concedeu uma entrevista no dia 26 de novembro de 2015.

⁴³⁸ Fontes, *Etnografia...*, 84.

⁴³⁹ Mário Henriques, *Diário Popular*, 11 de Abril, 1968, em *As Chegas...*, 31.

*Quanto ao peso, gordura é músculo. Se entre os dois turradores houver uma diferença de cinco arrobas e o mais leve vencer, ou este é um fenómeno, ou o mais pesado não vale o feno da manjedoura.*⁴⁴⁰

Era também habitual que antes de uma chega o touro estivesse totalmente fechado na corte durante oito dias, para no dia da chega “sair mais bravo”⁴⁴¹.

António Martins⁴⁴², de Vilar de Perdizes, afirma que

Na aldeia havia quatro ou cinco bois pequerruchos, andavam num lameiro grande do povo, e viravam-se aí uns contra os outros, lutavam por eles próprios, e era aí que se via quais eram os bons bois. Era aí que se via que era melhor que os outros, era daí que saíam os bois lutadores, dizia-se logo ao ver as lutas ‘este vai ser bom, este vai ser bom’. Depois, quando já eram grandes, as aldeias até tinham mais que um boi, mas era o favorito, o que lutava melhor, que ia lidar com os outros.

No entanto, Cruz⁴⁴³ salienta que muito um bezerro tinha de aprender antes de se poder tornar um campeão. Assim, com cerca de um, dois anos, estes animais combatiam com vacas ou bois castrados, modo de os treinar sem um grande risco de se ferirem; quando o animal atingia os três ou quatro anos iniciavam-se os combates com adversários condizentes. Por isto, por vezes, antes de um boi combater em público, era comum que a valentia deste fosse posta à prova, organizando-se para esse fim chegadas em segredo durante a noite.

O mais recorrente era procurar-se roubar o touro de uma aldeia vizinha, encaminhá-lo para um espaço propício à realização da chega e depois de esta ocorrer restituir o animal à origem. Porém, este era um plano arriscado. Em primeiro lugar, as portas da corte do boi, precavendo estes episódios, eram autênticos cofres-fortes, e depois

*[...] ao mais leve sinal: um bruar de touros a desoras, um arremeter suspeito de cães, o alarme, de qualquer tresnoitado por mor da torna ou do moinho: toca o sino a rebate e os assaltantes são repelidos a ferro e fogo, muita sorte se não deixarem lá os ossos.*⁴⁴⁴

⁴⁴⁰ Cruz, *Memoriam...*, 48.

⁴⁴¹ Fontes, *Etografia...*, 84.

⁴⁴² Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, António Martins concedeu uma entrevista no dia 26 de novembro de 2015.

⁴⁴³ Cruz, *Memoriam...*, 47 - 48.

⁴⁴⁴ Cruz, *Memoriam...*, 48.

Para tal, o mais seguro era aliciar rapazes de outras aldeias que tivessem interesse no mesmo. Cada qual comprometia-se a trazer o boi à hora e sítios combinados. O desfecho e consequências da luta ficava entre os envolvidos, que quantos menos fossem melhor. Em determinados casos, quando os ferimentos do boi denunciavam a realização de uma chega clandestina, era necessária a intervenção da GNR e até do tribunal⁴⁴⁵.

Fernando Moura⁴⁴⁶ recorda que quando tinha dezassete anos, isto é, em 1947, combinou com amigos do Cortiço realizar um chega noturna, onde pretendiam opor o boi do povo deste lugar, de seu nome *Fusco*, com um boi de Donões, que da Feira dos Santos de Montalegre seguia para o matadouro. Foi combinado o local da chega a realizar-se durante a noite, contudo,

*Para tirar o boi da corte foi o diabo, tivemos que ir pelo telhado e abrir a porta, que estava fechada à chave pelos tocadores do gado. Tirámos a tranca, tudo com muito cuidado para ninguém dar conta, e não fosse o Barroso de Donões matar algum de nós. Porta aberta, lá vai o Barroso até ao terreiro. Havia muitas fachucas de palha acesas e eu com um gasómetro de carboneto. Apostos à luta, chega linda de 17 minutos, o boi do cortiço fugiu. De repente ouve-se um tiro. Foi o Paula, do cortiço, que já andara à paulada com um dos Sabinas, de Codessoso de Canedo, porque deu conta de terem roubado o boi e foi ver. O Carvalhoto deu uma vergastada no Domingos Araújo, por não ter arrebatado o boi de Donões, que dera uma naífada na nádega do Coto, do Cortiço. Os fachucos uns apagados, outros no chão a arder só o meu gasómetro a por fim à contenda, onde já todos batiam no escuro sem saber em quem.*⁴⁴⁷

Por sua vez, Bordalo Lema⁴⁴⁸ deu a conhecer a realização de uma chega clandestina entre o touro de Tourém e o touro da aldeia galega de Randin (Ourense). Existia entre estas duas populações um espírito de competição e de rivalidade e a “gente de Randin murmurava e gabava-se de que o seu touro, tão forte e robusto, meteria medo ao boi português de Tourém.” Sabendo disto, os jovens de Tourém, aldeia que “não se podia conformar com tal afronta desdenhosa”,

⁴⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁴⁶ Fernando Moura (Barracão, 1960), em *As Chegas...*, 105.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁴⁸ Lema, *Tourém ...*, 124.

*Uma noite roubaram o boi de Randin e trouxeram-no até à Veiga para que medisse forças com o boi português. A chega entre os bois deu-se sem mais testemunhas e os rapazes ficaram satisfeitos: o seu boi levou de vencida o galego. Mas o que não esperavam nem desejavam, era que este perdesse na luta um dos chifres.*⁴⁴⁹

No dia seguinte, toda a população de Randin “estava em pé de guerra, pois não tinham dúvidas de que o estado do animal não era estranho a qualquer patifaria da gente de Tourém”. Este episódio originou vários momentos de violência entre indivíduos das duas comunidades e o assunto apenas foi resolvido com a intervenção das autoridades⁴⁵⁰.

Também Carvalho de Moura indica a existência de chegadas de bois “clandestinas”, referindo que estas eram organizadas pela mocidade durante a noite, “por vezes com o calor dos copos”, e que na

*[...] maior parte das vezes era simples diversão, outras vezes porque havia necessidade de ver a raça do boi que ainda não fora visto a turrar e tornava-se necessário para, caso desse boas indicações, se combinar uma Chega na qual ele devia ser o vencedor.*⁴⁵¹

Por sua vez, António Martins recorda que

[...] às vezes roubavam os bois de noite, era a mocidade. Lutavam-nos antes da chega, para ver qual podia. Mas havia sempre alguém com uma espingarda. Mas às vezes estavam a guardar a corte, gritavam logo ‘olha que se entras eu mato-te’, e uma vez, um que ia roubar, tentou entrar para pegar no boi, levou um tiro numa perna. Mas quando o roubavam, iam-no buscar de noite, levavam-no, e chegavam-nos sem mais ninguém saber. No dia seguinte como se conheciam pelo cheiro já não lutavam, já tinham dado a cabeça, um já tinha perdido e tinha medo.

Da mesma forma, Fontes afirma que, com o aproximar de uma chega de bois, se reforçavam as portas da corte do boi bem como a vigilância durante a noite, para evitar o roubo do touro e a realização de uma chega noturna, “desejada pelos que querem

⁴⁴⁹ *Ibidem.*

⁴⁵⁰ *Ibidem.*

⁴⁵¹ Carvalho de Moura, «As chegadas de bois clandestinas», *Notícias de Barroso*, 31 de Março, 2014, 7.

testar forças para tomar as mediadas de mais alimento, ou a desistência da chega”; assim sendo, era habitual que o pastor do boi dormisse

[...] *no combarro, por cima da corte do boi no palheiro, bem armado, de sono leve, para intervir à menor tentativa de abertura ou arrombo da porto e rapto do boi, combinado com os jovens da outra aldeia contundente.*⁴⁵²

Porém, Fontes reconhece que estas chegas de bois noturnas

[...] *acontecem raras vezes, pois são secretas e mal se sabe excepto os poucos intervenientes. Se vem a saber pode trazer distúrbios, algazarras violentas entre as aldeias.*⁴⁵³

Era também comum alguns homens guardarem o touro dia e noite, para evitar que o animal fosse alvo de qualquer outro atentado, que podia ser físico como incorpóreo: pois, também “nunca se sabe que mezinhas podem ser dadas a um animal, a fim de o incapacitarem para a luta que se avizinha”⁴⁵⁴.

As restantes chegas, as realizadas na presença de público, aconteciam normalmente durante a tarde aos domingos, em dias santos, dias de feira ou dias de festa, pois era nestes dias que os lavradores se encontravam desobrigados de trabalhar a terra, o que permitia que estes assistissem aos combates⁴⁵⁵.

De manhã, por vezes, ainda na corte, ou fora desta, com o animal preso a uma árvore, aguçavam-se as pontas dos chifres, “primeiro com navalha afiada, depois com grossa e vidro, a raspar”⁴⁵⁶. Outros aplicavam nas extremidades dos chifres pontas de aço, levando a que o adversário, ferido, fugisse mais rapidamente. Domingos Chaves⁴⁵⁷ afirma que “Até as mulheres levantavam saias e saiotos vermelhos, para incitar o boi”. Havia ainda quem desse vinho, cerveja, sopas de burro cansado ou outros estimulantes ao touro para aumentar a sua fúria, ou quem recorresse a substâncias olorosas capazes de

⁴⁵² António Lourenço Fontes, «As chegas de bois em Barroso não acabaram», em *Raça Barrosã*, org., Adelino Gouveia, José Leite e Rui Dantas, (Braga: AMIBA, 2001), 78.

⁴⁵³ *Ibidem*.

⁴⁵⁴ Henriques, *Diário...*, 30.

⁴⁵⁵ Cruz, *Memorian...*, 49; Fonte, *Usos...* 17.

⁴⁵⁶ Fontes, *Etnografia...*, 84.

⁴⁵⁷ Chaves, *Gralhas...*, 68.

incomodar o adversário⁴⁵⁸, ou colocasse azougue, ou seja, a pele de uma vaca ou vitela no lombo do touro. Cabral refere o azougue como um stratagema fatal, pois

*O cheiro a sangue e sexo pode levar o boi adversário a ficar confuso: em vez de turrar com o inimigo, avança-lhe por trás ou foge. Tal stratagema, no entanto, é geralmente condenado.*⁴⁵⁹

Fontes, sobre este assunto, afirma que aos touros, que devem estar bem alimentados, se dava ainda

*[...] a beber vinho com cerveja e açúcar, para o tornar furioso, forte, rápido e decidido na luta. Untam-no com coiro verde de vitela ou vaca recentemente morta. Também para evitar que a chega se realize e haja empate usam untá-los com o sémen de fêmea, que provoca o acavalar de um sobre o outro e o abandono da luta.*⁴⁶⁰

Também António Martins recorda que “havia uns que punham azougue no boi. Era pôr a pele dum vitelo no lombo do boi, e depois ao outro cheirava-lhe a sangue e já não dava a cabeça” e ainda que “outros aguçavam os cornos ao boi”, “mas alguns eram falsos, punham pontas de aço nos cornos, era perigoso”.

Inclusivamente, em 1968, os habitantes de Donões, pouco confiantes na capacidade do seu boi frente ao de Vilar de Perdizes, procuraram justificar a eventualidade de não comparecerem na chega com o recurso ao azougue por parte dos seus adversários. Porém, estes tiveram de se resignar à fatalidade que andavam a temer quando lhes foi dito que o boi de Vilar de Perdizes havia passado por um charco de água⁴⁶¹.

Por vezes, a possibilidade de recorrer ou não a alguns destes stratagemas era discutida aquando do pedido de licença para a realização da chega: em 1962, as populações de Gralhas e Morgade decidiram ser possível afiar os chifres dos animais, sendo, no entanto, proibido colocar pontas de aço⁴⁶².

⁴⁵⁸ Cruz, *Memoriam...*, 47.

⁴⁵⁹ Cabral, *Jogos...*, 120.

⁴⁶⁰ Fontes, «As chegadas...», 78.

⁴⁶¹ Henriques, *Diário...*, 32 – 33.

⁴⁶² Fonte, *Usos...*, 20.

Cruz⁴⁶³ inclui também as novenas, promessas, consultas à bruxa ou mezinhas neste rol de estratégias e segredos. No decorrer da missa pedia-se aos santos a vitória para o touro da terra através de orações e responsos, fazendo-se em troca promessas. Pedia-se, por exemplo, a São Roque que o boi de determinada aldeia se sagra-se vencedor, dizendo: “Boi, Deus te guarde, Deus te defenda, Deus te livre de todos os inimigos e que possas com o perigo...”⁴⁶⁴.

Fontes⁴⁶⁵ recorda uma chega realizada em 1974, entre o touro de Vilar de Perdizes e o touro de Montalegre, onde era ouvido “Nossa Senhora da Saúde se ponha do lado do nosso boi”, respondendo-se do outro lado “Senhor da Piedade esteja pelo nosso”. Da mesma forma, Fonte⁴⁶⁶ refere que no decorrer da chega, enquanto a vitória não se decidia “os terços, cheinhos de medalhas de todos os santos e santas, não saem de entre as mãos, fazendo promessas de todos os géneros e feitios para que o seu bozinho possa”.

Chegada a hora da partida do touro (Figura 22), tocava o sino da aldeia ou da corte do boi do povo para que todos, “homens e mulheres, pequenos e grandes, velhos e velhas”, se juntarem e seguirem com o animal até ao local previsto⁴⁶⁷. No caminho, ao passar em frente de alguma capela ou igreja repetiam-se os pedidos aos Santos e às almas pela vitória, oferecendo-se a estes a tradicional esmola, e ao transitar numa outra aldeia procurava-se evitar o mau-olhado ou a bruxaria, deitando-se, para isso, sal em cruz nas ruas. Era necessário evitar passar-se por rios, para que o animal não se cansasse e perdesse a força ou, se fosse o caso, o azougue⁴⁶⁸.

Porém, como conta Henriques

*Se a aldeia que envia o boi é de longe, a deslocação do bicho faz-se durante três ou quatro dias, nas horas de maior frescura, à razão de uma légua por dia, a fim de o animal pesadíssimo não se ressentir.*⁴⁶⁹

⁴⁶³ Cruz, *Memoriam...*, 50.

⁴⁶⁴ José João Sardinha (realizador), *O Boi do Povo* (Portugal: Ecomuseu de Barroso, Câmara Municipal de Montalegre, 2011), filme, minuto 6.

⁴⁶⁵ Fontes, *Etnografia...*, 85.

⁴⁶⁶ Fonte, *Usos...*, 17.

⁴⁶⁷ Fontes, *Etnografia...*, 85.

⁴⁶⁸ Fontes, *Etnografia...*, 86.

⁴⁶⁹ Mário Henriques, «Combates (ou «chegas») de bois», em *Guia de Portugal: Trás-os-Montes e Alto Douro: Vila Real, Chaves e Barroso*, Vergílio Taborda (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932), 472.



Figura 22 – Boi do povo a caminho de uma chega de bois, entre Montalegre e Sabuzedo, provavelmente em 1960.

Fotografia de: Ecomuseu de Barroso.

Quando os animais chegavam ao local combinado já este estava repleto de gente, disposta num círculo largo. Porém, Fonte refere que só a muito custo uma patrulha armada da GNR não deixava que este se encurtasse com o decorrer da chega⁴⁷⁰.

Fonte⁴⁷¹ menciona a presença nas chegadas de bois de pessoas “de todas as classes sociais, velhos e novos, homens e mulheres”. Dando especial destaque à presença destas, que

*[...] pressurosas da vitória, trazem entre os seios bandeiras de todas as cores que flutuam entre alaridos infernais se o seu boi pode. Outras fazem dos próprios saíotes e aventais que trazem vestidos, as bandeiras de última hora, agitando-as sem receio de mostrarem as pernas, porque vêm prevenidas com longas calças de flanela.*⁴⁷²

⁴⁷⁰ Fonte, *Usos...*, 17.

⁴⁷¹ *Ibidem.*

⁴⁷² *Ibidem.*

As chegadas de bois, quando desta forma organizadas, contavam, segundo Fontes⁴⁷³, com milhares de espetadores; Fonte⁴⁷⁴ fala inclusivamente num cenário comovedor onde, em determinadas chegadas, se podiam juntar 6.000 ou 8.000 espetadores. Por seu turno, Cruz indica que

*Entrementes, a notícia da chega voa de boca em boca até aos ouvidos mais escusos ou surdos. E, no dia, todos os caminhos e todos os meios de transporte de Barroso convergem para o local. A pé e a cavalo, ainda, agora mais de automóvel, camioneta, trator. Povinho de toda a espécie e verdade de rosto e véstia. Aos milhares e todos eufóricos.*⁴⁷⁵

No público, durante a chegada ou pouco antes do seu início, as mulheres continuavam a fazer “jaculatórias e promessas aos santos da sua devoção”⁴⁷⁶, e os homens, pelo menos os mais entendidos, avaliavam, elogiando ou desconsiderando, a aparência e as capacidades físicas e técnicas dos animais, ou aventuravam-se em prognósticos e apostas, que, segundo Cruz, se limitavam a “almudes de vinho ou grades de cerveja”⁴⁷⁷. Porém, Fontes⁴⁷⁸ informa que se realizavam também apostas monetárias de “100\$00 ou mais”, e Teixeira⁴⁷⁹ refere a existência de apostas de *rapa*, onde o vencedor passava a ser proprietário do animal derrotado.

Cruz faz ainda uma alusão aos “repórteres de ocasião”, que aproveitam a realização de uma chegada de bois para tirarem fotografias, e não se esquece da presença dos emigrantes

*[...] a quem as andanças por esses países da Europa, para onde a necessidade ou a ambição os atirou, parecem ter exacerbado o entusiasmo pelas chegadas, sempre prontos a abrir os cordões à bolsa para o vinho, o tocador, os foguetes da festa em caso de vitória.*⁴⁸⁰

⁴⁷³ Fontes, *Emografia...*, 86.

⁴⁷⁴ Fonte, *Usos...*, 17.

⁴⁷⁵ Cruz, *Memoriam...*, 50.

⁴⁷⁶ Cruz, *Memoriam...*, 51.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

⁴⁷⁸ Fontes, *Emografia...*, 85.

⁴⁷⁹ Teixeira, *O Ecomuseu...*, 99.

⁴⁸⁰ Cruz, *Memoriam...*, 50 – 51.

Da mesma forma, Henriques⁴⁸¹ indica que, ocasionalmente, aparecem nas chegas de bois “emigrantes enriquecidos nas Américas”, alguns deles boieiros, ou vaqueiros, vindos da Venezuela, Argentina ou Califórnia, de visita à sua terra natal.

Também as autoridades administrativas, civis e religiosas compareciam nas chegas de bois, tendo os padres “carta branca para andar rentinho aos bois em espaço reservado à GNR ou aos pastores do boi e sua comitiva como que a abençoá-los”⁴⁸². Tavares da Silva comparou, em 1942, os espetadores de chegas de bois, que apoiavam o touro da sua aldeia, a “partidários dos grupos do vulgaríssimo jogo da bola (foot-ball)”⁴⁸³.

Por sua vez, cada um dos touros entrava em campo por extremos opostos, sendo estes acompanhados por um ou dois pastores. Fontes refere que não eram admitidos

*[...] mais que um ou dois homens ao lado de cada boi, apesar de serem muitos os que, nessa hora, desejariam estar ao lado do seu preferido, para lhe dar força e o ir enfurecendo: é boi, é boizinho!*⁴⁸⁴

Os animais, agora em campo e prontos para o combate, após serem inspecionados

*Fazem ou não, uns momentos de carranca, com as cabeças viradas, e pouco a pouco ou de repente conforme a inspiração de momento, pegam-se de frente, com grande violência, procurando ferir e rasgar o companheiro, com as hastes bem aguçadas.*⁴⁸⁵

Estes combates podiam durar cerca de trinta minutos ou mais, no entanto, certas chegas não duravam mais do que o primeiro embate dos dois touros adversários; e o vencedor, o que leva a *bandeira*, é conhecido quando as “forças já estão bem medidas e houve sobreposição de um dos bois”, sendo nesse momento que o derrotado

[...] começa a olhar para o lugar por onde entrou, se tem tempo, e vai recuando até que foge. O vencedor corre furioso a ver se o apanha. Intervêm logo os pastores e conterrâneos, com paus no ar, para os apartarem. E os da terra vencedora rodeiam o seu boi, atiram com as roupas ao ar, disparam tiros, saltam de contentamento em frente do boi,

⁴⁸¹ Henriques, «Combates...», 472.

⁴⁸² João Martins Rodrigo, *Voz de Trás os Montes*, s.d, em *As Chegas...*, 66.

⁴⁸³ Silva, *Esbôço...*, 647.

⁴⁸⁴ Fontes, *Etnografia...*, 85.

⁴⁸⁵ Fontes, *Etnografia...*, 86.

sem medo. É o maior frenesim, o da vitória. As raparigas e rapazes dão vivas: viva o nosso boi, viva! E depois de lhe verem as feridas, tocam cada qual o seu boi para sua terra. Os vencidos com a «beija» e os vencedores cantando, uns diante, outros atrás do boi. Se podem, enfeitam-no com fitas, ramos, flores, bandeiras vermelhas, cordões de ouro, notas de conto. Chegado ao povoado, o boi vai, em procissão, dar a volta às ruas da aldeia, ovacionado por todos que dizem: abençoado o boi e o grão que comeste.⁴⁸⁶

A isto Fonte acrescenta que

[...] na aldeia vitoriosa há vinho para toda a gente, com acordeonistas e bombos, com ranchos de cantadores, rua acima rua abaixo, com foguetes e jantaradas, com abraços e saudações [...].⁴⁸⁷

Ana Fernandes afirma que quando o boi do povo de Vilar de Perdizes vencia uma chega de bois “Enchiam-lhe os cornos de fitas, de bandeiras, tudo às cores, parecia um andor” (Figura 23) e Maria Alice Bermudes recorda que

Os bois lutavam uns com os outros, e depois o nosso boi podia puder ou não, e perdia, mas se pudesse, embandeirávamos os bois, púnhamos-lhe bandeiras e fitas. O que perdia ia para a terra dele, o que ganhava ia também para a terra dele, mas íamos a cantar: Bibó boi de Vilar, bibó boi de Vilar, bibó Boi de Vilar. Até quando íamos com ele para a chega já cantávamos. Quando perdia é que ficávamos todos calados.

⁴⁸⁶ Fontes, *Etnografia...*, 87.

⁴⁸⁷ Fonte, *Usos...*, 88.



Figura 23 – Touro vencedor de regresso à sua aldeia.
Fotografia de: Germano Francisco Baptista

Por sua vez, na aldeia derrotada é o infortúnio que recai sobre o animal vencido, pois

*[...] a aldeia vende-o, simplesmente, sem escrúpulos ou consideração pelo seu passado vitorioso, sabendo que o condena assim ao fim inglório no matadouro, já que nenhum povo quererá para si o boi que desonrou outra comunidade.*⁴⁸⁸

Na opinião de Henriques esta era uma

*Lei injusta, cruel e primitiva, a que condena um animal, tão falível como o próprio homem, a sair eternamente vencedor de uma luta em qua as possibilidades de ganhar quase sempre se contam por igual. Mas é uma lei comunitária, uma das últimas, e por isso nenhuma voz se ergue contra ela.*⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ Henriques, *Diário...*, 31.

⁴⁸⁹ *Ibidem*.

Assim, dizia-se que, “No entanto, a boa prestação numa chega podia levar a que um boi comprado com o principal intuito de ser abatido e para a venda da sua carne visse a sua morte ser adiada”⁴⁹⁰.

Saliente-se ainda que, por vezes, no final da chega “chegavam-se os homens”⁴⁹¹: estes levavam paus, sachos e até pistolas e espingardas, e discutiam à força o direito a ganhar ou opunham-se desta forma a tudo aquilo que acreditavam ser uma ilegalidade. Fernando Moura⁴⁹² recorda que em 1946, na festa de São Mateus em Fírvidas, onde se realizou uma chega entre o touro de Gralhós e o touro de Zebral, após o primeiro animal se sagrar vencedor, “o José António de Zebral, começou a disparar tiros de caçadeira lá para o meio, gerando tamanha confusão, que só se viam homens e mulheres de pernas para o ar”, originando este episódio vários feridos. No entanto, com o passar do tempo e graças à presença da GNR, que muitas das vezes só conseguia impor a ordem com recurso à força e que começou a tirar os paus a quem os levava, estes episódios de violência passaram a ser menos frequentes⁴⁹³. Fernando Moura⁴⁹⁴ refere que no primeiro dia de 1960, numa chega entre os touros de Santo André e Gralhas, “os soldados da GNR andavam com uma «gabela» de paus, os quais entregariam no fim da chega, caso não houvesse contrariedades”. Esta forma de atuar das autoridades, que se repetia, por exemplo, em festas, levou ao desaparecimento do uso do pau, importante meio de defesa no Barroso⁴⁹⁵. Assim, em 1977, Fontes⁴⁹⁶ afirmava que já não havia perigo “de se pegarem os homens, por causa dos bois”.

Fontes refere também a existência de casos, no entanto raros, em que um dos touros matou o adversário, sendo o mais comum haver apenas a lamentar ferimentos, mais ou menos graves, na superfície da pele⁴⁹⁷. Um desses casos, onde um dos touros conheceu a morte ainda durante o combate, ocorreu em 1959, quando se enfrentaram o boi de Parafita, de raça Mirandesa, e o de S. Pedro do Rio, de raça Barrosã. Durante o combate o animal de Parafita

⁴⁹⁰ Moura, *Barroso...*, 99 – 100.

⁴⁹¹ Fontes, *Etnografia...*, 87.

⁴⁹² Moura, *Barroso...*, 21 – 22.

⁴⁹³ Fontes, *Etnografia...*, 87.

⁴⁹⁴ Moura, *Barroso...*, 52.

⁴⁹⁵ José Carril, *Memórias de Salto do Século XX* (Salto: s/ed, 2015), 117.

⁴⁹⁶ Fontes, *Etnografia...*, 87.

⁴⁹⁷ *Ibidem*.

[...] avançou para o de S. Pedro com intenções mortíferas, mas saiu-lhe o tiro pela culatra, pois na sua arremetida, espetou-se nos cornos do boi barroso e quase teve morte instantânea.⁴⁹⁸

Após o sucedido, o touro de Parafita, agora morto, foi transportado por um carro de bois até à estrada de Braga, onde

[...] o boi morto foi então carregado na velha camionete Dodge do Artur Guerreiro, seguindo imediatamente para Parafita, aonde toda a gente comprou a sua carne, para ajudarem a minorar os prejuízos, como é costume no Barroso, quando acontece o azar de qualquer animal. A sua carne rendeu naquele tempo oito mil e quatrocentos escudos!⁴⁹⁹

A aldeia vencedora era, regra geral, pouco tempo depois desafiada por qualquer outra população que tivesse também um boi vencedor, procurando-se desta forma, “numa espécie de campeonato sem calendário certo”⁵⁰⁰, encontrar um *boi campeão*, ou seja, um animal que não tenha no seu currículo alguma derrota. Assim, Cruz indica que havia sempre

[...] entre a meia centena de aldeias do Alto Barroso, um touro que, pelas suas vitórias, o povo elegeu campeão, e a quem os usos e os costumes exigem que aceite o repto dos candidatos ao título ou se retire.⁵⁰¹

Porém, já no início da década de 1990, Cabral⁵⁰² constatou que, por culpa da diminuição do número de aldeias que possuíam um boi do povo, as chegadas de bois ocorriam, na maioria das vezes, entre bois de proprietários particulares (Figura 24 e Figura 25), que, embora desta ou daquela aldeia, não atraíam de forma tão espontânea como dantes a adesão apaixonada das populações. Este autor afirmou ainda que alguns dos proprietários de touros começavam a ter como propósito o lucro fácil, alugando os seus animais para a realização de chegadas, quer dentro como fora do Barroso. Havendo outros proprietários que submetiam os seus animais a um tratamento desregrado, como,

⁴⁹⁸ Moura, *Barroso...*, 50.

⁴⁹⁹ Moura, *Barroso...*, 51

⁵⁰⁰ Cruz, *Memórias...*, 48.

⁵⁰¹ *Ibidem.*

⁵⁰² Cabral, *Jogos...*, 121.

por exemplo, um touro a participar numa chega “bêbedo de todo”⁵⁰³. Por esta razão, Cabral comentou de forma crítica que

*Mudam-se os tempos, mudam-se os jogos também. A festa popular corre sempre o risco de dar origem ao exibicionismo, ao puro espetáculo e ao comércio.*⁵⁰⁴

No entanto, esta situação parecia já ser uma realidade em 1980, como evidenciado por Fernando Moura⁵⁰⁵, quando nos conta que nesse ano o João Caldas Rua, de Codeços, emigrante em França e “desde sempre amigo das chegadas”, resolveu regressar a Portugal para se estabelecer definitivamente em Montalegre e o “seu amor pelas chegadas era tal, que logo resolveu comprar um boi e tê-lo na sua terra por conta própria, pois os «bois da aldeia», estavam quase a desaparecer” – aspeto sobre o qual Fernando Moura⁵⁰⁶ já se queixava em 1963, responsabilizando por isso a “emigração da rapaziada nova para França e outros países”. Efetivamente, através das narrações de chegadas feitas por Fernando Moura⁵⁰⁷, é possível constatar que a partir de meados da década de 1970 as chegadas de bois nas quais participavam um ou dois touros de proprietários privados (pois, por vezes, estes animais enfrentavam também bois do povo) até aí praticamente inexistentes, começaram a ocorrer com alguma frequência, apesar das chegadas onde dois bois do povo se combatiam continuarem a ser predominantes. Ao escrever sobre uma destas chegadas, onde, em 1975, se enfrentaram o “boi do Mano [que] era traçado de mirandês e o do Riba, também traçado, mas charolês”, Fernando Moura comentou ainda sentir

*Pena que a chega não fosse de bois «barrosos», mas infelizmente, esta raça tem tendência a desaparecer, e já nesta altura se encontravam quase em vias de extinção.*⁵⁰⁸

⁵⁰³ *Ibidem.*

⁵⁰⁴ *Ibidem.*

⁵⁰⁵ Moura, *Barroso...*, 113.

⁵⁰⁶ Moura, *Barroso...*, 64.

⁵⁰⁷ Moura, *Barroso...*, 87 – 113.

⁵⁰⁸ Moura, *Barroso...*, 103.

Esta decepção é partilhada por José Sant'Anna Dionísio⁵⁰⁹, que ao assistir a uma chega no concelho de Montalegre pela primeira vez indicou como único senão o facto dos animais que nela combateram estarem “longe de serem representativos da celebrada raça bovina barrosã”, e por João Martins Rodrigo⁵¹⁰, para quem “uma luta destas, um espetáculo destes, genuinamente barrosão, só com bois barrosões, em terra barrosã e com o calor de um povo”. Tudo isto leva Rodrigo⁵¹¹ a exclamar, já depois de 1990, com enorme saudade, que “Mudam-se os tempos... mudam-se os bois e as chegadas!” Por sua vez, José Dias Baptista⁵¹² considera que aquilo que havia sido “uma coisa tão séria como o pão de cada dia, a honra do lugar e o pundonor da vizinhança”, era já em 1983 somente mais um desporto.



Figura 24 – Fernando Moura com o seu touro de raça Barrosã em 1990.
Fotografia de: Georges Dussaud, 1990.

⁵⁰⁹ José Sant'Anna Dionísio, *Ares de Trás-os-Montes* (Porto: Lello Editores, 1977), em *As Chegas...*, 115.

⁵¹⁰ Rodrigo, *Voz...*, 65.

⁵¹¹ Rodrigo, *Voz...*, 67.

⁵¹² Baptista, *Vila...*, 107.



Figura 25 – Alberto de Sendim com o seu touro de raça Barrosã em 1990.
Fotografia de: Georges Dussaud, 1990.

5.3. As chegadas de bois na atualidade: etnografia

Com a principal mudança que estes combates conheceram, a transição dos bois do povo para os animais pertencentes a privados, foram surgindo e impondo-se progressivamente nas chegadas de bois outras alterações. Uma delas prende-se com o transporte dos touros, agora feito, na maioria dos casos, com recurso a carrinhas de transporte de animais (Figura 26 e Figura 27). Assim, como nota Rodrigo⁵¹³, o touro quando se desloca para uma chegada de bois já não tem “um povo inteiro a cercá-lo, a fazer-lhe calor, a incitá-lo, a excitá-lo, a dar-lhe confiança”; apenas contando com a companhia do seu proprietário e outros elementos próximos deste e, por vezes, junto a si na transportadora, de uma vaca. A presença deste animal intriga alguns dos espetadores menos conhecedores desta tradição, a quem os aficionados explicam que aquela é uma “familiar ou protegida do boi” e a sua presença serve, assim, “para dar força anímica”. Destaque-se ainda que, e apesar de os touros terem, por vezes, o apoio de espetadores da aldeia de onde os seus proprietários são provenientes, no final de uma chegada de bois, e no caso de uma vitória importante, apenas celebram de forma efusiva os proprietários,

⁵¹³ Rodrigo, *Voz...*, 66.

familiares e amigos mais próximos. Porém, e no que toca a celebrações, estas não são muito comuns; assim, os proprietários, no final do combate, cumprimentam cordialmente o seu adversário e retiram-se com o seu touro. O que leva Rodrigo⁵¹⁴ a exclamar: “A frieza... tudo longe... tudo à distância... tudo alheio!”



Figura 26 – Carrinha de transporte de animais a chegar ao local onde se vai realizar uma chega de bois em Salto, 2016.

Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.



Figura 27 – Touro a sair da carrinha antes de um combate, em Salto, 2016.

Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.

⁵¹⁴ *Ibidem.*

Também os locais onde atualmente decorrem as chegas de bois se diferenciam dos locais onde estas decorriam antigamente. Hoje em dia, as chegas de bois decorrem em campos de terra batida utilizados para a prática de futebol, como acontece, por exemplo, na vila de Salto ou na vila de Montalegre no antigo campo de futebol do Rolo (Figura 30) em campos de pastagem, como lameiros, mas que agora se encontram, na maioria das vezes, no interior da localidade onde os combates são realizados e não num espaço à mesma distância das duas aldeias contudentes, e existem ainda espaços construídos propositadamente para a realização destes espetáculos, e que, como informa David Teixeira,⁵¹⁵ podem ser encontrados em: Vilar de Perdizes; Meixide; Gralhas; Penedones; e na vila de Montalegre. Os três primeiros são propriedade de privados, e, por exemplo, o espaço existente para a realização de chegas de bois de Penedones (Figura 31) possui no centro um pequeno campo retangular em terra batida delimitado por um muro e grades e que se encontra a um nível inferior ao espaço destinado aos espectadores, sendo que, para a entrada dos touros, possui apenas um portão numa das extremidades; por sua vez, em Montalegre é possível encontrar o *chegódromo*⁵¹⁶ do Senhor da Piedade (Figura 28 e Figura 29), ou recinto do Senhor da Piedade, propriedade da junta de freguesia de Montalegre. Este espaço possui, também ele, no seu centro, um campo de terra batida e de forma redonda, com um portão numa das extremidades para a entrada dos animais, e com uma cerca de metal para separar e proteger o público dos touros; este espaço conta ainda com um estabelecimento para a venda de bebidas e está rodeado por árvores, cuja existência é elogiada por alguns espetadores, pois, “ao menos dá para uma pessoa se abrigar do sol” – mas, outras vezes, os campos são criticados pelo público, remetendo para estes espaços a culpa dos animais darem um mau espetáculo ou não combaterem, pois “o campo é muito inclinado”, “é muito seco”, “é só lama, os bois enterram-se todos”. David Teixeira informa que este espaço foi construído “de propósito e de raiz para as chegas de bois, sem ter mais nenhum uso”, acrescentando que “chegou a estar previsto construir junto ao Pavilhão Multiusos de Montalegre uma espécie de arena com maiores condições de segurança, onde até as pessoas pudessem estar sentadas, mas com a recessão económica não faz sentido”. João Campos⁵¹⁷ informa que em Salto os proprietários de

⁵¹⁵ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, David Teixeira é vice-presidente da CMM, tendo concedido uma entrevista no dia 24 de outubro de 2015; este é ainda o autor da dissertação: Teixeira, *O Ecomuseu...*

⁵¹⁶ Entende-se por *chegódromo* um recinto ou terreno próprio para a realização de chegas de bois: Dicionário Priberam, «Chegódromo», <http://www.priberam.pt/dlpo/cheg%C3%B3dromo>, consultado no dia 19 de outubro de 2016.

⁵¹⁷ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, João Campos é proprietário de vários touros de chegas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 11 de março de 2016.

animais de chegas de bois têm procurado, junto da Câmara Municipal de Montalegre (CMM), garantir a construção de um campo de chegas de bois nesta vila.

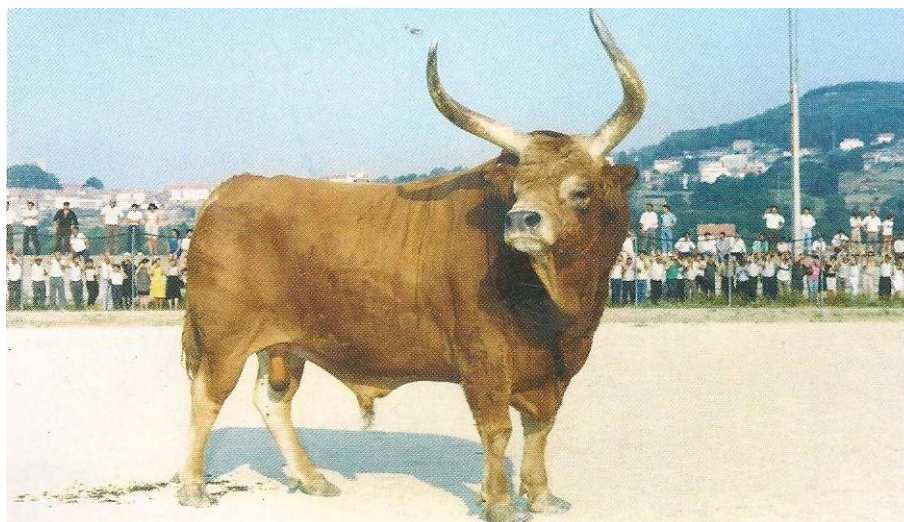


Figura 28 – Touro no chegódromo do Senhor da Piedade, na vila de Montalegre.
Fotografia de: Ecomuseu de Barroso.



Figura 29 – Chega de bois barroões (touro de António Teixeira de Bagulhão, Salto, e touro de José Surreira), em 2004, no chegódromo do Senhor da Piedade.
Fotografia de: Ecomuseu de Barroso, 2004.



Figura 30 – Chega de bois no antigo campo do Rolo, Montalegre, 2016.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.



Figura 31 – Chega de bois em Penedones, 2015.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2015.

Quando os animais chegam a estes espaços já aí se encontram diversas pessoas, num número que pode variar entre a centena e, por exemplo, os 3.000 ou 4.000 espetadores. Sendo que as chegadas que conseguem reunir um maior número de aficionados são as *chegas de campeões* e as chegadas do *Campeonato de Chegas de Bois de Raça*

Barrosã de Montalegre; e isto mesmo quando para assistir aos combates é necessário adquirir um bilhete (Figura 32), cujo preço, na maioria dos casos, é de cinco ou dez euros. Efetivamente, o pagamento de entrada para assistir a chegas de bois surge com os combates realizados por particulares. Por exemplo, já na década de 1990 se pagava cerca de quinhentos escudos para assistir a estes combates. Atualmente, este sistema só não está presente nas chegas de bois que ocorrem em festas nas diversas aldeias e vilas do concelho, ou em feiras, como a *Feira do Fumeiro* e do *Presunto de Montalegre*, ou outros eventos, como a *Semana do Barrosão* ou concursos pecuários, onde a presença dos animais é paga pelos seus organizadores, ou seja, por comissões de festas, juntas de freguesia, ou pela CMM. No entanto, nem sempre é garantido que nestas chegas de bois não seja necessário pagar bilhete, aspeto criticado por alguns aficionados, pois “ainda se percebe que aos outros dias se pague, mas hoje não, é a festa da terra”. Acrescente-se ainda que, por vezes, parte da receita obtida com a venda de bilhetes reverte para associações locais, corporações de bombeiros ou clubes desportivos.



Figura 32 - Bilhetes de chegas de bois.
Fotografias de: Cristiano Pereira, 2016.

Tendo em conta a facilidade que as chegas de bois têm para atrair espetadores, David Teixeira afirma que estas “são ainda muito importante para garantir que as pessoas se vão juntar e participar”, acrescentando que

[...] *nós brincamos muitas vezes que, para juntar a população para uma manifestação política ou outro tipo de atividades, desde que se garanta que existe uma chega de bois temos público garantido. Se houver uma merenda ou uma chega de bois os barrosões aparecem e têm orgulho em dar a cara.*

Atualmente, na maioria das vezes, cada evento conta com duas chegas de bois, ou seja, com a presença de quatro touros, e, também, quase sempre, com a comparência de um ou dois touros suplentes, que participam nos combates caso algum dos outros animais se recuse a lutar. Há ainda a referir a existência, apesar de rara, de chegas de bois onde dois touros mais jovens e de menor corpulência enfrentam um touro adulto.

Quanto aos presentes, estes são na sua maioria homens, e entre estes parecem prevalecer os elementos aparentemente com mais de quarenta anos. No entanto, podem-se também encontrar a assistir aos combates um grande número de jovens aficionados, sem esquecer a presença de mulheres das mais diversas idades, mas sobretudo adultas. Estas, apesar de, por vezes, também serem aficionadas destes combates, na maioria das vezes assistem às chegas de bois na presença de homens, como por exemplo, os seus maridos; é também frequente a presença dos cônjuges, bem como dos filhos, dos proprietários de touros a participar nos combates.

Ainda em relação à presença de mulheres nos espaços onde decorrem chegas de bois, apenas por uma vez foi possível ver uma em pleno campo ao lado de um touro do qual era proprietária, porém, ao lado desta também se encontrava o seu marido. Também António Teixeira diz, acerca da sua esposa, que: “Ela vai ver, e gosta, até faz companhia e já foi muitas vezes na carrinha, mas não faz muito mais”, acrescentando que “isto é mais para os homens”. Efetivamente, muitos dos comentários feitos no decorrer das chegas de bois remetem para traços típicos da masculinidade, como a agressividade, a coragem, a bravura e ainda a potência sexual: “Um bom boi vê-se pelos cornos, mas também pelos testículos. Têm que ser os dois grandes”. E os animais que não manifestam estas qualidades “parecem umas vaquitas”. Saliente-se ainda que, já em 1973, Torga refere que os touros vencidos são abatidos “Porque deixaram de simbolizar o poder da virilidade.”⁵¹⁸

Se a maioria dos espetadores aparenta ser do concelho de Montalegre, de concelhos vizinhos, sem esquecer, sobretudo na vila de Montalegre, a presença de alguns galegos, por vezes, encontram-se também alguns turistas e visitantes a assistir a estes combates. No entanto, a maioria destes não se desloca ao concelho de Montalegre propositadamente para assistir às chegas de bois. Por exemplo, um desses turistas, proveniente de Santarém, encontrava-se em Montalegre no dia em que aí decorriam chegas de bois, sendo que, tendo conhecimento disso, após indicação de um agente turístico, decidiu assistir a estes combates para “matar a curiosidade”, tirar fotografias e

⁵¹⁸ Miguel Torga, *Diário*, vol. XII (Coimbra: s/ed, 1977), em *As Chegas...*, 27.

mostrar aos seus conterrâneos, pois “lá em baixo nunca viram disto”. Muitos outros turistas e visitantes assistem às chegadas de bois pela primeira vez quando se dirigem ao concelho de Montalegre para eventos como a *Semana do Barrosão*, ou outras festas, parecendo, muitos deles, desconhecer o que são chegadas de bois e como elas funcionam, procurando, por vezes, tirar essas dúvidas com os restantes presentes.

Por fim, mas não menos importante, importa referir o elevado número de emigrantes entre os espetadores destes combates (e também entre os proprietários de touros de chegadas de bois), sendo possível ouvir alguns destes comentar o seguinte: “Fiz doze horas de viagem, e nem fui a casa, vim logo para as chegadas” ou “eu não me importo de pagar o que tiver que pagar, é a última que vejo este ano e lá em França não há disto”. Situação concordante com o afirmado por José João Sardinha⁵¹⁹: “se foi a emigração em massa que nos meados do século XX esvaziou as aldeias do Barrosão e levou ao fim do boi do povo, são hoje esses emigrantes que mantêm as chegadas quando regressam à terra natal”. Assim, e se atualmente as chegadas de bois decorrem ao longo de todo o ano, têm maior incidência no verão, onde se realizam as chegadas de bois de maior importância, e também próximo da Páscoa, Natal e Ano Novo, por ser nessas datas que há um maior número de emigrantes no concelho.

Enquanto aguardam que os touros cheguem ou que os combates tenham início, o que na maioria das vezes não acontece à hora marcada, os espetadores falam entre si, discutindo vários assuntos, mas sobretudo aspetos relacionados com as chegadas de bois e com os animais que nelas participam: ouve-se, assim, que “isto hoje vai ser uma boa chegada, têm os dois o mesmo peso”, “hoje são os quatro bons bois, dois nunca perdidos, e os outros os melhores perdidos que há”, ou, pelo contrário, que “hoje os campeões não prestam, e os outros são só bezerros”; recordam-se outros combates, “mas boa chegada foi a que fez em agosto, virou o outro de patas, quase que o matava”, “foi neste campo que vi a melhor chegada da minha vida, e também estava a chover”, ou outros touros, “bom boi era o pai do teu, nunca perdeu”, “nem no tempo do boi do povo havia um boi assim”, “bom, bom era o boi de fulano, pena que se tenha lesionado”; protesta-se pelo atraso, “se é às 17 horas é às 17 horas”, do excesso de chegadas de bois e do bilhete, “dez euros aqui, dez euros ali, assim não dá, e só para mim e para o meu homem já pago mais de cinquenta euros pelo cartão de sócio”.

⁵¹⁹ Jornal de Notícias, «Chegadas de bois O Boi do Povo volta a atrair milhares sábado em Montalegre», 5 de Julho, 2007, http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=675923n, consultado no dia 17 de outubro de 2015.

Após entrarem no recinto onde decorrem as chegadas de bois, os espetadores procuram o melhor local para assistir, sendo que se para muitos “perto dos bois é que se vê bem”, já outros preferem estar mais afastados dos touros e mais protegidos. Quando os touros entram em campo e dão início à chegada de bois, os espetadores procuram incentivá-los, gritando pelos seus nomes e torcendo pelo favorito “vamos *Cabano*, chegalhe”, repetindo “é boi”, “vamos, dá-lhe”, “anda, anda, aperta” e, por vezes, até imitando mugidos, sobretudo, quando os animais se mostram relutantes para começar a lutar ou abrandam o ritmo do combate. Os espetadores discutem ainda quais os favoritos a vencer e o porquê de tal, observam e comparam as características físicas e comportamentais dos touros, quer sejam elas positivas ou negativas e comentam outras incidências do combate, assim, pode-se ouvir que: “tem boa galhadura”; “perdeu peso, e está melhor assim”; “são dois bois de empurra, assim é que são bons”; “tem boa cabeça”; “este boi já não é o que era”; “olha como eles encostam os cornos”; “é matreiro”; “os bois têm para aí uma diferença de trezentos quilos”; “este boi é teimoso”; “aquele é forte, é bichaço, mas não tem cornos, são *pequerrichos*”; “tem febre pela luta”; “é pequeno, mas é lesto”; “vai à luta sem medo”; “só lhe falta o peso, que de resto é um bom boi”; “aquele boi com mais duas arrobas e tu ias ver”; “não é o peso que ganha”; “é pequeno, mas tem vício”; “tem sangue quente”, “este é bem mais maroto que o outro”; “parecem pai e filho”; “está a cantar, e quando canta é mau sinal, quer fugir”; “aquele, lá para ele, está a pensar: como vou sair daqui?”; “este é tremendo, viste como pegou no outro?”; “turraram os dois bem, mas aquele tem mais peito”; “mas aquele boi também é mais velho, já é boi feito”. Há também entre estes espetadores outros proprietários de touros, que, por vezes, se dedicam a avaliar os touros em campo, e fazem referência a animais, estejam ou não eles a lutar, que pretendem ou pretenderam comprar.

No entanto, quando os touros se recusam a lutar, ou então após uma paragem na qual há uma grande demora até o combate reiniciar, ouve-se, e de forma mais escassa, outro tipo de comentários: “basta um picar-se que isto vai lá”; “estão-se a estudar, isto já aquece”; “vai, vai embora, que venham melhores”; “estão a aquecer”; “nem sabem o que devem fazer”; “olha, os homens andam aí à porrada por nada, e os bois não se pegam, dizem: peguem-se vós”; e, quando os bois se perseguem e cheiram mutuamente, ouve-se em tom jocoso que “estão-se a namorar”, “isto parece um filme romântico”, “é só amor”, ou que “estes só não fogem porque têm vergonha” e “depois os presuntos podem ser cortados”. Quando esta situação se prolonga, alguns afastam-se do espaço onde decorre o combate, pois “ali no bar chega-se melhor”, ou retiram-se porque “já está visto, já não

vão pegar”. No entanto, caso as chegadas de bois decorram dentro da normalidade, nem a chuva afasta estes espetadores, mesmo que para se abrigarem tenham que assistir a estes combates no interior do carro ou procurar outros abrigos.

Por fim, quando as chegadas de bois terminam a maioria da assistência retira-se sem grandes demoras, elogiando ou criticando os combates e os touros, ou discutindo qual o momento decisivo: “grande chega, das melhores que já vi”; “e dei eu cinco euros para isto, eram muito fraquinhos, nem se cansaram, foi encostar os cornos duas vezes e está”; “se tem logo ido pela esquerda ganhava”; “o do Miguel foi fino, fugiu para o meio e acabou logo com isto; “ao derrotado o que o tramou foi o corno direito do outro, enquanto não levou com ele esteve bem, levou com ele atrapalhou-se logo”; “turrou bem, mas cansou-se pelo tempo”; “o outro foi traiçoeiro, deu-lhe no peito, não viste o lanho que tinha?”.

Quanto aos touros, após chegarem ao local onde a chegada de bois se realiza aguardam na carrinha de transporte de animais até ao início do respetivo combate. O primeiro touro a entrar em campo dirige-se para o centro ou uma das suas extremidades, onde, mugindo, levantado torrões e pó, observando o que o rodeia, aguarda pelo seu adversário, que, dependendo do local onde a chegada de bois decorre, pode sair da carrinha e entrar em campo pelo lado oposto ou pelo mesmo lado do primeiro animal. Em seguida, os animais tendem a aproximar-se lentamente, observam-se, e, mais ou menos de repente dão início ao combate, que pode, tal como antigamente, durar menos de cinco minutos, por vezes, com um dos touros a fugir, à primeira investida, bem como quinze ou trinta minutos, ou ainda aproximar-se, ou até mesmo passar, da uma hora de duração. No fim, alguns touros derrotados começam a correr por todo o campo, tendo que ser encaminhados pelo proprietário e seus acompanhantes, de cajado em punho, para a sua carrinha, outros touros procuram fugir para esta, de forma a garantirem a sua segurança. Certas vezes, o vencedor continua, após o combate, a perseguir o derrotado, sendo que, apenas é impedido de o fazer pelos proprietários. Porém, após a chegada de bois, nem sempre é fácil voltar a colocar estes animais na sua carrinha de transporte, e quando assim acontece muitos dos espetadores procuram assistir, para sua diversão, a esses episódios, comentando: “só isto já fez valer os cinco euros que paguei” ou “ao menos deu para rir”. Comentários ouvidos noutras momentos caricatos, como quando um dos touros, imediatamente após entrar no lameiro onde ia decorrer o combate, tentou fugir do seu rival correndo por todo o campo e, assim, procurar uma forma de sair.

Para terminar refira-se que, de um modo geral, os proprietários, no decurso das chegas de bois, para além de tirarem os animais da carrinha, encaminhá-los para o campo de chegas e colocá-los novamente na carrinha, com o apoio de amigos ou familiares (sendo que por vezes é possível encontrar, entre estes, crianças), “não fazem mais nada”, como informa António Teixeira, que acrescenta que: “A gente chega-os e depois retira-se para o lado. Se eles pararem tentamos ajudar. A gente fala com eles que conhecem o dono, tenta incentivar os animais, mas não os provoca. Se eles não quiserem lutar, não há nada a fazer.” Quando esta norma é contrariada, o público critica os proprietários: “quando os começam a empurrar estragam logo tudo”, “deixem os bois, se quiserem lutar lutam”, “se os bois não querem lutar não vale a pena andar a picá-los”. Quando os proprietários, culpa da juventude e inexperiência, não se mostram capazes de conduzir o animal para o campo, recebem a ajuda dos espetadores, que lhes indicam o melhor a fazer.

5.3.1. A organização e os organizadores de chegas de bois

As chegas de bois, quando não realizadas em campeonatos de chegas de bois, festas, feiras ou concursos pecuários, nos quais a presença dos touros é paga, como já referido, pelas juntas de freguesia, pela CMM, pelas comissões de festas ou por outros responsáveis pelos eventos, nascem, na maioria das vezes, do acordo entre organizadores e proprietários dos touros. Podendo ser os organizadores a procurar os proprietários dos animais, de forma a garantirem para si a organização de chegas de bois com os touros de melhor qualidade, ou, pelo contrário, serem os proprietários a questionar um organizador se “não há para aí algum boi que possa lutar com o meu”.

Nestas chegas de bois, proprietários e organizadores tentam opor animais de porte, peso, idade, qualidade e até de raças idênticos. No entanto, as decisões relacionadas com o preço do bilhete, o local das chegas de bois, o dia de realização dos combates, o número de chegas de bois a realizar em cada evento, o convite de animais suplentes, e o emparelhamento dos touros, cabem, sobretudo, aos organizadores, “uma vez que são eles que pagam os animais”, como salienta Nuno Duarte. Assim, são também estes que ficam com o valor monetário obtido com a venda de entradas; pagando, posteriormente, o combinado aos proprietários dos touros. Os organizadores são ainda os responsáveis pela promoção das chegas de bois, feita, na maioria dos casos, com recursos a cartazes colocados em cafés, talhos e outros espaços do concelho ou concelhos vizinhos, como

Boticas, Chaves ou Cabeceiras-de-Basto, do “boca a boca”, em jornais e, mais recentemente, através das redes sociais.

Existem também chegadas de bois que são organizadas pelos proprietários dos touros, que, como afirma João Campos, se desafiam “nos cafés a beber um copo, quando se encontram, e às vezes depois de outras chegadas” na tentativa de “tirar as teimas” de quem tem o melhor animal. Sendo que nestes casos o valor obtido na bilheteira, segundo Nuno Duarte, serve “para pagar as despesas, como a campo onde se chegam, e pouco mais”. João Campos confirma que “às vezes nem há bilheteira para dividir”. Mas caso exista, o lucro é dividido pelos proprietários conforme o estipulado por estes antes do combate.

Muito comuns e as mais populares são as chegadas de bois entre touros nunca derrotados: as *chegas de campeões* (Figura 34). Nuno Duarte salienta que “todos querem liar o seu boi nunca perdido com outros campeões para lhes arrebatarem o título, ficarem só eles com um boi campeão”, assim, os proprietários desafiam-se ou “fazem ofertas para que os outros donos de campeões lhes cheguem os bois”. Um desses casos é o das duas chegadas de bois realizadas no dia um de agosto de 2015, onde os dois bois campeões de António Teixeira enfrentaram os dois bois campeões de Carlos de Eiró (Figura 33). Em 2016, uma das “chegas do ano” e com uma das maiores afluências de público, foi o combate, ocorrido em agosto, entre um touro arouquês de Meixide e um touro mirandês de Padroso, na qual se definiu o campeão de Montalegre de outras raças que não a Barrosã. Em 2012, a vinte de maio, em Vinhais, ocorreu a “chega dos campeões”, onde o vencedor por três vezes do campeonato de touros de raça Mirandesa realizado nesta vila, de seu nome *Pinheiro*, enfrentou um boi campeão de Montalegre, conhecido como *Mantorras*⁵²⁰.

⁵²⁰Jornal de Notícias, «Luta de touros campeões no chegódromo de Vinhais», 16 de maio, 2012, <http://www.jn.pt/local/noticias/braganca/vinhais/interior/luta-de-touros-campeoes-no-chegodromo-de-vinhais-2525767.html>, consultado no dia 15 de setembro de 2016.



Figura 33 – Cartaz das chegadas de bois entre os touros de António Teixeira de Bagulhão (Salto) e Carlos de Eiró, 2016.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.

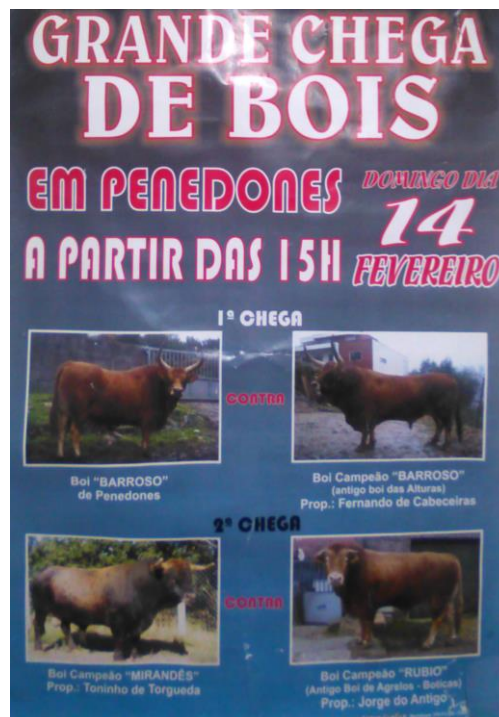


Figura 34 – Cartaz de uma chegada de bois.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.

É também comum a realização de chegas de bois entre animais que contam já com derrotas no seu currículo, como aconteceu em dezembro de 2015 em Penedones, onde se enfrentaram “os melhores bois perdidos de Montalegre”.

Em 1995, no jornal *O Povo de Barroso*, era abordado o sistema de organização de chegas de bois. Neste período, onde já de forma crítica se afirmava que os particulares haviam transformado esta prática “num negócio bastante rentável”, a realização de uma chega de bois entre campeões podia “custar 300 ou 400 contos, em regra divididos em partes iguais (150 + 150 ou 200 + 200 respetivamente) para cada dono dos bois”, ou, caso estes animais já tivessem, em chegas de bois anteriores, sido derrotados, faziam-se “chegas mais em conta”, com o custo de 100 contos, 200 contos, ou até menos, pois, já nesse ano, estes animais, “bois de segunda cotação”, “ao contrário do que acontecia antigamente que eram dados logo pró corte”, podiam continuar a ser animais de combate, e até capazes de “fazerem uma gracinha”. No entanto, estas últimas não despertavam tanto interesse ou curiosidade entre as multidões aficionadas⁵²¹. Sendo que, em 2006, foi escrito sobre a realização de chegas de bois com animais derrotados que “a tal sabedoria popular não esquece e as Chegas com este tipo de bois não têm a devida aceitação”⁵²².

Para terminar, refira-se que atualmente dois dos principais organizadores de chegas de bois no concelho de Montalegre são a Associação Etnográfica O Boi do Povo, e Dias António, localmente conhecido como Calbô, de Soutelinho da Raia, que, pelo menos, já no início da década de 1990 organizava estes combates e procurava comprar os melhores touros “sem olhar a preço”, para, assim, “realizar das melhores chegas que se têm visto entre nós”⁵²³.

Sendo que, em 2006, sobre este escreveu-se que

*No Verão, na organização das Chegas é rei. Consegue juntar os melhores bois da região tendo como seu palco predilecto o campo da Ciada, de Gralhas. E arrisca com preços de bilhetes que ninguém pratica, mas porque o produto que vende é de excelência ganha na bilheteira o que perde nos campos com os bois em que aposta. E pode gabar-se de, nos últimos anos, ter protagonizado as maiores Chegas e os maiores espectáculos.*⁵²⁴

⁵²¹ Carvalho de Moura, «As chegas de bois: que perspectivas para o verão de 1995», *O Povo de Barroso*, 15 de julho, 1995, 4.

⁵²² Notícias de Barroso, «Chegas e bois», 14 de setembro, 2006, 15.

⁵²³ O Povo de Barroso, «Grande chega de bois», 30 de novembro, 1991, 3.

⁵²⁴ Notícias de Barroso, «Chegas de bois»

5.3.2. Os proprietários de touros de chegas de bois

Nuno Duarte indica a existência, pelo menos em termos gerais, de dois tipos de proprietários de touros que participam em chegas de bois. Alguns desses proprietários têm como objetivo principal a produção de gado bovino para recria⁵²⁵ ou criação e posterior abate e venda de carne (sendo que estes podem ainda possuir outra profissão sem qualquer associação a este ramo), e depois, como possuem um touro, ou mais, para reprodução participam também com eles nestes combates. Esta forma de posse de touros de combate está particularmente associada aos produtores de animais de raças autóctones. Por outro lado, existem proprietários, onde se incluem emigrantes e, também, habitantes da região, que possuem um ou vários touros que apenas servem para combater, não possuindo estes mais nenhum gado. Muitas das vezes, no que respeita ao segundo caso, sobretudo no que diz respeito aos emigrantes, não são os proprietários dos touros que tratam diariamente e preparam estes para as chegas de bois, existindo para esse fim um tratador, que pode ou não ter sobre sua responsabilidade outro gado bovino. Contudo, segundo António Teixeira, esta segunda forma de posse de touros de combate é a menos comum.

Um desses casos é o de Pedro⁵²⁶ que possui apenas um touro que usa quase exclusivamente para participar em chegas de bois, tendo, para além de combates, “feito só uma cobrição”. Como este se encontra emigrado em França, o seu touro, de raça Arouquesa (não havendo, como afirma, “qualquer razão especial para ter escolhido um animal desta raça”), é ao longo do ano tratado pelo seu pai.

Por sua vez, António Teixeira, João Campos e Horácio dos Santos⁵²⁷ têm a sua participação em chegas de bois associada à posse de gado bovino para outros fins, ou seja, as já referidas criação, recriação e venda de carne, que, por exemplo, pode ser feita, por exemplo, diretamente ao consumidor em talho próprio ou através de cooperativas.

Assim sendo, este tipo de proprietários participa em chegas de bois sobretudo com animais da raça que possuem para venda de carne, a raça Barrosã, e são também eles os principais responsáveis pelos cuidados prestados aos seus animais.

⁵²⁵ Isto é, a venda desses animais a outros produtores, para que estes os engordem e, posteriormente, vendam a sua carne.

⁵²⁶ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Pedro é proprietário de um touro de chegas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 26 de dezembro de 2015.

⁵²⁷ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Horácio dos Santos é proprietário de vários touros de chegas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 19 de junho de 2016

No entanto, apesar de ser impossível dissociar a criação de gado da sua participação em chegas de bois, António Teixeira e João Campos confirmam terem já comprado animais “a quem não tem este vício” unicamente para combaterem com eles, prática que afirmam ser seguida por outros proprietários. António Teixeira, apesar de possuir na sua maioria “animais que nasceram em casa”, diz que às vezes quando percebe que um animal possa ser bom combatente, mesmo que “não estejam experimentados”, o compra, esperando, regra geral, que este tenha três ou quatro anos para o utilizar em chegas de bois. Da mesma forma, João Campos afirma preferir animais que sejam criados por si desde o nascimento, no entanto garante já ter comprado touros “que tinha a certeza que eram bons” a outros produtores. Também Pedro conta ter comprado o seu touro de combate “a outro dono que não era de Montalegre” porque “o animal tinha já vinte vitórias”.

Existem igualmente touros que são pertença de sociedades, ou seja de dois ou mais proprietários, como por exemplo, o touro *Bonito* que, em 2014, era propriedade de Tony Mourão e Mário Mota⁵²⁸, ou o Boi da Sociedade de Montalegre, que em 2007 participou no *Campeonato*, bem com um touro propriedade dos “CTT de Montalegre” que participou em chegas de bois, pelo menos, no ano de 2008⁵²⁹; sem esquecer os casos, apesar de raros, de bois do povo, agora, mais concretamente, sob a responsabilidade de juntas de freguesia.

Muitos destes proprietários de gado convivem desde muito cedo com as chegas de bois, ora apenas assistindo a estas, ora acompanhando os seus familiares que eram também eles proprietários de touros que combatiam em chegas de bois. Horácio relata que ainda em criança ia com o seu pai e outros familiares para as chegas de bois, e estes, desta forma, passaram-lhe “o vício das chegas, que eles sempre tiveram”. Com a idade o “vício” foi também ele crescendo, e, por volta dos dezoito anos este adquiriu os seus primeiros touros para utilizar em combates, participando, inclusivamente, no *Campeonato* há cerca de dez anos. João Campos participa em chegas de bois há cerca de quinze anos, mas refere que começou “a gostar das chegas de bois desde muito cedo” por duas razões: por ter sido “criado numa casa de lavoura”, onde sempre existiram animais que participavam em chegas de bois; e porque “o gosto das chegas de bois faz parte do Barroso”. O caso repete-se com Nuno Duarte que desde muito jovem, provavelmente desde os cinco ou seis anos de idade, lida com as chegas de bois; o que aconteceu “pela

⁵²⁸ Notícias de Barroso, «Boi das Chegas de 18.000 euros», 15 de março, 2014, 16.

⁵²⁹ O Povo de Barroso, «Chegas de Bois», 31 de julho, 2008, 6.

mão do pai e tios paternos que igualmente já tinham essa paixão desde pequeninos”, e que possuíam também eles touros de combate. Pedro afirma que ganhou “gosto” pelas chegadas de bois com o seu pai, porém só adquiriu o seu primeiro, e único, animal de chegadas de bois há cerca de três anos. António Teixeira afirma que as chegadas de bois são um “vício como outro qualquer” e “os vícios vão-se ganhando com o tempo”; porém, no seu caso, este vício não foi herdado do pai ou de outros familiares e apenas surgiu no início da sua idade adulta, por volta do ano 2000. Desta forma, António Teixeira salienta que na sua família esta foi uma prática que começou, sobretudo, por si e que não pode ser dissociada da criação de gado para outros fins. Sendo que, os seus irmãos, mais novos do que ele, mas já adultos, “vão ver as chegadas, mas depois não se interessam pelos touros”. Por sua vez, também Júlio de Barros⁵³⁰ diz que desde muito novo se começou a interessar por chegadas de bois, mas, só a partir de 1984, e somente até 1990, este teve “dois ou três animais para as chegadas em festas e feiras”. Fernando Moura⁵³¹ recorda no seu livro que foi em 1937, quando tinha apenas seis anos e meio, que assistiu pela primeira vez a uma chegada de bois, salientando que, apesar de criança, “tinha gostado da chegada e não tinha medo do ambiente”. Mais tarde, com nove anos, Fernando Moura foi estudar para a escola de Gralhós, onde havia um boi que em tempos tinha sido do seu pai e era “Barrosão de gema, lindo de cabeça”, de “olhar meigo”, mas “coto de uma galha”, que, apesar desta pequena falha no chifre, o fazia sonhar com o dia em que pudesse “ter um boi Barrosão, para fazer chegadas!”⁵³²

Também os espetadores habituais de chegadas de bois como António⁵³³, José⁵³⁴ e Armando⁵³⁵ garantem que começaram a assistir às chegadas de bois “de aldeia contra aldeia, com o boi do povo” ainda em crianças, na companhia de pais e outros familiares. Pelo contrário, António Costa⁵³⁶ apenas se começou a interessar por chegadas de bois há cerca de uma década, curiosamente, quando abandonou a prática de outra modalidade desportiva, o futebol.

⁵³⁰ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Júlio de Barros é adepto de chegadas de bois e foi proprietário de touros de chegadas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 24 de junho de 2016; Júlio de Barros escreveu ainda vários textos de opinião sobre estes combates.

⁵³¹ Moura, *Barroso...*, 11.

⁵³² Moura, *Barroso...*, 12.

⁵³³ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, António é adepto de chegadas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 19 de junho de 2016.

⁵³⁴ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, José é adepto de chegadas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 19 de junho de 2016.

⁵³⁵ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Armando é adepto de chegadas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 25 de abril de 2016.

⁵³⁶ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, António Costa é adepto de chegadas de bois, tendo concedido uma entrevista no dia 25 de abril de 2016.

Com estas afirmações coincidem alguns comentários proferidos pelo público presente nas chegadas de bois; há quem diga, ao ver crianças de cajado em punho a acompanhar os touros, a gritar por eles, a celebrar as vitórias destes, que: “passam este vício de pai para filho”; “apanham-no logo desde de pequenos”; “e é melhor este vício que outros”; “o meu filho tem quase trinta anos, foi criado na cidade, sempre viveu na cidade e vem sempre aqui para ver isto, e foi o pai que lhe passou o vício”; “ao menos, assim, quando morrem uns vêm outros, ou senão isto acaba”. No entanto, “nem todos o apanham”, sendo que, o filho de determinado proprietário de touros “nem pelas vacas sabe gritar”.

Nuno Duarte acredita que a relação entre os proprietários de animais de chegadas de bois é positiva, contudo, não nega que, por “todos quererem e gostarem de vencer”, não existam alguns atritos, que, por vezes, não são mais do que simples “picardias”. Este refere ainda que existe nas chegadas de bois e na relação entre proprietários uma “espécie de seleção natural”, assim, se um proprietário se demonstrar conflituoso “torna-se complicado ter quem lhe chegue os bois”; existem ainda proprietários, que, por diversas razões, relacionadas com o mundo das chegadas de bois ou da esfera estritamente pessoal, nunca se desafiam. António Teixeira confirma esta situação, dizendo que normalmente a relação entre proprietários é boa, sendo os episódios de violência entre estes muito raros.

Da mesma forma, João Campos fala de uma relação competitiva, pois “ninguém quer perder quando há um jogo”, no entanto também este relata que “não costumam haver episódios de violência entre os criadores, isso já é coisa de há uns anos atrás. Ninguém anda aqui para a violência.”

Todavia, apesar de muito raramente, assistem-se, então, a pequenas picardias entre proprietários quando, por exemplo, um deles põe em causa as vitórias e a qualidade dos touros de um outro proprietário, afirmando que há proprietários que têm “sempre sorte”, pois, só lutam “contra bois pequenos ou mancos” ou “só querem fazer chegadas contra animais fracos para dizer que ganharam”. Num outro episódio, este de maior tensão, um proprietário recusava-se a aceitar a derrota do seu animal, porque, na sua opinião, o adversário “tinha usado cheiros para o outro boi virar a cara, não lutar e fugir” e dado “injeções ao boi para não sentir as picadas”, discutindo com outros proprietários, organizadores e até com o público.

Porém, António Teixeira desdramatiza este tipo de situações, que estarão longe de pôr em causa o desportivismo e o respeito existente nas chegadas de bois entre os vários proprietários. Apesar de estar ciente de que existem acusações de que determinados

proprietários "metem azougue, cheiros e dão injeções" aos seus touros, este refere que nunca o fez e que também nunca recorreram a estes estratagemas contra ele; acrescentando que estas acusações são na maioria das vezes "desculpas de mau perdedor", feitas por aqueles que não julgavam poder sair derrotados das chegadas de bois e pelos seus amigos e apoiantes.

Esta boa relação entre proprietários permite que estes partilhem entre si diversos saberes e segredos, que, contudo, não serão mais do que segredos de polichinelo, principalmente referentes "à cura dos animais e das suas patas, dos cornos e outras partes do corpo".

5.3.3. As raças, seleção e preparação dos touros de chegadas de bois

Para além de animais de raça Barrosã, em Montalegre participam nestes combates touros de diversas raças, como por exemplo: Maronesa; Mirandesa; Arouquesa; Rubio Galega; Limousine; entre outras; e seus cruzamentos. Estas raças, algumas delas introduzidas recentemente neste concelho⁵³⁷, têm, conforme afirma Nuno Duarte, contribuído em muito para "a melhoria das chegadas de bois no concelho de Montalegre". Para esta melhoria contribuiu também a introdução de "vacas suíças", isto é, da raça *Hérens*. Ainda antes de 2006, cerca de vinte vacas desta raça foram, como informa Nuno Duarte, oferecidas por um emigrante na Suíça a diversos proprietários do concelho de Montalegre, para que fossem cruzadas com bois de outras raças. Foram, também, realizados combates com estas vacas, contudo, "não pegou a moda".

Nuno Duarte refere ser comum os proprietários do concelho de Montalegre irem a outros concelhos para aí "comprarem animais das suas raças autóctones a um valor que ultrapassa em muito o valor real do animal, incentivando assim também a criação de animais de raça noutros concelhos". Este acredita ainda que as chegadas de bois, para além de serem uma importante ajuda para a preservação das raças autóctones anteriormente referidas, têm igualmente contribuído para a "existência de cada vez mais bovinos machos em Montalegre e noutros concelhos", animais que viram a sua capacidade reprodutora ser substituída pela inseminação artificial, e, assim, conheceram uma redução do seu efetivo.

João Campos informa que anteriormente teve animais de outras raças que não a Barrosã, contudo, nas chegadas de bois apenas participa com animais desta raça, o que

⁵³⁷ A introdução da raça Maronesa e da raça Mirandesa em Montalegre é um assunto aprofundado no ponto: 3.3. *O gado bovino em Montalegre e no Barroso: a raça Barrosã*.

justifica com o facto de Salto ser o seu solar e com a necessidade de a promover. Este produtor afirma ainda que atualmente participa em chegadas de bois só com um touro; no entanto, quando o animal (com cerca de oito anos de idade) que agora utiliza em combates não estiver apto para lutar, este tem já preparado para combater um outro touro de cinco anos, “que é a idade ideal para um touro começar nas chegadas de gado barrosão”. João Campos acrescenta que possui outros nove touros de diversas idades (bem como diversas vacas) na sua maioria de raça Barrosã, com os quais participa igualmente em concursos pecuários, onde já obteve diversos prémios. Horácio dos Santos possui atualmente dois animais para chegadas de bois, ambos de raça Barrosã, contudo, este já participou em chegadas de bois com animais de outras raças, mais concretamente de raça Limousine, no entanto, diz preferir participar nestes combates com animais de raça Barrosã. Por sua vez, António Teixeira, cujos quatro touros com os quais participa em chegadas de bois são de raça Barrosã (aspeto que justifica dizendo que “Montalegre é a zona desses animais, que nós temos que apoiar” e com o facto de serem os animais que cria para a venda de carne), refere que prefere participar (tal como assistir) em chegadas de bois com animais desta raça, porém, reconhece que no concelho, sobretudo no Alto Barroso, o público prefere assistir a chegadas de bois de animais de outras raças ou de touros cruzados. Esta situação é confirmada por Nuno Duarte, que acrescenta que são estas as chegadas de bois com mais espetadores, sendo mesmo as que possuem bilhetes mais caros, com o preço habitual de dez euros. E são também estes os touros que atingem um maior valor em caso de compra por outros proprietários interessados em utilizar esses animais em combates, sendo que, por exemplo, um touro cruzado atingiu o valor de 20.000 euros⁵³⁸, contrariamente, como informa Nuno Duarte, o gado da raça Barrosã “vale no máximo 5.000 euros”. António Teixeira afirma já ter conseguido vender um touro de raça Barrosã para participar em chegadas de bois por 4.000 euros, apesar de “ter pedido 5.000 euros”, mas o mais comum é o “preço destes animais andar entre os 1.000 e os 2.500 euros”.

Porém, os elementos do público entrevistados mostraram quase todos preferirem as chegadas de bois com touros de raça Barrosã, o que, em parte, se pode dever ao facto da maioria das entrevistas terem sido realizadas em chegadas de bois do *Campeonato*. Júlio de Barros afirma que prefere as chegadas de animais de raça Barrosã, pois “dão mais espetáculo por causa do jogo dos cornos”, mas reconhece que “a luta dos cruzados é mais feroz devido ao peso”, o que pode explicar o porquê de possuírem mais adeptos. António

⁵³⁸ Notícias de Barroso, «As chegadas dos campeões», 30 de junho, 2008, 1.

prefere as chegas de bois com animais de raça Barrosã, dizendo que: “este foi o gado que nós sempre tivemos, já vem de quando éramos garotos”. José prefere também estas chegas porque “o gado Barrosão lida bem, tem boas defesas com as galhas, é teimoso”, comentando ainda que “às vezes há bois maiores que os barrosões, mas é este quem ganha”. Armando prefere as chegas com gado barrosão por ser “tradição aqui da terra” e por culpa “das armas que eles têm e da forma como se defendem”. António Costa diz não ter uma preferência por nenhuma das raças que participam em chegas de bois, no entanto, na sua opinião as chegas com gado de raça Barrosã “têm estado, ultimamente, um bocado acima, porque os animais são mais equilibrados”, por sua vez, os animais de outras raças, mas sobretudo, os touros cruzados “têm muito peso, pesam mais de 1000 quilos, às vezes 1200 quilos ou até 1400, e isso torna os movimentos mais lentos” – por oposição aos touros de raça Barrosã que pesam em média oitocentos quilos. Também no jornal *O Povo de Barroso* foi possível ler que dois touros de raça Barrosã “entraram decididos a acabar depressa a contenda com o jogar dos cornos típicos dos Barrosos, em detrimento do jogo de corpo característico de outras raças mais pesadas”⁵³⁹.

Apesar de já se terem realizado chegas de bois entre animais de raça Barrosã e animais de outras raças⁵⁴⁰, atualmente estas parecem ser raras, ou até mesmo inexistentes; segundo Fernando Moura, nos combates devem enfrentar-se “Barrosos com barrosos e os outros que se entendam!”⁵⁴¹

Quanto à seleção dos animais com que participa em chegas de bois João Campos começa por dizer que tal não é um processo fácil de explicar: este acredita que “só de olhar” para um touro consegue perceber quais as suas capacidades, enganando-se muito raramente, “já quem não conhece estes animais não o percebe logo”. Segundo este, as características que se devem procurar e valorizar nestes animais prendem-se com a “forma como estes olham para nós, se fazem caretas ou até se marram quando nos aproximamos deles”, bem como a presença de determinadas características físicas, por exemplo, principalmente no gado de raça barrosã, “a presença de uma galha bem comprida, para poder ficar bem afiada e, assim, picar os outros”. Júlio de Barros salienta que se devem utilizar nas chegas de bois touros de “boa casta”, que durante a luta demonstrem ser “poderosos e aguerridos” e, ainda mais importante, que sejam de “bom trato” e “mansos” com os proprietários ou tratadores. António Teixeira, que valoriza

⁵³⁹ O Povo de Barroso, «Chega dos Santos», 31 de outubro, 2007, 6.

⁵⁴⁰ Moura, *Barroso...*, 158 – 159.

⁵⁴¹ Moura, *Barroso...*, 159.

sobretudo touros “com raça, vontade de lutar” e corpulentos, refere igualmente que “só pelo olhar uma pessoa já sabe se os animais são ou não bons para lutar, ou melhor, pensa que sabe” pois, isso é algo que “só se apura quando se levam os touros a chegar”. Desta forma, e como comenta Nuno Duarte, “até à realização da primeira luta é uma incógnita saber se um touro é ou não um bom lutador”, pois são vários os fatores que influenciam a prestação de um animal, por exemplo, este pode “ter boas características, ou demonstrado antes que combatia bem, mas se não gostar do transporte pode até nem pegar no dia da chega”. Assim, só depois da primeira chega de bois, feita ou não em segredo, e consoante a sua prestação (certas vezes, neste aspeto, mais importante do que o resultado obtido) se percebe se se está perante um bom lutador ou não e, claro, se este continuará ou não a combater.

Nuno Duarte refere que, de forma a garantir bons touros de combate, vários criadores fazem “cruzamentos de animais ou de raças mais corpulentas com os animais das nossas raças autóctones”, como de raça Barrosã, Mirandesa ou Arouquesa, procurando associar, assim, a robustez física à “boa galha”, ou outras características idealizadas pelos proprietários. Para Nuno Duarte deve-se procurar garantir “animais de boa raça, com ascendentes que tenham dado provas de serem bons lutadores”, e que sejam “cabeçudos, com nascedouros grossos e boa galha, que não seja demasiado gancha”, bem como “ser mais forte na frente do que na parte traseira, como um leão ou um javali” e “que seja corpulento”.

É também comum apostar-se nas crias dos touros campeões. António Teixeira garante que vai “sempre deixando vários filhos dos animais que são bons”, no entanto “nem sempre um boi pai dá um bom filho” ou, pelo contrário, há casos em que “os pais não são bons mas os filhos são”. Também João Campos diz que, e no que respeita ao gado de raça Barrosã, procura acasalar “fêmeas fortes com touros fortes”, o que “à partida leva a um bom filho”, mas nada é garantido.

Em relação à alimentação e à preparação destes animais para as chegadas de bois, Nuno Duarte indica que, no seu caso, os touros com que participa em combates comem sobretudo “produtos naturais e da região”, alimentos que compensa “com ração rica em fibras”, e, assim, menos propícia à engorda dos animais. Porém, como este informa, existem proprietários de touros que apenas alimentam os seus “animais com rações e cereais comprados”, e ainda quem recorra a suplementos vitamínicos quando se aproxima uma chegada de bois. Nuno Duarte considera ainda que a composição da alimentação destes animais não deve ser alterada nos dias anteriores à realização de chegadas de bois; no

entanto, este confirma que no dia do combate reduz a quantidade de alimento ou apenas dá aos touros feno, para que estes “não fiquem muito fartos, ou com os estômagos cheios, o que pode fazer com que se sintam mal quando se esforçam”. Por sua vez, António Teixeira refere que a alimentação dos touros com os quais participa nestes combates é idêntica à do restante gado, ao qual procura “dar de tudo, mas poucas farinhas, porque engorda mais os animais”, assim, este alimenta os seus animais sobretudo com “coisas naturais, como centeio ou feno”. Efetivamente, e no que respeita ao gado Barrosão, em geral o sistema alimentar destes animais é caracterizado pelo consumo “de forragens verdes e conservadas (erva, palha, feno e por vezes silagem de milho), utilizando-se como suplemento o milho (em grão, traçado ou em farinha), o centeio e a batata”⁵⁴², o que, por exemplo, não difere em muito da alimentação do gado de raça Arouquesa⁵⁴³ e de raça Maronesa⁵⁴⁴. Também João Campos afirma que a alimentação dos touros que utiliza para as chegadas de bois é igual à dos seus outros animais; e o mesmo é feito por Horácio dos Santos, que acrescenta que o “touro no dia em que lida não pode comer muito”.

Nuno Duarte afirma que na preparação dos touros para os combates são de grande importância as chegadas de treino, isto é, chegadas realizadas, regra geral, entre dois touros do mesmo proprietário, que devem ter aproximadamente a mesma idade ou então um deles ser um animal mais jovem ou com poucas capacidades para combater, ou estar pouco habituado a fazê-lo, por vezes “adquirido por um preço próximo ao que estes animais valem quando vão para abate”. Porém, estas chegadas de bois devem ter poucos espetadores, e que sejam da confiança do proprietário, pois, caso o touro que se pretende treinar através deste método perca e isso seja do conhecimento geral, este nunca poderá ser considerado campeão. Da mesma forma, António Teixeira afirma que quando os seus animais são ainda jovens, regra geral, a partir dos dois anos ou dois anos e meio, os coloca frente a frente com touros da mesma idade e, assim, vão treinado e apurando a sua técnica de combate. Por sua vez, Horácio dos Santos refere que coloca os seus animais, por vezes, quando estes ainda têm apenas seis meses de idade, a combater com vacas. Este processo serve também para se perceber, sem garantias, quais os animais que têm as características de um bom lutador: sendo que é através deste método que Horácio separa os que julga

⁵⁴² AMIBA, «Raça Barrosão: o sistema», <http://www.amiba.com.pt/index.php?idm=55>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

⁵⁴³ Associação Nacional Dos Criadores Da Raça Arouquesa, «Sistema de produção», <http://www.ancra.pt/producao.htm>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

⁵⁴⁴ Associação de Criadores do Maronês, «Sistemas de exploração», <http://www.marones.pt/conteudo.php?idm=10>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

serem os melhores animais de combate das restantes crias, que, posteriormente, seguem para abate.

Também segundo Nuno Duarte é importante a colocação de proteções nos chifres dos animais. Estas servem para evitar que os touros, sobretudo quando se encontram estabulados e caso batam com os chifres em pedras, nas manjedouras, ou outras superfícies, os danifiquem, e, assim, corram o risco de ficarem incapacitados de lutar ou participem de forma diminuída nos combates. António Teixeira afirma que estas proteções são, na maioria dos casos, feitas com recurso a tubos de plástico e fita-cola: na ponta dos chifres são colocados os tubos de plástico, sendo que são estes que efetivamente asseguram a proteção dos chifres; a fita-cola, colocada sobre os tubos de plástico e os chifres, serve para garantir que os primeiros não caiam. No entanto, e apesar de reconhecer que este é o método mais comum, António Teixeira afirma preferir recorrer “a massa dos carros, que fica dura, como o gesso, e é só partir na hora das chegadas”. Nuno Duarte informa também que os chifres destes animais, quando permitido, são afiados, normalmente imediatamente antes do combate, com grosas para madeira ou para ferro, com lixa e também com vidro.

António Teixeira acrescenta ainda ser importante habituar os touros a serem transportados na carrinha de transporte de animais, para que no dia do combate não tenham medo ou se encontrem nervosos; sobre isto, Nuno Duarte refere que esse transporte deve ser feito “de forma suave e o mais lentamente possível, para que o animal se sinta bem”.

Júlio de Barros salienta que outro passo fundamental na preparação para a luta de um touro é “andar fora, ao sol, em terreno duro, para gastar as patas”; Horácio dos Santos confirma que os seus touros de combate “vão dia sim, dia não com as vacas para o monte, para ganharem preparação”, contudo, este procedimento não é realizado nos dias antes da chega, para os animais “não *lidarem* com as patas pisadas”. Nuno Duarte afirma que levar os touros para o monte com o restante gado é o ideal para que “estejam bem fisicamente”, contudo, nem todos o podem fazer e, desta forma, optam por dar um passeio diário, mais ou menos curto, com os seus animais ou por deixá-los na maioria dos dias num campo grande e cercado, provavelmente, próximo do local onde os animais se encontram estabulados – isto é, em vacarias, juntamente com o outro gado, e, mais raramente, em cortes exclusivas.

Se, como refere António Teixeira, não existem outros cuidados especiais a ter com os animais no dia e véspera das chegadas de bois, para além de reduzir a sua alimentação e

afiar os chifres, João Campos reconhece que é importante preparar estes animais desde tenra idade. Este afirma que quando um “animal é criado desde pequenino está à vontade, é fácil fazê-lo subir para cima da carrinha, e deixa afiar os cornos”, no entanto, se este for um touro comprado em adulto e que nunca tenha combatido, ou não o fizesse de forma regular, “é mais difícil, tem que ser trabalhado, tem que se passear, tem que se prender, tem que se amansar”. António Teixeira indica que com um touro que participa em chegas de bois deve ser apenas o proprietário a “lidar”, pois “conhecer bem o dono é importante para o animal, isso ajuda-o muito”. Sendo ainda opinião deste que “um boi de luta tem que ser quase tratado como um animal de estimação, quando se tem gosto num animal tem que se perder algum tempo com ele, se não, não vale a pena”. Júlio de Barros acrescenta que desde cedo o tratador deve falar com o touro, tendo sempre a preocupação de chamá-lo pelo seu nome, e também de “meu grande” e “meu valente”, e habituá-lo a outras palavras de incentivo, sempre presentes nas chegas de bois, como: “aguenta aí boi, é boi, vai, dá-lhe, não larga, força, agora, bota fora”. É ainda importante, particularmente, imediatamente antes e depois do combate, “fazer festas ao animal, coçá-lo, principalmente nas partes onde eles não chegam, como a região lombar, a cernelha e na cabeça, atrás dos cornos”. Outra forma, no entanto pouco frequente, de “estimular o animal, de o fazer sentir-se mais forte e confiante” é, como informa João Campos, levar uma vaca para a chega de bois, podendo esta entrar no espaço onde o combate decorre ou apenas ficar na carrinha de transporte. Júlio de Barros conclui dizendo que “só com muita dedicação e carinho, se conseguem touros lutadores”. João Campos concorda que quem quer “fazer chegas e ganhar tem que tratar bem o animal”. No entanto Horácio dos Santos, e apesar de considerar estes cuidados importantes, acredita que o “saber lutar é algo que nasce com os animais”; respondendo, quando lhe pedido para explicar como prepara os seus touros e o porquê de se ter sagrado duas vezes consecutivas vencedor do *Campeonato*, que “isso é só do animal”.

Os cuidados com os touros prolongam-se para lá do fim dos combates, Júlio de Barros refere que quando os animais saem feridos das chegas de bois devem ser curados com “umas fricções de vinho tinto aquecido e banha de porco derretida”, ou, quando os ferimentos são mais graves e os cortes mais profundos deve-se recorrer a injeções, e desta forma juntamente com “um certo tempo de intervalo e descanso tudo se cura antes da próxima chega”.

A estes cuidados junta-se a atribuição de nomes aos animais de combate. João Campos atribuiu ao touro que atualmente usa em chegas de bois o nome *Bonito*, e a um

outro touro, que pretende usar futuramente nestes combates, o nome de *Cabano* – dois nomes muito ouvidos nos espaços onde decorrem chegadas de bois, tendo sido comentado, durante um combate, que “hoje em dia todos os bois são *Cabanos*”. João Campos justifica estes nomes com as características físicas e estéticas dos seus animais, que podem ou não ter influência na forma destes combaterem: o *Bonito* deve o seu nome à sua beleza, ou seja, por ser, como fica claro, um animal bonito, pelo menos aquando do seu nascimento, pois, nas palavras de João Campos “hoje até já nem o é”; e o *Cabano* tem o seu nome explicado pela forma dos seus chifres, que “tem os nascedouros direitos e depois só na frente é que se levantam um pouco” – nome atribuído, segundo João Campos, “a muitos bois que nesta região tem os cornos assim”. Também os dois bois utilizados por Horácio dos Santos em chegadas de bois têm estes nomes. Pedro afirma que o seu touro, o *Rato*, deve esse nome, dado pelo seu primeiro dono, ao seu tamanho, pois “quando era novo era um animal pequeno”. Por sua vez, os touros de António Teixeira têm os seguintes nomes: *Gaio*; *Pernas Atadas*; *Xerife*; e *Amarelo* (ou *Marelo*). Apesar de nomes como *Pernas Atadas* (nome com o qual Júlio de Barros, conhecedor das capacidades deste touro, discorda, pois se “há coisa que ele não tem são as patas atadas”) e *Amarelo* parecerem também eles estarem associados às características dos animais, António Teixeira refere que estes são “apenas nomes que uma pessoa lhes dá, não têm grande significado”. Neste sentido, existem vários nomes atribuídos a touros, como por exemplo, *Chau*, *Zico*, *Canário*, *Pinheiro*, *Burguês*, ou *Pardal*, cujo significado não foi possível decifrar, e, assim sendo, podem ser nomes criados apenas com a função de individualizar e permitir identificar estes animais⁵⁴⁵.

Existem outros nomes, mais ou menos comuns, associados às características físicas e estéticas dos animais, que são: *Negro*, *Vermelho*, *Preto*, *Branco*, *Gancho* ou *Côto*. Outro proprietário optou, possivelmente, por evidenciar através do nome a inteligência, ou provavelmente a astúcia em combate do seu animal, chamando-lhe *Esperto*. Da mesma forma, recorde-se o *Navalhadas*, cujo nome evidenciava as suas características de combate, pois este “fazia riscos que pareciam navalhadas nos outros bois”, como conta Maria Alice Bermudes.

Há ainda quem procure homenagear figuras e personagens conhecidas, geralmente do desporto, chamando *Ronaldo*, *Mantorras* ou *Talisca* aos seus touros, da política, como no caso do touro *Guterres*, ou ainda *Zorro*. Existem também nomes que nos remetem para

⁵⁴⁵ Francis Affergan, « Zooanthropologie du combat de coqs à la Martinique », *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXX (1986) : 123.

a raça do animal, como o nome, bastante comum, *Penato*, alusivo aos animais de raça Penata, outra designação para raça Maronesa, ou o nome *Rubio*, utilizado para batizar animais de raça Rubia Galega.

Porém, muitas das vezes, quer nos cartazes quer nas conversas entre aficionados, os touros não são designados pelos seus nomes, mas sim pelos nomes dos seus proprietários ou do local de onde são provenientes: por exemplo, quem luta não é o *Bonito*, mas sim “o boi do João” ou o “boi de Salto”.

5.3.4. A relação entre proprietários e os touros de chegadas de bois

Todos estes cuidados demonstram a existência de uma relação de proximidade entre proprietário, ou tratador, e touros de combate. João Campos afirma inclusivamente que animal e dono “têm que se conhecer”, acrescentando que quando os seus animais vão para a chegada de bois, no “momento de carregá-los no carro percebe-se logo se estes vão à vontade para turrar ou não, se estão bem ou não”. Da mesma forma, “se o dono sente o animal, o touro, que é muito inteligente, sente o dono” e, assim, “se estamos com vontade de vencer, os animais vão também, à partida, com a mesma vontade.” Nuno Duarte, por sua vez, fala numa “grande ligação entre o proprietário e o animal”, que desde sempre foram “criados juntos” e, por isso, “mais ninguém do que estes proprietários sabem como lidar com estes bois”.

No entanto, apesar deste tipo de relação, António Teixeira não esconde que quando “um animal nunca demonstra prestar nas chegadas” lhe ganha “raiva” e “vai para abate” ou é vendido a criadores de gado que pretendam estes animais para outras funções, como, por exemplo, a procriação. Também João Campos diz que, e apesar de estes animais poderem normalmente lutarem até aos dozes anos, quando “não são bons a gente tira-os mais cedo, e depois, à partida, têm que ir para abate”. Porém, como visto antes, a derrota, ou até mesmo a existência de diversas derrotas, não leva obrigatoriamente a este fim: António Teixeira salienta que “há animais que podem perder, mas que fazem boas chegadas e mantêm-se” e “eles continuam a lutar, não ficam com medo, precisam de repouso”. João Campos relata que muitas vezes, antes de optar por abater um touro derrotado, realiza com este “uma chegada com um animal inferior a nível de peso e capacidade de luta a ver se consegue reagir, ter uma vitória e depois combater bem outra vez”. Já Pedro, aquando da segunda derrota do seu touro *Rato*, afirmou que este “pode ter perdido, mas continua a ser um bom boi”, e por isso, sente-se orgulhoso do seu animal,

acrescentando que “Quando ele morrer vou cortar-lhe a cabeça para meter na minha sala, para todos verem”, e que quer continuar a fazer combates com ele. Contudo, esta não era a opinião de muitos daqueles que tinham assistido a esta chega de bois, que o aconselhavam a “vender o boi para morrer, porque agora já não pega mais”, opinião partilhada pelo pai de Pedro, tratador do animal, havendo ainda quem se oferecesse para o comprar “para fazer umas chegazitas com uns boizitos mais fraquitos”.

Quando um animal vence, conquista o *Campeonato*, ou é referido como campeão, torna-se o orgulho dos seus proprietários. Horácio afirma que, para ele, vencer uma chega de bois “é uma alegria” e ganhar o *Campeonato* “um orgulho enorme”. António Teixeira reconhece que a conquista do *Campeonato* ou ter um campeão “que fez dezassete chegas sem perder” “é sempre motivo de orgulho”, sobretudo porque “assim, o animal ganha nome, fica famoso, conhecido”, o que “também chama pessoas para as chegas” – e que garante convites para participar em chegas de bois, quer no concelho, como fora deste. Para Nuno Duarte “não se consegue exprimir a alegria, o brio, a vaidade, a satisfação de se ter o boi campeão, seja de raça Barrosã, cruzado ou de outra raça”.

No entanto, também os touros que sempre mostraram boas prestações e se sagraram várias vezes vencedores, mas que por culpa da idade, de um chifre partido durante uma luta, mesmo que nesta tenham obtido uma vitória, ou de outras razões que os tenham levado a ficar incapacitados de lutar ou a apresentar um decréscimo na qualidade das suas prestações e uma redução das vitórias obtidas, são abatidos. António Teixeira refere que esta é uma decisão difícil de tomar; com este concorda João Campos, que diz que quando isso acontece: “nunca quero ver. Vendo sempre para longe da minha porta, que é para eu não o ver a ser abatido”.

5.3.5. As ameaças e críticas às chegas de bois

Nuno Duarte garante que de forma alguma a continuidade da realização de chegas de bois está em risco, apesar da diminuição de público, até porque “há cada vez mais gente a comprar e a criar animais para as chegas”, sendo que “muitos desses proprietários são jovens, andam na casa dos trinta anos”, e porque se “continua a ver gente nova na assistência”.

No entanto este acredita que há um aspeto que deve ser considerado com atenção, discutido e corrigido. Na opinião de Nuno Duarte existe atualmente um “excesso de chegas de bois”, sobretudo no verão, pois, “no mesmo dia, em locais diferentes, chegam

a ser feitas oito a dez chegadas, e o público tem que se dividir”. Desta forma, a afluência de público em cada evento é menor, o que leva a que “quem organiza chegadas muitas das vezes tenha que arranjar dinheiro porque o da bilheteira não chega” e, assim, faz com que o valor monetário a atribuir a cada boi por participação e vitória tenha que ser reduzido – isto quando se fala “das chegadas de outras raças e cruzados, porque a raça Barrosã terá sempre os valores dos seus prémios garantidos”. Por exemplo, em 2013, as contas da Associação Etnográfica O Boi do Povo apresentaram um saldo negativo, porque relativamente às chegadas com animais de outras raças esta associação garantiu os melhores animais, fazendo para isso um investimento elevado que não teve os resultados esperados em termos de bilheteira⁵⁴⁶.

Também alguns aficionados desta prática salientam a existência de uma grande quantidade de chegadas de bois no mesmo dia. Assim, António Costa refere que o “único problema que há nas chegadas de bois é existirem demasiadas organizações, o que faz com que haja muitas chegadas por dia”. Por sua vez, António, enquanto aguardava para assistir a uma chegada de bois para o *Campeonato* e sabendo da realização de outros combates nesse dia “ali na Senhora da Saúde”, comentou em entrevista que “eles podiam pôr uma chegada hoje, outra no próximo domingo, e ir separando as chegadas assim”.

Todavia, Nuno Duarte não esconde que “por outro lado, é muito bom ver uma grande quantidade de animais e proprietários a participar nas chegadas”, permitindo que “os assistentes tenham muito por onde escolher”, o que, segundo este, só é possível com a existência de outros organizadores de chegadas de bois. Assim, e apesar de esses organizadores “às vezes fazerem as lutas para ter algum lucro” e de “fazerem muitas chegadas e algumas delas de pouca qualidade, o que pode saturar as pessoas”, permitem “manter esta tradição viva” e o aparecimento e a continuidade nestes combates de muitos proprietários e animais, pois a Associação Etnográfica O Boi do Povo “não tem a capacidade para lidar todos os bois existentes”. Nuno Duarte afirmou, em 2015, numa entrevista ao jornal *Notícias de Barroso*, não ser possível “proibir os donos dos bois de programarem Chegadas, nos dias e horas que eles entendem”, principalmente quando estes “querem aproveitar os emigrantes para ver se fazem algum dinheiro”, e que a organização de várias chegadas de bois no mesmo dia em campos diferentes tem custos que para muitos espetadores são insuportáveis⁵⁴⁷. Por tudo isto, Nuno Duarte considera importante que

⁵⁴⁶ Câmara Municipal de Montalegre, «Campeonato de Chegadas de Bois - inicia hoje», 8 de junho, 2014, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?id=2431>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

⁵⁴⁷ Notícias de Barroso, «As Chegadas de Bois e os bois campeões de Barroso», 31 de agosto, 2015, 16.

futuramente haja “mais união entre a Associação e os outros organizadores de chegas para que tudo pudesse correr um pouco melhor, em termos de horários e dias de chegas, para que estas não se sobreponham”.

No mesmo sentido, em 2006 era lançado o repto, no jornal *O Povo de Barroso*, para que os organizadores de chegas de bois se organizassem, e realizassem as chegas de bois todas num só local, de forma a não “matar” de vez este desporto, pois “não faz sentido andarem a competir pelos poucos adeptos que ainda têm”. Esta reclamação surgiu após vários adeptos terem perdido “as melhores chegas do ano”, realizadas em Soutelinho da Raia, às 16 horas no Domingo de Ramos, por se encontrarem a assistir a outros combates realizados no mesmo dia em Penedones às 15 horas, em Vilar de Perdizes às 15 horas e 30 minutos e em Santo André às 16 horas⁵⁴⁸.

Um ano mais tarde, em 2007, o mesmo jornal dedicava a este assunto uma nota de reportagem, onde se podia ler:

*Os anos passam mas os erros não são corrigidos. Estamos-nos a referir, é claro, às falhas na organização de Chegas no nosso concelho e arredores, sobretudo à falta de entendimento entre os vários organizadores deste tipo de evento. Pois marcar várias chegas à mesma hora em locais muito diferentes não contribui em nada para o desenvolvimento deste desporto, e pode pôr em causa o seu futuro. Isto porque os espetadores são os mesmos e vivem sempre num dilema sobre qual chega devem ir, ou então numa corrida desenfreada de uma para outra, podendo, um dia, haver algum acidente grave. Este problema é maior sobretudo agora no Inverno pois as tardes são pequenas. Já é tempo de haver um entendimento e de ser escolhido um único (ou no máximo 2) recinto(s), com melhores condições para quem vai assistir e onde se poderiam desenrolar 2, 3, 4, ou mais chegas numa só tarde, mesmo no Inverno.*⁵⁴⁹

Em 2008, no jornal *Notícias de Barroso*, criticava-se a concorrência “desmedida” presente nas chegas de bois, que leva a que muitas chegas de bois comecem “tarde e a más horas” ou a que os espetadores tenham que aguardar durante longos períodos de tempo para que os combates tenham início. Assim, no artigo defendia-se “que as chegas

⁵⁴⁸ O Povo de Barroso, «Chegas de Bois», 13 de abril, 2006, 9.

⁵⁴⁹ O Povo de Barroso, «Chegas de Bois: Natal e ano novo», 11 de janeiro, 2007, 9.

de bois precisam de uma regulamentação feita pela autarquia ouvindo os interessados deste desporto”; sendo que só desta forma se “poderão manter as Chegas de Bois em Barroso, caso contrário em cada Domingo que passa, a falta de credibilidade vai aumentando e, a pouco e pouco, as pessoas afastam-se”, o que pode, assim, levar ao fim desta tradição⁵⁵⁰. À semelhança, no mesmo ano foi escrito que existe nas chegas de bois uma “concorrência desmedida que não ajuda nada a promover o desporto rei da nossa terra”⁵⁵¹.

Mais recentemente, em 2014, no mesmo jornal, eram novamente feitas críticas à “agenda carregada de chegas”, por vezes “com marcações de horários coincidentes”, e “ao comércio que lhes está subjacente”; situações que acontecem por culpa dos proprietários dos touros “que procuram algum resultado do investimento feito” e de organizadores que se “atropelam”, e que podem provocar “aquilo que ninguém pretende que é o fim das Chegas de Bois”⁵⁵². Acrescentando-se, numa outra notícia, que nesse mesmo ano, no Ecomuseu de Barroso, várias associações do concelho e jovens debateram as chegas de bois, tendo sido mencionado que “deveria fazer-se qualquer coisa para se tentar segurar esta manifestação cultural e acabar com o caos estabelecido”; sendo, assim, proposto que o Ecomuseu de Barroso e, sobretudo, a CMM, que “tem nesta matéria uma palavra fundamental”, deveriam “juntar à volta da mesa, além da Associação Etnográfica O Boi do Povo, os principais organizadores de Chegas de Bois e também os criadores de gado, alguns com rica experiência nesta matéria porque sempre tiveram bois tratados especificamente para as Chegas”⁵⁵³.

As outras críticas feitas às chegas de bois não se podem dissociar do aspeto anteriormente referido. Uma destas críticas prende-se com o grande número de lutas em que os touros participam por vezes sem tempo suficiente para descansar e recuperar, o que, juntamente com outras razões, parece, na opinião de vários elementos do público, levar à perda de qualidade dos animais e dos combates.

Efetivamente, António Teixeira reconhece que apesar dos “bois só deverem turrar cinco vezes num ano, às vezes na fase do verão acabam por turrar mais vezes”, o que, sem dúvida, afeta a qualidade da prestação dos touros e das chegas de bois, pois “é complicado os animais lutarem quando estão cansados”. Segundo António Teixeira, cujos animais, mesmo os que participam no *Campeonato*, também só “fazem cinco ou seis

⁵⁵⁰ Notícias de Barroso, «“Carricho” do Calbô em grande no campo de Vilar de Perdizes», 30 de julho, 2008, 15.

⁵⁵¹ Notícias de Barroso, «Bois barrosos dão espetáculo», 15 de julho, 2008, 15.

⁵⁵² Notícias de Barroso, «As Chegas de Bois», 15 de março, 2014, 16.

⁵⁵³ Notícias de Barroso, «Chegas de Bois em debate?», 15 de março, 2014, 16.

turras por ano”, outros fatores a ter em conta, para além do número de chegadas de bois realizadas, é a duração e a intensidade destas: se os combates forem curtos e de pouca intensidade os animais recuperam mais depressa e podem realizar um maior número de chegadas de bois. João Campos garante que se procura “sempre equilibrar o número de chegadas feitas pelos bois”, no entanto, apesar de este adiantar que “o ideal é os animais nunca fazerem mais de cinco chegadas por ano”, este acrescenta que há animais que fazem “facilmente seis, sete, ou até nove ou dez lutas”; para este, a quantidade de chegadas de bois que cada touro consegue realizar anualmente também “depende da capacidade dos animais, de como lutam os adversários, do tempo das chegadas, dos ferimentos”, pois, “se em certas chegadas não há muitos ferimentos, nem nada de grave, noutras, quando duram mais de cinco minutos ou são lutas tremendas, os animais ficam com a cabeça toda maçada. É muita força.” E esses ferimentos, também para João Campos, afetam de forma negativa o desempenho dos touros, sobretudo se estes não descansarem o tempo necessário para recuperar e se curarem. Júlio de Barros refere que a principal falha do *Campeonato*, apesar de na sua opinião já ter apresentado melhorias nesse sentido, era o facto de “antes, o boi que ganhasse disputava a próxima eliminatória logo na semana seguinte” e, assim sendo, por vezes, “os bois não tinham tempo de recuperar das mazelas da chegada antecedente, e estando ainda feridos, quase não davam luta”.

No entanto, em termos gerais, António Teixeira não partilha da opinião de que as chegadas de bois e os touros que nelas participam têm perdido qualidade. Assegurando que procura sempre ter bons touros e organizar bons combates, pois, não gosta de “enganar as pessoas”; sendo da opinião que nem todos os organizadores e proprietários se comportam assim, pois existe uma minoria que “tenta ganhar vinte ou trinta contos e se os bois não turrarem não querem saber”. Para Nuno Duarte a situação é idêntica ao que sucedia no passado, pois, “sempre existiram bons e maus bois, e conseqüentemente boas e más chegadas”.

Entre o público, António Costa não concorda que os touros e as chegadas de bois tenham apresentado um decréscimo de qualidade. Porém, Armando é da opinião que atualmente “os animais não têm a qualidade dos animais de antigamente”, pois “a maneira como eles são tratados e como são respeitados é totalmente diferente, é que antes isto era um desporto, agora já não, agora é só interesses económicos”. Por sua vez, António recorda que antigamente as chegadas eram mais prolongadas e de maior qualidade, o que, para si, se deve ao facto dos touros agora lutarem “todos os meses, quando antes lutavam uma vez ou duas por ano, ou pouco mais”.

Outros, muito por culpa do acima referido, defendem que as chegadas de bois passaram nos últimos anos por um processo de comercialização, ouvindo-se, por vezes, entre o público, que agora estas se “tornaram num negócio” ou “servem apenas para ter lucro”. No mesmo sentido, Nuno Sousa, presidente da Associação Nacional de Criadores de Gado de Raça Barrosã (AMIBA), afirmou, em 2012, que atualmente se estão “a comercializar muito as Chegas de Bois”⁵⁵⁴. David Teixeira concorda que no que respeita às chegadas de bois está-se na senda da comercialização, exceto nas organizadas pela Associação Etnográfica O Boi do Povo, “que são até importantes na preservação de raças autóctones”. Para este, a comercialização das chegadas de bois deve-se “ao fim dos bois do povo, que começaram a ser de privados que têm um grande gasto com alimentação dos animais, que agora até já podem ser substituídos pela inseminação artificial”, e observa-se na “cobrança de bilhetes, na divisão da receita, e na existência de investimentos em animais que às vezes atingem os quinze mil euros”, o que leva à “criação de um mercado de combates, onde, por isso, os animais fazem mais combates, e não descansam o suficiente, perdendo qualidade” e que “desvirtua a raiz comunitária” desta prática. Da mesma forma, Rodrigo⁵⁵⁵ afirma que hoje em dia se faz com os touros o mesmo que se faz com jogadores de futebol, “É bom, compra-se, seja nacional ou estrangeiro, Mas um boi de pinta que dá esperança, compra-se e depois chega-se... se a coisa render.”

No entanto, Orlando Alves, atualmente Presidente da CMM, considera que “a chegada de bois é uma atração, uma atividade cultural importante que tem que ser transformada numa oportunidade de negócio”, porém, este acrescenta que “o negócio não pode ser só direcionado para os donos dos bois, tem que ser consequente à chegada”. Esperando assim “uma calibragem séria, bem pensada, com a consciência que estamos a promover o território”⁵⁵⁶.

Efetivamente, nos últimos anos têm sido vários os proprietários a adquirirem animais para chegadas de bois a preços elevados. Por exemplo, em 2008, os touros *Bonito* e *Cachelo* foram comprados por “um ex-emigrante da América” por 35.000 euros. O seu proprietário rapidamente garantiu combates para estes animais, recebendo de Dias António, o Calbô, 10.000 euros, para que este pudesse contar com estes animais nas chegadas por si organizadas⁵⁵⁷. Nesse ano, o *Notícias de Barroso* fazia igualmente

⁵⁵⁴ Câmara Municipal de Montalegre, «Estamos a comercializar muito as chegadas de bois!», 30 de março, 2012, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=1779>, consultado no dia 17 de setembro 2016.

⁵⁵⁵ Rodrigo, Voz..., 65.

⁵⁵⁶ Câmara Municipal de Montalegre, «Campeonato de Chegas de Bois - inicia hoje»....

⁵⁵⁷ Notícias de Barroso, «Dois bois 35.000 euros», 13 de janeiro, 2008, 11.

referência ao *Cordeiro*, “o boi mais caro de sempre”, comprado em 2007 por 20.000 euros⁵⁵⁸. No entanto, este animal foi derrotado numa chega de bois logo em 2008⁵⁵⁹. Em 2010 foi noticiado que um touro arouquês foi comprado por 10.000 euros⁵⁶⁰. Em 2014, Tony Mourão, emigrante em França, e descrito como “um desses Barrosões que tem investido muito dinheiro em Bois de Chegas”, adquiriu um touro, que já tinha dado “mostras da sua valentia”, possuindo três vitórias, por 18.000 euros. Esta compra foi feita em conjunto com um empresário de Aveiro, Mário Mota, e o touro era tratado por um primo de Tony Mourão⁵⁶¹.

Nuno Duarte concorda, em parte, com estas opiniões. Assim, este não nega que as chegadas estejam a ser comercializadas com a atribuição de prémios e cobrança de bilhetes – que se “pode questionar se têm ou não um preço alto” – mas, na sua perspetiva, tal transformou-se numa necessidade; pois, como os touros já não pertencem e não são cuidados e alimentados por toda a população, é natural que os particulares que possuem estes animais, cuja “alimentação fica em 2.500 euros por ano, sem contar com o feno e o trabalho”, necessitem, para que seja possível continuarem a realizar combates, da atribuição de prémios monetários, que, por vezes, “não chegam para cobrir as despesas”. Inclusivamente, este é da opinião que sem o pagamento de bilhete as chegadas de bois poderiam já não existir. Nuno Duarte informa ainda que o valor obtido com os bilhetes vendidos nas chegadas de bois organizadas pela Associação Etnográfica O Boi do Povo vai na totalidade para os produtores. Também João Campos não discorda que as chegadas de bois estejam a ser comercializadas, no entanto defende que isso acontece porque “é sempre complicado manter estes animais” e “hoje em dia a vida está muito cara, um animal destes tem que comer todos os dias, e por isso os proprietários precisam de ter alguma rentabilidade”. No entanto este acredita “que nunca ninguém pode estar nas chegadas com a ideia de ganhar muito dinheiro, porque não ganha” e, assim, os proprietários que participam nas chegadas de bois fazem-no, sobretudo, pelo “orgulho no animal”, “pelo gosto da raça” e pela “alegria de ganhar”. Este diz ainda preferir apenas poder dizer que “tirou o primeiro lugar do que ganhar quinhentos euros”. António Teixeira afirma que os proprietários de gado esperam ter algum lucro, mas não muito, pois “as chegadas de bois, mesmo não dando prejuízo, são mais um vício, do que a procura de lucro”, acrescentando

⁵⁵⁸ Notícias de Barroso, «As chegadas dos...

⁵⁵⁹ Notícias de Barroso, «“Zorro” do Calbô ganhou ao campeão», 30 de julho, 2008, 2008.

⁵⁶⁰ Notícias de Barroso, «Boi “Marelo” vendido por 10.000€», 15 de janeiro, 2010.

⁵⁶¹ Notícias de Barroso, «Boi das Chegas...

que o que realmente importa, pelo menos para a maioria dos proprietários, é o “orgulho de ter um bom boi”.

Em 2006, numa crónica do jornal *Notícias de Barroso* era referido que

[...] *para quem tem um boi destes, mais do que a receita que pode averbar, a vaidade de o boi ser o melhor e ganhar ao outro é que conta e para o seu dono vale mais do que centenas de notas de conto no bolso.*⁵⁶²

No entanto, o autor não discorda totalmente que “o negócio está a dar cabo das Chegas”. Porém, não deixa de recordar o caso de Dias António, que “à sua custa mantém durante todo o ano meia dúzia de bois que lhe acarretam uma despesa enorme”, ou de Tony Mourão que, em 2006, era proprietário de sete touros e que “aguenta com uma despesa muito considerável dando o seu contributo à causa da continuidade deste desporto”, questionando “de que forma, nos dias de hoje, se pode manter esta tradição se não for através da carolice de uns quantos que gastam fortunas com os bois?”⁵⁶³

Por sua vez, Rodrigo⁵⁶⁴ escreve que a vitória e a derrota, agora, “só toca nestes senhores e no fim há sempre uma compensação – o estipulado para a chega”, pedindo, em seguida, desculpa por esta última afirmação e louvando os proprietários de touros, pois, reconhece que sem estes e o seu “esforço, paixão ou carolice nem estas chegadas teríamos a lembrar o passado... a manter o nosso cio!”

Sobre este assunto, Luís Pereira⁵⁶⁵ afirma que, culpa da “alteração de hábitos da vida em comunidade” e da “penetração do capitalismo e das relações de mercado”, aspetos neste caso simbolizados pelo “dono do boi”, atualmente as chegadas de bois e a obtenção de vitórias nestes combates possuem relevância para o prestígio social dos proprietários, a quem garantem ainda um mercado, em vez de assegurarem, como antigamente acontecia, a honra da aldeia.

Por vezes, antes do início das chegadas de bois, é também possível ouvirem-se vários dos espetadores a criticarem o facto de ser necessário pagar um bilhete para se assistir aos combates ou destes terem um valor elevado. Assim, há quem diga que: “quem quiser pagar, paga”; “mal empregue foi o dinheiro de ontem, dez euros por duas chegadas”; “ainda ontem na Botica vi três chegadas e não paguei nada, aqui devia ser assim”. Outros,

⁵⁶² Notícias de Barroso, «Chegas e bois»....

⁵⁶³ *Ibidem*.

⁵⁶⁴ Rodrigo, *Voz...*, 66.

⁵⁶⁵ Luís Pereira, *Tauromaquia: Identidade Cultural, Enquadramento Legal e Desenvolvimento* (dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Economia Política, 2010), 23 – 24.

recordando que haviam já pago bilhete em chegadas de bois onde “nem um boi pegou”, referiam a possibilidade, se tal se repetisse, de “pedir o dinheiro, ou uma indemnização”.

Contudo, apesar destas críticas, os elementos do público entrevistados não parecem discordar com a necessidade de pagar bilhete. Júlio de Barros considera que a cobrança de bilhete é “natural”, pois “manter um boi nas devidas condições custa caro, até com a deslocação, e implica sérios riscos lidar diariamente com animais de grande porte”⁵⁶⁶. Para Armando, o pagamento de bilhete é compreensível, “ninguém pode fazer isto de graça”, pois “no fundo o bilhete tem a ver com a alimentação dos animais” e “os criadores também têm que ter os seus rendimentos”, porém, para este, muitas das vezes o valor cobrado é excessivo: “só cinco euros é bom, dez já é muito”. Principalmente quando “o desporto é feito para uma comunidade pobre” e onde “não há garantias”, pois, ao contrário dos “outros desportos onde uma pessoa paga e sabe o que vai ver”, aqui “às vezes as lutas duram quinze minutos, mas outras nem cinco, ou os bois nem pegam”. Armando acredita, inclusivamente, que corrigindo este aspeto as chegadas de bois “podiam funcionar melhor e chamar mais gente”. António afirma que o pagamento de bilhete “é bom, assim o homem que vem chegar sempre recupera algum dinheirinho, para comprar a ração e para o tratar todo o ano, o que é uma grande despesa”, no entanto, e com a concordância de José, defende que “às vezes podia ser mais barato, cinco euros é um preço razoável, mas dez euros é caro”. Apenas António Costa considera que o valor de dez euros pagos para assistir às chegadas de bois é um “preço razoável”.

No que toca à existência de apostas feitas antes ou no decorrer das chegadas de bois em Montalegre – um aspeto associado à comercialização dos combates de animais⁵⁶⁷ – importa referir que neste concelho, a realização destas não é promovida nem existe um sistema de apostas mais ou menos complexo, como acontece em alguns dos casos anteriormente referidos⁵⁶⁸. No entanto, António Teixeira indica que, por vezes, são realizadas apostas nas chegadas de bois, mas são sobretudo feitas pelos membros do público, porém, estas “não costumam ser a dinheiro, é mais a jantares ou lanches”. Quanto às apostas entre proprietários, estas são raras, mas existem; e, segundo António Teixeira, que garante nunca ter feito nenhuma, podem, por vezes, envolver a perda de um touro. Nuno Duarte refere igualmente que, apesar de raras, são feitas apostas entre proprietários, que, por vezes, envolvem grandes valores monetários, mas o mais comum é estas apenas

⁵⁶⁶ Por exemplo, em 2010 um touro “nervoso e raivoso que estava, escornou o seu dono” quando o tentavam introduzir na carrinha de transporte: Notícias de Barroso, «Chegadas de bois», 16 de agosto, 2010, 15.

⁵⁶⁷ Carl W. Bishop, «The ritual bullfight», *Smithsonian Annual Report* (1926): 450.

⁵⁶⁸ Assunto aprofundado no ponto: 4.4. *Os combates de touros*.

“valerem uns copos”. Da mesma forma, Júlio de Barros informa que, às vezes, no público “por teimosia, ou por bairrismo, se apostam umas cervejas ou uma merenda”. Num episódio esporádico, enquanto participava com o seu touro numa chega de bois, um proprietário, ouvindo comentários depreciativos sobre aquele, decidiu desafiar um elemento do público a apostar mil euros no touro rival, contudo esta proposta foi recusada.

Por sua vez, Júlio de Barros, em dois textos de opinião distintos critica a inexistência de regras claras nas chegadas de bois, o que pode gerar “confusões”⁵⁶⁹ ou fazer que “uma chega acabe à bastonada como noutros tempos”⁵⁷⁰, devendo, por isso, os organizadores de chegadas de bois “encontrar formas claras para as diversas situações”, e aponta alguns aspetos que devem ser melhorados.

Desta forma, em primeiro lugar, Júlio de Barros sugere que não deveria ser permitido afiar os chifres aos touros, o que teria como resultado lutas mais longas, mas das quais os touros, que “não são máquinas”, não sairiam tão magoadas, levando à diminuição do tempo necessário para se recuperarem⁵⁷¹. Inclusivamente, já em 1990 esta prática, permitir “o aguçar dos bois”, era referida como “um grande falhanço”⁵⁷².

Depois, este considera que um touro “por ser obrigado a despegar a cabeça para se melhorar, não quer dizer que tenha desistido da luta”; criticando o sucedido em 2010 “na final da chega dos campeões em Montalegre [...] onde o boi que foi ‘despedido’ à primeira investida não parece ter ficado satisfeito”, sendo que neste caso “devia ser-lhe dada a oportunidade de continuar a luta, até ele desistir definitivamente”⁵⁷³. Episódio que havia já ocorrido em 2009, e que para este poderá acontecer mais vezes⁵⁷⁴. Sobre este assunto, Júlio de Barros refere ainda que, se em Montalegre se utiliza o sistema acima referido, ou seja, “logo que um boi despegue a cabeça, já o consideram derrotado”, em Salto “deixam-se distinguir os bois até que um boi abandone definitivamente” – sendo, por isso necessário neste aspeto “estabelecer-se regras inequívocas para não haver confusões”⁵⁷⁵. De forma crítica, Júlio de Barros termina este assunto dizendo que “uma coisa é chegar os bois para ganhar, outra para os ver lutar”⁵⁷⁶.

⁵⁶⁹ Júlio de Barros, «Comentário sobre concursos pecuários e chegadas de bois», O Povo de Barroso, 25 de outubro, 2010, 10.

⁵⁷⁰ Júlio de Barros, «Opinião sobre as chegadas de bois», 2009, texto de opinião não publicado e fornecido pelo autor, disponível em: Anexo II.

⁵⁷¹ Júlio de Barros, «Comentário....»

⁵⁷² O Povo de Barroso, «Uma chega de bois para a história», 30 de junho, 1990, 4.

⁵⁷³ Júlio de Barros, «Comentário....»

⁵⁷⁴ Barros, «Opinião....»

⁵⁷⁵ *Ibidem.*

⁵⁷⁶ *Ibidem.*

Por fim, Júlio de Barros defende igualmente que, quando uma chega de bois é gratuita, os seus proprietários têm direito, se de mútuo acordo, a separar os animais a qualquer momento, no entanto, quando se paga bilhete “adquire-se o direito de ver o espetáculo até ao fim” e, assim, enquanto os animais quiserem combater não devem ser separados⁵⁷⁷.

Em abril de 2009, os organizadores e produtores de gado temeram o fim das chegadas de bois por causa das regras sanitárias impostas nos meses anteriores, a nível nacional, pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) para a movimentação de animais, que passavam a obrigar a realização de exames de pré-movimentação para a deslocação destes para feiras, transações comerciais ou chegadas de bois. Fernando Moura afirmava então estar a “ser complicado organizarmos as Chegadas de Bois, porque estamos obrigados a fazer colheitas de sangue aos animais, todos os meses”, o que torna este gado agressivo; os restantes produtores de gado queixavam-se ainda do tempo perdido e do dinheiro gasto para cumprir estas novas normas, reivindicando, com apoio da CMM, uma “cláusula de exceção”, tendo inclusivamente sido organizada uma manifestação no recinto da feira de Montalegre contra esta situação⁵⁷⁸. Assim, a Associação Etnográfica O Boi do Povo solicitou à DGAV autorização para que as colheitas de sangue aos animais fossem feitas apenas trimestralmente. Após avaliar esta proposta a DGAV referiu que

*Tendo em conta a especificidade cultural destes eventos, sob o ponto de vista de avaliação do risco, a proposta é perfeitamente aceitável, desde que o primeiro teste seja realizado antes (no caso, três meses) do início do período habitual de realização das Chegadas de Bois, o qual coincide normalmente com o Verão, estação marcada pelo período festivo das aldeias.*⁵⁷⁹

Ainda sobre esta situação, Nuno Duarte refere que a cláusula de exceção se mantém, no entanto, este acredita que mesmo com a sua inexistência “a realização de chegadas não estaria em causa, mas é verdade que estes animais não gostam de andar sempre a ser picados, e esta situação ia prejudicá-los”. Da mesma forma, António Teixeira indica

⁵⁷⁷ *Ibidem.*

⁵⁷⁸ Correio do Minho, «Produtores temem o fim da tradição», 20 de abril, 2009, 11.

⁵⁷⁹ Diário Digital, «Chegadas de bois: DGV diz «sim» às colheitas de sangue», 20 de abril, 2009, http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=383679, consultado no dia 17 de setembro de 2016.

que as normas que obrigavam os touros a realizarem exames de pré-movimentação em nada afetaram a realização de chegadas de bois.

Antes de terminar, é importante salientar que a crescente preocupação com o bem-estar e os direitos dos animais não-humanos podem também um dia, por decreto ou por consciencialização das comunidades, enfraquecer ou pôr termo a esta tradição⁵⁸⁰.

5.3.6. O Campeonato de Chegas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre

A primeira edição do *Campeonato de Chegas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre*, por vezes também referido como *Torneio de Chegas de Bois Barrosos*, ocorreu em 1992. Segundo Fernando Moura⁵⁸¹, este evento surgiu porque “as chegadas de bois em Barroso estavam a querer desaparecer”; tendo sido responsável pela iniciativa o então vereador do Pelouro da Cultura da CMM, Orlando Alves. Este convidou para, juntamente com ele, integrarem a organização do *Campeonato* Fernando Moura, “o padre João Carvalho, o João Simões, o Vadio, e o João Duarte”⁵⁸², que ficaram responsáveis, após várias reuniões, para redigir os seus estatutos, realizar o sorteio e elaborar o calendário das chegadas.

Nesse ano, o *Campeonato* teve início no primeiro domingo de junho no campo da feira e contou com doze touros e três competições distintas: quatro touros adultos competiram pelo prémio de campeão de raça Barrosã, ou dos *barrosos cerrados*; outros tantos pelo título de melhor touro de outras raças; e os restantes quatro competiram no campeonato destinado aos *barrosos jovens*⁵⁸³; sendo que em todas as competições os animais eram eliminados após a sua primeira derrota. As finais realizaram-se nos dias seis e sete de agosto no Senhor da Piedade, mais propriamente no Campo do Rolo que, como recorda Fernando Moura⁵⁸⁴, nesses dias “estava cheio”.

Fernando Moura⁵⁸⁵, que conseguiu apurar os seus dois touros, o *Capinha* e o *Garoto* (animal que se sagrou campeão), para a final dos touros de raça Barrosã, a única realizada no dia sete por volta das cinco horas, conta ainda que a chegada desse dia foi “anunciada com altifalantes” e nela estiveram presentes a RTP e várias estações de rádio.

⁵⁸⁰ Assunto aprofundado no ponto: 5.4. *Os direitos e a dignidade dos animais: o caso das chegadas de bois.*

⁵⁸¹ Moura, *Barroso...*, 159.

⁵⁸² Moura, *Barroso...*, 160.

⁵⁸³ *Ibidem.*

⁵⁸⁴ *Ibidem.*

⁵⁸⁵ Moura, *Barroso...*, 161.

No ano de 1993, a CMM decidiu novamente organizar este *Campeonato*, atribuindo essa responsabilidade aos mesmos elementos de 1992, que procuraram “corrigir os poucos erros do ano anterior”⁵⁸⁶. Esta edição do *Campeonato* obteve, em apenas oito dias, a inscrição de trinta e um touros, divididos em quatro categorias: quatro barroso jovens; doze barroso cerrados; três touros cruzados jovens; e doze cruzados cerrados⁵⁸⁷. Determinados proprietários inscreveram animais em mais do que uma categoria, ou mais do que um animal na mesma competição. Por exemplo, João Duarte, de Montalegre, inscreveu cinco bois adultos de raça Barroso, um barroso jovem, o *Bimbo*, e três cruzados adultos⁵⁸⁸.

A segunda edição do *Campeonato* teve então início no terceiro domingo de junho, no campo da feira, e as suas finais realizaram-se nos dias cinco e seis de agosto. No primeiro dia disputaram-se as chegadas para apurar os campeões dos touros jovens de raça barroso e dos touros cruzados jovens. No dia seguinte, domingo de festa em honra do Senhor da Piedade, combateram os touros adultos quer de raça barroso quer os animais cruzados. Fernando Moura conta que nesse dia

*Logo que o Campo do Rolo abriu, as pessoas pareciam formigas a entrar, já que depois de terem pago os quinhentos escudos de entrada, queriam procurar os lugares de onde melhor pudessem apreciar as chegadas. Desta multidão fazia parte um grande número de emigrantes, que neste mês do ano dão muita alegria ao nosso país e particularmente os desta zona, mostram que não se esquecem das tradições da sua terra.*⁵⁸⁹

Em julho de 1994 teve lugar a terceira edição do *Campeonato*, organizada em conjunto pelos responsáveis das duas edições anteriores deste evento, onde se inclui a CMM e “um grupo de homens amantes de chegadas”, e pelo Grupo Desportivo de Montalegre, que “necessitava de fundos”⁵⁹⁰. Fernando Moura⁵⁹¹ informa que este *Campeonato* se voltava a realizar pois, como anunciado então por Orlando Alves, “as chegadas eram o cartaz da região de Barroso, tanto para os turistas como para as gentes desta terra e emigrantes”.

⁵⁸⁶ Moura, *Barroso...*, 175.

⁵⁸⁷ *Ibidem*.

⁵⁸⁸ Moura, *Barroso...*, 175 – 176.

⁵⁸⁹ Moura, *Barroso...*, 181.

⁵⁹⁰ Moura, *Barroso...*, 195.

⁵⁹¹ *Ibidem*.

Após dez dias de inscrição, esta edição do *Campeonato*, anunciada através de cartazes, contou com a participação de oito touros de raça Barrosã e oito touros de outras raças, divididos em duas competições distintas, tendo as duas finais sido realizadas no dia catorze de agosto. Fazendo uma avaliação desta edição do *Campeonato*, Fernando Moura⁵⁹² escreveu que “Como sempre houve chegas fracas, chegas regulares e chegas extraordinárias”.

Relativamente a 1995, não foi possível encontrar qualquer referência à realização do *Campeonato*; sendo que as notícias sobre este evento apenas reaparecem em 2005⁵⁹³. Nesse ano a CMM decidiu, treze anos após a primeira edição, voltar a apoiar a organização do *Campeonato*, agora organizado pela Associação Etnográfica O Boi do Povo. Contudo, esta nova edição, que ocorreu entre nove junho e onze de agosto, contou apenas com a realização de combates entre animais de raça barrosã do concelho de Montalegre, divididos em duas categorias, animais jovens, com quatro inscritos, e animais adultos, com oito inscritos. Sendo que este evento teve, exceto nas finais, entrada grátis.

Orlando Alves, então ainda vereador do Pelouro da Cultura da CMM, justificou o regresso deste evento com a necessidade de fomentar o aumento do efetivo de animais de raça barrosã, raça que nesse período vivia uma fase de acentuada diminuição, por serem “cada vez menos as pessoas que querem criar os bois barrosões”⁵⁹⁴. Aspeto que Fernando Moura, ainda responsável pela organização do evento nesse período, explica com o facto de “nos últimos anos muitos produtores terem optado por outras espécies bovinas, de crescimento mais rápido e nas quais é feita inseminação artificial”, sendo que nesse ano estavam referenciados em Montalegre apenas trinta touros de raça Barrosã⁵⁹⁵. A edição de 2005 do *Campeonato* atribuía prémios monetários aos participantes, tendo sido entregue a cada animal um prémio de participação de 500 euros, sendo que a juntar a este valor, o segundo classificado obteve outros 500 euros e o vencedor mais 750 euros⁵⁹⁶.

Nuno Duarte confirma que a partir de 2005 o *Campeonato* foi organizado para promover as chegas de bois e, sobretudo, para “evitar o declínio do boi de raça Barrosã”,

⁵⁹² Moura, *Barroso...*, 199.

⁵⁹³ Câmara Municipal de Montalegre, «Calendário do Campeonato de Chegas de Bois Barrosos já é conhecido», 1 de junho, 2005, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=115>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

⁵⁹⁴ RTP, «O "Boi do Povo" volta a atrair milhares sábado em Montalegre», 5 de junho, 2007, http://www.rtp.pt/noticias/pais/o-boi-do-povo-volta-a-atrair-milhares-sabado-em-montalegre_n45599, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

⁵⁹⁵ RTP, «O "Boi do Povo"...

⁵⁹⁶ Celeste Pereira, «Campeonato de chegas de bois anima Montalegre», *Público*, 11 de junho, 2005, 50.

o que, para este, tem sido feito com sucesso, pois, “se o boi de raça barrosã ainda existe no concelho e arredores em números bons muito se deve ao apoio e prémios atribuídos no torneio”, e caso o *Campeonato* não se realizasse “haveriam muitos menos animais desta raça”. Também no ponto II do regulamento deste *Campeonato* pode ler-se que com “esta iniciativa pretende-se apoiar os esforços de conservação e fomento da raça Barrosã”⁵⁹⁷.

António Teixeira, vencedor do *Campeonato* em 2016, e ainda em 2005 e 2006, afirma que este evento “por ser conhecido em Montalegre e fora dele, em muitos lados por aí abaixo, é a melhor forma de promover o gado de raça Barrosã”, acrescentando que “se não houvessem prémios não havia torneio, pois estes são um incentivo importante”. João Campos considera “que este é uma boa forma de promover a raça Barrosã”.

Desde então o *Campeonato* tem-se realizado anualmente, sendo que na atualidade os combates, por eliminação (possuindo o *Campeonato* quatro fases: primeira volta, quartos de final, meias de final, final/combate pelo terceiro e quarto lugar; ou seja, assim, cada touro realiza no máximo quatro combates), ocorrem no chegódromo do Senhor da Piedade, geralmente, entre os meses de junho e a primeira quinzena de agosto. Em anos posteriores o *Campeonato* passou a contar apenas com uma categoria de touros, e com a atribuição de prémios de quinhentos euros a cada animal por combate realizado, exceto na final, onde o vencedor arrecadava setecentos e cinquenta euros; desta forma, o vencedor do torneio conseguia um prémio total de 2.250 euros. A partir de 2014 o prémio do vencedor da final aumentou em 250 euros, passando este a ganhar 1.000 euros nesse combate, perfazendo um total de 2.500 euros. Nuno Duarte afirma que da mesma forma “o segundo [ganhou] 2.250, o terceiro e quarto ganharam 2.000 cada um e por aí fora”⁵⁹⁸. Estes prémios são então pagos com o apoio da autarquia, e ainda através do dinheiro obtido com as quotas pagas pelos sócios e na venda de bilhetes – bilhetes que custam o preço de cinco euros na maioria das chegadas, dez euros na final, sendo a entrada gratuita no primeiro combate.

Efetivamente, em 2014 a CMM reforçou o seu apoio a este evento e disponibilizou 7.500 euros dos 14.000 euros necessários para a realização do *Campeonato*, sendo que segundo David Teixeira, em 2015 a CMM reforçou novamente

⁵⁹⁷ Associação Etnográfica o Boi do Povo, «Regulamento do torneio de chegadas de bois barrosos», 2014, disponível em: Anexo III.

⁵⁹⁸Diário Atual, «Montalegre: Entrega de prémios do Torneio de Chegadas de Bois», 1 de outubro, 2014, <http://diarioatual.com/?p=179107>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

esse apoio, que passou a rondar os 10.000 euros, tendo nesse ano a organização do *Campeonato* custado cerca de 20.000 euros.

Também em diversos anos o *Campeonato* contou com um maior número de inscritos comparativamente ao sucedido em 2005. Por exemplo, em 2009 participaram no evento catorze touros, e em 2007, 2010 e 2015 estavam inscritos neste dezasseis touros, por sua vez, na edição de 2016 o *Campeonato* totalizou a inscrição de vinte e um animais, no entanto, alguns deles foram excluídos, e apenas dezasseis destes foram selecionados para combater⁵⁹⁹. Situação que Nuno Duarte descreve como positiva, mas que não deixa de ser “uma dor de cabeça para a direção da associação”, pois cabe a esta selecionar os dezasseis touros com direito a participar no *Campeonato*, tendo como critérios as “participações dos animais seja em edições anteriores do torneio ou noutras chegadas, bem como a idade e a corpulência destes”.

Nuno Duarte acredita que o crescimento de animais inscritos se deve “ao aumento em geral da raça Barrosã” e ao “cada vez maior interesse pelo torneio, porque para nós é um orgulho muito grande ter o boi campeão, mesmo que os prémios pouco tenham aumentado”. Este crescente interesse pelo *Campeonato* pode ainda ser explicado, segundo Nuno Duarte, pelo facto de “haver uma maior divulgação do torneio nos meios de comunicação social” bem “como um maior apoio por parte do município”.

Refira-se ainda que na maioria das edições grande parte dos animais inscritos eram provenientes da freguesia de Salto, no Baixo Barroso. Por exemplo, na edição de 2016 sete dos dezasseis animais eram de Salto, e em 2008 o *Campeonato* contou com doze animais inscritos, nove dos quais desta freguesia, o que se deve ao facto de ser esta a zona do concelho onde há um maior número de animais desta raça. Também por esta razão, é comum que sejam de Salto vários semifinalistas, finalistas e até vencedores do *Campeonato*: na última edição (2016) na final combateram dois touros desta freguesia e outro foi derrotado na disputa pelo terceiro lugar; em anos anteriores, como em 2005, 2006, 2009 e em 2013 venceram o *Campeonato* touros de Salto. Desta forma, fica igualmente claro que, ainda que não decorram com tanta frequência como no Alto Barroso, as chegadas de bois possuem já grande popularidade em determinadas freguesias do Baixo Barroso.

Em 2016, o *Campeonato* teve início mais cedo do que o habitual, realizando-se as primeiras chegadas de bois no dia 25 de abril, e não no dia 9 de junho, feriado municipal.

⁵⁹⁹ Correio do Minho, «Montalegre: Torneio de chegadas de bois arranca amanhã», 24 de abril, 2016, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Nuno Duarte informa que esta foi uma medida proposta por Orlando Alves, atualmente presidente da CMM, e “muito bem recebida pela associação, isto porque os animais têm mais tempo de descanso entre as chegadas o que pode levar a melhores espetáculos”, no entanto este refere que tal “medida tem um senão que é a parte monetária, pois, em abril normalmente há menos público do que em junho e julho, mas temos que pôr os animais acima desses interesses”. Também Júlio de Barros tinha já referido esta alteração, afirmando que “os bois não são máquinas” e “precisam de muito tempo para recuperar de uma luta”, assim, “as chegadas deviam começar mais cedo, para os bois em caso de necessidade, terem mais tempo de recuperação”. Este afirmou ainda que “os bois de Salto ficam em desvantagem ao terem de ir disputar todas as eliminatórias em Montalegre”, pois, “com o calor e a longa viagem, ficam diminuídos”⁶⁰⁰. Assim, este propôs que os touros tivessem a possibilidade de combater ao longo do *Campeonato* em “casa”, não necessitando de se deslocar a Montalegre para todas as chegadas de bois por si realizadas⁶⁰¹.

Nuno Duarte informa que “o veterinário responsável pelo torneio, Nuno Justo, antes do sorteio realiza em todas as cópias dos cartões sanitários uma verificação pormenorizada”; estando também explícito no ponto VIII do regulamento do *Campeonato* que “O boletim sanitário terá que estar de acordo com as normas estabelecidas pela D.G.V. (Direção Geral de Veterinária), que, como todos sabem, uma das exigências é o animal estar com as análises ao sangue feitas há menos de 3 meses”⁶⁰². A leitura deste regulamento permite ainda saber que, segundo o ponto IX, “O proprietário tem que preencher devidamente a guia de transporte do animal, aliás como em anos anteriores”⁶⁰³, e que, segundo o ponto XI,

*No acto da inscrição o proprietário deverá fazer-se acompanhar do cartão de sócio, exhibir toda a documentação inerente ao animal, nomeadamente o boletim sanitário e o registo da AMIBA, a todos os proprietários será exigida uma caução de 500.00 € que será devolvida no final do torneio [...].*⁶⁰⁴

Por sua vez, segundo o ponto X deste documento, os

⁶⁰⁰ Barros, «Opinião...»

⁶⁰¹ Barros, «Comentário...»

⁶⁰² Associação Etnográfica O Boi do Povo, «Regulamento...»

⁶⁰³ *Ibidem.*

⁶⁰⁴ *Ibidem.*

[...] *animais não poderão trazer nenhum tipo de acessórios na ponta dos cornos, ex: massas, colas, pontas de aço, bem como qualquer outro tipo de acessórios, se a direcção suspeitar destas artimanhas ou de outras, tais como cheiros e azougue, o animal é desclassificado e perde todo o valor acumulado até ao momento, bem como a caução depositada.*⁶⁰⁵

Nuno Duarte refere ainda que futuramente a Associação Etnográfica O Boi do Povo pretende, “assim que o orçamento o permita, aumentar os prémios monetários” e “alargar o torneio para que possa ser nacional ou, pelo menos, entre distritos, mesmo que para tal fossem necessários outros intervenientes na organização” ou “conseguir que possam participar mais animais no torneio”.

A imprensa local procura acompanhar o *Campeonato*, dando a conhecer o que ocorre em cada combate bem como disponibilizando o emparelhamento e calendário dos mesmos. O *Campeonato* e os seus combates são ainda anunciados através de cartazes (Figura 35).

São igualmente realizados campeonatos de chegas de bois na vila de Vinhais (distrito de Bragança) e na cidade de Bragança (Figura 36 e Figura 37). O *Campeonato Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa* (inicialmente *Campeonato Distrital de Bovinos de Raça Mirandesa*, e unicamente destinado aos animais do distrito de Bragança) realiza-se em Vinhais, mais propriamente no chegódromo de Vinhais, desde 2009, contando já com oito edições, e é organizado pela PRORURIS - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, e nele podem participar animais de raça Mirandesa de todo o país, divididos em duas categorias: animais adultos e animais até aos cinco anos⁶⁰⁶.

Este campeonato, que conta igualmente com prémios monetários e ainda com compensações para os proprietários provenientes “de um raio superior a 40 quilómetros”, tendo já em 2010 um orçamento de 30.000 euros, e no qual na última edição, realizada entre 10 de julho e 14 de agosto de 2016, foram inscritos vinte e oito touros⁶⁰⁷, tem, segundo o artigo 2.º do seu regulamento, como principal objetivo

⁶⁰⁵ *Ibidem.*

⁶⁰⁶ Mensageiro de Bragança, «Mais touros em confronto nas chegas de Vinhais» 30 de junho, 2016, <http://www.mdb.pt/noticia/mais-touros-em-confronto-nas-chegas-de-vinhais-5417>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

⁶⁰⁷ *Ibidem.*

*estimular os criadores na produção de animais que, pela sua destreza, energia e bravura, se distinguem dos demais e assim se valorizam de forma assinalável, usufruindo os seus criadores dessa mais valia quando da sua comercialização. Simultaneamente, contribui-se para a satisfação de uma necessidade social, decorrente de uma tradição muito enraizada, mas que por falta do próprio espetáculo, e não de espectadores, está em risco de perder-se.*⁶⁰⁸

Por sua vez, o *Campeonato de Chega de Touros de Bragança* decorreu pela primeira vez em 2016, entre um de maio e vinte e um de agosto, no *Recinto de Promoção e Valorização das Raças Autóctones*. Este campeonato está dividido em duas competições, uma destinada aos touros de raça Mirandesa do distrito e outra destinada a animais cruzados do distrito. Foram inscritos neste campeonato, com um orçamento de 30.000 euros para prémios, trinta e dois touros⁶⁰⁹.

No entanto, nem todos concordam com a realização deste tipo de campeonatos, mais concretamente com a realização do campeonato realizado em Montalegre, tendo sido escrito, numa crónica do jornal *Notícias de Barroso*, que este evento se apresenta como “a deturpação das próprias chegas não só pela forma como se programa, mas sobretudo pela essência do que deve ser uma Chega”, pois os touros “entram naturalmente no campeonato quando se chegam a outros bois”⁶¹⁰.

⁶⁰⁸PRORUBIS, «Campeonato Nacional de Chegas de Touros: Regulamento», 2011, http://www.cm-vinhais.pt/uploads/writer_file/document/253/regulamento_chegas_de_touros_de_raa_mirandesa_2011.pdf, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

⁶⁰⁹Mensageiro de Bragança, «Campeonato de chegas de touros mirandeses já começou», 9 de julho, 2016, <http://www.mdb.pt/noticia/campeonato-de-chegas-de-touros-mirandeses-ja-comecou-4162>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

⁶¹⁰Notícias de Barroso, «Chegas e bois»....



Figura 35 – Cartaz das meias finais do Campeonato de Chegas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre, 2016.

Cartaz cedido por: Nuno Duarte.



Figura 36 – Cartaz referente ao Campeonato Nacional de Bovinos de Raça Mirandesa, 2015.

Fonte: Pátio de Quadrilhas, <http://patioquadrilhas.blogspot.pt/2015/07/cartaz-das-chegas-de-touros-em-vinhais.html>, consultado no dia 19 de outubro de 2016.



Figura 37 – Cartaz referente ao Campeonato de Chega de Touros de Bragança, 2016.

Fonte: Câmara Municipal de Bragança, http://www.cm-braganca.pt/uploads/writer_file/document/4266/chega_de_touros.jpg, consultado no dia 19 de outubro de 2016.

5.4. Os direitos e a dignidade dos animais: o caso das chegadas de bois

Já aqui foi referido, com uma análise feita sobretudo a partir do caso dos espetáculos com touros, que, em Portugal como noutros países, a defesa dos direitos e da dignidade dos animais não-humanos são um assunto em voga; sendo que a oposição à tauromaquia bem como a outros desportos ou espetáculos com animais tem vindo a crescer nos últimos anos, apesar de serem também vastos os esforços em defesa destas práticas⁶¹¹.

⁶¹¹ Assunto aprofundado no ponto: 4.3. *Os combates de animais e a tauromaquia: os direitos e a dignidade dos animais não-humanos.*

No que diz respeito às chegas de bois e, claro está, à relação destas com os direitos dos animais, Pedro Morais⁶¹² começa por salientar não ser um profundo conhecedor desta prática, apesar de estar ciente da importância que o boi do povo bem como estes combates tinham e têm para as comunidades de Montalegre. Por esta razão, reconhece que estas se tratam de uma manifestação cultural forte e com razão de ser, “inclusivamente associadas à sobrevivência das populações”, e cuja existência compreende. Assim, mesmo que esta prática lhe desagrade, Pedro Morais sente-se mais voltado a criticar um possível aproveitamento turístico ou um processo de *patrimonialização* e salvaguarda das chegas de bois, como a sua introdução no *Inventário Nacional*, do que a simples presença destes combates no Norte de Portugal.

Relativamente à hipotética *turistificação* das chegas de bois, Pedro Morais começa por indicar que neste processo não seriam, muito provavelmente, os proprietários de gado, sobretudo os que não o fazem exclusivamente para estes combates, os principais beneficiados, mas sim, aqueles que se dedicam à organização destes eventos e um grupo de agentes que se aproveitaria da abertura de mais um “filão turístico”. O que na opinião deste retira as chegas de bois do seu contexto: a proteção das raças autóctones e a contribuição para o sustento daqueles que se dedicam à pecuária – e, para Pedro Morais, a aposta no turismo em espaço rural deve ter sempre em conta o contexto em que as tradições e práticas estão ou estiveram integradas. Este questiona ainda se “neste caso a aposta no turismo faz realmente sentido?”, isto é: “será que uma aposta no turismo contribuiria para a preservação das chegas de bois e do seu aspeto patrimonial?”; e ainda, se estas “são realmente um atrativo turístico, capaz de levar novas pessoas a Montalegre, para além daquelas que iriam visitar o concelho mesmo sem a existência de chegas?”, ou, pelo contrário, “poderiam estas repelir outros turistas importantes para o fomento de um turismo mais sustentável?”. Pedro Morais considera ainda que caso, desta forma, as chegas de bois conseguissem atrair novos espetadores, e assim, novos turistas para a região de Montalegre, muitos deles “não seriam conhecedores nem teriam interesse nas suas origens”.

Quanto à patrimonialização das chegas de bois, sobretudo à sua introdução no *Inventário Nacional*, Pedro Morais, apesar de, como expresso anteriormente, encontrar nestes combates “um elemento patrimonial interessante”, considera que uma iniciativa deste género, “que promova, de modo artificial, as chegas de bois em Portugal”, deve ser

⁶¹² Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, atualmente Pedro Morais realiza investigação na área do ecoturismo e integrou a comissão política do partido Pessoas Animais e Natureza (PAN), tendo concedido uma entrevista no dia 12 de novembro de 2015.

evitada. Pois, e em primeiro lugar, este acredita que o concelho de Montalegre e toda a região de Trás-os-Montes são riquíssimos em manifestações culturais, materiais ou imateriais, muitas delas, na sua opinião, com o mesmo valor patrimonial que as chegadas de bois, apesar de não possuírem a mesma “espetacularidade” e que, nalguns casos, estão em risco de desaparecimento; sendo, por isso, esta uma “discussão de prioridades”: qual o património, que por poder desaparecer brevemente, necessita de ser salvaguardado? Em seguida, Pedro Morais argumenta que quando se refere à salvaguarda de uma manifestação tende-se também a apostar ou a reforçar a aposta no turismo; aspeto por si já criticado. Este acrescenta que seria inclusivamente mais benéfico e gerador de receitas para os produtores de gado a aposta num outro potencial recurso turístico, também ele com grande valor patrimonial: a participação, ou somente a visualização, por parte de visitantes e turistas do concelho de Montalegre em trabalhos agrícolas nos quais se recorrem a veículos de tração animal, como carros de bois ou alfaías agrícolas. Pedro Morais acredita que uma iniciativa deste género poderia inclusive contribuir “para a manutenção de populações nas áreas rurais e agrícolas e de formas de agricultura e variedades tradicionais que estão rapidamente a desaparecer”.

Por sua vez, Jorge Ribeiro⁶¹³, falando em nome da Associação Vida Animal (AVA), refere que esta associação de defesa dos direitos dos animais é contra qualquer forma de exploração de animais, sobretudo aquelas que envolvem violência e, dessa forma, colocam em risco a integridade dos mesmos, e por isso, naturalmente, se opõem à existência das chegadas de bois, “independentemente dos eventuais lucros que estas possam trazer para os proprietários de animais”. Por esta razão, fica também claro que esta associação é contrária à hipótese de um processo de patrimonialização das chegadas de bois; sobretudo porque um processo destes poderia acarretar o aumento de incentivos a estes combates, e também porque – tal como destacado por Pedro Morais – “o Norte de Portugal e Trás-os-Montes em particular tem uma tradição etnográfica riquíssima, e, desta forma, não há qualquer justificação para promover a valorização e manutenção de uma prática baseada na exploração de animais”.

Questionado sobre as diferenças entre as touradas e as chegadas de bois, Pedro Morais ressalta, em primeiro lugar, que nas chegadas de bois existe uma carga de violência menor, pois neste caso os ferimentos nos touros, apesar de existentes, tendem a ser menos frequentes e graves, não se seguindo ao combate a morte dos animais. E depois também

⁶¹³ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Jorge Ribeiro é presidente da Associação Vida Animal, tendo concedido uma entrevista no dia 20 de novembro de 2015.

a divulgação feita às chegas de bois é muito inferior à existente em torno das touradas, não sendo as primeiras, por exemplo, transmitidas televisivamente. O que faz que estas tenham apenas um “caráter regional”, outras das razões para a reduzida contestação às chegas de bois.

Também Maria da Conceição Pacheco⁶¹⁴, natural do concelho de Montalegre, coloca em contraste as chegas de bois e as touradas, escrevendo que as touradas tão apreciadas no Ribatejo e no Alentejo são um “espetáculo que não nos seduz [aos habitantes do Norte de Portugal]: ver um individuo a pé ou a cavalo à roda de um inocente bicho para lhe espetar farpas, o pôr a sangrar enquanto este procura defender-se e evitar a agressão”; o que não sucede com as chegas de bois, realizadas no Norte de Portugal, onde

[...] o boi é um animal “sagrado”. Não os há às manadas como nas planícies alentejanas, são poucos mas preciosos, tratados com esmero para o prémio anual nas feiras e, quando muito, ostentados em desafios leais contra os seus pares nas tradicionais “chegas barroãs”. Então, estes nobres animais dão exemplo ao homem: lutam lealmente com todos os seus meios até que o vencedor no terreiro, ufano, como quem diz: “aqui sou o rei”. E, como rei, generosamente, não persegue o vencido até o aniquilar; deixa-o simplesmente de lado a remoer a sua vergonha.⁶¹⁵

Da mesma forma, refira-se também que Torga por várias vezes mostrou ser apreciador de chegas de bois, porém, no seu livro *Bichos*, mais concretamente no conto *Miura*⁶¹⁶, este apresenta-se crítico dos maus tratos e, sobretudo, da humilhação sofridos pelo touro no decurso de uma tourada.

As diferenças anteriormente salientadas por Pedro Morais são também, segundo este, as principais razões para a quase inexistência de protestos contra as chegas de bois. Assim, este defende que caso as chegas passem a ter uma maior divulgação e popularidade estas passem igualmente a integrar as prioridades de diversas associações que se dedicam à defesa dos direitos dos animais, levando, desta forma, ao aparecimento de ações de protesto contra esta tradição. Retomando um ponto anterior, Pedro Morais dá como exemplo a transformação das chegas de bois numa atividade turística como um dos

⁶¹⁴ Maria da Conceição Pacheco, *Salto: Apelos do Torrão Natal* (Braga: s/ed., 2008), 89 – 90.

⁶¹⁵ Pacheco, *Salto...*, 90.

⁶¹⁶ Miguel Torga, *Bichos* (Alfragide: Leya, 2013), 77 – 82.

motivos para a contestação; salientando em seguida que “isolando as chegadas de bois do seu contexto as diferenças que esta tem com as touradas diminuem”, passando estas a ser somente mais um espetáculo onde se promove o sofrimento animal. Na opinião deste é também provável “que um processo de registo patrimonial das chegadas de bois chame a atenção de pessoas que se dedicam à proteção animal e aumente as correspondentes ações de protesto”.

Pedro Morais afirma que outro aspeto claramente negativo das chegadas de bois, e que, segundo este, afasta estas do seu propósito, é a existência de criadores de gado que se dedicam a esta atividade única e exclusivamente para possuírem animais aptos a participar nestes combates. Da mesma forma, Jorge Ribeiro indica ter conhecimento de uma chegada em que, como aqui referido anteriormente, dois touros jovens enfrentaram um de maior corpulência, “descartando-se, assim, a condição de uma luta igual para igual”, o que “leva a um maior risco de ferimento, e tudo para aumentar o potencial de entretenimento do evento”, o que “abre a porta para um maior sofrimento dos animais”.

Jorge Ribeiro refere ainda que a AVA nunca organizou ou participou numa ação de protesto contra as chegadas de bois; o que justifica com o facto das chegadas de bois: serem “uma prática circunscrita”, o que, inclusivamente, dificulta a organização de protestos; terem pouca projeção, sobretudo quando comparadas com outros espetáculos com touros, neste caso em concreto com as touradas, que são transmitidas televisivamente; e “por esta prática não ser, talvez, tão violenta como outras práticas de exploração de animais, pois não existe sangue visível e os animais não são no final do combate encaminhados para o matadouro nacional, como acontece nas touradas”. Razões que, na opinião da associação AVA, explicam igualmente o porquê de outras associações não organizarem ações de protesto contra as chegadas de bois, preferindo estas centrarem-se no combate a outras práticas tauromáquicas, que, devido ao anteriormente referido, “são também alvos de maior repúdio por parte do público”.

No entanto, em 2008, aquando da realização do congresso internacional sobre combates de animais, *Os combates de animais – História e etnografia de uma “tradição”, antropologia da constituição do “intolerável”*, a associação de defesa dos animais ANIMAL teceu duras críticas ao executivo camarário de Montalegre, devido à autorização concedida para a realização das tradicionais chegadas de bois, mas também de

lutas de carneiros e de galos⁶¹⁷. Afirmado Miguel Moutinho, então presidente desta associação, que é “inimaginável que o Estado, neste caso através de uma câmara municipal, continue a promover este tipo de tortura”⁶¹⁸.

Pedro Morais acredita que as chegadas de bois não são, neste momento, uma manifestação ameaçada, e a existência de vários campeonatos é, para este, prova disso; porém, este defende que poderá um dia existir “falta de interesse das comunidades nas chegadas de bois, sobretudo, se estas se desligarem do seu contexto”. Pedro Morais argumenta ainda que “o possível afastamento dos consumidores, principalmente dos que habitam em meios urbanos, do consumo de carnes autóctones”, como a carne de gado de raça Barrosã ou de raça Mirandesa, poderia ser outro fator a contribuir para o esmorecimento das chegadas de bois. Pois, assim sendo, muito provavelmente, verificar-se-ia a diminuição das verbas atribuídas pelas autarquias para a organização de campeonatos de chegadas de boi, eventos que visam sobretudo garantir apoios para a produção de animais destas raças.

No entanto, Jorge Ribeiro afirma que os membros da associação AVA têm “esperança que as chegadas e todas as formas de entretenimento baseadas em exploração animal e no sofrimento destes terminem em breve”, o que explica com o facto de “a nossa sociedade recusar cada vez mais, de dia para dia, liminarmente a exploração de animais para entretenimento, independentemente de a atividade ser a partida mais ou menos violenta”; acrescentando que o fim das chegadas de bois pode, assim, “acontecer por mudança de hábitos da população ou por imposição legal”.

Ainda sobre a atitude das associações de defesas dos animais perante as chegadas de bois, e neste caso em concreto, da associação Asociación para a Defensa Ecolóxica de Galiza, Xerardo Pereiro escreve em 2009 que

No concelho de Montalegre, no Norte de Portugal fronteira (“raia”) com a Galiza, as chegadas ou lutas de bois são um património local vivo, que representa a rivalidade entre aldeias. No concelho galego vizinho de Calvos de Randín, as lutas de bois são proibidas pela lei autonómica da Comunidade Autónoma da Galiza, mas a tradição teima em manter-se e as pessoas solicitam os bois aos vizinhos portugueses. A Junta da Galiza (Governo Autônomo) olha para o outro lado e alguns ambientalistas da

⁶¹⁷ José Bento Amaro Público, «Associação Animal contra Câmara de Montalegre pela realização de lutas de bois, carneiros e galos», *Público*, 25 de outubro, 2008, <http://www.publico.pt/portugal/jornal/associacao-animal-contracamara-de-montalegre-pela-realizacao-de-lutas-de-bois-carneiros-e-galos-281277>, consultado no dia 18 de setembro 2016.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

*associação Adegas – a maior associação ambientalista da Galiza - protestaram e denunciaram o caso porque achavam condenável esta herança cultural, por maltrato de animais. Alguns associados de Adegas visitaram e admiraram comigo a luta de bois em Montalegre, considerando-a algo moralmente aceitável.*⁶¹⁹

Por sua vez, a plataforma BASTA, ou Plataforma Nacional para a Abolição das Touradas, adiantou, num breve comentário, que considera que “ao contrário das corridas de touros, as chegadas de bois não são excecionadas na lei⁶²⁰, pelo que são uma prática ilegal tal como as lutas de galos ou de cães”. Sobre este assunto, a associação Vida Animal afirma ser necessário analisar dois diplomas legais. Em primeiro lugar, a *Lei n.º 92/95*, referente à proteção aos animais, que diz, mais concretamente no seu artigo 1.º, serem

*[...] proibidas todas as violências injustificadas contra animais, considerando-se como tais os actos consistentes em, sem necessidade, se infligir a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal.*⁶²¹

E depois, o *Decreto-Lei n.º 315/2009*, sobre a detenção de animais perigosos, mais propriamente o seu artigo 31.º, referente às lutas entre animais, onde se pode ler que

1 – Quem promover ou participar com animais em lutas entre estes é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa.

2 – A tentativa é punível.

*3 – Excepcionam-se do disposto no n.º 1 os eventos de carácter cultural que garantam a proteção da saúde pública e animal, devidamente autorizado pela DGV [Direção-Geral de Veterinária, contudo, atualmente conhecida como Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)].*⁶²²

⁶¹⁹Xerardo Pereiro, *Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica* (s. 1.: Pasos, 2009), 165, <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoeedita/PSEedita2.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

⁶²⁰ Numa referência à *Lei n.º 92/95*, de 12 de Setembro, onde se pode ler, no artigo 3.º, que “É lícita a realização de touradas, sem prejuízo da indispensabilidade de prévia autorização do espectáculo nos termos gerais e nos estabelecidos nos regulamentos próprios”: «Proteção aos animais, Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro» (1995), http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2172&tabela=leis, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

⁶²¹ *Ibidem*.

⁶²² «Detenção de animais perigosos, Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de Outubro» (2009), http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?Nid=1310&tabela=leis, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Após a análise conjunta destes dois documentos, Jorge Ribeiro salienta que para a AVA existem dúvidas que as chegadas de bois constituam uma prática legal. Contudo, esta hipótese não é totalmente afastada, pois, “não é possível obter uma interpretação muito clara”. Porém, e porque, como antes visto, as chegadas de bois são organizadas com o apoio logístico da CMM e de outros municípios e, sobretudo porque, aquando do estabelecimento de uma cláusula de exceção para estes combates nas novas regras referentes ao transporte de animais, a DGVA legitimou, assim, a existência das chegadas de bois, às quais se referiu ainda como um evento com “especificidade cultural”⁶²³, parece ser claro que as chegadas de bois, para já, constituem uma atividade legal.

No entanto, também o jornal Notícias de Barroso, em agosto de 2009, ou seja, poucos meses antes da aplicação do *Decreto-Lei n.º 315/2009*⁶²⁴, mostrava preocupação com o facto das chegadas de bois puderem vir a ser proibidas, devido à *Lei n.º 82/2009* que, no seu artigo 2.º, autorizava o governo a criminalizar as lutas entre animais. Sendo que, devido a esta preocupação, lançou o alerta às autoridades locais e regionais, às associações de criadores de gado barrosão, mirandês, arouquês e maronês e às associações de promoção das chegadas de bois para que reagissem de forma a que tal não acontecesse⁶²⁵.

Contudo, para os membros da AVA esta não é a questão mais relevante, pois “independentemente da interpretação que possamos fazer da lei atual, o que devemos questionar é se uma qualquer tradição ou evento cultural se deve sobrepor ao sofrimento de um animal?”; ao que respondem, de forma clara: “obviamente que não”, pois, é necessário “considerar-se o bem-estar dos animais como algo importante, e digno de proteção legal, e não admitir que o bem-estar destes seja relegado em detrimento de uma qualquer diversão dos humanos”.

Contrariamente, e apesar de cientes do aumento da consciencialização para a proteção animal e da cada vez maior legislação neste campo, que tem levado à proibição de diversos espetáculos com animais, Nuno Duarte, David Teixeira, e os produtores de gado, como João Campos e António Teixeira, não acreditam na ilegalidade ou futura proibição desta tradição.

António Teixeira afirma que seria difícil, inclusivamente através de uma iniciativa legal, pôr fim às chegadas de bois, pois, os proprietários de touros passar-se-iam a encontrar

⁶²³ Diário Digital, «Chegadas de bois...

⁶²⁴ «Lei n.º 82/2009» (2009), www.cm-penacova.pt/admin/include/download.php?Id_ficheiro=3615, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

⁶²⁵

clandestinamente, algures no monte, para combater com os seus animais – como parece acontecer na vizinha Galiza. Já João Campos acredita “que nunca vai ser possível acabar com as chegas, porque os animais andam aí à deriva e acabam por se encontrar” e, da mesma forma, “vão sempre juntar-se pessoas para as ver”.

Por sua vez, Nuno Duarte avança que não sabe se esta prática é legal ou ilegal, minimizando inclusivamente esta questão; acrescentando que, pelo contrário, sabe

[...] que esta é uma tradição de um povo, que faz parte de nós, que não se consegue exprimir a alegria, o brio, a vaidade, a satisfação por ter o boi campeão, seja de raça Barrosã ou de raça cruzada, sei também que as chegas têm contribuído para a existência de cada vez mais bovinos machos nestes concelhos, e a preservação de raças autóctones. Gosto muito que as pessoas se preocupem com os animais e desde já lhes digo que a estes animais só lhes falta dar doces e meter numa redoma de vidro. E sei que tenho que respeitar as pessoas que são contra ou não gostam, mas essas pessoas terão que respeitar as nossas tradições, as nossas crenças – como eu respeito as tradições de outras regiões, mesmo que não goste delas – e terão que se informar bem sobre este assunto, uma vez que os animais são criados para a cobrição e para as Chegas de Bois, os bois não são obrigados a lutar. Quando um boi quer abandonar o campo abandona, e não é mais maltratado por isso. Os animais quando se encontram nos terrenos agrícolas, nos lameiros ou no monte também lutam.

Quanto a uma futura proibição das chegas de bois, Nuno Duarte afirma que não acredita que tal seja possível, pois esta

É uma paixão e uma tradição muito antiga e muito enraizada no norte, teríamos que arranjar forma de isso não acontecer. Isso seria como arrancarem uma parte de nós talvez ou acabar com os bois de raça Barrosã e também com bois de outras raças, uma vez que a cobrição das vacas está assegurada pela inseminação artificial, ficando poucos mais animais do que os dadores de sémen.

Já David Teixeira acredita que “mesmo que a lei siga um dia esse caminho, não significa que consiga acabar com as chegas de bois”, pois estas são “um acontecimento cultural de milhares de anos que nenhuma lei consegue interromper” e “enquanto existir

um barrosão existirão chegas de bois, uma vez que faz parte do seu património genético e do seu ADN cultural”. Este acrescenta que, por estas razões, a CMM “irá sempre estar presente e dar a cara na defesa desta tradição do nosso povo”, procurando “apoiar as chegas de bois desde que estas respeitem a lógica de combate entre animais de raça autóctone” contribuindo assim para “preservar a memória cultural desta tradição, e garantir o apuramento dos melhores animais”. David Teixeira defende também que não existem razões para protestar contra as chegas de bois quando organizadas com este fim, porque se tratam de uma manifestação cultural, e porque estas “não têm a carga pejorativa das touradas”, “são na sua essência, o instinto normal de um animal, que pretende demonstrar o seu poder e supremacia dentro da manada ou perante outros touros” e nelas “os animais não são obrigados a lutar e podem-se ir embora”. Todavia, este considera que um dia “as chegas organizadas por privados, onde, por vezes, acontecem apostas e investimentos de alto risco, possam um dia chamar a atenção dos defensores dos animais e serem postas em causa”, pois, e mesmo que também nestas seja o instinto animal que leve os touros a defrontarem-se, “existe por vezes aqui a procura de lucro por parte dos organizadores e participantes” e este tipo de eventos “retiram qualquer valor tradicional e cultural às chegas”. David Teixeira afirmou ainda que uma das razões para nunca se ter equacionado a tentativa de introdução das chegas de bois no *Inventário Nacional* é o facto de “não se tencionar levantar anticorpos das associações de proteção dos animais”.

Para terminar, saliente-se que também no seio do público, pelo que foi possível apurar, as opiniões se dividem. Assim, no decorrer das chegas de bois foi possível ouvir um grupo de três espetadores, todos eles aproximadamente com vinte anos, e provavelmente pouco familiarizados com estes combates, questionarem-se sobre a existência de associações que se dediquem a organizar protestos contra as chegas de bois, o que não lhes “parece provável”, pois, “aqui não estão a magoar os animais, eles até lutam na natureza, nos lameiros”; ou ouvir outros indivíduos, quer visitantes como habitantes do concelho, afirmarem ser contra a realização deste tipo de espetáculo. Afirmando estes, ao verem os ferimentos dos bois e “os cornos cheios de sangue”, que “isto devia ser proibido”, pois tal espetáculo, “ver os animais a sofrer”, lhes “faz impressão”. Sugerindo estes, a quem discordava da proibição, para “ir lá para o meio dar com os cornos”. Eram também vários os espetadores que sugeriam “pôr umas borrachas ou qualquer coisa nos cornos”, para evitar que os animais se magoem, e ainda quem acrescentasse que se “tivesse animais destes não os usava para este espetáculo, coitadinhos”.

Para terminar, é de realçar que alguns dos argumentos aqui apresentados, quer por elementos presentes no público quer pelos entrevistados, se aproximam, mesmo que com algumas diferenças de grau, de duas perspetivas anteriormente referidas: a perceção dos animais não-humanos como seres sensíveis; e a opinião de que a participação destes animais em combates faz parte da sua natureza⁶²⁶.

5.5. Os combates de galos e os combates de carneiros em Montalegre

Apesar de serem aqueles que possuem maior relevância em Montalegre, as chegadas de bois não são o único combate de animais aí existentes.

Assim, em 2005, um relato no jornal *O Povo de Barroso* dava conta que num largo, nas proximidades do Centro de Saúde de Montalegre, “uma numerosa assistência” se havia juntado para ver uma luta de galos. Os quatro galos, que realizaram dois combates, apesar de serem de “raça”, não conseguiram combater durante muito tempo e não possuíam, como é comum nestes combates, lâminas presas aos esporões. Mas apesar disso, estes “proporcionaram um bom espetáculo”.

Este relato acrescenta ainda que não pareciam existir apostas inerentes a estes combates, e que alguns dos proprietários de galos de combates haviam vendido animais deste tipo por mais de duzentos e cinquenta euros, e pensavam em importar ovos do Brasil para fazer criação. Era ainda expressa a crença de que, no futuro, estas lutas que, aparentemente, estavam a conhecer “um aumento exponencial”, pudessem “em tempos futuros emparceirar com as chegadas de bois”⁶²⁷.

Em 2009, era noticiado que nos concelhos de Montalegre e Chaves se organizavam ilegalmente combates de galos⁶²⁸. Segundo esta notícia, os combates de galos são frequentes no Alto Tâmega, e quanto mais perto da fronteira com a Galiza mais comuns aparentam ser, sendo que, nas localidades raianas, naquele período, se realizavam quatro a seis lutas de galos por mês. Os seus adeptos referem-se a estes combates como uma mera “brincadeira de amigos” que se juntam secretamente em garagens para se

⁶²⁶ Assunto aprofundado no ponto: 4.3. *Os combates de animais e a tauromaquia: os direitos e a dignidade dos animais não-humanos*

⁶²⁷ *O Povo de Barroso*, «Timor – luta de galos: em Montalegre também já existe», 31 de janeiro, 2009, 12.

⁶²⁸ Diário de Notícias, «Lutas de galos em garagens rendem cinco mil euros», 12 de abril, 2009, <http://www.dn.pt/portugal/norte/interior/lutas-de-galos-em-garagens-rendem-cinco-mil-euros-1199437.html>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

divertir e fazer uma “petiscada”, não procurando obter algum lucro com estes combates, que mesmo sem serem publicitados, conseguem ter um grande número de espetadores. Assim, muitas das vezes, não são cobrados bilhetes; no entanto, em Chaves, houve, em tempos próximos, quem tenha pago 1.500 euros por um só galo proveniente do México, bem como realizado apostas que renderam cerca de cinco mil euros. A notícia referiu ainda a existência de combates em Espanha onde, supostamente, os animais, por vezes, armados com bisturis, se enfrentam até à morte. No entanto, um espetador destes combates contava que na raia as “lutas de morte” mais comuns são aquelas em que os proprietários apostam os seus animais, e “quem perder tem de morrer e ir para a panela”, servindo para alimentar os “amigos que gostam de comer”⁶²⁹.

Um proprietário contou que já havia tido mais de cem galos de combate, que alimentava com mistura de aves e, para estes respirarem melhor, com “remédio das lombrigas que se dão às crianças”. Outros proprietários afirmaram tratar os seus galos “como animais de estimação, mas gostam de os ver à luta”⁶³⁰.

Os adeptos destes combates pediam ainda que esta modalidade, no entanto sem a morte dos animais, fosse legalizada em Portugal, para que não tivessem que passar a fronteira caso quisessem ver uma luta de galos sem correrem o risco de serem autuados. Aqueles, juntamente com os organizadores dos combates e também os proprietários dos galos afirmam não entender por que razão as *chegas de galos* são ilegais em Portugal, sobretudo quando estas são legais em Espanha, tendo grande sucesso na Galiza, e quando no Norte de Portugal se organizam combates de touros. Argumentando alguns que as *chegas de galos* são antigas em Trás-os-Montes, pois, “até no livro do Padre Fontes se encontram escritos anteriores a 1930”⁶³¹.

Efetivamente, Fontes⁶³², em 1982, refere, apesar de muito vagamente, a existência de combate de galos em Montalegre, mais propriamente, em Vilar de Perdizes, e na vizinha Galiza. No entanto, a prática mais comum envolvendo estes animais é o *jogo do galo*, jogo realizado no Domingo Gordo, e que em Portugal era conhecido em quase todo o território a norte do Mondego, mesmo que com outras designações: *correr o galo*, o *rei dos galos*, *tiro ao galo*⁶³³. Há também um grande número de variantes deste jogo,

⁶²⁹ *Ibidem*.

⁶³⁰ *Ibidem*.

⁶³¹ *Ibidem*.

⁶³² António Lourenço Fontes, «O jogo do galo na Península Ibérica», *Brigantia: Revista de Cultura*, vol. 2, n.º1 (1982): 111 – 115.

⁶³³ Fontes, «O jogo...», 111.

associado a antigos cultos pagãos⁶³⁴. Numa delas, como descreve Cabral⁶³⁵ prendia-se, sensivelmente à altura de três metros, a ponta de uma corda a uma árvore. A outra ponta passava por cima de uma outra árvore, entre dois ramos, a uma altura idêntica. Esta ponta ficava depois “na mão de alguém que pode esticar a corda ou não, de modo a levantar ou deixar descair o galo que está no meio da corda, suspenso pelas patas”; podendo também estar ambas as pontas da corda presas em duas árvores. Depois, os jogadores, com um pau e olhos vendados, tentam acertar no galo, sendo o vencedor o primeiro a conseguir fazê-lo. No entanto, em 1991 Cabral⁶³⁶ afirma que o jogo do galo era cada vez menos jogado.

Saliente-se ainda que, apesar de aparentemente existirem no concelho de Montalegre jogos e desportos com galos antes do período da maior emigração para França, muitos dos seus aficionados podem ter se aproximado desta prática neste país, onde tais combates gozam de grande popularidade.

Quanto aos combates com cordeiros, em 2006, *O Povo de Barroso* noticiava que em Montalegre as chegadas de bois, talvez por culpa do “espírito comercial que impera atualmente neste desporto”, estavam a perder fulgor, situação que permite criar “espaço para o surgimento de novas atrações como as “Turras de Carneiros”⁶³⁷. Assim, nesse ano, após assistirem a uma chegada de bois, na Aldeia Nova, os espetadores tiveram a possibilidade de ver “uma luta de carneiros que conseguiu surpreender tudo e todos tal a emotividade do combate”; a luta demorou vários minutos e contou “com marradas a altíssima velocidade que levaram ao rubro os espectadores presentes”⁶³⁸. Ainda em 2006, na final do *Campeonato*, os espetadores puderam presenciar um combate de carneiros, que, contudo, “não correu muito bem pois os carneiros não mostraram muita disposição para lutar”⁶³⁹. Em 2007, na Sexta-feira Santa, antes de assistirem a três chegadas de bois em Vilar de Perdizes, cerca de quinhentos espetadores tiveram a possibilidade de assistir, “para ajudar a aquecer”, a uma “excelente” turra de carneiros⁶⁴⁰. Da mesma forma, em agosto de 2009, no *chegódromo* do Senhor da Piedade, realizou-se, antes de uma chegada de campeões, um combate de carneiros, sendo que “também aqui o sucesso esteve

⁶³⁴ António Lourenço Fontes, *Emografia...*, 180 – 181.

⁶³⁵ Cabral, *Jogos...*, 111 – 112.

⁶³⁶ Cabral, *Jogos...*, 113.

⁶³⁷ O Povo de Barroso, «Turras de carneiros: a mais nova de atracção desportiva do Barroso», 30 de março, 2006, 1.

⁶³⁸ O Povo de Barroso, «Chegas de bois e turras de carneiros», 30 de março, 2006, 9.

⁶³⁹ O Povo de Barroso, «Chegas de bois», 16 de agosto, 2006, 6.

⁶⁴⁰ O Povo de Barroso, «Chegas de bois», 13 de abril, 2007, 6.

garantido”, pois, os “carneiros lutaram arduamente até que foram separados, sem vencedor declarado”⁶⁴¹.

⁶⁴¹ O Povo de Barroso, «Chega dos campeões» 15 de agosto, 2009, 5.

Capítulo 6

A salvaguarda das chegas de bois

6. A salvaguarda das chegas de bois

Como afirma Fontes⁶⁴² “as chegas têm uma larga história já feita, e de que os barrosões se orgulham e sentem retratados”, e, por isso, foram e são representadas, tal como o boi do povo e o gado, sobretudo, o de raça Barrosã, nas mais diversas formas. Estas representações, e também, infraestruturas – que podem ambas ser vistas como materializações do imaterial – e alguns eventos, bem como apoios financeiros e logísticos atribuídos a estes, comprovam a importância dada pelo município de Montalegre e pela sua população às chegas de bois e ao seu gado, e também a intenção de salvaguardar esta tradição e a sua memória coletiva. Por esta razão, e tendo também em conta que a comunidade local tem a preocupação de constantemente recriar as chegas de bois – o que, inclusivamente, permite que estas sejam transmitidas de geração em geração – é possível associar a esta tradição o “sentido de identidade e de continuidade”, aspetos que integram a definição de *património cultural imaterial* (PCI) segundo o artigo 2.º da *Convenção Para A Salvaguarda Do Património Cultural Imaterial* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁶⁴³.

6.1. As chegas de bois nas diversas formas de arte.

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, as chegas de bois, seja por razões utilitárias ou simbólicas, estão associadas às diversas formas de arte. Assim, no que diz respeito à arquitetura, e como referido previamente, são diversas as casas, cortes e palheiros antigamente pertencentes ao boi do povo; sendo que, segundo Fontes⁶⁴⁴, as de Padornelos, Meixedo e a de Travassos do Rio se apresentam como as mais típicas. Mais recentemente, há a referir o destaque atribuído a outras duas cortes do boi: à de Tourém, agora transformada num polo do Ecomuseu de Barroso, mais propriamente o Centro Interpretativo da Avifauna da Região; e à de Pitões das Júnias, outro polo do Ecomuseu de Barroso, designado por Corte do Boi. Edifícios cuja preservação, como menciona Nuno Otelo Rodrigues⁶⁴⁵, “só foi possível englobando-os no Ecomuseu” e através da

⁶⁴² Fontes, *Comemorações...*, 35.

⁶⁴³ UNESCO, «Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial», (2003), <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

⁶⁴⁴ Fontes, *Etnografia...*, 84; Fontes, *Comemorações...*, 36.

⁶⁴⁵ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Nuno Otelo Rodrigues é responsável pelo Ecomuseu de Barroso, tendo concedido uma entrevista no dia 15 de março de 2016.

“preocupação deste projeto em desenvolver e promover a preservação do património edificado dos concelhos de Montalegre e Boticas”. Da mesma forma, também a Torre do Boi de Travassos do Rio “está devidamente preservada e permanecerá como um dos símbolos da importância que as chegas de bois têm na cultura Barrosã”. David Teixeira acrescenta que esta iniciativa permite “que este património não cristalice, continuando a ter o seu cariz de uso público, e a ser útil para as pessoas e para a comunidade, mas agora com novas funções”.

Por sua vez, na escultura, o município de Montalegre encomendou ao artista Laureano Ribatua uma estátua em bronze dedicado às chegas de bois, que se encontra numa rotunda da vila de Montalegre (Figura 38). Nesta escultura, inaugurada em 1999, enfrentam-se dois touros de grandes dimensões, recriando o cenário de uma chega de bois. Outros aspetos do património, da cultura e do trabalho de Montalegre, como o ciclo da batata, os agricultores, os homens e as mulheres do Barroso, ou o claustro do Mosteiro de Pitões de Júnias, estão também presentes em rotundas desta vila, e são assim homenageados e promovidos. Também da autoria de Laureano Ribatua é um mural com um alto-relevo de uma vaca de raça Barrosã, obra inaugurada em 2014 no centro Salto, no seguimento da *I Semana do Barrosão* (Figura 39). Junto a este mural, encontra-se uma placa onde o município homenageia os agricultores e a sua luta pela conservação e dinamização da raça Barrosã. Por sua vez, José Teixeira, do *atelier Arte da Terra*, situado em Paradela do Rio, concebeu uma escultura em cerâmica relacionada com as chegas de bois (Figura 40).



Figura 38 - Escultura em bronze de Laureano Ribatua, inaugurada em 1999 em Montalegre.
Fotografia de: Câmara Municipal de Montalegre.



Figura 39 - Mural de Laureano Ribatua com um alto-relevo de uma vaca de raça Barrosã, em Salto e placa em homenagem aos agricultores pela sua contribuição para a conservação da raça Barrosã.
Fotografias de: Cristiano Pereira, 2016.

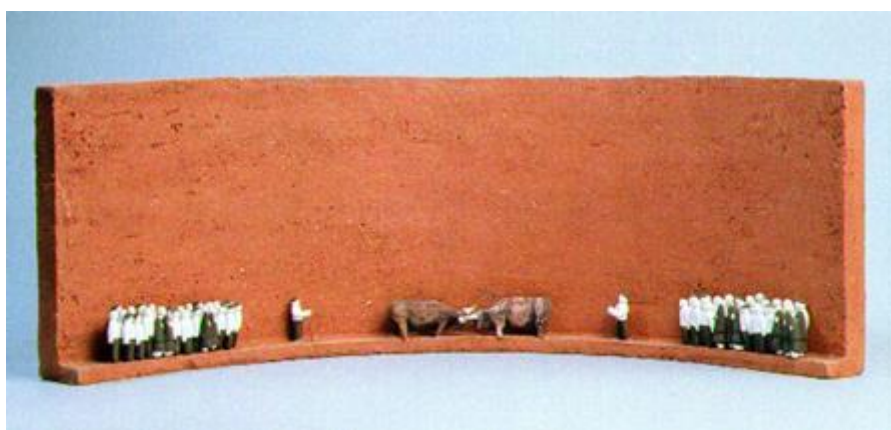


Figura 40 – Escultura em cerâmica de um chega de bois de José Teixeira, do atelier Arte da Terra.
Fonte: Arte da Terra, <http://www.clayarte.com/gal2.html>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Também artistas populares dedicaram esculturas às chegadas de bois. António Alves de Padornelos, “terra com a fama de ter os melhores bois do povo”⁶⁴⁶, esculpiu em madeira a cabeça de um boi do povo, que, segundo Fontes⁶⁴⁷, que outrora se encontrou exposto no salão nobre dos Paços do Concelho. No Porto, em 1985, no evento associado aos descobrimentos, *Os Portugueses e o Mundo*, desfilou a representação de uma chegada de bois, executada em gesso por três artistas do Montalegre, mais propriamente de Paradela e Padornelos, e pintada no mesmo concelho. Por sua vez, Fernando Moura

⁶⁴⁶ Fontes, *Comemorações...*, 36.

⁶⁴⁷ *Ibidem*.

encomendou a execução de uma escultura em barro vermelho de uma chega de bois na qual participou um dos seus animais⁶⁴⁸.

Quanto ao cinema, o município de Montalegre e o Ecomuseu de Barroso editaram, em 2011, um documentário intitulado *O Boi do Povo*⁶⁴⁹. Este documentário foi realizado pelo antropólogo José João Sardinha, e concorreu ao festival *Art & Tur – Festival Internacional de Filmes de Turismo*, ocorrido em 2011 na cidade de Barcelos. José João Sardinha⁶⁵⁰ descreve este documentário como um projeto que “pretende dar uma perspetiva histórica do boi do povo e das Chegas de Bois, que são uma tradição muito antiga em alguns concelhos de Trás-os-Montes e com maior expressão em Montalegre”. Neste documentário, através de entrevistas a Fernando Moura, a proprietários de animais de chegas de bois e outros entusiastas desta modalidade, são abordados assuntos como o pastor do boi, o roubo do touro, a combinação destes combates, o azougue, as orações e pedidos aos santos, as celebrações após a vitória; sem esquecer de debater o atual estado das chegas de bois: a existência de um “comércio” em torno destas; a realização do Campeonato; ou as entrevistas e os relatos feitos por Fernando Moura aquando da realização de chegas de bois. *O Boi do Povo*, no âmbito do projeto *Itinerâncias Séniores*, da responsabilidade da Biblioteca Municipal de Montalegre, foi apresentado em vários lares de idosos do concelho de Montalegre, permitindo assim que os seus residentes se recordassem das chegas de bois a que provavelmente muitos assistiram e do boi do povo que outros tantos ajudaram a criar e tratar quando mais novos.

Um outro documentário sobre chegas de bois no concelho de Montalegre, intitulado *Terra*⁶⁵¹ e realizado por Pedro Lino, foi selecionado, em 2013, para a secção experimental do *Festival de Cinema de Londres*. O filme *Terra Fria*⁶⁵², rodado no concelho de Montalegre em 1991 e realizado por António Campos, apresentou também uma chega de bois. Anos antes, em 1954, como relata Fernando Moura⁶⁵³, realizou-se uma chega de bois no Barracão, encontrando-se nesse “local os realizadores da ‘Castelo Lopes’ para filmar essa chega, que viria a ser reproduzida no filme «Morte de Cristo»”.

Relativamente à pintura, Fontes⁶⁵⁴ afirma que são “já muitos os artistas que retratam cenas de bois e chegas em Barroso”. Por exemplo, na parede de uma das salas

⁶⁴⁸ Fontes, *Comemorações...*, 37.

⁶⁴⁹ José João Sardinha (realizador), *O Boi do Povo* (Portugal: Ecomuseu de Barroso, Câmara Municipal de Montalegre, 2011), filme.

⁶⁵⁰ Tv Barroso, «“Boi do Povo” concorre a nível mundial», 29 de setembro, 2011, <http://tvbarroso.com/site/2011/09/boi-do-povo-concorre-a-nivel-mundial/>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

⁶⁵¹ Pedro Lino (realizador), *Terra* (Portugal: 2013), filme.

⁶⁵² António Campos (realizador), *Terra Fria* (Portugal: 1995), filme.

⁶⁵³ Moura, *Barroso...*, 37.

⁶⁵⁴ Fontes, *Comemorações...*, 37.

de leitura da Biblioteca Municipal de Montalegre, existe, desde 1984, uma pintura mural de Rui Azevedo, na qual está representada, em tamanho natural, uma chega de bois. Mais tarde, em 1991, Alfredo Cabeleira, de Chaves, expôs uma tela a óleo sobre este tema, que posteriormente a CMM adquiriu. Fontes⁶⁵⁵ indica também que António Martins, “pintor *naif*”, de Serraquinhos, dedicou vários quadros as chegas de bois. Ainda no campo da pintura, o Ecomuseu de Barroso, no Espaço Padre Fontes, acolheu em setembro e novembro de 2012, o *III Encontro Internacional de Arte ao Redor do Touro*, exposição de pintura organizada com o apoio da Galeria Vieira Portuense. Nesta exposição podiam-se encontrar cerca de sessenta obras, de diversos pintores, todas elas referentes ao touro – tema “muito querido” em Barroso, por razões económicas, sociais e simbólicas, como salientado por David Teixeira – ou às manifestações tauromáquicas, sobretudo, à tourada⁶⁵⁶. Esta exposição contava com um trabalho da pintora Maria Amélia Rodrigues dos Santos, natural de Montalegre: uma pintura a óleo intitulada *A Chega dos Bois* (Figura 41). Entre julho e agosto de 2015, Celestino André, natural d Vilar de Perdizes, expôs vários desenhos em carvão no Ecomuseu de Barroso – Espaço Padre Fontes referentes à cultura, mas sobretudo, à fauna deste concelho, onde estavam presentes dois trabalhos representando chegas de bois.



Figura 41 – *A Chega dos Bois*, pintura a óleo de Maria Amélia Rodrigues dos Santos.

Fonte: III Encontro Internacional de Arte ao Redor do Touro, <http://aoredordotouro3.blogspot.pt/2012/06/53-amelia-santos.html>, 2012, consultado no dia 17 de setembro de 2016.

⁶⁵⁵ *Ibidem*.

⁶⁵⁶ Câmara Municipal de Montalegre, «III Encontro Internacional de Arte ao redor do Touro (até 25 Novembro)», 2012, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=1923>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Na literatura são também diversas as referências às chegadas de bois. Em 1926, Júlio Montalvão Machado, no seu romance *O Arcipreste de Barroso*⁶⁵⁷, dedicou várias páginas à “lida de touros”, entre os touros de Padroso e Donões, “os maiores bichaços do concelho”⁶⁵⁸, e ao ambiente existente em torno desta, abordando também a combinação do combate e os festejos da população de Donões, após a vitória do seu animal. Anos depois, em 1934, no romance *Terra Fria*⁶⁵⁹, como visto, mais tarde adaptado ao cinema, Ferreira de Castro dedicou um capítulo a uma chegada de bois que opôs o touro de Padroso ao de Padornelos, dando destaque ao combate em si e à reação do público, sem esquecer de referir o boi do povo e a sua importância para as comunidades de Barroso. Também o escritor Miguel Torga nos seus diários⁶⁶⁰ (*Diário VIII*, *Diário X*, *Diário XI* e *Diário XII*) abordou as chegadas de bois nos concelhos de Montalegre e Boticas, mais concretamente os episódios de violência entre homens presentes nas chegadas de bois, os preparativos para o combate, o halo humano que envolve estes combates, e o boi do povo enquanto símbolo de virilidade. Em 1995, Fernando Moura⁶⁶¹ publicou um livro onde relata cento e sessenta e uma chegadas de bois, ocorridas entre 1937 e 1995, às quais assistiu ou nas quais participou com os seus animais. Muitos outros autores, como Mário Henriques, o etnógrafo António Lourenço Fontes, o escritor Bento da Cruz, o jornalista Barroso da Fonte, Carvalho de Moura, a geógrafa Paula Bordalo Lema, o etnógrafo Manuel Viegas Guerreiro, João Martins Rodrigo, Dias Vieira, Artur Maria Afonso, Manuel Ramos, José Dias Baptista, o escritor José Sant’Anna Dionísio, dedicaram textos, em jornais, jogos florais, trabalhos de carácter académico e científico, como etnografias, às chegadas de bois e ao boi do povo. Sendo que alguns desses textos podem ser encontrados no livro *As Chegas de Bois: Uma Antologia*⁶⁶², publicado pelo Ecomuseu de Barroso e pela CMM em 2005.

No que respeita à poesia, sobretudo à poesia popular, Fontes⁶⁶³ refere que “o povo canta, seguindo atrás do boi vitorioso, o seu cancionero popular” e, quando o seu boi do povo vence, eram vários os poetas populares que cantavam ao desafio essa vitória. No entanto, merece destaque o poema de José Viale Moutinho, publicado no livro *Retrato de Braços Cruzados*⁶⁶⁴, de 1989:

⁶⁵⁷ Júlio Montalvão Machado, *O Arcipreste de Barroso* (Porto: 1926).

⁶⁵⁸ Machado, *O Arcipreste*..., 97.

⁶⁵⁹ Ferreira de Castro, *Terra Fria* (Lisboa: Editorial Século, 1934).

⁶⁶⁰ Miguel Torga, *Diário*, vol. VIII (Coimbra: s/ed, 1959); Torga, *Diário*, vol. X...; Torga, *Diário*, vol. XI...; Torga, *Diário*, vol. XII...

⁶⁶¹ Moura, *Barroso*....

⁶⁶² VVAA, *As Chegas*....

⁶⁶³ Fontes, *Comemorações*..., 38.

⁶⁶⁴ José Viale Moutinho, *Retrato de Braços Cruzados* (Lisboa: Caminho, 1989).

*Se os deuses assim fossem poderosos
Rompam o nevoeiro com os seus cornos
E os apóstolos de armas em punho assistiriam
Às batalhas de todos os tempos.*

*Se todas as gentes da aldeia tivessem
Em vez de arados e enxadas a raiva plena
Aos medos no Outono e no Inverno anjos
De lama guardariam as feiras e as chegas.*

*Os bois em suas torres de sinos de ouro
Seriam as aves últimas de Barroso
Por aqui bestas e homem aguilhoam
O instante supremo para que um tombe.*

*Encontram-se nas sombras remexem-se
Rompem as queixas mostram-se os dentes
Os de cada povo gritam pelos campos
Abrem-se no rosto os próprios aguilhões.*

*Se os deuses quisessem fazer espantos
Asas teriam os bois coiro resplandecente
E decerto connosco estariam aqueles
Que negam o próprio coração de vozes.⁶⁶⁵*

Mais recentemente, em 2009, o jornal *O Povo de Barroso* deu a conhecer um poema de Francisco Laranjeira dedicado a este tema:

*Ali está o boi de Donões,
frente a frente c'ó da Portela
rodeados por multidões,
arremetem com cautela!*

Turram com rara fremência,

⁶⁶⁵ Moutinho, Retrato..., em *As Chegas...*, 7.

*sabedoria e destreza,
nenhum deles pede clemencia
às forças da Natureza!*

*Se o Amarelo ganhar,
há vivas e paus no ar
e o povo vibra d'alegria!*

*Se o Bonito for surpresa,
terá lugar com certeza
uma grande romaria.⁶⁶⁶*

Por sua vez, em 2002, Júlio de Barros no seu trabalho *Breves Apontamentos Sobre a Raça Barrosã*⁶⁶⁷ procurou, com recurso à poesia, expressar o sentido das chegadas de bois:

*A vós que os nomes usurpais
Descrentes que sois como Tomé
De tourada e luta cruel a clamais
Chamai a uma chega o que ela é.*

*É uma luta à turrada
Disputada arduamente só por dois
No Barroso desde há muito implantada
Chamada só assim: “chega de bois”.*

*Numa luta real e equilibrada
Com galhardia se batem atrevidos
Para uma multidão entusiasmada
A força de dois bois enfurecidos.*

*Se o touro não quer lutar
E nega dar a turrada
Ninguém o vai obrigar*

⁶⁶⁶ Francisco Laranjeira, «Uma “chega” de bois em Montalegre», *O Povo de Barroso*, 28 de fevereiro, 2009, 9.

⁶⁶⁷ Júlio de Barros, «Breves apontamentos sobre a raça Barrosã», (2002).

Porque chega não é tourada.

*Chamar-lhe luta cruel
É falta de consciência
É a força contra a força
Sem traidora inteligência.*

*Com sucessivos arrastões
Na pele levam rasgões
Empurram-se até cansar
O herói cobrem de glória
Gritam: “esta vai ficar na história”
Perde aquele que abandonar.*

*Não te envergonhes Barroso
Das antigas tradições
Desse desporto famoso
Preferido dos Barrosões.*

*Ver touros indomáveis bramando
O coração no peito não me cabe
Baixinho só para mim fico rezando
Para que este uso não acabe.*

*Dizeis vós que nada é como era dantes
A neve já não cobre com o seu manto
Mas no Barroso ainda há touros possantes
E homens que no mundo causam espanto.⁶⁶⁸*

Refira-se ainda que António Cabral⁶⁶⁹, em 1993, escreveu uma peça de teatro sobre as chegadas de bois, intitulada *Chega de Bois em Barroso (Solveira e Vilar)*. Nesta peça abordam-se os preparativos para uma chegada de bois entre os touros de Solveira e de Vilar de Perdizes e o roubo do touro, bem como o romance entre *Tonho e Rosa*. Esta peça encerra com um conjunto de versos, cantados, ao som de música “autenticamente popular”, e dançados, de preferência em “baile de roda”, por todas as personagens⁶⁷⁰:

⁶⁶⁸ Barros, «Breves...», s. p..

⁶⁶⁹ O mesmo autor que numa perspectiva etnográfica abordou as chegadas de bois em: Cabral, *Jogos...*, 119 – 122.

⁶⁷⁰ António Cabral, (Vila Real, 1993), citado em VVAA, *As Chegas...*, 162.

*Chega de bois em Barroso,
A força da natureza.
Lutam os bois e os homens
- Sem luta não há beleza.
Anda a beleza no campo:
O nosso gado a pastar,
Morre a erva, nasce a vida.
Que tem de continuar.*

*Não importa lá quem ganha
Ou quem perde. É tudo igual.
Se a vida é sempre uma luta,
É tudo vida, afinal.*

*Chega de bois em Barroso
É o nosso modo de ser.
Quem viu pense no que viu:
Quem não viu que venha ver.⁶⁷¹*

Na medalhística, Fontes⁶⁷² dá a saber que as câmaras de Boticas e de Montalegre encomendaram, entre 1981 e 1984, para oferecer em quatro edições da *AgroBarroso*, várias medalhas em bronze, da autoria de Cabral Antunes, cunhadas com desenhos de touros e chegadas de bois. Igualmente, o Centro de Saúde de Montalegre, no seu primeiro congresso científico, distribuiu medalhas cunhadas com representações de chegadas de bois. No que toca à heráldica, Fontes⁶⁷³ informa que em 1984, o concelho de Montalegre, na procura “de um brasão que identificasse e caracterizasse a terra”, mandou adicionar dois touros de raça Barrosã no seu brasão (Figura 42). Também as freguesias de Salto, Pitões das Júnias, Chã e Sarraquinhos, entre outras, contam com a cabeça de touros e vacas nos seus brasões, em homenagem ao gado barrosão. Por sua vez, a freguesia de Montalegre possui no seu brasão “dois bois barrosões de vermelho, armados e unglados de negro, afrontados”⁶⁷⁴, o que, mesmo que de forma não intencional, remete para uma chegada de bois (Figura 43).

⁶⁷¹ *Ibidem.*

⁶⁷² Fontes, *Comemorações...*, 37.

⁶⁷³ Fontes, *Comemorações...*, 36.

⁶⁷⁴ União das Freguesias de Montalegre e Padroso, «Ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da Freguesia de Montalegre», <http://www.freguesiamontalegre.net/showPG.php?Id=5>, consultado no dia 17 de setembro de 2016.

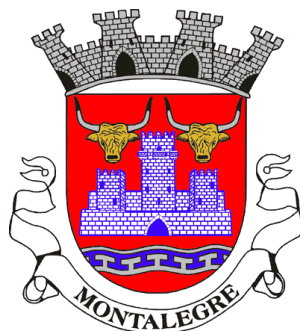


Figura 42 – Brasão do município de Montalegre.

Fonte: Câmara Municipal de Montalegre, <http://www.cm-montalegre.pt/showPG.php?Id=8>, 2005, consultado dia 17 de setembro de 2016.



Figura 43 – Brasão da freguesia de Montalegre.

Fonte: União das Freguesias de Montalegre e Padroso, <http://www.freguesiamontalegre.net/showPG.php?Id=5>, consultado no dia 17 de setembro de 2016.

Fontes⁶⁷⁵ acrescenta ainda que “Por todo o lado há taças, nas sedes das juntas de freguesia, referenciando vitórias do boi do povo”. Da mesma forma, antigamente, era raro o café, taberna e restaurante que não exibisse nas paredes pinturas ou fotografias destes combates. Por exemplo, no café Girassol, em Vilar de Perdizes, estavam expostos os chifres de um touro campeão; Fernando Moura, possuía na sua casa vários troféus de vitórias dos seus touros, tal como a cabeça embalsamada de um animal campeão. Eram também vários os artistas amadores que criavam pequenos quadros em relevo alusivos a estes combates; bem como jovens que nas escolas ou no seio da família, executavam pequenas esculturas, em madeira ou barro, de chegadas de bois; o mesmo sucedia com desenhos e pinturas, e havia quem bordasse e adornasse colchas ou tapetes com este tema⁶⁷⁶. Fontes refere que também se dedicam a esta tradição calendários de parede ou de bolso⁶⁷⁷.

⁶⁷⁵ Fontes, *Comemorações...*, 37.

⁶⁷⁶ Fontes, *Comemorações...*, 36 – 39.

⁶⁷⁷ Fontes, *Comemorações...*, 38.

Atualmente é ainda possível observar e adquirir em algumas lojas, quiosques e outros estabelecimentos do concelho de Montalegre, para além destes calendários, que aí se encontram expostos ou à venda, outros objetos de barro, porcelana ou faiança, com fins utilitários ou somente decorativos, e diversas recordações turísticas, relacionados com as chegadas de bois ou o gado de raça Barrosã, que apenas encontram rival, em variedade e quantidade, nas peças referentes ao evento *Sexta13*: porta-chaves, postais, galhardetes, ímanes, espigueiros em miniatura, pisa-papéis, bases para copos e panelas, suportes de guardanapos, talheres, canecas, meias-canecas, paliteiros, azeitoneiras, entre outros (Figura 44 até Figura 51). Assim, não é de estranhar que também se encontre na montra de uma ourivesaria dois pendentos em forma de touro em posição de combate, estando estes colocados frente a frente, aparentemente, simulando uma chegada de bois. Há ainda, na cidade de Braga, um talho chamado o Boi do Povo, onde, no seu interior, é possível ver um painel em azulejo representando uma chegada de bois, e em Santo Tirso é possível encontrar o Talho Montalegrense – O Boi do Povo.

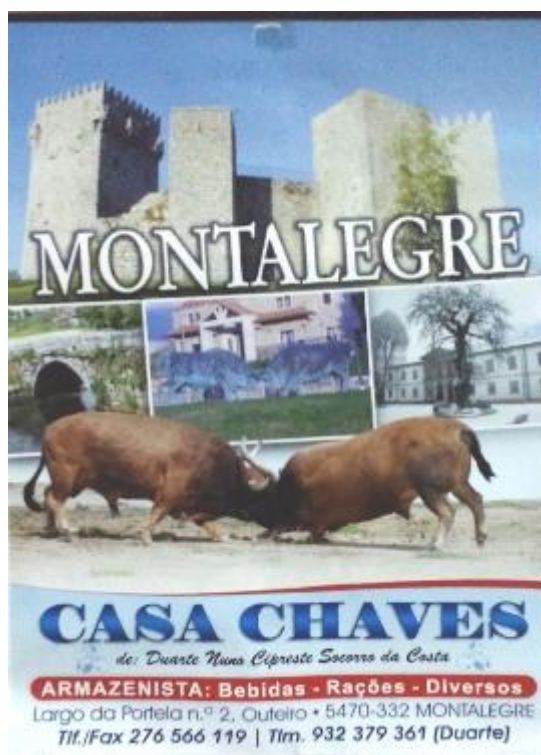


Figura 44 - Calendário de parede referente às chegadas de bois.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.



Figura 45 - Caneca referente às chegas de bois.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.



Figura 46 - Suporte de guardanapos referente às chegas de bois.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.



Figura 47 - Ímanes referentes às chegas de bois.
Fotografias de: Cristiano Pereira, 2016.



Figura 48 - Paliteiro referente às chegas de bois.

Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.

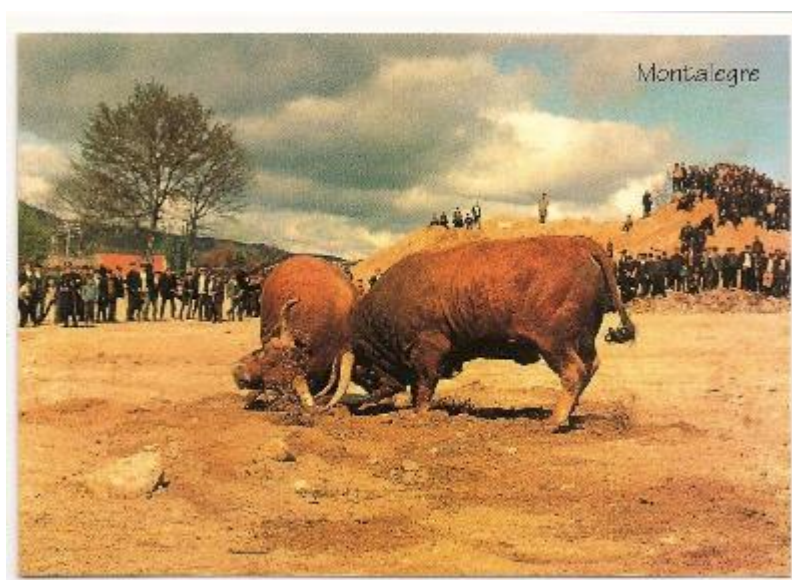


Figura 49 – Bilhete postal referente às chegas de bois.

Edição da: Câmara Municipal de Montalegre, 2000.



Figura 50– Meia caneca referente às chegas de bois.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.



Figura 51– Base de copos referente às chegas de bois.
Fotografia de: Cristiano Pereira, 2016.

6.2. O papel do Ecomuseu de Barroso e da Câmara Municipal de Montalegre na salvaguarda das chegas de bois

O Ecomuseu de Barroso, para além do seu envolvimento em vários projetos anteriormente referidos, possui, como informam Nuno Otelo Rodrigues e David Teixeira, nos seus arquivos e bibliotecas “várias edições locais, onde constam estudos e

publicações sobre as chegas de bois”, bem como fotografias relacionadas com estas temáticas e cartazes anunciando chegas de bois, parte deles presentes no livro já referido, *As Chegas de Bois: Uma Antologia*. Pode-se também aceder no Ecomuseu de Barroso, pelo menos no polo Espaço Padre Fontes, ao já referido documentário *O Boi do Povo*, bem como a um vídeo, de aproximadamente um minuto, onde o público, sobretudo turistas e visitantes de passagem por Barroso, podem conhecer melhor as chegas de bois – porém, o discurso deste vídeo centra-se particularmente nas chegas realizadas pelos bois do povo. No inventário *online* do ecomuseu, isto é, no *Sistema de Inventário e Gestão Documental do Ecomuseu de Barroso*, pode-se ainda aceder a textos, sem autor identificado, provavelmente resultantes da investigação de antropólogos e de um congresso científico associado a este tema⁶⁷⁸.

Este congresso científico, intitulado *Os combates de animais – História e etnografia de uma “tradição”, antropologia da constituição do “intolerável”*, foi coorganizado pelo Ecomuseu de Barroso, pelo Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), e pelo Institut D’Ethnologie Méditerranéenne, Européenne et Comparative (IDEMEC), decorrendo em outubro de 2008 no Espaço Padre fontes na vila de Montalegre, e no polo Casa do Capitão, em Salto. Neste congresso, vários investigadores discutiram em geral os combates de animais, como galos, grilos ou escaravelhos, e as chegas de bois em particular, atentando à sua diversidade, história, paixão, patrimonialização e fronteiras morais. Durante o congresso, a comitiva foi ainda para o terreno, onde, no chegódromo do Senhor da Piedade, pôde assistir a combates de animais: galos, carneiros e touros⁶⁷⁹. Refira-se ainda que, como indicado antes, em 2014, numa reunião realizada no Ecomuseu de Barroso, várias associações e jovens do concelho debateram o atual estado das chegas de bois.

Nuno Duarte salienta que “ainda as chegas eram feitas com bois do povo e já a Câmara Municipal no dia da festa do concelho contratava os bois campeões premiando os animais com prémios monetários”. Por exemplo, em 1981, em Montalegre, numa das edições da feira pecuária *AgroBarroso*, o então presidente da CMM, Carvalho de Moura, encontrou-se com Fernando Moura, então proprietário de um campeão de raça Barrosã, “para combinar uma chega com o boi de Gralhas, também ele campeão de outras raças”⁶⁸⁰. Aspeto que ainda hoje em dia se verifica, pois, como referido anteriormente,

⁶⁷⁸O *Sistema de Inventário e Gestão Documental do Ecomuseu de Barroso* pode ser consultado em: <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/eco/index.pl>.

⁶⁷⁹ O cartaz e o programa deste congresso estão disponíveis no: Anexo IV.

⁶⁸⁰ Moura, *Barroso...*, 116 – 117.

são várias as festas e eventos organizados pela autarquia o com o seu apoio, como as várias edições da *Semana do Barrosão*, os concursos pecuários de raça Barrosã, a *Feira do Fumeiro e do Presunto de Barroso*, que contam com a realização de chegadas de bois, sobretudo, com animais de raça Barrosã - cenário que se pode igualmente verificar nas diversas festas existentes na maioria das aldeias desta região. Da mesma forma, Fernando Moura relata que em 1989, pelo menos duas vezes, em eventos organizados por habitantes de Barroso fora desta região, mais concretamente em Guimarães⁶⁸¹ e no Cacém⁶⁸², ocorreram chegadas de bois. Anos depois, em 1994, a CMM e Casa de Montalegre de Lisboa organizaram em Palmela uma chegada de bois com animais de raça Barrosã⁶⁸³.

A CMM é responsável, para além dos vários projetos referidos anteriormente destinados a perpetuar esta tradição, pela construção e manutenção do chegódromo do Senhor da Piedade, na vila de Montalegre, que, segundo David Teixeira, garante mais segurança e melhores condições para o público visualizar estes combates e, assim promover as chegadas de bois. Também como escrito anteriormente, o município é responsável, em conjunto com a *Associação Etnográfica O Boi do Povo*, pela organização do *Campeonato*, oferecendo apoio financeiro e logístico para a organização deste. Apoio que, segundo David Teixeira, a CMM pretende reforçar, para que seja maior o número de animais a participar no campeonato, havendo, assim, mais proprietários a serem compensados monetariamente por possuírem animais de raça Barrosã, o que, segundo este, “permite incentivar as pessoas a terem esses animais”. Desta forma, fica claro que o apoio dado pela CMM às chegadas de bois se insere nos seus esforços para dinamizar a criação e garantir a sucessão de animais de raça Barrosã. Inclusivamente, David Teixeira considera o apoio dado pela autarquia às chegadas de bois “a forma que esta tem de dizer às pessoas que manter uma raça autóctone é importante”, sendo que para a CMM “as chegadas são mais do que um desporto ou uma manifestação cultural, são sobretudo importantes por ainda se associarem ao apuramento da raça feita de forma natural”. Assim, importa referir que, financeiramente, o município de Montalegre apoia todos os produtores de gado no cumprimento da sanidade animal e a realização de concursos pecuários de exemplares de raça Barrosã, que para “além do apoio financeiro é uma forma de apuramento da raça autóctone”, como garante David Teixeira. A autarquia está igualmente a estudar uma forma de pagamento no valor de cinquenta euros aos produtores

⁶⁸¹ Moura, *Barroso...*, 139 – 140.

⁶⁸² Moura, *Barroso...*, 136 – 138.

⁶⁸³ Moura, *Barroso...*, 190 – 192.

por cada nascimento de raça Barrosã. Devido a estas iniciativas, David Teixeira garante ser visível a preocupação existente no concelho, quer por parte de indivíduos quer por parte das instituições, em preservar e homenagear as chegas de bois. Contudo, segundo este, e como já referido, o processo de patrimonialização das chegas de bois, como a sua introdução no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* nunca foi equacionado por se temer que este pudesse “levantar anticorpos das associações de proteção dos animais”.

6.3. A Associação Etnográfica O Boi do Povo

A Associação Etnográfica O Boi do Povo, que atualmente explora o Campo das Chegas do Senhor da Piedade que é propriedade da Junta de Freguesia de Montalegre a quem paga de aluguer cerca de 1.000 euros por ano, foi criada em 1999 por um grupo de amigos apaixonados pelas chegas de bois. Sendo que as principais missões desta associação, que contava em novembro de 2015 com cerca de duzentos e setenta sócios (que conseguem, por exemplo, adquirir bilhetes a preços inferiores para assistir às chegas de bois organizadas por esta associação), são, como aponta o seu atual presidente, Nuno Duarte: proteger, preservar, promover e divulgar a raça Barrosã bem como as chegas de bois; e ainda, como noticiado no *Público*, em 2005, “incentivar esta tradição entre os mais novos”. Objetivos que os seus responsáveis procuram alcançar através da organização, em conjunto com a CMM, do *Campeonato*, e com a organização de chegas de bois com animais de raça Barrosã noutros eventos, como festas ou feiras, onde são igualmente atribuídos prémios aos animais participantes, ou com a realização de combates de touros de outras raças no chegódromo do Senhor da Piedade.

Nuno Duarte indica ainda que existem associações e empresas com missões idênticas noutros concelhos, como Vinhais (a já referida PRORURIS - Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais) e Cabeceiras (aqui a Associação As Chegas). No caso de Vinhais a empresa PRORURIS organiza, como já referido, um campeonato de chegas de bois de raça Mirandesa. No caso de Cabeceiras a Associação As Chegas procura, com o apoio da autarquia, organizar chegas de bois de raça Barrosã. As autarquias de Vila Pouca de Aguiar, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Cinfães,

Castro d’Aire, Resende, Miranda do Douro, Vimioso, Macedo de Cavaleiros, Bragança, Chaves, entre outras, procuram também realizar chegadas de bois, sobretudo em festas e outros eventos, e, através destas, contribuir para a promoção das raças autóctones. Em Vinhais e Bragança, tal como sucedido em Montalegre, foram construídos pelas autarquias campos, que apesar de se aparentarem propícios à realização de touradas, possuindo, por exemplo, bancadas, têm como principal fim a realização de chegadas de bois.

No dia treze de agosto de 2015, aquando da final do *Campeonato*, ocorreu uma homenagem, organizada pela Associação Etnográfica O Boi do Povo, a um dos mais notáveis dinamizadores desta tradição, Fernando Moura. Homenagem que, como informa Nuno Duarte, consistiu numa missa e almoço convívio, antes da final, a que se seguiu a colocação, próxima da entrada do chegódromo do Senhor da Piedade, de uma placa memorial, onde se podem ler as palavras de Ricardo Moura:

Foi o “homem dos bois” do Barroso que nunca tombou na luta que travou em prol da maior manifestação cultural dos barrosões. Pela palavra, e com o microfone em punho, levou as “chegas de bois” ao patamar da imortalidade, fazendo deste cão um palco do tamanho do Mundo.

6.4. As chegadas de bois e o turismo

No que concerne à relação entre turismo e as chegadas de bois, António de Almeida⁶⁸⁴ refere que esta tradição, de grande autenticidade, pode contribuir para a sustentabilidade e diferenciação do turismo no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e para promover uma identidade cultural regional; contribuindo, assim, ainda para o desenvolvimento económico a nível local. Por sua vez, Luís Pereira⁶⁸⁵ afirma que no concelho de Montalegre as chegadas são geradoras de um grande fluxo turístico. Em 2006, Orlando Alves, então vereador da Câmara de Montalegre, declarou a intenção de transformar o *Campeonato* numa atração turística e que são muitos os turistas que se deslocam propositadamente a Montalegre para assistir às chegadas de bois⁶⁸⁶.

⁶⁸⁴ António de Almeida, «The inter-community competition as a factor for sustainability and differentiation of tourism product - the case of National Park of Peneda Gerês», *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, vol. I (2010): 39 – 50.

⁶⁸⁵ Luís Pereira, *Tauromaquia: Identidade Cultural, Enquadramento Legal e Desenvolvimento* (dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Economia Política, 2010), 22.

⁶⁸⁶ Correio do Minho, «*Campeonato de chegadas de bois fomenta raça barrosã*», 7 de Junho, 2006, 11.

Contudo, David Teixeira garante que “o impacto das chegadas de bois é maior a nível concelhio e com os emigrantes do que gerador de movimentos turísticos das grandes cidades”; até porque o município, apesar de ver nas chegadas de bois uma “manifestação cultural e comunitária” e “uma realidade do concelho”, não assume “que estas sejam uma manifestação de interesse turístico, nem faz nenhuma promoção delas nesse sentido”, reconhecendo, inclusive, que “muitos membros da sociedade possam não ver nesta manifestação uma razão para se deslocarem a Montalegre”. Mas sobretudo porque o município pretende que esta “seja uma manifestação da população local, onde ela se reveja e da qual se orgulhe” e porque a turistificação, que obrigaria a um maior investimento financeiro na organização de chegadas e a um maior número de combates, poderia “subverter aquilo que num primeiro momento são as chegadas: a ideia de bois representante de uma comunidade que enfrentava o da aldeia vizinha, na procura de supremacia de uma aldeia perante a outra.” Assim, David Teixeira acrescenta ainda que

[...] se tornássemos as chegadas de bois numa atividade turística só por si, desenraizada de todo este conceito de comunitarismo e de vida comunitária e de todas as histórias que existem em seu torno, como o roubo do boi, o azougue, o roubar da comida, a existência de superstições, a reza de terços, e a divinização dos animais, estaríamos a minimizar e desprezar esta tradição.

Acrescente-se, ainda, que este não acredita que a realização de chegadas de bois ou um maior investimento na promoção destas possam ser fatores prejudiciais para o turismo do concelho de Montalegre. Por sua vez, Nuno Duarte afirma que as alterações que as chegadas de bois conheceram nos últimos anos não estão, de forma alguma, associadas ao turismo.

6.5. As chegadas de bois na comunicação social

Na comunicação social, como refere Fontes⁶⁸⁷, quase toda a imprensa nacional, e não só, já fez a cobertura das chegadas de bois; e, particularmente após 1974, várias equipas de televisão, de Portugal, de Espanha, da Galiza, da Alemanha e até da BBC dedicaram reportagens a esta tradição. Atualmente, sobretudo aquando da realização do

⁶⁸⁷ Fontes, *Comemorações...*, 38 – 39.

Campeonato, é também comum estarem presentes a assistir e a realizar reportagens de curta duração e entrevistas a elementos do público várias estações televisivas. Por sua vez, a imprensa escrita tende também a noticiar a realização do *Campeonato*, mas houve quem já tenha dedicado algumas palavras ao boi do povo, aproveitando para destacar as diferenças entre as chegadas de bois realizadas antigamente e as realizadas atualmente, ao preço atingido por animais presentes nestes combates, às ameaças enfrentadas pelas chegadas de bois, tais como os protestos de associações de defesa dos animais.

Quanto à imprensa local, os jornais como *Notícias do Barroso*, *O Povo de Barroso* e o *Correio do Planalto* têm por hábito dedicar às chegadas de bois diversas notícias, antevisões, relatos e fotorreportagens de combates realizados, crónicas de opinião, partilhas de memórias associadas ao boi do povo e a estes combates, bem como dar a conhecer o calendário da realização de alguns destes combates ou fazer a apresentação do perfil de alguns dos touros de luta do concelho de Montalegre – quer no que toca aos combates de animais de raça Barrosã quer a touros de outras raças. Por sua vez, a *Tv Barroso* partilha no seu sítio na *Internet*⁶⁸⁸ um grande número de vídeos de chegadas de bois, que, regra geral, como informa João Xavier⁶⁸⁹, “estão codificadas e tem que ser pagas para ser possível a sua visualização, normalmente cinco euros ou dez euros para se ver uma ou duas respetivamente”.

Por sua vez, a *Radio Montalegre*, como informa Ricardo Moura⁶⁹⁰, não possui neste momento nenhum programa que se dedique inteiramente às chegadas de bois, acompanhando apenas a abertura e o fecho do *Campeonato* nos seus noticiários. No entanto, esta estação contou já na sua grelha, aos sábados em dois horários distintos, às 8 horas e 30 minutos e às 19 horas, e “durante largos anos com um programa semanal exclusivamente concebido para esta grande manifestação cultural”, o *Espaço Público - Chegas de Bois*. Programa que consistia na transmissão de gravações de relatos de chegadas de bois feito por Fernando Moura (Figura 52) e que, como informa Ricardo Moura, foi “pioneiro” e transmitido desde 2002 até 2012, ano em que o seu apresentador faleceu. Contudo, Ricardo Moura garante que o regresso de uma emissão dentro deste molde não está totalmente posta de lado. Até porque, segundo este, o programa *Espaço Público - Chegas de Bois*, que foi um “sucesso de audiências” e prova “do peso que estes espetáculos têm na região”⁶⁹¹, mostrou-se importante para promover as chegadas de bois no

⁶⁸⁸ O sítio na *Internet* da *Tv Barroso* pode ser consultado em: <http://www.tvbarroso.com/>.

⁶⁸⁹ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, João Xavier é diretor da *Tv Barroso*.

⁶⁹⁰ Como visto no *Capítulo 1: Introdução e métodos*, Ricardo Moura é coordenador da *Rádio Montalegre*.

⁶⁹¹ Margarida Luzio, «Chegas de bois têm relator no Barroso», *Jornal de Notícias*, 7 de novembro, 2005, 20.

concelho de Montalegre e entre os emigrantes, “ajudando a perpetuar esta tradição tão própria dos barroões”, sendo “que o arquivo que a rádio possui, com registos áudio e fotográficos, é um relicário”. Para Ricardo Moura, a maior prova disto está

[...] nas reações de satisfação da comunidade emigrante. Quer em contacto com a rádio ao longo do ano, quer nas manifestações de carinho que recebíamos no mês de agosto. Ainda hoje suspiram pelo programa. Este sentimento é estendido pelo resto do país e na vizinha Galiza.

Acrescente-se ainda que várias pessoas de Chaves contactaram a *Rádio Montalegre* de forma a adquirirem cassetes com gravações deste programa⁶⁹².



Figura 52 - Fernando Moura enquanto relata uma chega de bois.

Fonte: Margarida Luzio, «Chegas de bois têm relator no Barroso», *Jornal de Notícias*, 7 de novembro, 2005, 20.

Fontes⁶⁹³ refere ainda crer “não haver, por todo o mundo, câmara de vídeo de emigrantes ou aficionados onde o tema chegas de bois barroões, não vá correndo de porta em porta”, o que, segundo este, pode ser afirmado com maior ênfase para a fotografia. Atualmente, aquando da realização de uma chega de bois são vários os espetadores que se dedicam a filmar e fotografar os combates, que por vezes, partilham com outros

⁶⁹² *Ibidem.*

⁶⁹³ Fontes, *Comemorações...*, 38.

aficionados em páginas e grupos dedicados às chegas de bois existentes nas redes sociais ou em sítios na *Internet* de partilha de fotografias ou vídeos⁶⁹⁴.

⁶⁹⁴ Por exemplo, no *YouTube* é grande o número de vídeos de chegas de bois publicados por amadores, e no *Facebook* podemos encontrar pelo menos uma página com o nome *Chegas de Bois*, e um grupo, designado como *Amantes das chegas de bois*, dedicados a esta manifestação, e que podem ser consultados respetivamente em: <https://www.facebook.com/ChegasBois/?fref=ts> e <https://www.facebook.com/groups/597895630345390/?fref=ts>.

Capítulo 7

**Intervenção museológica: Exposição – É boi, é boizinho: as
chegas de bois no Barroso**

7. Intervenção museológica: Exposição – É boi, é boizinho: as chegas de bois no Barroso.

Retomando o ponto onde se abordam as várias medidas tomadas pelo Ecomuseu de Barroso para a salvaguarda das chegas de bois e da sua memória, é aí possível ser incluído o projeto de intervenção museológica preparada ao longo desta dissertação, mais concretamente a *Exposição – É boi, é boizinho*⁶⁹⁵: *as chegas de bois no Barroso*.

Os vários pontos a tratar na *Exposição*, mais concretamente, nos seus painéis expositivos, bem como outros aspetos da sua organização e realização foram decididos em conjunto com o responsável pelo Ecomuseu de Barroso, Nuno Otelro Rodrigues. Ficando assim definido que, inicialmente, a *Exposição* se encontrará de forma temporária, provavelmente durante dois meses, no polo de Montalegre do Ecomuseu de Barroso, o Espaço Padre Fontes, podendo, posteriormente, ser apresentada nos outros polos do Ecomuseu de Barroso, com a possibilidade destes painéis poderem passar a estar expostos de forma permanente no primeiro polo referido. Devendo a sua inauguração coincidir com a semana ou dia da final do *Campeonato*, ou seja, realizar-se-á, possivelmente, na segunda semana de agosto de 2017, ou na segunda quinta-feira desse mês, isto é, no dia dez. Esta data foi escolhida de forma a procurar que estejam presentes na inauguração da exposição um maior número de aficionados das chegas de bois, e por agosto ser o mês do ano em que a maior parte dos emigrantes (um público-alvo da *Exposição*, pela sua relação com as chegas de bois) se encontra no concelho de Montalegre, fazendo com que todos estes possam recordar os tempos em que assistiam às chegas de bois com animais pertencentes às aldeias do concelho. Outro público-alvo da *Exposição* são os visitantes e turistas que passam por Montalegre e que, assim, podem ficar a conhecer outros pormenores das chegas de bois, ou até mesmo terem na *Exposição* o seu primeiro contacto com esta manifestação. A *Exposição* poderá ainda permitir que alguns habitantes jovens do concelho se inteirem de alguns aspetos das chegas de bois de antigamente.

De uma forma geral, e por opção do Ecomuseu de Barroso, esta exposição, mais concretamente a informação nos seus painéis, centra-se, sobretudo, nas chegas de bois antes do fim do comunitarismo e, assim sendo, também no boi do povo. No entanto, não foi esquecido o estado atual destes combates, bem como uma referência, em forma de contextualização, aos combates de animais e à presença de combates de touros noutros

⁶⁹⁵ Expressão utilizada em: Fontes, *Etnografia...*, 85.

países, fazendo com que a *Exposição* tenha um fio condutor idêntico ao de esta dissertação.

Assim, a *Exposição* conta com onze painéis expositivos e está dividida em cinco partes; sendo possível encontrar nesses painéis textos originais, textos de outros autores e fotografias de chegadas de bois ou de outros aspetos relacionados com esta manifestação. Do primeiro painel constam apenas o nome da *Exposição*, um texto de Miguel Torga e a ficha técnica da mesma. No segundo painel tem início a *Exposição* propriamente dita; sendo este painel o único a integrar a primeira parte da *Exposição*, intitulada *Os combates de animais: uma prática universal*, e onde se mencionam os vários combates de animais existentes e se apresentam os vários países onde existem combates de touros, isto com recurso a um mapa feito propositadamente para a *Exposição*. Este painel conta ainda com um texto original e a fotografia de um combate de galos realizado em Vilar de Perdizes. A segunda parte da *Exposição*, onde se destaca a importância do gado bovino e os privilégios e obrigações do boi do povo, intitulada, *O boi do povo: um honrado senhor destas terras*, inicia-se no terceiro painel e termina no painel seguinte. No primeiro painel desta segunda parte podemos encontrar um texto original, um texto de Barroso da Fonte e uma fotografia onde se podem ver vários exemplares de raça Barrosã. No painel seguinte estão presentes um texto de Silvestre Bernardo Lima, um texto de António Lourenço Fontes e três fotografias onde se podem ver uma lama do boi, uma corte do boi e a Torre do Boi de Travassos do Rio. Entre o quinto e o oitavo painel pode-se ver a terceira parte da exposição, denominada *As chegadas de bois: combate simbólico entre aldeias*, onde se destaca a importância das chegadas de bois e do boi do povo para as populações de Barroso, bem como o endeusamento deste animal e os comportamentos humanos dignos de elogio atribuídos aos touros. Assim, no quinto painel encontramos um texto de Ernesto Veiga de Oliveira e duas fotografias de chegadas de bois; o sexto painel conta com uma citação de António Lourenço Fontes e outra de Bento da Cruz, e com uma fotografia de um boi a dirigir-se para uma chegada de bois; por sua vez, no sétimo painel está um texto de Miguel Torga, uma fotografia de Fernando Moura com um dos seus touros, e a fotografia de uma chegada de bois; no oitavo painel podemos ler um texto de Maria da Conceição Pacheco e observar duas fotografias alusivas à celebração de uma vitória obtida por um touro numa chegada de bois; no nono painel está exposto um outro texto de Miguel Torga, acompanhado de uma fotografia de um touro de raça Barrosã no chagódromo do Senhor da Piedade e a fotografia de um outro touro com o seu proprietário. A quarta parte da *Exposição*, intitulada *Mudam-se os tempos, mudam-se os*

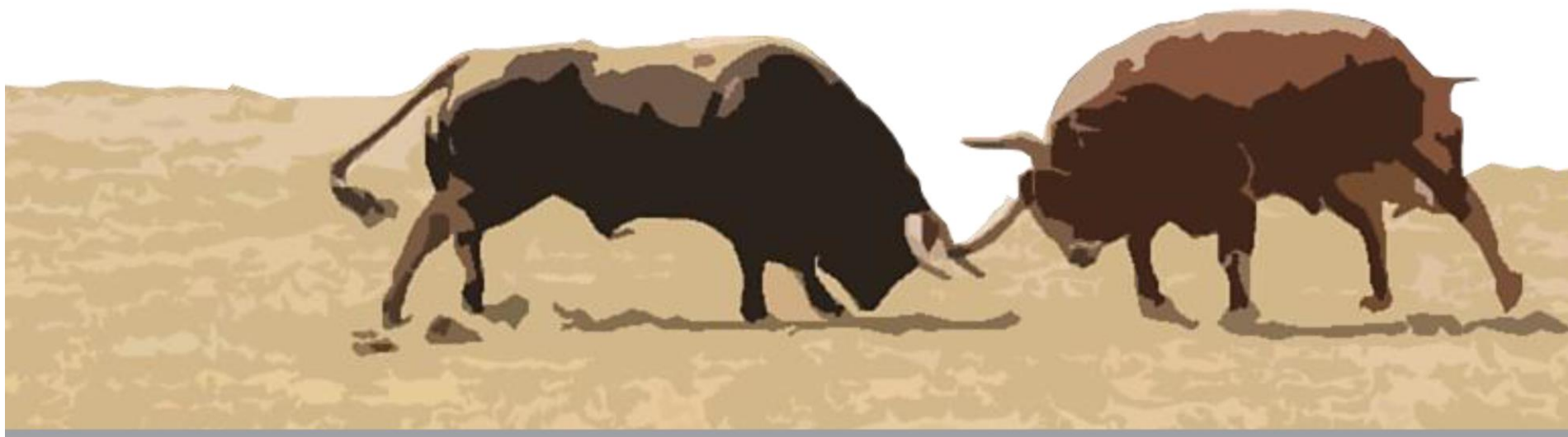
bois e as chegas, e onde se ficam a conhecer as principais alterações conhecidas por esta manifestação nas últimas décadas, está presente no décimo painel, que inclui um texto original, um bilhete de uma chega de bois e um cartaz a anunciar estes combates. Por fim, a quinta parte da *Exposição*, com o nome *As chegas de bois e a arte*, que faz referência às várias obras artísticas dedicadas a estes combates, está presente no décimo primeiro painel e conta com um breve texto original, um poema de Júlio Barros, uma fotografia de uma estátua do escultor Laureano Ribatua e a representação de uma pintura de Maria Amélia Rodrigues dos Santos.

Porém, esta proposta não se limita aos painéis expositivos, sendo possível que a *Exposição* conte com vídeos, imagens, sons e objetos, permitindo, assim, que os visitantes da *Exposição* possam descobrir aspetos menos visíveis desta tradição. Desta forma, a *Exposição* poderá ainda ser complementada com: a divulgação de vídeos, de várias décadas, onde se podem ver chegas de bois; documentários e filmes; a presença de notícias e recortes de jornais, de livros e outros textos dedicados às chegas de bois, onde os mais curiosos podem conhecer outros pormenores associados, por exemplo, à organização destes combates ou ao roubo do boi; a transmissão de registos áudio (para além dos registos escritos) dos relatos de chegas de bois feitos por Fernando Moura para a *Rádio Montalegre*; registos áudios captados em campos onde decorrem estes combates, de forma a ser possível aos visitantes da exposição conhecer a paisagem sonora e os comentários ouvidos nas chegas de bois; recordações turísticas associadas a estes combates; a exposição de objetos relacionados com as chegas de bois e à criação de gado bovino, como cajados, ou materiais utilizados para afiar ou proteger os chifres dos touros – elementos quase todos eles já enumerados anteriormente⁶⁹⁶.

Foi ainda criado um cartaz, que será utilizado para promover a *Exposição*, e que foi elaborado com a ajuda de um elemento externo a esta dissertação e ao Ecomuseu de Barroso, tal como aconteceu com os aspetos visuais e estéticos dos painéis. Quer os painéis expositivos quer o cartaz (Figura 53) são apresentados de seguida.

⁶⁹⁶ Mais concretamente no ponto: 6.1. *As chegas de bois nas diversas formas de arte*.

É BOI, É BOIZINHO: AS CHEGAS DE BOIS NO BARROSO



Pesquisa/Textos/Seleção de Imagens/Composição
Cristiano Afonso da Mota Gonçalves Pereira

Design
Ana Alexandra de Portugal dos Santos Pereira
Cristiano Afonso da Mota Gonçalves Pereira

Fotografias
Ecomuseu de Barroso
Georges Dussaud
Câmara Municipal de Montalegre
Germano Francisco Baptista

Montagem
Ecomuseu de Barroso

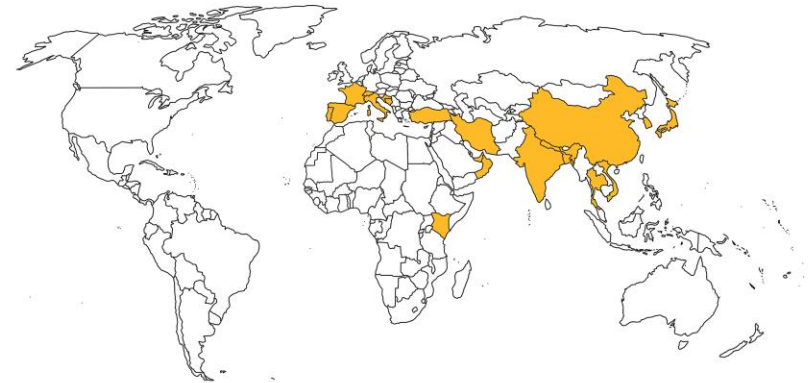
Os combates de animais: uma prática universal.

Os combates de animais, nos quais a agressividade natural destes é encenada e estimulada pelos humanos, são organizados nas mais diversas sociedades, constituindo, provavelmente, tal como a tauromaquia, uma das respostas mais frequentes e antigas à monotonia da vida quotidiana. Nestes combates podem-se enfrentar animais da mesma espécie, como cães, galos, bodes, carneiros, cavalos, camelos, elefantes, bovinos, grilos, escaravelhos, tarântulas e peixes. Existem, também, combates entre animais de espécies diferentes, onde cães se opõem a ursos, a texugos, a porcos ou javalis, a cavalos, a ratos, a macacos, ou a touros. É igualmente comum os touros enfrentarem outros animais como elefantes, leões, tigres, texugos e ursos. No caso do Norte de Portugal, particularmente em Montalegre, são famosas as chegadas de bois, mas estão, também, aqui presentes, os combates de galos e carneiros.



Combate de galos no Domingo Gordo em Vilar de Perdizes [António Lourenço Fontes, «O Jogo do Galo na Península Ibérica», *Brigantia: Revista de Cultura*, vol. 2, n.º 1 (1982)].

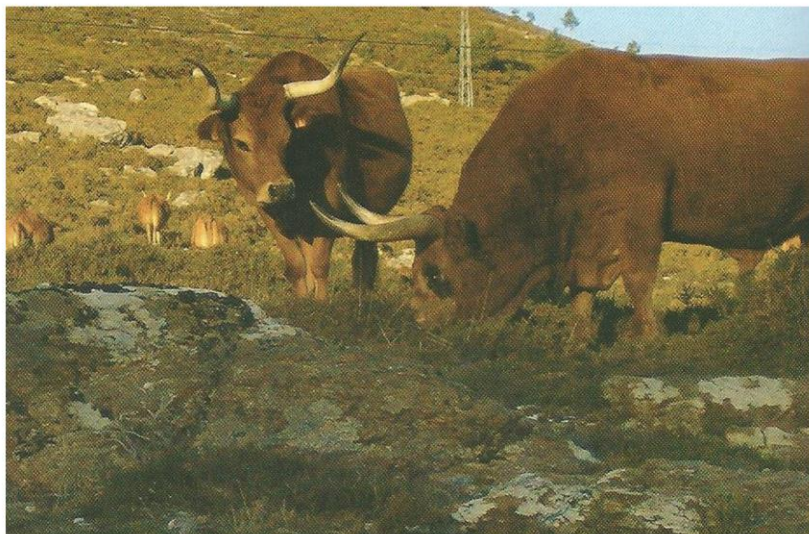
Os combates entre dois touros não são exclusivos do concelho de Montalegre e do Norte de Portugal, ocorrendo em diversas regiões do mundo e em várias épocas, especialmente em comunidades rurais onde os bovídeos são animais de trabalho por excelência. Assim, podemos assistir a estes combates em países como o Japão, Coreia do Sul, China, Tailândia, Bangladesh, Vietname, Nepal, Índia, Irão, Omã, Emirados Árabes Unidos, Quênia, Turquia, Croácia, Bósnia, bem como na vizinha Galiza. Por sua vez, nos Alpes, sobretudo em território suíço mas, também, na França e na Itália, são as vacas que se enfrentam.



Identificação dos vários países onde se pode assistir a combates entre gado bovino.

O boi do povo: um honrado senhor destas terras.

É inegável a importância social e económica que o gado bovino assumiu e assume no Barroso, onde estes animais eram objeto de mil cuidados por serem a fortuna, a força que puxava o carro e o arado, que dava o leite, o dinheiro, e onde, segundo o protesto de um pároco local, o Deus era a vaca, era a ela que se prestava culto. Existindo, ainda, nesta região, uma raça autóctone, o gado de raça Barrosã.



Dois exemplares da raça Barrosã na Serra da Mourela [2004].

Tendo em conta as práticas comunitárias deste território, também para os cuidados deste gado contribuía quase toda a comunidade, quer no pastoreio coletivo das vacas, a vezeira, quer na manutenção do boi do povo, considerado a amostra mais válida do comunitarismo barrosão. Sendo que a primeira referência conhecida a este animal, então designado como touro vinteneiro ou touro marel, foi feita por Bernardo Silvestre Lima entre 1858 e 1862.

“Cada aldeia tem um ou dois touros, consoante as necessidades e quase sempre um de raça galega e outro de raça portuguesa, que se destinam ao serviço comunitário. O que os distingue dos demais touros é o facto de não serem castrados.

Os bois são de todos e a jurisdição sobre eles em questões de compra, venda ou contrato de chega, é equitativa, pelo que para quaisquer dos casos se toca o sino e se ajunta o povo para decidir.

Estes touros são geralmente comprados com cerca de um ano e alimentados pelos rendimentos de lamas próprias, além de donativos que o povo angaria temporariamente. Tem cortes privativas e são pastoreados por uma pessoa que se oferece e a quem anualmente se paga em alqueires de centeio, num total que o povo determina. Esta paga é somente custeada pelos lavradores que têm vacas.”

Barroso da Fonte, *Usos e Costumes de Barroso* (Lisboa: Âncora Editora, 2005).

“Enfim, não trabalha o touro marel, tem n’algumas povoações casa própria e n’outras até propriedades vinculadas; vive assim então á lei da nobreza antiga, com os seus privilégios de honras, coutos, albergagens e moradias: são suas e seus coutos os lameiros próprios que passam vinculados no mesmo destino ao seu sucessor; mas se lhes não chega para alimentos de todo o anno os proventos de seus bens próprios, se fraco é o bamburral, apella para os seus fóros e direitos de albergagem e moradia, e vai albergar-se e colher a moradia, por casa dos herdeiros ou contribuintes, e assim se alimenta e vive regaladamente.”

Silvestre Bernardo Lima, «Estudos pecuários sobre a provincia de Tráz-os-Montes (Raça Vacum Barrosan)», *Archivo Rural*, (1858 - 1862).



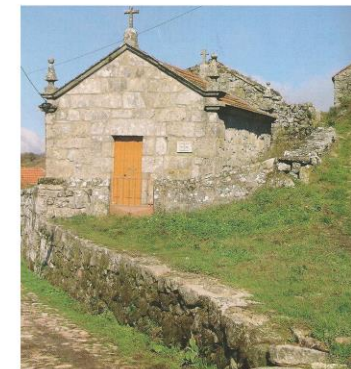
Lama do Boi em Covelães [Fotografia de João Sardinha, 2004].

“São inúmeras as casas, cortes e palheiros do boi. Cada aldeia tem as suas. Padornelos e Meixedo são das mais típicas, pois, quais capelas, ao meio da aldeia, também a corte do boi tem um sino e está no centro das casas para proteção, vigilância e convívio. Mas é Travassos do Rio quem mais celebrou o boi do povo. Em 1933, o campeão das vitórias nas chegadas, recebeu um prémio pecuniário e, com ele, foi erguida uma torre na corte do boi, com um alto relevo do retrato do seu boi.”

António Lourenço Fontes, *Comemorações do Milenário de S. Rosendo* (Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre).



Torre do Boi em Travassos do Rio.

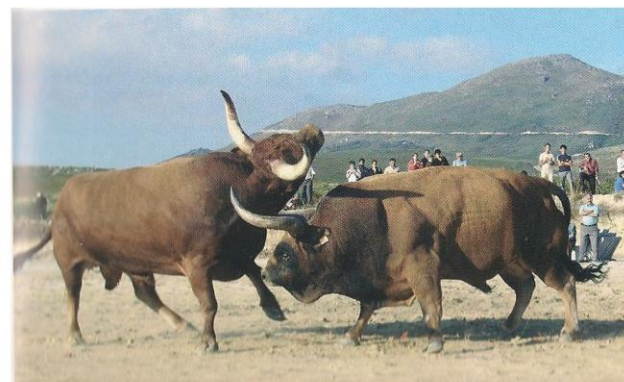
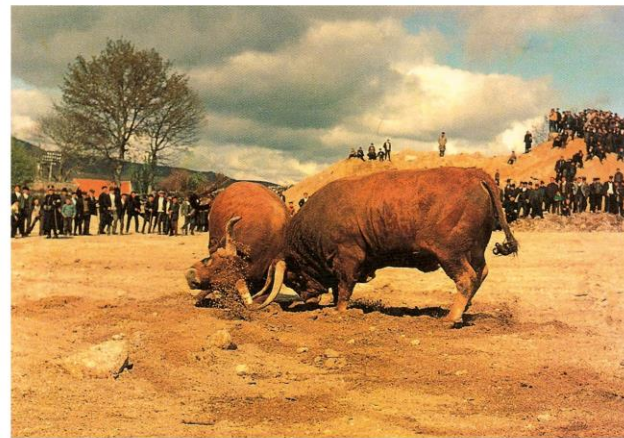


Corte do Boi em Padornelos.

As chegas de bois: combate simbólico entre aldeias.

“A importância do boi nesta área transparece ainda em certas manifestações sociais e simbólicas, características da sua cultura, designadamente nas «chegas» de touros, que constituem o espetáculo favorito do Barrosão e são um acto pleno de significação. As «chegas», que podem ter lugar em qualquer ocasião festiva – aos domingos, nas romarias, celebrações oficiais, etc. –, e às quais acorre gente de todas as redondezas, são lutas de dois touros entre si, à marrada, extremamente violentas, em que vence aquele que vira ou põe em fuga o adversário. Os touros que intervêm nas chegas são os touros de cobrição – o touro do povo – mas a luta só existe verdadeiramente e tem o sentido empolgante que a define, porque cada touro é de uma aldeia diferente; as vitórias ou as derrotas são vividas como actos em que todos os habitantes da aldeia estão comprometidos.”

Ernesto Veiga de Oliveira, *Festividades Cíclicas em Portugal* (Lisboa: Dom Quichote, 1988).



Chegas de bois no concelho Montalegre.

“Um Barrosão diria assim: um boi, para ser boi, há-de ter duas qualidades - pintar bem e turrar melhor. Por «pintar bem», entende-se: crias fortes e bonitas. Por «turrar melhor»: campeão de chegas. Se não puder reunir os dois quesitos, ao menos que seja um campeão, orgulho da comunidade.”

Bento da Cruz, em *Memória António Jorge Dias*, vol. II (Lisboa: 1974).

“As chegas de bois nascem nesta riqueza cultural de cada aldeia, da rivalidade existente entre vizinhos e povos, do gosto pela qualidade energética da raça Barrosã, do orgulho e riqueza de cada povo e seus pastores e autarcas, da necessidade de convívio das populações sem discriminação de idades e sexo, da valorização de dias festivos, na falta de outros desportos colectivos envolventes.”

António Lourenço Fontes, *Comemorações do Milenário de S. Rosendo* (Montalegre).



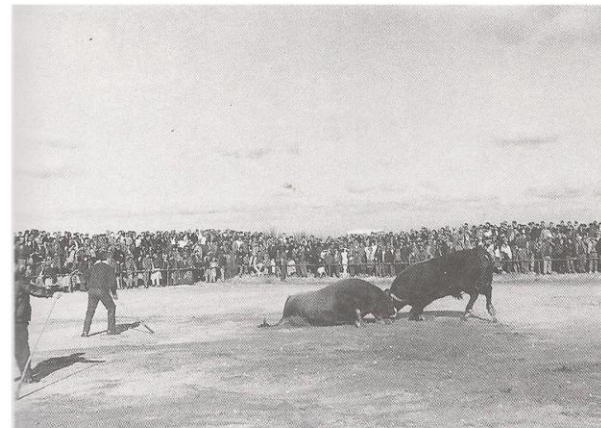
Boi do povo a caminho de uma chega de bois, provavelmente em 1960.

"Atrai-me esta amplidão pagã, sinto-me bem a pisar um chão em que o deus vivo, de ricos e pobres, de alfabetos e analfabetos é o toiro do povo. Um deus de cornos e testículos, que depois de cada vitória, a gratidão dos fiéis, cobre de palmas, de flores, de cordões de oiro e de ternura. Um deus que a devoção adora, sem lhe pedir outros milagres, que não sejam os da força e da fecundidade... um deus a quem se dão gemadas e cerveja para que possa inundar as vacas de sêmen, as moças de esperança, os moços de certeza e a senilidade de gratas recordações. Um deus eternamente viril, num paraíso sem pecado original."

Miguel Torga, *Diário*, vol. X (Coimbra: 1968).



Fernando Moura, do Barracão, com o seu boi barrosão [Fotografia de Georges Dussaud, 1990].

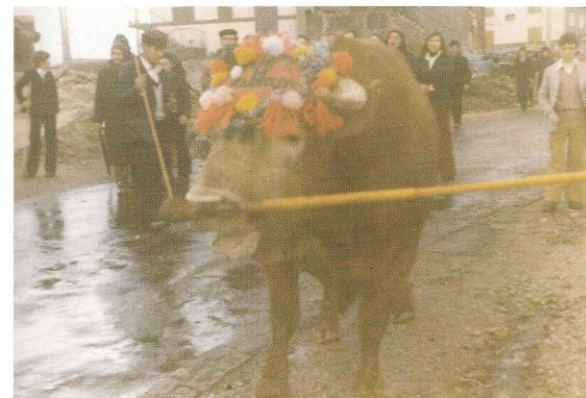


Chega de bois entre Santo André e Montalegre [Fotografia de Georges Dussaud, 1990].

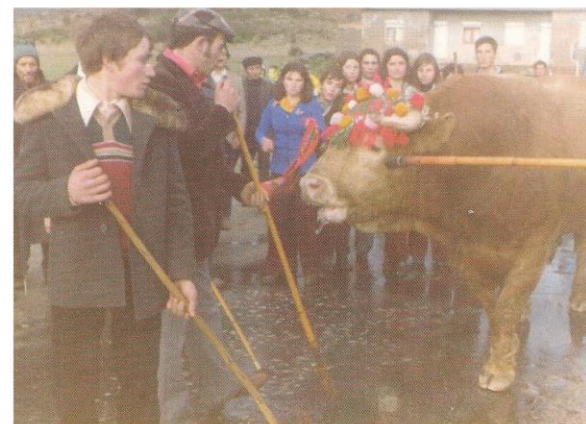


“Contudo, no Norte, o boi é um animal “sagrado”. Não os há às manadas como nas planícies alentejanas, são poucos mas preciosos, tratados com esmero para o prêmio anual nas feiras e, quando muito, ostentados em desafios leais contra os seus pares nas tradicionais “chegas Barrosãs”. Então, estes nobres animais dão exemplo ao homem: lutam lealmente com todos os seus meios até que o vencedor no terreiro, ufano, como quem diz: “aqui sou o rei”. E, como rei, generosamente, não persegue o vencido até o aniquilar; deixa-o simplesmente de lado a remoer a sua vergonha.”

Maria da Conceição Pacheco, *Salto: Apelos do Torrão Natal* (Braga: 2008).



Boi vencedor de regresso à sua aldeia [Fotografia de Germano Francisco Baptista].



Boi vencedor festejado [Fotografia de Germano Francisco Baptista].

“ Não é, contudo, a luta gigantesca, apesar de empolgante, o que mais diz ao expectador forasteiro. É o halo humano que a envolve, os milênios de ancestralidade que ela faz vir à tona da assistência, símbolo de virilidade e fecundidade, o boi é na região o alfa e o ómega do quotidiano. Cada povoação revê-se nele como num deus. Vitorioso, cobrem-no de flores; Derrotado, abatem-no impiedosamente. Quando há minutos a turra acabou, depois de a viver numa tensão de que a palidez de um padre a meu lado era a síntese, toda a falange que torcia pelo vencido parecia capada.”

Miguel Torga, *Diário*, vol. XI (Coimbra: 1973).



Touro de raça Barrosã no chegódromo do Senhor da Piedade.



Alberto de Sendim com o seu boi Barrosão [Foto de Georges Dussaud, 1990].

Mudam-se os tempos, mudam-se os bois e as chegas.

A partir de meados da década de 1970, diversos acontecimentos, como o 25 de abril, e, também, a emigração para França e outros países, permitiram às populações conquistarem um maior desafogo económico e, conseqüentemente, a posse individualizada de determinados bens, fazendo assim com que os hábitos comunitários da região entrassem de forma progressiva em declínio. O que sucedeu também com o boi do povo. Por esta razão, já em 1990, as chegadas de bois ocorriam entre touros de proprietários particulares, o que, aparentemente, levou ao fim da adesão apaixonada das populações. As chegadas conheceram ainda outras alterações, como a realização do transporte dos animais em carrinhas, a construção de campos exclusivos para este fim, o surgimento do bilhete pago para se assistir a estes combates e o aparecimento de organizadores de chegadas de bois, e a compra de animais somente para combater. Sendo que, na opinião de muitos, estes três últimos aspetos estão associados à comercialização das chegadas de bois. No entanto, apesar das críticas, as chegadas de bois não aparentam correr o risco de terminar nos próximos anos, havendo, agora, maior número de proprietários, animais e combates. Realiza-se, ainda, no chegódromo do Senhor da Piedade, o Campeonato de Chegadas de Bois de Raça Barrosã, iniciativa da Câmara Municipal de Montalegre e da Associação Etnográfica O Boi do Povo, que pretende apoiar os esforços de conservação e fomento da raça Barrosã.



Bilhete de uma chegada de bois.

Um cartaz colorido para a Grande Final do Torneio Barrosos. O topo tem o título "GRANDE FINAL TORNEIO BARROSOS" em letras grandes e azuis. Abaixo, o dia e hora: "DIA 11 DE AGOSTO ÀS 16:00 H." e "5ª-FEIRA, FEIRA DO PRÉMIO". O local é "EM MONTALEGRE NO CAMPO DE CHEGAS DO SR. DA PIEDADE". O cartaz apresenta quatro fotos de bois: "1ª CHEGA - 3º E 4º LUGAR" com o "Boi do Catarina Teixeira de Baguihão, Salto" e o "Boi do Horácio dos Santos de Medeiros"; e "2ª CHEGA - FINAL" com o "Boi do José Alves Martins de Paredes, Salto" e o "Boi do António Teixeira de Baguihão, Salto". Na base, indica a organização: "ASSOCIAÇÃO ETNOGRÁFICA O BOI DO POVO" e o preço da entrada: "ENTRADA: 10 €".

Cartaz referente à final da edição de 2016 do Campeonato de Chegadas de Bois de Raça Barrosã de Montalegre.

As chegas de bois e a arte.

É inegável que as chegas de bois têm já uma larga história feita, sendo uma tradição de que os barrosões se orgulham e na qual se sentem retratados. Tendo sido a estas dedicadas várias obras, nas mais diversas formas de arte, desde a literatura, a escultura, o cinema documental, o teatro, a fotografia ou a pintura. Em torno destas, também, durante vários anos, se realizou um programa de radio, no qual Fernando Moura relatava chegas de bois.

*A vós que os nomes usurpais
Descrentes que sois como Tomé
De tourada e luta cruel clamaís
Chamai a uma chega o que ela é.*

*É uma luta à turrada
Disputada arduamente só por dois
No Barroso desde há muito implantada
Chamada só assim: "chega de bois".*

*Numa luta real e equilibrada
Com galhardias se batem atrevidos
Para uma multidão entusiasmada
A força dos dois bois enfurecidos.*

*Se o touro não quer lutar
E nega dar turrada
Ninguém o vai obrigar
Porque a chega não é tourada*

*Chamar-lhe luta cruel
É falta de consciência
É a força contra a força
Sem traidora inteligência.*

*Com sucessivos arrastões
Na pele levam rasgões
Empurram-se até cansar
O herói cobrem de glória
Gritam: "este vai ficar na história"
Perde aquele que abandonar.*

Júlio de Barros, *Breves Apontamentos
Sobre a Raça Barrosã* (2002)



Estátua em bronze do escultor Laureano Ribatua, inaugurada em 1999 em Montalegre [Acervo fotográfico da Câmara Municipal de Montalegre].



A Chega dos Bois, óleo sobre tela de Maria Amélia Rodrigues dos Santos.

EXPOSIÇÃO

É BOI, É BOIZINHO:
AS CHEGAS DE BOIS
NO BARROSO

ECOMUSEU DE BARROSO – ESPAÇO PADRE FONTES

10 DE AGOSTO DE 2017 – 15 DE OUTUBRO DE 2017



Figura 53 – Cartaz da Exposição – É boi, é boizinho: as chegas de bois no Barroso.

Capítulo 8

Conclusão

8. Conclusão

Para concluir, importa começar por referir que os combates de animais estão presentes em vários países do mundo, e isto, em vários momentos da história, sendo estes considerados uma das formas mais comuns e antigas de entretenimento coletivo. De forma particular, os combates de touros, ou outros bovinos como vacas ou búfalos, que não são exclusivos de Montalegre, e, assim, estão presentes, pelo menos, na Europa, África e Ásia, e aí, sobretudo em áreas rurais, têm, por vezes, a sua origem, apesar de não determinada temporalmente, associada a manifestações espirituais ou religiosas, por exemplo, com vista à proteção e garantia da fertilidade das culturas agrícolas – aspeto simbólico que, entre outros, é desde a Pré-História relacionado com os touros. No entanto, se em países como o Vietname, estes combates mantêm ainda uma forte carga espiritual, noutros países, como no Japão, na Coreia do Sul ou no Quênia, os combates de touros tornaram-se atrações turísticas ou viram ser promovidas em seu torno apostas monetárias. Noutros países, como no Irão, na China ou no Vietname, e tal como acontecia em Montalegre, os touros que participam em combates fazem-no em representação ou em defesa da honra da sua aldeia ou vila.

No caso do Norte de Portugal, mais concretamente de Montalegre e do Barroso, é impossível dissociar os combates de touros, ou seja, as *chegas de bois*, daquela que é, quer atualmente como antigamente, uma das principais atividades económicas desta região: a pecuária, sobretudo, a criação de gado bovino. Porém, o período em que se deu o surgimento das *chegas de bois* é desconhecido, sendo que estas são, por vezes, apontadas como uma prática milenar. Os textos conhecidos de maior antiguidade onde são mencionadas as *chegas de bois* comprovam a existência destes combates no início do século XX, ou até mesmo nos finais do século anterior. Assim, estes textos indicam já a existência do *boi do povo* e as *chegas de bois* enquanto combate simbólico entre duas populações vizinhas ou rivais, que se mostram orgulhosas do seu touro e confiantes dos cuidados, como a alimentação, que lhe conseguem prestar, e que, por esta razão, escolhem estes animais para representar e defender a honra da aldeia e dos seus habitantes. Aspetos coincidentes com a maioria das memórias e escritos posteriores. Porém, neste aspeto, ou seja, em relação ao surgimento das *chegas de bois*, e também, no que respeita à sua prática continuada, não se pode ignorar a necessidade que as populações locais, afastadas dos centros urbanos, seja atualmente como em períodos mais distantes, tiveram e têm de procurar formas coletivas e envolventes de entretenimento.

Associa-se, ainda, a existência das chegas de bois ao facto de estes combates contribuírem para a seleção de touros reprodutores e, desta forma, para a melhoria do gado bovino e, particularmente, da raça Barrosã. No entanto, também esta tese não está comprovada, havendo dúvidas sobre a sua plausibilidade – porém, estes combates parecem atualmente contribuir para o aumento do efetivo de touros de raças autóctones, principalmente de raça Barrosã, no concelho de Montalegre.

Sobretudo a partir da década de 1970 e devido à capacidade que as populações passaram a ter para adquirir de forma individualizada determinados bens, o comunitarismo, forma de organização social que Montalegre e outras comunidades serranas conheceram durante séculos, entrou em decadência. Por esta razão e também por culpa da emigração, que levou à diminuição da população do concelho de Montalegre, em particular da população jovem, também o boi do povo foi, de forma progressiva, desaparecendo; ou melhor, sendo substituído por touros de proprietários privados, e assim, utilizados por estes em tarefas reprodutivas mas também em chegas de bois. Esta alteração trouxe muitas outras transformações nas chegas de bois, por exemplo: se antigamente o boi do povo era levado a pé por grande parte da população da sua aldeia até ao local onde decorria o combate, atualmente este transporte é feito com recurso a uma carrinha; no passado a vitória de um touro era celebrada efusivamente por toda uma aldeia, atualmente esses festejos são raros e apenas feitos pelo proprietário e alguns familiares e amigos seus; assim, se antigamente uma vitória numa chega de bois garantia a honra da aldeia, atualmente esta conquista possui apenas relevância para o prestígio social destes proprietários; antes, as chegas de bois decorriam em terrenos a igual distância das duas aldeias rivais, mas recentemente foram construídos propositadamente espaços para a realização de chegas de bois; os touros derrotados, ao contrário do que acontecia outrora, podem hoje em dia continuar a realizar combates.

Com a passagem do boi do povo para os touros de proprietários privados, importa ainda salientar que: estes animais começaram a realizar um maior número de chegas de bois, havendo, em determinados fins-de-semana, chegas de bois em dois ou mais locais diferentes; foi introduzida a cobrança de bilhetes para se assistir a estas lutas; os proprietários passaram a ser contratados por organizadores de chegas de bois e a receber, por vezes, avultadas quantias monetárias por cada chega em que os seus touros participem. Assim, associado a estas últimas alterações, surgiram críticas ao atual estado das chegas de bois. Vários aficionados ou outros elementos ligados a estes combates consideram haver atualmente um excesso de chegas de bois (o que, aparentemente, levou

à diminuição da qualidade destes combates, e pode também levar à diminuição dos prémios a atribuir a cada touro pela sua participação numa luta), e de organizadores destas. Outros referem que as chegas de bois conheceram nos últimos anos um processo de comercialização, acreditando que determinados proprietários participam nestes combates também com a intenção de obterem lucro, o que pode, por exemplo, ser conseguido com a venda de touros de combate, pelo menos dos que apresentam maior qualidade, por elevados valores monetários. Investimento que quem compra estes animais procura depois compensar com a participação num grande número de lutas. Contudo, importa acrescentar que a maioria dos espetadores compreende e aceita a necessidade de adquirir um bilhete para assistir a chegas de bois.

Porém, e apesar das críticas, é reconhecido que se assim não fosse, e caso não existissem um elevado número de proprietários de touros e organizadores que se dedicam às chegas de bois, estas poderiam já não existir. De salientar ainda, que tem sido proposto que proprietários de touros, organizadores de chegas de bois, Câmara Municipal de Montalegre e a Associação Etnográfica O Boi do Povo se reúnam de forma a corrigir estes aspetos, contudo, até agora nada parece ter sido feito nesse sentido.

Outros aspetos associados à degeneração dos combates de touros, como a criação de sistemas de apostas e o estímulo à realização destas, bem como a transformação destes combates em eventos turísticos, não estão presentes nas chegas de bois. Sendo também possível afirmar que, apesar das críticas anteriormente referidas e da crescente sensibilização por parte das populações, mas também de agentes políticos, para a defesa dos direitos e da dignidade dos animais não-humanos, as chegas não parecem ter a sua continuidade em perigo, pelo menos num futuro próximo. Assim, se não é impossível que futuramente, por decreto, a realização destes combates venha a ser dificultada ou até mesmo proibida, em termos concretos, e apesar de uma diminuição do número de espetadores nos combates, são agora realizados, como já afirmado antes, mais combates – o que pode, apesar de tudo, ser neste aspeto tido como um ponto positivo – e existe um maior número de proprietários e de touros a participarem em chegas de bois, sendo que, muitos destes touros são agora criados unicamente para este fim. Depois, as chegas de bois parecem estar atualmente mais difundidas por todo o território de Montalegre do que antigamente, passando também a serem realizadas com maior frequência chegas de bois noutros concelhos, sejam eles vizinhos ou não de Montalegre.

Ainda no que diz respeito à continuidade e à salvaguarda das chegas de bois, é de salientar o papel da CMM, responsável, juntamente com a Associação Etnográfica O Boi

do Povo (que tem como principal missão assegurar a permanência destes combates no concelho de Montalegre), pela organização do *Campeonato*, de forma a fomentar quer a realização de chegadas de bois quer o crescimento do efetivo de gado de raça Barrosã e, em particular, dos touros desta raça – associando-se, assim, a salvaguarda de um património imaterial à salvaguarda de um património natural. Da mesma forma, o Ecomuseu de Barroso tem o seu nome associado, por exemplo, a documentários, livros e congressos científicos que procuram contribuir para a salvaguarda das chegadas de bois e da memória coletiva associada a esta manifestação; garantindo, ainda, a proteção de património material e imóvel associado ao boi do povo, ou seja, de cortes do boi. Não esquecendo, os meios de comunicação social locais que dedicam vários trabalhos a esta manifestação, sendo que o mesmo sucede com a população deste concelho e seus artistas populares, sejam eles, por exemplo, poetas, escultores ou pintores. Tudo isto, associado à existência de lembranças turísticas ou de pequenos objetos, quer decorativos ou utilitários, presentes nas lojas e, também, nas casas e cafés de Montalegre, prova que as chegadas de bois são um dos principais símbolos deste concelho, e que as suas populações e instituições se veem nelas representadas e se preocupam em garantir a sua continuidade bem como em proteger a memória coletiva associada a este património local.

Porém, importa referir que, de forma a salvaguardar as chegadas de bois, outras medidas poderiam ser tomadas. Assim, e como no caso da *capeia arraiana*, podia ser equacionada, por exemplo pela CMM ou pelo Ecomuseu de Barroso, a tentativa de introdução das chegadas de bois no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*, no domínio “práticas sociais, rituais e eventos festivos”; e, em conformidade com o proposto pela Câmara Municipal do Sabugal (CMS) no caso da *capeia arraiana*, procurar ainda associar a esta medida (ou também de forma independente) a realização das seguintes ações: garantir a continuidade, autonomamente ou em colaboração com uma universidade, do estudo das chegadas de bois, numa perspetiva histórica, sociológica e antropológica; criar, em parceria com a Biblioteca Municipal de Montalegre, um arquivo ou uma secção com documentação relacionada com as chegadas de bois, mas também com a tauromaquia e os combates de animais, com destaque para os combates de touros noutros países; garantir a cooperação com outros concelhos onde estão presentes as chegadas de bois; promover, ou realizar, a captação de fotografias, vídeos e registos sonoros relacionados com as chegadas de bois; procurar fazer um levantamento, e ainda a recolha e preservação, dos materiais (vídeos, fotografias, registos sonoros, textos, cartazes, objetos) já existentes, quer da autoria de amadores quer de profissionais; recolher memórias e

testemunhos relacionados com estes combates, isto através de entrevistas, feitas quer a elementos da população que possam partilhar histórias associadas ao boi do povo e às chegas de bois realizadas por estes animais quer a atuais proprietários cujos touros participam em combates. E ainda, como proposto anteriormente, realizar uma exposição temporária ou permanente referente às chegas de bois e, também, ao boi do povo.

Por fim, de forma a completar esta dissertação, poder-se-ia ter: realizado um maior número de entrevistas com proprietários de touros que combatem em chegas de bois, sobretudo, com proprietários de animais de raças que não a Barrosã ou com proprietários que não habitem atualmente em Portugal; feito uma maior recolha de memórias associadas às chegas de bois, e com uma maior distribuição geográfica, indo para além de Salto e Vilar de Perdizes; levantado um maior número de dados, através de entrevistas, jornais e restante comunicação social, ou da consulta de bibliografia, sobre a presença e atual estado das chegas de bois noutros concelhos, vizinhos ou não do concelho de Montalegre; recolhido um maior número de fotografias e de cartazes, mas também de vídeos de chegas de bois ou de touros que nestas participem. E, ainda, aprofundar a seguinte questão: como está presente a filosofia que considera os animais não-humanos como seres sensíveis nas críticas feitas às chegas de bois.

Bibliografia e fontes

Bibliografia

Affergan, Francis. «Zooanthropologie du combat de coqs à la Martinique». *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXX (1986).

Al Abed, Ibrahim, e Peter Hellyer, org. *United Arab Emirates: a new perspective*. Londres: Trident Press. (2001), https://books.google.pt/books?id=QcMz3zV0qAMC&pg=PA72&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Alberto Tavares da Silva, Domingos. *Esbôço dum Vocabulário Agrícola Regional*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1942.

Almeida, António de. «The inter-community competition as a factor for sustainability and differentiation of tourism product - the case of National Park of Peneda Gerês». *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, vol. I (2010).

Alvarez, Ángel. *Ritos y Juegos del Toro*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1998.

Alves, Jorge. *Fontes para a História do Barroso*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre, 1985.

Wu, Annie. «Dong Ethnic People Bull Fighting Festival», *China Highlights*, 2 de fevereiro, 2015, <http://www.chinahighlights.com/festivals/dong-ethnic-people-bull-fighting-festival.htm>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Araújo, Daniela. «As culturas do trabalho no Barroso: a Vezeira». (2012), <http://www.youblisher.com/p/347612-A-Vezeira/>, consultado no dia 17 de fevereiro de 2016.

Arlott, John, ed. *The Oxford Companion to Sports and Games*. Londres: Oxford University Press, 1975.

Babo, Elisa, e Paula Guerra. «As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso», (2005), <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53702/2/67261.pdf>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

Baptista, José Dias. *Montalegre*. Montalegre: Município de Montalegre, 2006.

Barros, Júlio de. «Breves apontamentos sobre a raça Barrosã». 2002.

Batista Rodrigues, António, dir. *Bovinos em Portugal*. s. l.: Direção Geral dos Serviços Veterinários, 1981.

Bell, Judith. *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva, 2004.

Bogdan, Robert C., e Sari Knopp Biklen. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

Boni, Valdete, e Sílvia Jurema Quaresma. «Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais». *Em Tese*, vol. 2, nº. 1 (2005), <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>, consultado no dia 19 de outubro de 2016.

Branco, Jorge Freitas. «Significados esgotados: sobre museus e coleções etnográficas». (2008), <http://www.ankulegi.org/wp-content/uploads/2012/03/0303Freitas-Branco.pdf>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

Bromberger, Christian. «Gavbazi (Bull Fighting): arranged fights between bulls». *CAIS*, <http://www.cais-soas.com/CAIS/Sport/gavbazi.htm>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Cabral, António. *Jogos Populares Portugueses de Jovens e de Adultos*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1986.

Caetano, Paulo. *Filhos do Auroque: Viagens pelas Raças Portuguesas de Bovinos*. Lisboa: Bizâncio, 2013.

Capucha, Luís. «O campo da tauromaquia». *Sociologia*, n.º 5 (1998).

Carril, José. *Memórias de Salto do Século XX*. Salto: s/ed, 2015.

Carvalho, Ana. *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS - Universidade de Évora, 2011.

Castro, Ferreira de. *Terra Fria*. Lisboa: Editorial Século, 1934.

Chaves, Domingos. *Gralhas: Minha Terra Minha Gente*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2015.

Choay, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999.

Correia, Maria. «A observação participante enquanto técnica de investigação». *Pensar Enfermagem*, vol. 13, n.º 2 (2009).

Costa, Antonieta. *As Festas Sanjoaninas e Suas Origens Mais Remotas - Estudo Comparativo Documental*. Guimarães: NEPS, Universidade do Minho, 2002.

Costa, Paulo, org. *Museus e Património Imaterial: Agentes, Fronteiras, Identidades*, s. l.: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?T ipoUtilitario=4>, consultado no dia 10 de fevereiro de 2016.

Costa, Paulo. «O Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial»: da prática etnográfica à voz das comunidades». Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: Percursos, Concretizações, Perspetivas*, Lisboa, Institut Français du Portugal, 28 e 29 de novembro, 2012, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=4>, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

Costa, Paulo. *MatrizPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: Manual de Utilização*. s. l.: Direção-Geral do Património Cultural, 2014, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=4>, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

Crespo, Jorge. *A História do Corpo*. Lisboa: Difel, 1990.

D. Evan, Rhonda, e DeAnn K. Gauthier, e Craig J. Forsyth. «Dogfighting: symbolic expression and validation of masculinity», *Sex Roles*, vol. 39 (1998).

D. Evans, Rhonda, e Craig J. Forsyth. «Entertainment to outrage – a social historical view of dogfighting». *International Review of Modern Sociology*, vol. 27 (outono), n. 2 (1997).

D. Evans, Rhonda, e Craig J. Forsyth. «The social milieu of dogmen and dogfights». *Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal*, n.º 19 (1998).

Daciano Guimarães, Bertino. *Cinfães: Subsídios Puma Monografia do Concelho*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral, 1954.

Darke, Diana. *Oman*. Chalfont St Peter: Bradt Travel Guides. (2010), https://books.google.pt/books?id=J6QKSXYG5tYC&pg=PA29&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Dias Guimarães, Rui. *O Falar de Barroso: o Homem e a Linguagem*. Mirandela: João Azevedo Editor, 2002.

Dias, Jorge. *Estudos de Antropologia*, vol.2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990.

Dias, Jorge. *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

Dias, Jorge. *Vilarinho da Furna: Uma Aldeia Comunitária*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

Direção Geral de Alimentação e Veterinária. *Raças Autóctones Portuguesas*. s. l.: Direção Geral de Alimentação e Veterinária, 2013.

Direção Regional de Cultura do Norte. «Conclusões do Encontro sobre Inventariação de Património Cultural Imaterial». (2016),

http://www.culturanoorte.pt/fotos/editor2/conclusoes_encontro_festas_e_rituais_2016.pdf, consultado no dia 30 de março de 2016.

Drumond Braga, Isabel, e Paulo Drumond Braga, cord. *Animais e Companhia na História de Portugal*. Maia: Círculo de Leitores, 2015.

Dundes, Alan. *The Cockfight: A Casebook*. Madison: University of Wisconsin Press, 1994.

Durand, Jean-Yves. «O antigo e o novo». (2004), <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5352/3/O%20antigo%20e%20o%20novo.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

Eliade, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. Porto: Edições Asa, 1994.

Elias, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1982.

Faria, Manuel. *Os Cornos do Auroque: Raças de Bovinos no Entre Douro e Minho*. s. l.: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2007, http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/conteudos/cen_documentos/outros/OsCornosdoAuroque.pdf, consultado no dia 16 de fevereiro de 2016.

Fatela, João. *O Sangue e Rua: Elementos para uma Antropologia da Violência em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

Fontes, António Lourenço. «Cultura popular da zona do barroso». *Brigantia: Revista de Cultura*, vol. II, n.º 4 (1982), separata.

Fontes, António Lourenço. «O jogo do galo na Península Ibérica». *Brigantia: Revista de Cultura*, vol. II, n.º1 (1982).

Fontes, António Lourenço. *Etnografia Transmontana: Crenças e Tradições de Barroso*, vol. I. Lisboa: Editorial Domingos Barreira, 1992.

Frazer, James George. *The Golden Bough*. (1890), <http://www.bartleby.com/196/111.html>, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

Garcia, Manuel. «A raça bovina Barrosã». *Bolétim Pecuário*, n.º 1, ano XXXII (1964), <http://www.amiba.com.pt/1964%20A%20raca%20bovinaBarrosa.pdf>, consultado no dia 17 de fevereiro de 2016.

Geertz, Clifford. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. Nova Iorque: Basic Books, 1973.

Geraldes, Alice. *Brandas e Inverneiras: Particularidades do Sistema Agro-Pastoril Castrejo*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza e Parque Nacional da Peneda-Gerês, 1996.

- Gouveia, Adelino, e José Leite e Rui Dantas, org. *Raça Barrosã*. Braga: AMIBA, 2001.
- Guerreiro, Manuel Viegas. *Pitões das Júnias: Esboço de Monografia Etnográfica*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1981.
- Hainard, Jacques, e Roland Kaehr. *Dire les Autres - Réflexions et pratiques ethnologiques*. s.l: Editions Payot Lausanne, 1997.
- Halbwachs, Maurice. *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel, 1997.
- Ishii, Hirokazu. «Bull fighting: tradition and acculturation». *International Journal of Sports and Health Science*, vol. 4 (2006).
- Kalof, Linda, e Carl Taylor. «The discourse of dog fighting». *Humanity & Society*, vol. 31 (novembro 2007).
- Knight, John, ed., *Animals in Person: Cultural Perspectives on Animal-human Intimacy*. Nova Iorque: Berg, 2005.
- Laja, Odete. *Proposta Para o Ecomuseu do Barroso em Fafião*. Dissertação de Mestrado, Viana do Castelo, IPVC, 2013, <http://repositorio.ipvc.pt/handle/123456789/1118>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.
- Leal, João. «Agitar antes de usar: a Antropologia e o património cultural imaterial». *Memória em Rede*, vol. 3, n.º 9 (Julho/Dezembro 2003), <http://run.unl.pt/bitstream/10362/11215/1/Agitar%20antes%20de%20usar.pdf>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.
- Leal, João. «O povo no museu». *Museologia.pt*, n.º 5 (2011), <http://run.unl.pt/handle/10362/9756>, consultado no dia 11 de fevereiro.
- Lema, Paula Bordalo. *Tourém: Uma Aldeia Raiana do Barroso*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1978.
- Levinson, David, e Karen Christensen, org. *Encyclopedia of World Sport: From Ancient Times to the Present*. Londres: Oxford University Press, 1999, <https://books.google.pt/books?id=Q8NMAgAAQBAJ&pg=PA10&dq#v=onepage&q&f=false>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.
- Lopes, Cesar. «História e ideias da nova museologia». *Textos de Museologia - Cadernos do Minom*, n.º 1 (1991).
- Lopes, Flávio e Miguel Correia, org. *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014.
- M. de Sousa, Tude. *O Gerês: Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

- Machado, Júlio Montalvão. *O Arcipreste de Barroso*. Porto: 1926.
- Martins Ramos, Francisco. *Etnografia Geral Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.
- Maudet, Jean – Baptista. *Terres de Taureaux – Les Jeux Taurins de L'Europe à L'Amérique*. Madrid: Casa de Velázquez, 2010.
- Miranda Alves, José. *Contos das Minhas Memórias*. Montalegre: 2013.
- Morais, Maria. *Entre Quem É!: Tradições de Trás-os-Montes e Alto Douro no Diário de Miguel Torga*. Coimbra: Pé de Página Editores, 2007.
- Moreno, Luis, org. *Tendencias de la Museología en América Latina: Articulaciones, horizontes, diseminaciones*. s. l.: ENCRYM – INAH, 2015, <http://www.todopatrimonio.com/otras-publicaciones/518-tendencias-de-la-museologia-en-america-latina-articulaciones-horizontes-diseminaciones>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.
- Moura, Fernando. *Barroso e as Chegas de Bois*. Braga: Editora Correio do Minho, 1995.
- Moutinho, José Viale. *Retrato de Braços Cruzados*. Lisboa: Caminho, 1989.
- OMT. *International Recommendations for Tourism Statistics: 2008*. Nova Iorque: Nações Unidas, 2010, http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/seriesm_83rev1e.pdf, consultado no dia 11 de fevereiro de 2015.
- Pacheco, Maria da Conceição. *Salto: Apelos do Torrão Natal*. Braga: s/ed., 2008.
- Peixoto, Rocha. *Obras: Estudos de Etnografia e de Arqueologia*, vol. I. Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1967.
- Peralta, Elsa, e Marta Anico, org. *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, 2006.
- Pereira, Luís. *Tauromaquia: Identidade Cultural, Enquadramento Legal e Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Economia Política, 2010.
- Pereiro, Xerardo. «Património cultural: o casamento entre património e cultura». *ADRA: Revista de los Socios y Socias del Museo del Pueblo Gallego*, n.º 1 (2006), <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/4698/1/ARTIGO%206.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

Pereiro, Xerardo. *Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica*. s. l.: Pasos, 2009, <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita2.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

Pinto, Isabel. «Festas bravas: a anatomia do outro golpe». *Krypton*, n.º 3 (2014).

Pizzaro, Lacerda. «Breves considerações sobre a raça Barrosã e sua exploração». 1916.

Polanah, Luís. «Espírito do comunitarismo». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 30 (1990), separata.

Polanah, Luís. «Função da vizinhança entre os camponeses de Tourém». *Antropologia Portuguesa*, vol. 7 (1989).

Polanah, Luís. *A Propósito do Comunitarismo na Serra do Gerês*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1992.

Pucariço, Filipa. *Estudo do Impacto Socioeconómico da Capeia Arraiana*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária, 2015.

Regan, Tom. *The Case for Animal Rights*. Berkley: University of California Press, 2004.

Ribeiro, José, e Roger Lopes. *Flora e Fauna do Alto Tâmega*. Mirandela: João Azevedo Editora, 2002.

Rodrigues, António Batista, dir. *Bovinos em Portugal*. s. l.: Direção Geral dos Serviços Veterinários, 1981.

Rodrigues, Donizete. *Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma Abordagem Antropológica*, <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

Roque, Maria. «As humanidades digitais no cruzamento entre museus e turismo», https://www.academia.edu/18079184/As_humanidades_digitais_no_cruzamento_entre_museus_e_turismo, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

Serapioni, Mauro. «Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração». *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 5, n.º 1 (2000), http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100016, consultado no dia 17 de outubro de 2016.

Silvestre Bernardo Lima. «Estudos pecuários sobre a província de Tráz-os-Montes (Raça Vacum Barrosan)», *Archivo Rural* (1858 - 1862).

Singer, Peter. *Ética Prática*. Lisboa: Gradiva, 2002.

Sousa, Filomena. *Património Cultural Imaterial – Memoriamedia e-Museu: Métodos, Técnicas e Práticas*. s. 1.: Memória Imaterial CRL, 2015, http://www.memoriamedia.net/pci_docs/PCI-MEMORIAMEDIA_METODOS_PRATICAS_web.pdf, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

Stankiewicz, Marius. «Bullfighting for buddhists: A less bloody alternative In South Korea». *NPR*, 30 de abril, 2015, <http://www.npr.org/sections/parallels/2015/04/30/402575947/bullfighting-for-buddhists-a-less-bloody-alternative-in-south-korea>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Taborda, Vergílio. *Alto Trás-os-Montes: Estudo Geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

Taborda, Vergílio. *Guia de Portugal: Trás-os-Montes e Alto Douro: Vila Real, Chaves e Barroso*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1932.

Teixeira, David. *O Ecomuseu de Barroso: A Nova Museologia ao Serviço do Desenvolvimento Local*. Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2005.

Torga, Miguel. *Bichos*. Alfragide: Leya, 2013.

Torga, Miguel. *Diário*, vol. VIII. Coimbra: s/ed, 1959.

Torga, Miguel. *Diário*, vol. X. Coimbra: s/ed, 1968.

Torga, Miguel. *Diário*, vol. XI. Coimbra: s/ed, 1973.

Torga, Miguel. *Diário*, vol. XII. Coimbra: s/ed, 1977.

Tude M. de Sousa, *O Gerez: Notas Etnográficas, Arqueológicas e Históricas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927), 3.

Veiga de Oliveira, Ernesto. *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

VVAA. *As chegas de Bois: Uma Antologia*. Lisboa: Editora Âncora, 2005.

W. Bishop, Carl. «The ritual bullfight». *Smithsonian Annual Report*, (1926).

Weinstein, Mary. «A indissociabilidade do patrimônio material e imaterial e o transporte no espaço e no tempo dentro de uma perspectiva também etnocenológica». (2009), <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19391.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

Werkheiser, Ian. «Fighting nature: an analysis and critique of breed-specific flourishing arguments for dog fights». *Society & Animals* (2015),

https://www.academia.edu/4827580/Fighting_Nature_An_Analysis_and_Critique_of_Breed-Specific_Flourishing_Arguments_for_Dog_Fights, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

Williams, Victoria. *Weird Sports and Wacky Games Around the World: From Buzkashi to Zorbing*. Santa Barbara: Greenwood, 2015, <https://books.google.pt/books?id=lpDdBwAAQBAJ&pg=PA198&lpg=PA198&dq#v=onepage&q&f=false>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

Fontes escritas

Açoriano Oriental. «Associação da ilha Terceira defende que a tourada à corda seja Património da Humanidade». 29 de Abril, 2015, <http://www.acorianooriental.pt/noticia/associacao-da-ilha-terceira-defende-que-a-tourada-a-corda-seja-patrimonio-da-humanidade>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Amaro, José Bento. «Associação Animal contra Câmara de Montalegre pela realização de lutas de bois, carneiros e galos», *Público*, 25 de outubro, 2008, <http://www.publico.pt/portugal/jornal/associacao-animal-contracamara-de-montalegre-pela-realizacao-de-lutas-de-bois-carneiros-e-galos-281277>, consultado no dia 18 de setembro 2016.

AMIBA. «Raça Barrosã: o sistema», <http://www.amiba.com.pt/index.php?idm=55>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Associação de Criadores do Maronês. «Sistemas de exploração», <http://www.marones.pt/conteudo.php?idm=10>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Associação Nacional Dos Criadores Da Raça Arouquesa. «Sistema de produção», <http://www.ancra.pt/producao.htm>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Barros, Júlio de. «Comentário sobre concursos pecuários e chegadas de bois». Povo de Barroso. 25 de outubro, 2010, 10.

BBC News. «Horns locked on Kenya bull fights». 5 de dezembro, 2008, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7766987.stm>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

BBC News. «Obama beats Romney in Kenyan bull fight». 4 de Novembro, 2012, <http://www.bbc.com/news/world-africa-20196270>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Câmara Municipal de Montalegre. «Campeonato de Chegas de Bois - inicia hoje». 8 de junho, 2014, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=2431>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Câmara Municipal de Montalegre. «Estamos a comercializar muito as chegas de bois!». 30 de março, 2012, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=1779>, consultado no dia 17 de setembro 2016.

Câmara Municipal de Montalegre. «III Encontro Internacional de Arte ao redor do Touro (até 25 Novembro)». 2012, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=1923>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Câmara Municipal de Montalegre. «Inauguração da II "Semana do Barrosão"». 2015, <http://www.cm-montalegre.pt/showNT.php?Id=2900>, consultado no dia 16 de fevereiro de 2016.

Câmara Municipal de Montalegre. *Diagnóstico Social*, http://www.cm-montalegre.pt/forceDownload.php?fich=diagnostico_certo-140106145035.pdf&hits=1&Id_dw=43456, consultado no dia 15 de fevereiro de 2016.

Correio do Minho. «*Campeonato de chegas de bois fomenta raça barrosã*». 7 de Junho, 2006, 11.

Correio do Minho. «Montalegre: Ecomuseu de Barroso integra Rede Nacional de Museus». 12 de setembro, 2015, <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=89193>, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

Correio do Minho. «Montalegre: Torneio de chegas de bois arranca amanhã». 24 de abril, 2016, <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=94078>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Correio do Minho. «Produtores temem o fim da tradição». 20 de abril, 2009, 11.

Correio do Minho. «Produtores temem o fim da tradição». 20 de abril, 2009, 11.

Darke, Diana. *Eastern Turkey*. Chalfont St Peter: Bradt Travel Guide. 2011, https://books.google.pt/books?id=U9WwsQE6AJ4C&pg=PA334&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

«Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho». (2009), http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_lei139_2009_porof.pdf, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

«Detenção de animais perigosos, Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de Outubro». (2009), http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?Nid=1310&tabela=leis, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Diário Atual. «Montalegre: Entrega de prémios do Torneio de Chegas de Bois». 1 de outubro, 2014, <http://diarioatual.com/?p=179107>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Diário de Notícias. «Lutas de galos em garagens rendem cinco mil euros». 12 de abril, 2009, <http://www.dn.pt/portugal/norte/interior/lutas-de-galos-em-garagens-rendem-cinco-mil-euros-1199437.html>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Diário Digital. «Chegas de bois: DGV diz «sim» às colheitas de sangue». 20 de abril, 2009, http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=383679, consultado no dia 17 de setembro de 2016.

Dicionário Priberam. «Alqueire», <http://www.priberam.pt/dlpo/alqueire>, consultado no dia 16 de maio de 2016.

Dicionário Priberam. «Chegódromo», <http://www.priberam.pt/dlpo/cheg%C3%B3dromo>, consultado no dia 19 de outubro de 2016.

Dicionário Priberam. «Touro», <http://www.priberam.pt/dlpo/touro>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso - Aldeia Ecomuseu», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-aldeia-ecomuseu>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso – Casa do Capitão», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-casa-capitao>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso - Casa do Lavrador», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-casa-lavrador>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo das Minas da Borralha», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-centro-interpretativo-das-minas-da-borralha>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso - Centro Interpretativo da Avifauna da Região», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-centro-interpretativo-da-avifauna-da-regiao>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso - Corte do Boi», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-corte-boi>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso - Espaço Padre Fontes», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-espaco-padre-fontes>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Ecomuseu de Barroso. «Ecomuseu de Barroso - Vezeira e a Serra», <http://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-vezeira-serra>, consultado no dia 14 de fevereiro de 2016.

Falcão, Catarina. «Tourada deixa de ser património cultural em França». *Observador*. 7 de Junho, 2015, <http://observador.pt/2015/06/07/tourada-deixa-de-ser-patrimonio-cultural-em-franca/>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Ferrín, Xosé Méndez. *Un Escritor nos Xornais: Artigos Periodísticos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2000, <https://books.google.pt/books?id=1vkZpV-Vwe8C&pg=PA131&dq#v=onepage&q&f=false>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Goís, Bruno. «Breve história do fim das touradas». *Esquerda.net*. 13 de agosto, 2013, <http://www.esquerda.net/opinioao/breve-hist%C3%B3ria-do-fim-das-touradas/28994>, consultado no dia 14 de dezembro de 2015.

Herald Goa. «Dhirio, an important part of Goan tradition say bull owners». 5 de julho, 2015, <http://www.heraldgoa.in/Review/Dhirio-an-important-part-of-Goan-tradition-say-bull-owners/90679.html>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

ICOM. «Carta de Shanghái». (2002), http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statements/SPA/shanghai2002_spa.pdf, consultado no dia 13 de fevereiro de 2016.

ICOMOS. «Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios». (1964).

ICOMOS. «Carta sobre o turismo cultural». (1976).

Jornal de Notícias. «Chegas de bois O Boi do Povo volta a atrair milhares sábado em Montalegre». 5 de Julho, 2007, http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=675923n, consultado no dia 17 de outubro de 2015.

Jornal de Notícias. «Luta de touros campeões no chegódromo de Vinhais». 16 de maio, 2012, <http://www.jn.pt/local/noticias/braganca/vinhais/interior/luta-de-touros-campeoes-no-chegodromo-de-vinhais-2525767.html>, consultado no dia 15 de setembro de 2016.

Jornal de Notícias. «Municípios querem tauromaquia classificada como "Património Cultural"». 18 de junho, 2012, http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=2615521&page=1, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

La Region. «Muñños elimina la “chega de bois” de las fiestas para evitar polémicas ecologistas». 30 de junho, 2008, <http://www.laregion.es/articulo/baixa-limia/muinos-elimina-chega-bois-fiestas-evitar-polemicas-ecologistas/20080701104154057049.html>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Le Monde. «Combats de coqs: l’interdiction de construire de nouveaux gallodromes confirmée». 31 de julho, 2015, http://www.lemonde.fr/societe/article/2015/07/31/combats-de-coqs-le-conseil-constitutionnel-confirme-l-interdiction-de-construire-de-nouveaux-gallodromes_4706185_3224.html, consultado no dia 19 de fevereiro de 2016.

«Lei de bases do património cultural, Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro». (2001), http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_estrutura.php?tabela=leis&artigo_id=844A0018&nid=844&nversao=&tabela=leis&so_miolo, consultado no dia 10 de fevereiro de 2016.

«Lei n.º 82/2009». (2009), www.cm-penacova.pt/admin/include/download.php?Id_ficheiro=3615, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Lynch, Jo-Anna, «Cheongdo: bullfighting, a wine and a temple». *The Korea Blog*, 2013, <http://blog.korea.net/?p=15535>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Lynch, Michael. «Bloodless bullfighting in Okinawa». *CNN Travel*. 14 de fevereiro, 2013, <http://travel.cnn.com/tokyo/play/bloodless-bullfighting-okinawa-369290>, consultado no dia 15 de dezembro de 2015.

Maad, Govind Kamat. «Dhirio: Bullish about a banned fight». *The Times of India*. 22 de outubro, 2008, <http://timesofindia.indiatimes.com/city/goa/Dhirio-Bullish-about-a-banned-fight/articleshow/3625723.cms>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Marschall, Wythe, e Dylan Thuras. «Bullfights of Grmec». *Atlas Obscura*, <http://www.atlasobscura.com/places/bullfights-of-grmec>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

MatrizPCI. «Ficha de património imaterial: capeia arraiana». Direção-Geral do Património Cultural, <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/InventarioConsultar.aspx?IdReg=284>, 2011, consultado no dia 12 de fevereiro de 2016.

Mensageiro de Bragança. «Campeonato de chegas de touros mirandeses já começou». 9 de julho, 2016, <http://www.mdb.pt/noticia/campeonato-de-chegas-de-touros-mirandeses-ja-comecou-4162>, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

Mensageiro de Bragança. «Mais touros em confronto nas chegas de Vinhais». 30 de junho, 2016, <http://www.mdb.pt/noticia/mais-touros-em-confronto-nas-chegas-de-vinhais-5417>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

Miranda, Andreia, e Filipe Caetano. «Parlamento Europeu aprova fim dos subsídios para as touradas». *Tvi24*. 28 de Outubro, 2015, <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/tauromaquia/parlamento-europeu-aprova-fim-dos-subsidios-para-as-touradas>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Moura, Carvalho de. «As chegas de bois clandestinas». *Notícias de Barroso*. 31 de março, 2014, 7.

Moura, Carvalho de. «As chegas de bois: que perspetivas para o verão de 1995». *O Povo de Barroso*. 15 de julho, 1995, 4.

Notícias de Barroso. «"Carriço" do Calbô em grande no campo de Vilar de Perdizes». 30 de julho, 2008, 15.

Notícias de Barroso. «"Zorro" do Calbô ganhou ao campeão». 30 de julho, 2008.

Notícias de Barroso. «As Chegas de Bois e os bois campeões de Barroso». 31 de agosto, 2015, 16.

Notícias de Barroso. «As Chegas de Bois». 15 de março, 2014, 16.

Notícias de Barroso. «As chegas dos campeões». 30 de junho, 2008, 1.

Notícias de Barroso. «Boi "Marelo" vendido por 10.000€». 15 de janeiro, 2010.

Notícias de Barroso. «Boi das Chegas de 18.000 euros». 15 de março, 2014, 16.

Notícias de Barroso. «Bois barrocos dão espetáculo». 15 de julho, 2008, 15.

Notícias de Barroso. «Chegas de Bois em debate?». 15 de março, 2014, 16.

Notícias de Barroso. «Chegas de bois». 16 de agosto, 2010, 15.

Notícias de Barroso. «Chegas e bois». 14 de setembro, 2006, 15.

Notícias de Barroso. «Dois bois 35.000 euros». 13 de janeiro, 2008, 11.

- O Povo de Barroso. «Chega dos campeões». 15 de agosto, 2009, 5.
- O Povo de Barroso. «Chega dos Santos». 31 de outubro, 2007, 6.
- O Povo de Barroso. «Chegas de bois e turras de carneiros». 30 de março, 2006, 9.
- O Povo de Barroso. «Chegas de Bois: Natal e ano novo». 11 de janeiro, 2007, 9.
- O Povo de Barroso. «Chegas de Bois». 13 de abril, 2006, 9.
- O Povo de Barroso. «Chegas de bois». 13 de abril, 2007, 6.
- O Povo de Barroso. «Chegas de bois». 16 de agosto, 2006, 6.
- O Povo de Barroso. «Chegas de Bois». 31 de julho, 2008, 6.
- O Povo de Barroso. «Timor – luta de galos: em Montalegre também já existe». 31 de janeiro, 2009, 12.
- O Povo de Barroso. «Turras de carneiros: a mais nova atracção desportiva do Barroso». 30 de março, 2006, 1.
- O Povo de Barroso. «Uma chega de bois para a história». 30 de junho, 1990, 4.
- Oxford Dictionaries. «Game», <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/game>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.
- Oxford Dictionaries. «Sport», <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/sport>, consultado no dia 18 de fevereiro de 2016.
- Park, Eun Jee. «South Korean bullfighting is for bulls only». *Reuters*, 20 de abril, 2012, <http://uk.reuters.com/article/2012/04/20/korea-bullfight-idUKL3E8FJ1WV20120420>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.
- Pereira, Celeste. «Campeonato de chegas de bois anima Montalegre». *Público*. 11 de junho, 2005, 50.
- Pereira, Deepak. «Spotlight on bullfighting In Oman». *Mangalorean*. 1 de maio, 2005, <http://www.mangalorean.com/browsearticles.php?arttype=Feature&articleid=284>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.
- «Petição pela abolição das touradas e de todos os espectáculos com touros», <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=010basta>, consultado no dia 27 de outubro de 2016.

PRORUBIS. «Campeonato Nacional de Chegas de Touros: Regulamento». 2011, http://www.cm-vinhais.pt/uploads/writer_file/document/253/regulamento_chegas_de_touros_de_raa_mirandesa_2011.pdf, consultado no dia 18 de setembro de 2016.

RFI. «Mudança no Código Civil francês considera animais "seres sensíveis». 16 de abril, 2015, <http://pt.rfi.fr/franca/20140416-mudanca-no-codigo-civil-frances-considera-animais-seres-sensiveis>, consultado no dia 10 de outubro de 2016.

Ribeiro, Nuno. «Catalunha repudia “fiesta nacional” e proíbe touradas». *Público*. 28 de julho, 2010, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/catalunha-repudia-fiesta-nacional-e-proi-be-touradas-1449092>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Stankiewicz, Marius. «Bullfighting for buddhists: A less bloody alternative In South Korea». *NPR*, 30 de abril, 2015, <http://www.npr.org/sections/parallels/2015/04/30/402575947/bullfighting-for-buddhists-a-less-bloody-alternative-in-south-korea>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Tauródromo. «I Congresso Internacional de Tauromaquia como Património Cultural». 2015, <http://www.taurodromo.com/noticia/2015-fevereiro/10535-i-congresso-internacional-de-tauromaquia-como-patrimonio-cultural>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

The Times of India. «Thousands celebrate Nepal bullfighting fiesta». 15 de janeiro, 2015, <http://timesofindia.indiatimes.com/world/south-asia/Thousands-celebrate-Nepal-bullfighting-fiesta/articleshow/45902640.cms>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Thuras, Dylan. «Okinawan bullfights». *Atlas Obscura*, <http://www.atlasobscura.com/places/okinawan-bullfights>, consultado no dia 15 de dezembro de 2015.

TvBarroso. «“Boi do Povo” concorre a nível mundial». 29 de setembro, 2011, <http://tvbarroso.com/site/2011/09/boi-do-povo-concorre-a-nivel-mundial/>, consultado no dia 16 de setembro de 2016.

UNESCO. «Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural». (1972), <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, consultado no dia 10 de fevereiro de 2016.

UNESCO. «Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial». (2003), <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, consultado no dia 11 de fevereiro de 2016.

União das Freguesias de Montalegre e Padroso. «Ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da Freguesia de Montalegre».

<http://www.freguesiamontalegre.net/showPG.php?Id=5>, consultado no dia 17 de setembro de 2016.

Varela, Carlos. «Os "Cow-boys" da Galiza selvagem». *Sermos Galiza*. 25 de outubro, 2014, <http://www.sermosgaliza.gal/opinion/carlos-c-varela/cow-boys-da-galiza-selvagem/20141023131832031661.html#votar-5>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Veludo, Fernando. «Viana do Castelo é a primeira “cidade anti-touradas” do país». *Público*. 27 de fevereiro, 2009, <http://www.publico.pt/local/noticia/viana-do-castelo-e-a-primeira-cidade-antitouradas-do-pais-1367028>, consultado no dia 20 de fevereiro de 2016.

Watson, Paul. «Galos de combate», *Pública*. 24 de junho, 2007, 73 - 76.

Páginas da Internet

Amantes das chegas de bois (Facebook): <https://www.facebook.com/groups/597895630345390/?fref=ts>.

As Culturas do Trabalho no Barroso: http://static.cm-montalegre.pt/culturas_trabalho/artigos.html.

Chegas de Bois (Facebook): <https://www.facebook.com/ChegasBois/?fref=ts>.

Ecomuseu de Barroso: <http://www.ecomuseu.org/index/>.

Google Cultural Institute: <https://www.google.com/culturalinstitute/home?hl=pt-PT>.

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial: <http://matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/home.aspx>.

Sistema de Inventário e Gestão Documental do Ecomuseu de Barroso: <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/eco/index.pl>.

TvBarroso: <http://www.tvbarroso.com/>.

Filmes

António Campos (realizador), *Terra Fria* (Portugal: 1995), filme.

Dunoyer, Christiane, (realizador). *Bataille de Reines, Passion d'Hommes*. Itália: Association Régionale Amis des Batailles de Reines, Conseil de La Vallée, 2007, filme.

Pedro Lino (realizador), *Terra* (Portugal: 2013), filme.

Sardinha, José João (realizador). *O Boi do Povo*. Portugal: Ecomuseu de Barroso, Câmara Municipal de Montalegre, 2011, filme.

Anexos

Anexo I: Guiões de entrevistas

Guião de entrevista: Ana Chaves; António Martins; Maria Alice Bermudes

- 1) Tinha por hábito ver chegas de bois? E hoje ainda o faz?
- 2) Como eram combinadas as chegas de bois antigamente?
- 3) Como se preparava o boi para as chegas?
- 4) Quando o boi de Vilar de Perdizes vencia como eram as celebrações?

Guião entrevista: Artur Barroso; Manuel Magalhães; Silvino Poças

- 1) As chegas de bois eram prática comum em Salto?
- 2) E eram no sistema aldeia contra aldeia ou em dias de festa e feiras organizadas em aldeias próximas?
- 3) Havia aqui boi do povo?

Guião de entrevista: António Teixeira; João Campos

- 1) Quando e como se começou a interessar pelas chegas de bois? E quando e porque começou a participar nestas?
- 2) Na sua opinião, o que faz uma boa chega e quais as características que um boi deve ter para ser bom nas chegas?
- 3) O que se sente quando: o boi do qual se é proprietário vence/se tem um boi vencedor/campeão?
- 4) Normalmente ao mesmo tempo tem apenas um animal para participar em chegas ou participa nestas com vários animais?
- 5) Quantos touros tem neste momento para participar em chegas? E como se chamam? Qual a razão desses nomes?
- 6) Como é a relação de um proprietário com os animais que participam em chegas: é mais um boi e uma vaca, ou é algo que está mais próximo de um animal de estimação? É uma decisão fácil abater ou vender um animal que se usava em chegas?

7) Já participou em chegadas de bois com animais de que raças? a) Porque escolhe neste momento animais de raça Barrosã?

8) Do que tem conhecimento no passado em Salto, era comum realizarem-se chegadas de bois com “bois do povo” ou estas inseriam-se/aconteciam mais no contexto das feiras/festa?

9) Considera que hoje em dia em Salto, e noutras localidades do Baixo Barroso, as chegadas de bois têm a mesma importância que no restante concelho de Montalegre?

10) Por vezes afirma-se que se estão a comercializar muito as Chegadas de Bois (e que muitos apenas nelas participam/organizam chegadas para obter lucro/dinheiro). Na sua opinião esta situação é verdade?

11) Mas será que sem esta comercialização, sem o dinheiro obtido com a venda de bilhetes e até sem o dinheiro dos prémios no campeonato as chegadas de bois poderiam sobreviver/continuar?

12) Então, as chegadas de bois são uma prática rentável, da qual os proprietários tiram lucro, ou oferecem por vezes mais prejuízo? (ou acabam por ser neutras neste aspeto: nem lucro, nem prejuízo...)

13) Ou o lucro e prejuízo não é o mais importante / E no meio da “comercialização”/então acredita que e/o simples orgulho de se ter um boi vencedor/campeão se mantém/é o mais importante?

14) Considera que nos últimos anos os animais que participam nas chegadas de bois e conseqüentemente as Chegadas de Bois perderam qualidade? E sim, como se pode explicar a perda de qualidade?

15) Considera que hoje em dia os bois participam em muitas chegadas?

a) E isso afeta a qualidade das chegadas?

16) Em 2009 a Direção Geral de Veterinária criou novas normas para a movimentação de animais, que obrigavam a realização de exames de pré-movimentação para a deslocação de animais para feiras, trocas comerciais ou chegadas de bois. Porém, nesse ano, uma “cláusula de exceção” atribuída às chegadas permitiu que as colheitas de sangue aos animais fossem feitas apenas trimestralmente. Na sua opinião, e caso este episódio se repita/ a “cláusula de exceção” se extinga: pode pôr em causa a realização das Chegadas de Bois? Ou pode, pelo menos, levar a que você deixe de participar em chegadas?

17) Numa eventual proibição, acredita que as chegas se iriam continuar a realizar, mesmo que clandestinamente/de forma escondida?

18) Conhece algum criador de gado cuja criação de gado sirva apenas para participar em chegas de bois? Conhece alguém que compre bois criados por outros para depois com eles participar em chegas? Ou, do que conhece, a participação nas chegas está sempre associada a criação de gado para outras atividades?

19) Como escolhe os animais com que participa nas chegas de bois/ como percebe se estes poderão ter boas prestações nas chegas? a) Costuma / os outros criadores costumam fazer cruzamentos com a intenção de garantir bons bois de combate?

20) Como se prepara um animal para participar nas chegas? E esses cuidados e a alimentação são alterados nos dias antes dos animais participarem em chegas?

21) Quando um animal perde ou acumula muitas derrotas o que lhe acontece?

22) Como se combinam/marcam as chegas?

23) De forma geral, como é a relação entre os vários criadores que participam em chegas?

24) É comum serem feitas apostas nas chegas?

25) Costuma participar no campeonato de chegas de raça barrosã realizado em Montalegre?

26) Considera/vê este torneio como uma boa forma de ajudar a promover a raça barrosã?

27) Acredita que o município de Montalegre se preocupa com a proteção e promoção das chegas de bois?

Guião de entrevista: Horácio de Medeiros

1) Quando e como se começou a interessar pelas chegas de bois? E quando e porque começou a participar nestas

2) Por que razão participa no campeonato de chegas de bois?

3) O que se sente quando: o boi do qual se é proprietário vence/se tem um boi vencedor/campeão?

4) Normalmente (ao mesmo tempo) tem apenas um animal para participar em chegas ou participa nestas com vários animais?

- 5) Quantos animais/bois tem neste momento para participar em chegas? E como se chamam? E porquê/qual a razão esses/desses nomes?
- 6) Como é a relação de um proprietário com os animais que participam em chegas: é mais um boi e uma vaca, ou é algo que está mais próximo de um animal de estimação? É uma decisão fácil abater ou vender um animal que se usava em chegas?
- 7) Já participou em chegas de bois com animais de que raças? a) Porque escolhe neste momento animais de raça Barrosã/outra raça?
- 8) E no seu caso: a participação em chegas de bois esteve sempre ligada à criação de gado para venda de carne/reprodução? Os animais com que participa em chegas servem para outras funções como a reprodução?
- 9) Ou já teve animais que serviam apenas para participar em chegas?
- 10) Como escolhe os animais com que participa nas chegas de bois/ como percebe se estes poderão ter boas prestações nas chegas? Costuma fazer cruzamentos com a intenção de garantir bons bois de combate?
- 11) Como é o dia-a-dia dos seus bois que participam em chegas? Há algum cuidado especial com estes ou algo que faça para os preparar para as chegas?
- 12) Qual é, na sua opinião, o fator mais importante/a principal explicação para ter ganho o campeonato 2 vezes seguidas?

Guião de entrevista: Armando, António Costa, António, José, Júlio de Barros

- 1) Acha que nos últimos anos os bois bem com as chegas de bois tem perdido qualidade?
- 2) Qual a sua opinião sobre a necessidade de pagar bilhete?
- 3) Prefere chegas com animais de raça Barrosã ou de outras raças/cruzados?
- 4) Já alguma vez fez ou conhece quem tenha feito apostas nas chegas de bois? E de que género foram essas apostas?

Guião de entrevista: Pedro

- 1) Quando e como se começou a interessar por chegadas de bois?
- 2) Tem por hábito participar em chegadas sempre que vem a Portugal?
- 3) O que o leva a participar em chegadas de bois? E porque o faz mesmo não estando em Portugal?
- 4) E neste caso em concreto, ou seja, na chegada que foi realizada hoje, como foi ela combinada ou como surgiu o desafio?
- 5) Como se sente ao ser dono e criador de um animal que é vencedor ou campeão?
- 6) O boi é de que raça? E o que o leva a escolher um animal dessa raça?
- 7) E por se chama o seu boi Rato; qual a razão para lhe ter dado esse nome?
- 8) Usa este animal apenas para participar em chegadas ou dá-lhe mais alguma função?
- 9) Não estando em Portugal quem cuida do seu boi?

Guião entrevista: Nuno Duarte

Parte I:

- 1) Quando e como se começou a interessar pelas chegadas de bois?
- 2) Quais são as principais missões e ações da Associação “o Boi do Povo”?
- 3) Quantos sócios tem a Associação o Boi do Povo?
- 4) Quais as medidas tomadas no concelho de Montalegre (pelo poder político e outras associações, como a Associação “O Boi do Povo”) para promover de forma geral (exemplo: apoio aos criadores de gado) e particularmente em termos turísticos as Chegadas de Bois?
 - a) E o que se pretende ou pode fazer futuramente?
 - b) E quais os maiores entraves e limitações à promoção das Chegadas de Bois?
- 5) O que tem sido feito por outras autarquias (Vinhais, Cabeceiras, Boticas...) para apoiar as Chegadas de Bois? Nestes concelhos existem associações como o Boi do Povo?

6) É cada vez mais comum falar em direitos dos animais e na proibição de espetáculos com animais, sendo a oposição às touradas cada vez maior; acha que as chegadas de bois podem no futuro ser proibidas por lei?

7) Em 2009, a Direção Geral de Veterinária criou novas normas para a movimentação de animais, que obrigavam a realização de exames de pré-movimentação para a deslocação de animais para feiras, trocas comerciais ou Chegas de Bois. Porém, nesse ano, uma “cláusula de exceção” atribuída às chegadas permitiu que as colheitas de sangue aos animais fossem feitas trimestralmente:

a) Como se encontra atualmente esta situação: a “cláusula de exceção” mantém-se?

b) É provável que este episódio se repita? E caso este episódio se repita, pode pôr em causa a realização das Chegas de Bois?

8) Qual o preço habitual de um bilhete? Este valor é importante para os criadores de gado barrosão?

9) Nuno Sousa, presidente da Associação Nacional de Criadores de Gado de Raça Barrosã, disse que “estamos a comercializar muito as Chegas de Bois”; considera esta afirmação verdadeira? E se sim, quais as desvantagens e também vantagens de tal?

a) Mas será que sem esta comercialização, sem o dinheiro obtido com a venda de bilhetes e até sem o dinheiro dos prémios no campeonato as chegadas poderiam sobreviver? Na sua opinião qual seria a alternativa?

b) E no meio da “comercialização” acredita que o simples orgulho de se ter um boi vencedor/campeão se mantém?

10) Quantos bois do povo existem ainda no concelho de Montalegre?

11) Para além dos aspetos referidos nos pontos anteriores que outras transformações e até ameaças à sua continuidade conheceram as chegadas de bois nos últimos anos?

12) O gado barrosão esteve outrora em vias de extinção. As Chegas de Bois assumem importância no processo de preservação da raça de gado barrosão?

13) Considera que os jovens se interessam (assistem; jovens criadores participam nelas com o seu gado) pelas chegadas de bois?

14) Em Montalegre existem outras associações a organizar chegas de bois? Se sim, fazem-no somente pelo lucro ou têm também a missão de salvaguardar esta tradição?

15) Na sua opinião, o que faz uma boa chega e quais as características que um boi deve ter para ser bom nas chegas?

16) Nos últimos anos, os animais e conseqüentemente as Chegas de Bois perderam qualidade? Se sim, como se pode explicar a perda de qualidade?

17) Nos últimos anos, o público presente nas chegas de bois tem aumentado ou diminuído? E esse público é essencialmente constituído por que tipo de pessoas (turistas; habitantes locais; emigrantes)?

18) Conhece algum criador de gado cuja criação de gado sirva apenas para participar em chegas de bois? Ou existe alguém que compre bois criados por outros para depois com eles participar em chegas? Ou a participação nas chegas está sempre associada à criação de gado para outras atividades?

19) Para além do gado barrosão, que outras raças de gado são comuns nas chegas de bois em Montalegre?

20) É comum serem feitas apostas nas chegas de bois?

Parte II:

1) Existem proprietários de gado cuja criação de gado sirva apenas para participar em chegas de bois?

2) De forma geral, como é a relação entre os vários criadores que participam em chegas?

3) E os criadores partilham entre si segredos e saberes no que respeita à criação de touros para as chegas e/ou apoiam-se uns aos outros na organização e promoção de chegas?

4) Fora do campeonato de chegas de bois como se combinam e marcam as chegas?

5) Como se prepara um animal para participar nas chegas?

6) E esses cuidados e a alimentação alteram-se nos dias antes dos animais participarem em chegas?

7) Como se escolhem os animais que participam nas chegadas de bois/ como se percebe que estes poderão ter boas prestações nas chegadas? E, por exemplo, os criadores costumam fazer cruzamentos com a intenção de garantir bons bois de combate? Caso sim, que características se procuram nesses cruzamentos?

8) Na sua opinião quais as maiores ameaças/problemas que as chegadas de bois enfrentam neste momento em Montalegre?

9) A que se deve o aumento do número de inscritos no Campeonato de Chegadas de Bois?

10) Este ano foram inscritos no torneio 21 animais, no entanto alguns foram excluídos: quais as razões para tal e de que forma foram escolhidos aqueles que iriam participar no torneio e os que foram excluídos?

11) Todos os animais/explorações a participar no torneio estão em «conformidade» com as normas exigidas: ao certo, que normas são essas?

12) Por que razão este ano o torneio se iniciou mais cedo do que em anos anteriores?

Guião de entrevista: Otelo Nuno Rodrigues

1) O que tem feito o Ecomuseu de Barroso pela salvaguarda, patrimonialização e promoção das chegadas de bois?

2) E que outras iniciativas conhece no concelho de Montalegre que contribuam para tal?

3) Sente que existe uma vontade no concelho de Montalegre pela salvaguarda destas?

Guião de entrevista: David Teixeira

1) De uma forma geral, qual a sua opinião sobre as chegadas de bois?

2) Que medidas foram tomadas nos últimos anos pela Câmara Municipal de Montalegre com o intuito de promover e salvaguardar as chegadas de bois? E o que se pretende fazer futuramente?

- 3) Que medidas foram tomadas para promover as chegas de bois em termos turísticos? E neste aspeto, o que se pretende fazer futuramente?
- 4) E caso nada tenha sido feito para promover turisticamente as chegas de bois, de que forma se pode explicar tal?
- 5) Qual o impacto das chegas de bois a nível turístico?
- 6) Acha que uma maior aposta turística nas chegas de bois poderia ser prejudicial para a imagem e para o turismo de Montalegre?
- 7) Nuno Sousa, presidente da Associação Nacional de Criadores de Gado de Raça Barrosã afirmou que “estamos a comercializar muito as chegas de bois”; considera esta afirmação verdadeira?
 - a) Caso concorde com a afirmação anterior, na sua opinião quais são as desvantagens de uma maior comercialização das chegas? E quais as vantagens?
 - b) A que se deve/de que forma pode ser explicada a comercialização das chegas de bois?
- 8) Que outras transformações as chegas de bois conheceram nos últimos anos?
- 9) É cada vez mais comum falar em direitos dos animais e na proibição de espetáculos com animais, sendo a oposição às touradas cada vez maior; acha que os direitos dos animais são uma ameaça para as chegas, podendo levar à sua proibição?
- 10) Caso as chegas fossem proibidas, a Câmara Municipal iria procurar contrariar essa situação? E de que forma?
- 11) Qual a importância das chegas de bois para as populações do concelho e, em particular, para os criadores de gado?
- 12) A Câmara Municipal de Montalegre, bem como o Ecomuseu de Barroso, alguma vez equacionou um processo de patrimonialização das chegas de bois em Portugal (dando como exemplo a introdução desta tradição no inventário nacional de Património Cultural Imaterial, como já acontece com a capeia arraiana)?
- 13) Se não, há alguma explicação para nunca se ter equacionado a patrimonialização das chegas?
- 14) O que tem feito o Ecomuseu para promover e salvaguardar esta tradição e para a apresentar aos turistas/visitantes?

15) E para proteger os seus aspetos materiais e arquitetónicos (como cortes do boi, ou a Torre do Boi de Travassos do Rio)?

16) No concelho e na vila de Montalegre existe, para além do chegódromo do Senhor da Piedade, mais algum espaço/campo construído com a intenção de receber chegas?

Guião de entrevista: Pedro Martins e Jorge Ribeiro

1) De uma forma geral, qual a sua opinião sobre as Chegas de Bois?

2) Qual a sua opinião sobre um possível processo de patrimonialização das Chegas de Bois em Portugal (dando como exemplo, a introdução desta tradição no inventário nacional de Património Cultural Imaterial, como já acontece com a capeia arraiana)?

3) Circula na internet uma “petição pela abolição das touradas e de todos os espetáculos com touros”; acredito que as Chegas de Bois estejam aqui incluídas, contudo, quais são, na sua opinião, as principais diferenças entre estes dois espetáculos; e porque são tão raros os protestos contra as Chegas de Bois?

4) Qual o lugar das Chegas de Bois na sociedade moderna, particularmente como atividade turística e como atividade importante para o sustento de alguns criadores de gado?

5) Acha que estas podem conhecer o fim em breve? Se sim, quais as principais razões?

6) Numa fase anterior deste projeto, recebi, sobre este tema, um *e-mail* da plataforma BASTA, com o seguinte comentário: "No entanto importa ter presente que, ao contrário das corridas de touros, as "Chegas de Bois" não são excecionadas na lei, pelo que são uma prática ilegal tal como as lutas de galos ou de cães."; na sua opinião, até que ponto esta interpretação da lei está correta?

Guião de entrevista: Ricardo Moura

- 1) A Radio Montalegre tem atualmente algum programa que se dedique (tanto de forma esporádica e parcial, como totalmente) às chegas de bois?
- 2) Se não, pretendem apostar futuramente num programa relacionado com esta temática?
- 3) Como apareceu o programa “Espaço público – chega de bois”?
- 4) Na sua opinião este foi um programa importante para promover as chegas no concelho de Montalegre?
- 5) Este programa teve um papel importante na promoção das chegas junto da comunidade portuguesa no estrangeiro e até noutras localidades de Portugal?
- 6) No passado, a Radio Montalegre dedicou outros programas (tanto de forma esporádica e parcial, como totalmente) às chegas de bois?

Guião entrevista: João Xavier

- 1) A TV Barroso tem ou teve algum programa que se dedique (tanto de forma esporádica e parcial, como totalmente) às chegas de bois?
 - a) Se não, pretendem apostar futuramente num programa sobre esta tradição?
 - b) Se sim, considera que este(s) tem um papel fundamental na promoção das chegas no concelho de Montalegre, bem como junto dos portugueses no estrangeiro e ainda noutras localidades de Portugal?

Anexo II: Júlio de Barros, «Opinião sobre as chegadas de bois», 2009

OPINIÃO SOBRE AS CHEGAS DE BOIS

Acabou de se disputar em Montalegre mais um campeonato de chegadas de bois de raça barrosã, das quais foi campeão o boi do Miguel da Casa do Cabo de Ameal, da freguesia de Salto.

Permitam-me que faça aqui um reparo e deixe algumas sugestões. Na final das chegadas deste ano, passaram-se vários factos originados pelo mau sistema estabelecido:

1º - Uma vez mais, ficou provado que os bois não são máquinas, por vezes precisam de muito tempo para recuperar de uma luta. Este facto verificou-se na chegada para o 3º lugar, em que o valente boi da Corva, estava tão ferido que mal consentiu dar a cabeça. Por isso, as chegadas deviam começar mais cedo, para os bois em caso de necessidade, terem mais tempo de recuperação.

2º - Os bois de Salto ficam em desvantagem ao terem de ir disputar todas as eliminatórias a Montalegre. Com o calor e a longa viagem, ficam diminuídos.

3º - Aconteceu a 13 de Agosto, o que poderá acontecer mais vezes, um boi por ser obrigado a despegar a cabeça para se melhorar, não quer dizer que tenha desistido da luta; em Montalegre adoptaram esse sistema, logo que um boi despegue a cabeça, já o consideram derrotado.

4º - Em Salto, deixam-se distinguir os bois até que um abandone definitivamente, um boi pode ter de largar o outro para recuperar de uma situação menos favorável. Numa competição, devem estabelecer-se regras inequívocas para não haver confusões; enquanto um boi quiser lutar não se pode considerar derrotado, uma coisa é chegar os bois para ganhar, outra para os ver lutar.

5º - Quando uma chegada é gratuita, os donos dos bois podem separá-los de mútuo acordo a qualquer momento, mas quando se paga bilhete, adquire-se o direito de ver o espectáculo até ao fim, salvo em caso de força maior. Enquanto os bois quiserem lutar não devem ser separados.

6º - A comissão organizadora deve encontrar formas claras para as diversas situações, para evitar que um dia uma chegada acabe à bastonada como noutros tempos.

Na minha opinião, na dita chegada de 13 de Agosto, depois daquela investida com claro despedimento, o boi de Ameal dificilmente perderia, mas o outro boi ainda não estava satisfeito; por conseguinte, devia-lhe ser dada oportunidade de continuar.

As chegadas de bois vão ser proibidas por lei? A ser verdade, preparem-se para a guerra, porque nós os Barrosões vamos fazer como os de Barrancos, estamos-nos nas tintas para as leis ditadas pelos simpatizantes das uniões entre os homossexuais, eles que mandem nos panascas, nos bois mandamos nós.

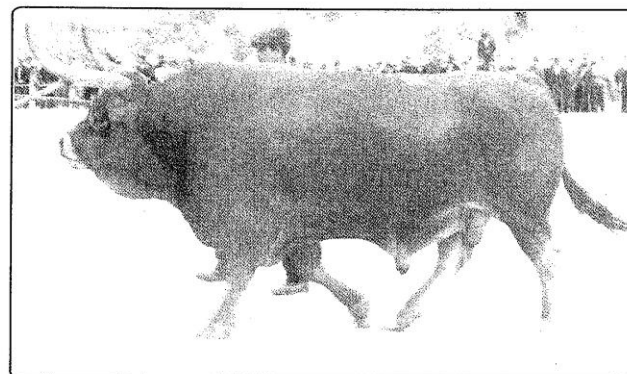
Hoje no meu usual viva Barroso, tenho de acrescentar: Viva Salto e o boi do Miguel da casa do Cabo de Ameal!...

Agosto - 2009

Júlio F. Vaz de Barros

Anexo III: Associação Etnográfica o Boi do Povo, «Regulamento do torneio de chegas de bois barrocos», 2014

**REGULAMENTO DO TORNEIO
DE
CHEGAS DE BOIS BARROSOS
2014**



**Organização: Associação Etnográfica
"O Boi do Povo "
Com o apoio do Município de Montalegre**

**Marca de Exploração: EA 07S
Contribuinte: 504 760 211**

Campeonato de Chegas de Bois 2014

I

- A organização do campeonato de chegas de bois é da responsabilidade da Associação Etnográfica o Boi do Povo com o apoio do Município de Montalegre.

II

- Com esta iniciativa pretende-se apoiar os esforços de conservação e fomento da raça Barrosã.

III

- Podem concorrer bois comunitários ou do “Povo”, de associações, ou privados desde que exclusivamente de raça Barrosã

IV

- Apenas serão admitidos até ao máximo de doze (12) animais de raça Barrosã cabendo à direcção da Associação a selecção dos melhores, segundo critérios por eles definidos, **os animais tem que estar à guarda do seu proprietário até ao dia do sorteio portanto dia 08 de maio 2014.** (Poderão ser admitidos até ao máximo de 16 animais

V

- A todos os bois concorrentes é garantido o prémio no valor de 500.00 € salvo se estes não pegarem (lutarem).

VI

- A cada chega (luta) realizada pelo animal será atribuído o prémio de 500.00 €, excepto na final em que o prémio ascende a 750.00 € para o animal que fique um 2º lugar e de 1000.00 € para o campeão.

VII

- As inscrições decorrem de 22 de abril a 03 de Maio de 2014 na sede da referida Associação, Loja da Praça nº 5

VIII

- O boletim sanitário terá que estar de acordo com as normas estabelecidas pela D.G.V. (direcção geral de veterinária), que como todos sabem uma das exigências é o animal estar com as análises ao sangue feitas à menos de 3 meses.

IX

- O proprietário tem que preencher devidamente a guia de transporte do animal, alias como em anos anteriores.
Os dados da associação etnográfica o boi do povo encontram - se no primeira parte deste folheto.

X

- Os animais não poderão trazer nenhum tipo de acessórios na ponta dos cornos, ex: massas, colas, pontas de aço, bem como qualquer outro tipo de acessórios, se a direcção suspeitar destas artimanhas ou de outras, tais como cheiros e azougue, o animal é desclassificado e perde todo o valor acumulado até ao momento, bem como a caução depositada.

XI

- **No acto da inscrição o proprietário deverá fazer-se acompanhar do cartão de sócio, exibir toda a documentação inerente ao animal, nomeadamente o boletim sanitário e o registo da AMIBA, a todos os proprietários será exigida uma caução de 500.00 € que será devolvida no final do torneio, estes são requisitos obrigatórios para a inscrição do animal.**

Esta caução visa salvaguardar a presença dos animais até ao final do torneio de acordo com o calendário que a associação venha a elaborar.

Haverá uma tolerância de 15 minutos, caso não compareça no prazo previsto perde a caução e será desclassificado.

XII

- As chegas decorrem na modalidade de eliminatória (bota fora) passando o boi vencedor à fase seguinte. Na segunda volta ou quartos de final, só ficam (três) 3 animais apurados, o que implica que tenha que ser apurado o **animal derrotado, que mais tempo lute de cabeça encostada na segunda volta ou quartos de final**, o tempo de luta será determinado pela direcção com apoio nas filmagens da Tv Barroso.

XIII

- Será previamente organizado um sorteio que acontecerá no dia 08 de maio a partir das 14.00 horas no Município de Montalegre.

XIV

- Todos os proprietários dos animais ou seus representantes podem e devem participar no sorteio.

XV

- As chegas decorreram de acordo com o calendário a elaborar pela direcção da associação e de que se dará conhecimento ao público.

XVI

- As chegas decorrem no recinto de chegas de bois do Senhor da Piedade.

XVII

- **O Campeonato terá inicio dia 09 de Junho e este ano só o dia 09 Junho será grátis, nos dias seguintes será cobrada a quantia de 5.00 € , sendo que na final a entrada será cobrada a quantia de 10.00 € (A entrada para os sócios é sempre grátis)**

Anexo IV: Cartaz e programa do Os combates de animais – História e etnografia de uma “tradição”, antropologia da constituição do “intolerável”



CONGRESSO MUNDIAL

COMBATES DE ANIMAIS

SALTO E MONTALEGRE, 24 A 26 DE OUTUBRO 2008

*História e etnografia de uma "tradição",
Antropologia da constituição do "intolerável".*

CRIA **FCT** **idemecc** **cnrs** **UNIVERSIDADE DE MONTALEGRE** **Montalegre** **ecomuseu**
Fundação para a Ciência e a Tecnologia **idemecc** **cnrs** **UNIVERSIDADE DE MONTALEGRE** **Montalegre** **ecomuseu**
Câmara Municipal **ecomuseu**

OS COMBATES DE ANIMAIS

História e etnografia de uma "tradição", antropologia da constituição do "intolerável".

Montalegre, 24 a 26 de Outubro de 2008 (entrada livre)

SEXTA-FEIRA 24 DE OUTUBRO, ECOMUSEU DE BARROSO, PÓLO DE SALTO

14h00: Abertura

Dr. Fernando Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Montalegre: Abertura do encontro.

David Teixeira (Director do Ecomuseu): O Ecomuseu de Barroso, o território, a sociedade local.

Jean-Yves Durand (CRIA; IDEMEC): Os combates de animais: a paixão e a controvérsia.

14h45: Os combates de animais: história e diversidade.

Jean Trinquier (ENS Paris): Les combats d'animaux dans les *uentiones* romaines : hiérarchies animales et mise en scène impériale de la nature.

15h30: Frédéric Saumade (IDEMEC): Humaniser le taureau, boviniser le coq, ou comment intégrer les jeux d'arènes dans la modernité (Mexique).

16h15: Jean-Baptiste Maudet (Université de Pau et des Pays de l'Adour): Le *turupukllay*: l'effusion du sens (lutte rituelle du condor et du taureau dans les Andes).

17h30: Visita do engenho hidráulico de Paredes – Associação Social e Cultural de Paredes

SÁBADO 25 DE OUTUBRO, PAVILHÃO MULTIUSOS, MONTALEGRE

10h00: Os combates de animais: o afrontamento e a paixão.

Hugh Raffles (New School for Social Research, New York): Notes on cricket-fighting in Shanghai.

10h45: Marie Cégarra-Cauli (U. de Lille III): Les combats de coqs dans le nord de la France.

11h00: Stéphane Rennesson (Musée du Quai Branly): Des insectes au bout des doigts, ou l'art délicat du combat de scarabées thaïlandais (avec quelques notes sur les combats de poissons, de bœufs, de coqs).

11h45: João Sardinha (U. Fernando Pessoa): O boi do povo e as chegadas de bois em Barroso.

13h00 : almoço

15h00: Humberto Martins (CRIA): Chegada de bois no Barroso. Os animais e os indivíduos: gestos de força simbólica.

Chegada de bois no "chegódromo" municipal de Montalegre.

DOMINGO 26 DE OUTUBRO, PAVILHÃO MULTIUSOS, MONTALEGRE

09h30: Tradição, patrimonialização, fronteiras morais.

Laurent Daniel (U. de Bretagne-Sud): L'abolition des courses de lévriers : un processus de civilisation ?

10h15: Christiane Dunoyer: Les Batailles de Reines, des combats de vaches dans les Alpes (et quelques combats de chèvres) : enjeux et perspectives d'une activité ludique montagnarde.

11h00: intervalo

11h15: Christian Bromberger (IDEMEC): Les combats de taureaux dans le nord de l'Iran, entre répression et patrimonialisation.

12h00: Paulo Raposo (CRIA): Tradição, património, performance.

12h30: Jean-Yves Durand (CRIA; IDEMEC): Os grilos, os touros, os cães, e a posição dos humanos no mundo. Perspectivas de investigação e de colaboração.

13h00 : Encerramento

Uma selecção de filmes documentários e de ficção poderá ser visionada durante toda a duração do encontro.

ORGANIZAÇÃO:

CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Lisboa),
IDEMEC (Institut D'Ethnologie Méditerranéenne, Européenne et Comparative, Aix-en-Provence),
Ecomuseu de Barroso.

CONTACTO:

Jean-Yves Durand jydurand@yahoo.com

ESTE ENCONTRO REALIZA-SE GRAÇAS AO APOIO DE:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Centre National de la Recherche Scientifique
Université de Provence
Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho
Município de Montalegre